



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA



**LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E SEUS AUTORES: uma análise
contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil**

MARIA DEUSIA LIMA ANGELO

Orientadora: Profa. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque

**João Pessoa – PB
Agosto - 2014**

MARIA DEUSIA LIMA ANGELO

**LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E SEUS AUTORES: uma análise
contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil**

Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal da Paraíba (PPGG
– UFPB), como requisito para obtenção
do título de Mestre em Geografia.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque

Linha de Pesquisa: Educação Geográfica

**João Pessoa – PB
Agosto – 2014**

MARIA DEUSIA LIMA ANGELO

**LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA E SEUS AUTORES: uma análise
contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil**

Aprovada em: ____/____/____

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Maria Adailza Martins de Albuquerque
Orientadora – PPGG/UFPB

Marco Antônio Mitidiero Júnior
Examinador Interno – PPGG/UFPB

Profa. Dra. Antônia Terra de Calazans Fernandes
Examinadora Externa – FFLCH/USP

Prof. Dr. Antônio Carlos Pinheiro
Examinador interno – PPGG/UFPB (Suplente)

Prof. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza
Examinador externo - PPGE/UFPB (Suplente)

João Pessoa – PB
Agosto – 2014

“Mesmo quando tudo parece desabar, cabe a mim decidir entre rir ou chorar, ir ou ficar, desistir ou lutar; porque descobri, no caminho incerto da vida, que o mais importante é o decidir.”

Cora Coralina

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar, agradeço a minha fé (não inabalável, mas restaurável) na força divina que está sempre presente em minha vida, me fortalecendo e direcionando meus passos.

Agradeço também pelo apoio de pessoas e instituições que contribuíram de diferentes maneiras para que este trabalho se materializasse:

A minha família (mãe, pai, irmãos, sobrinhos e sobrinho neto) que, mesmo não podendo acompanhar minha trajetória de perto, está sempre torcendo e orando por mim.

A minha orientadora e amiga Dadá, a quem agradeço pelas orientações, pelos diálogos produtivos, e também, pelo carinho e atenção constante.

A Neuzi (minha irmã de coração) e as minhas amigas Pamela e a Joseane, que estiveram sempre por perto, me apoiando e me ajudando nas diferentes etapas de construção deste trabalho e em vários outros momentos.

Ao meu companheiro Josué, que desde a graduação, me apoiou nos estudos e me estimulou para o caminho da pesquisa.

Ao querido Rômulo, pelo companheirismo e dedicação diária.

As amigas Angélica e Jilyane, pelas ideias trocadas no grupo de estudos, nos corredores etc.

Aos amigos que, mesmo distante se fizeram presentes (nos telefonemas, e-mails e recadinhos no facebook) dialogando com comigo em vários momentos da construção deste trabalho: Nanalva, Lenilson, Michel, Leandro, Hugo, Jardis, Jaíne, Aldo, Raphaela, Fafá, Laurita e Liliane.

A Sandrinha, Edione, Aline, Auri e Rose (minhas *hiper* amigas de ontem e de hoje).

Ao professor Tek, pelas sugestões dadas durante o momento da qualificação da dissertação. E também, a professora Antônia Terra, que além das contribuições durante a qualificação, gentilmente aceitou o convite para participar da avaliação final do trabalho.

Ao professor Eduardo Maia, que atenciosamente, atendeu ao meu pedido, me enviando sua tese (praticamente ainda no ‘prelo’).

Aos professores do PPGG, Antônio Carlos e Maria Franco, os quais contribuíram para minha formação no decorrer das disciplinas cursadas no programa, em especial, ao professor Marco Mitidiero, por também participar da banca avaliadora deste trabalho.

Ao PPGG, em especial, a Sônia por estar sempre solícita ajudando a resolver todas as questões burocráticas.

Ao Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade, por ter me proporcionado importantes espaços de diálogo e pesquisa.

Ao PPGE, em especial, as professoras Socorro e Mauriceia e ao professor Jean.

A CAPES, pela bolsa de estudos que permitiu minha dedicação a esta pesquisa.

A todos, muito obrigada!

RESUMO

A Geografia sempre se fez presente desde as primeiras escolas instaladas no Brasil, no entanto, sua história enquanto conhecimento escolar ainda é pouco conhecida, mesmo considerando que, na atualidade, essa temática vem ganhando espaço. Visando a contribuir com as pesquisas no âmbito da história da Geografia escolar, este trabalho tem como propósito evidenciar elementos que nos permitam conhecer e refletir sobre o processo de constituição dessa disciplina no contexto escolar brasileiro, entre as décadas de 1870 e 1910. Para tanto, nossas análises se direcionam para os livros didáticos de Geografia e para os sujeitos elaboradores desses impressos, enfocando os autores. Como perspectiva teórico-metodológica, apoiamos-nos na história das disciplinas escolares, além de recorrermos a importantes elementos representativos do campo da cultura escolar, da história social e da história do livro, dentre outros aportes. O contexto temporal retratado neste estudo compreende importantes transformações em vários setores da sociedade brasileira, ganhando centralidade as ideias republicanas e nacionalistas. No setor educacional, evidencia-se uma ampliação da escolarização, sobretudo das escolas primárias, contemplando várias partes do território nacional, culminando em um aumento da produção de livros escolares. Nosso levantamento acerca dos livros didáticos de Geografia expressou uma fertilidade na produção, resultando em um total de 186 livros, escritos por 134 autores, incluindo as obras destinadas à Geografia regional. Os livros destinados às escolas em geral compõem 134 títulos, demonstrando um maior número de publicações destinadas ao ensino secundário, em detrimento do ensino primário. Em referência às obras de Geografia regional, catalogamos um total de 52 livros. Neste caso, considerando os dois níveis de ensino mencionados, observamos uma maior expressividade para o ensino primário. Quanto ao conjunto de autores, identificamos uma heterogeneidade de sujeitos oriundos das diferentes províncias/estados, com diferentes formações e atuações. Destacaram-se os autores que exerciam a atividade do magistério e aqueles vinculados às instituições científicas e culturais do período, a exemplo dos IHG.

Palavras-chave: Geografia escolar; livro didático; autores de livro de livros didáticos; geografia regional.

ABSTRACT

Geography has always been present since the first schools established in Brazil, however its history as school knowledge is still little known, even if that issue is taking place nowadays. Aiming to contribute to the research in the history of scholar geography, this work intends to highlight elements that allow us to think about the constitution process of the discipline in the Brazilian school context, between the 1870's and 1910's. Therefore, our analyzes were directed to Geography textbooks and to the persons responsible for elaborating such works, focusing on the authors. As a theoretical-methodological perspective, we rely on the history of school subjects, besides resorting to important representative elements of the field of school culture, of the social history and of the history of the book, among other contributions. The temporal context portrayed in this study includes important changes in various sectors of Brazilian society, gaining centrality the republican and nationalist ideas. In the educational sector, it becomes clear an expansion of schooling, particularly in primary schools, covering various parts of the country, culminating in increased production of textbooks. Our survey on the Geography textbooks expressed a fertility of production, resulting in a total of 186 books, written by 134 authors, including works for regional geography. The books for use in schools in general comprise 134 titles, demonstrating a greater number of publications aimed at secondary school, instead of primary education. In reference to the works of regional geography, we cataloged a total of 52 books. In this case, considering the two levels of education mentioned, we observed a greater expressiveness for primary education. As for the number of authors, we have identified a heterogeneity of subjects coming from different provinces / states, with different backgrounds and performances. The highlights were the authors who performed the activity of teaching and those related to scientific and cultural institutions of the period, for example, those from the IHG.

Keywords: Scholar Geography; textbooks; textbooks authors; regional geography.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Número de reedições dos títulos de livros publicados entre as décadas 1870 - 1910. 120

Quadro 2: Autores que escreveram para os diferentes contextos (1870 – 1910).
..... 135

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Atos de controle de originalidade das publicações e advertência contra a falsificação de exemplares. Exemplo presentes nas obras *Elementos de Geographia Universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco*, 1875, de Manoel Pereira de Moraes Pinheiro; *Geographia Primária: composto para uso das Escolas Primárias*, 1892, do Dr. Carlos Novaes e *Geographia elementar*, 1924, de Novaes José Teodoro de Souza Lobo. Organização: Angelo (2014)80

Figura 2: Disposição do conteúdo no formato de perguntas e respostas na página 18 do livro *Novo Manual de Geographia: curso elementar*, publicado em 1907 pela FTD.96

Figura 3: Conteúdo apresentado a partir do método expositivo apresentando com destaques para alguns termos geográficos, disposto no livro *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brasil*. Fonte: Pereira, 1884. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014).....97

Figura 4: Questionário realizado a partir dos termos destacados, em itálico, presentes no texto apresentado na figura 3. Fonte: Pereira, 1884. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014)97

Figura 5: Imagem da crucificação de Cristo no livro *Novo Manual de Geographia*. Fonte: FTD, 1907. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014).....99

Figura 6: Conteúdo com texto corrido e imagens ilustrativas. Fonte: Amaral, 1904. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014). ...101

Figura 7: Capa do livro *Pequena Geografia da Infancia* (1913), publicado pela editora Francisco Alves, apontando inovações de elementos de caráter icnográfico. Acervo: LIVRES - Biblioteca do Livro Didático – FEUSP. Organização: Angelo (2014).104

Figura 8: Contracapa da 5ª edição do livro *Chorographia do Brazil*, pelo Dr. Carlos Novaes, publicado pela Livraria Francisco Alves –Paulo de Azevedo & Cia., em 1923, com anúncio de livros didáticos à venda na livraria da mesma editora. Acervo: da autora. Organização: Angelo (2014).106

Figura 9: Contracapa da 3ª edição do livro *Lições de chorographia do Brasil*, por Horacio Scrosoppi, publicado pela Dupart & Cia., em 1917, com anúncio de obras do mesmo autor à venda na Casa Dupart, e em todas as livrarias de S. Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados do Brasil. Acervo: Profa. Maria Adailza. Organização: Angelo (2014).....106

Figura 10: Anúncio de Livros didáticos à venda na livraria Francisco Alves. Fonte: Jornal O Paíz, sexta-feira, 16 de dezembro de 1887. Acervo: Hemeroteca digital brasileira –

Fundação biblioteca nacional. Acessado em 20 de junho de 2014. Organização: Angelo (2014).	108
Figura 11: Anúncio de obras do mesmo autor à venda na livraria da editora Livraria Laemmert & C. Fonte: Villa-Lobos. <i>A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil</i> .1890; Acervo: Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras). Organização: Angelo, 2014.	109
Figura 12: Folha de rosto do livro <i>Compendio de Geographia elementar, para uso das escolas brasileiras</i> , publicado em 1836. Autoria de José Saturnino da Costa Pereira. Acervo: Biblioteca do Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Organização: Angelo (2014). .	112
Figura 13: Quantitativo de obras destinadas às escolas no contexto nacional, publicadas entre as décadas de 1870 - 1910, classificadas por nível/destino. Organização: Angelo (2014).....	119
Figura 14: Mapa da distribuição espacial das publicações de livros didáticos de Geografia destinados às escolas em geral, no contexto nacional. Elaboração: Stevens (2014). Organização: Angelo (2014).....	122
Figura 15: Imagens presentes no livro <i>Geographia Primaria</i> , de autoria de Carlos Novaes, editada pela Ed. Francisco Alves em 190?, 9ª ed. Acervo: da autora.	125
Figura 16: Imagens presentes no livro <i>Geographia Elementar</i> , de autoria de Tancredo do Amaral, editada pela Ed. Francisco Alves em 1904, 8ª ed. Acervo: LIVRES: Biblioteca Paulo Bourroul - FEUSP.....	125
Figura 17: Catálogo livro Lições de <i>Geographia particular do Brasil</i> . In. Catálogo da exposição de História do Brasil, 1998, p.12. Acervo: Biblioteca Digital do Senado Federal. Organização: Angelo (2014).	130
Figura 18: Folha de rosto do livro <i>Geographia particular do Brasil</i> : acompanhadas de um lindo mapa do Império do Brasil, publicado em 1877. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional. Organização: Maia (2014)	131
Figura 19: Capa do livro <i>Geographia Geral</i> , por Guilherme de Sousa, 6ª edição, 1901. Organização: Angelo (2014)	133
Figura 20: Capa do livro <i>Noções de Geographia Geral – para uso da infância</i> , por Alfredo Moreira Pinto, apresentando as credenciais do autor. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Organização: Angelo (2014).....	144
Figura 21: Folha de rosto do livro <i>Chorographia do Brasil, por Alfredo Moreira Pinto</i> , estampando que a obra foi premiada pela exposição pedagógica do Rio de Janeiro em 1883, 1887,1888. Acervo: Biblioteca Paulo Bourroul - FEUSP. Organização: Angelo (2014).	145

Figura 22: Folha de rosto da 2ª edição da obra <i>A República brasileira em 1890</i> ou <i>Ensaio chorographico-histórico do Brasil</i> pelo Prof. Raul Villa-Lobos, publicada em 1890 pela Livraria Laemmert & C. Acervo: Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras). Organização: Angelo (2014)	149
Figura 23: Capa do livro <i>Lições de Geographia do Brasil</i> , por Horácio Scrosoppi. Acervo: Profa. Maria Adailza. Organização: Angelo (2014).....	161
Figura 24: Espacialização da produção didática de Geografia de regional. Elaboração: Stevens (2014). Organização: Angelo (2014).	169
Figura 25: Distribuição dos livros por gêneros e níveis destinados (Obras Regionais). Organização: Angelo (2014).	171
Figura 26: Folha de rosto do livro <i>Elementos de Geographia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco para a infância escolar da Provincia de Pernambuco</i> , do prof. Manoel Pereira de Moraes Pinheiro, Recife-PE, 1875. Acervo: GPL, Recife-PE. Organização: Angelo (2014).	175
Figura 27: Distribuição das obras segundo assuntos apresentados nos títulos e subtítulos. Organização: Angelo (2014).....	176
Figura 28: Distribuição das obras segundo recorte espacial abordado. Organização: Angelo (2014).....	176
Figura 29: Folha de rosto do livro <i>Tratado de Geographia descriptiva Especial da Provincia de Minas-Geraes</i> , por José Joaquim da Silva, em 1878.....	178
Figura 30: Folha de rosto do livro <i>Chorographia da Província do Ceará</i> , por José Pompeu de A. Cavalcanti, em 1888.	178
Figura 31: Folha de rosto do <i>Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brazil</i> , por Jeronimo Sodré Pereira. Acervo: Biblioteca Paulo Bourroul, FEUSP. Organização: Angelo (2014).	180
Figura 32: Livro <i>Geographia Secundaria</i> por Carlos Novaes: Anúncio de obras do autor.....	183
Figura 33: Livro <i>Geographia Secundaria</i> por Carlos Novaes: folha de rosto trazendo informações sobre a atuação docente do autor.	183

LISTA DE ABREVIATURAS

Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade	GPCES
Institutos Históricos e Geográficos do Nordeste	IHGNE
Livros Escolares Brasileiros	LIVRES
Instituto Histórico e Geográfico do Ceará	IHGCE
Sociedade Brasileira de Geografia	SBG
Instituto Histórico Geográfico Brasileiro	IHGB
Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro	SGRJ

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS: um painel introdutório sobre a temática.....	16
1.1 – Apontamentos introdutórios	16
1.2 - O despertar para a temática	28
1.3 - Livros didáticos, autores e Geografia escolar: alguns temas e enfoques	30
CAPÍTULO 2 - DELINEAMENTOS DA PESQUISA: reflexões teórico-metodológicas.....	43
2.1 - O recorte temporal (1870 – 1910): uma contextualização necessária....	43
2.2 - A história das disciplinas escolares como um campo de estudo na área da educação: considerações teórico-metodológicas	54
2.3 - Livro didático: um debate acerca do conceito	60
2.4 - O livro didático como fonte e objeto de pesquisa para a história de uma disciplina.....	68
2.5 – Autor de livro didático: elementos históricos e metodológicos na construção do conceito	73
CAPÍTULO 3 - O CONTEXTO E A DINÂMICA DA PRODUÇÃO E UMA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA	85
3.1 – Ideais republicanos educacionais e concepções de saber escolar no livro didático de Geografia: mudanças e permanências.....	85
3.2 – Livro didático de Geografia: comercialização e autoria.....	103
3.3 – Livro didático de Geografia: considerações históricas acerca da dinâmica da produção e uma proposta de classificação das obras catalogadas.....	110
CAPÍTULO 4 - LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E SEUS AUTORES (ENTRE AS DÉCADAS DE 1870 – 1910)	119
4.1 – Livros didáticos de Geografia no contexto nacional: uma espacialização do fenômeno	119
4.2 – Autores de livros didáticos de Geografia no contexto nacional: âmbitos de referências e lugar social.....	126

4.3 - Livros didáticos de Geografia das/para as províncias/estados: elementos históricos e educacionais para a uma espacialização do fenômeno.....	164
4.4 – Autores de Livros didáticos de Geografia no contexto provincial/estadual: âmbitos de referências e lugar social dos sujeitos	177
CONSIDERAÇÕES FINAIS	188
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	192
APÊNDICES	205

CAPÍTULO 1 – CONSIDERAÇÕES INICIAIS: Um painel introdutório sobre a temática

1.1 – Apontamentos introdutórios

A atual organização do ensino apresenta uma configuração na qual os conteúdos e metodologias são estabelecidos a partir de uma estrutura curricular, organizada a partir de diferentes disciplinas (ou matérias) de ensino. Este modelo de organização traduz-se na dinâmica dos tempos e espaços escolares, na produção dos livros didáticos, na elaboração dos currículos voltados para a formação de professores, e ainda, na elaboração dos editais de concursos para professores, dentre outros elementos articulados a partir das disciplinas escolares.

O movimento de construção das disciplinas escolares dar-se em conjunto com os seus diferentes elementos constituintes, a exemplo das finalidades do ensino, dos conteúdos, dos métodos para a apreensão desses conteúdos e da avaliação da aprendizagem, tal como aponta Chervel (1990). Entendendo a íntima relação entre estes constituintes e o livro didático no estatuto das disciplinas escolares, direcionamos nosso olhar para este recurso de ensino, enfocando os autores dos livros didáticos, evidenciando o lugar social desses sujeitos e os seus âmbitos de referência, no processo de produção dos saberes das disciplinas escolares, no nosso caso: a Geografia.

A Geografia, a História, a Matemática e tantas outras disciplinas vêm fazendo parte do cotidiano escolar, nos levando a acreditar ser natural essa organização curricular e essa maneira de “ser da escola” (BITTENCOURT, 2004). No entanto, esse modelo de escola resulta de uma construção histórica que, desde o aparecimento da escola moderna, vem desenhando a forma escolar a partir dos diferentes contextos social, político, econômico e cultural, direcionando a elaboração dos materiais didáticos, delineando as disciplinas, a cultura escolar e o cotidiano da escola.

A noção de disciplina escolar, tal como conhecemos hoje, está associada aos conteúdos e as matérias de ensino. No entanto, esse entendimento é bem recente e, se constituiu efetivamente após a I Guerra Mundial (CHERVEL, 1990). Segundo este autor, até o final do século XIX o uso escolar do termo disciplina e da expressão disciplina escolar não designava mais que “a vigilância dos estabelecimentos, a

repressão das condutas prejudiciais à boa ordem e aquela parte da educação dos alunos que contribui para isso” (p.178). Posteriormente, o termo disciplina passa a se propagar fortemente como sinônimo de ginástica intelectual, no sentido de cultivar o espírito do aluno por meio das exigências atreladas à formação no âmbito das humanidades clássicas. Durante as primeiras décadas do século XX, a expressão disciplina escolar perde o sentido até então assumido, passando a se configurar simplesmente como uma rubrica genérica que classifica as matérias de ensino, preenchendo, assim, uma lacuna lexicológica no vocabulário pedagógico francês (CHERVEL, 1990). Tal entendimento passara a ser apropriado devido à necessidade da existência de um termo que classifique as matérias de ensino, já que, a partir desse momento, as humanidades clássicas se dividem em diferentes disciplinas literárias e disciplinas científicas de base moderna¹ no contexto da escola (CHERVEL, 1999).

A inserção das disciplinas científicas no âmbito das humanidades resulta de um processo de disputa entre os grupos sociais responsáveis pela seleção dos conhecimentos entendidos como necessários ao currículo escolar durante a segunda metade do século XIX. Nesse processo, de um lado imperava a formação humanística e do outro, as disciplinas científicas buscavam espaço para dá respaldo a uma sociedade, que passara a ser movida pelos pressupostos de uma ciência moderna de base positivista e racional, interferindo, assim, nas finalidades do ensino escolar, sobretudo, do ensino secundário. Nesse contexto, a escola passa a se reorganizar buscando responder aos interesses de uma sociedade moderna, em acelerado processo de urbanização, pautada por uma produção capitalista de base industrial, a qual passou a influenciar a renovação dos conteúdos escolares, a forma e a rotina escolar, dada a iminência de um novo modo de vida, desencadeado pela Revolução Industrial.

Nessa perspectiva, entendemos que a escola integra um conjunto de interesses historicamente representados pela sociedade. E, nessa mesma lógica, se incluem as disciplinas escolares, refletindo, assim, em seus constituintes, os quais, por sua vez, se configuram como um construto histórico e social em que se inserem no objetivo geral da escola (CHERVEL, 1990). Contudo, este autor também advoga que:

¹ As disciplinas científicas no âmbito da modernidade são conduzidas pelas ideias dos espíritos inovadores, quer sejam recomendadas pelo positivismo, quer sejam pelo kantismo ou pelo protestantismo liberal, reforçando as especializações, a razão e o ensino das línguas vivas. Ou seja, revelam-se contrárias ao contexto das humanidades clássicas, que centrava a formação do espírito por meio do exercício intelectual, pautado na educação estética, na retórica, na moral, no ensino das línguas mortas e da religião (CHERVEL, 1999).

Os conteúdos de ensino são concebidos como entidades *sui generis*, próprios da classe escolar, independentes, numa certa medida, de toda realidade cultural exterior à escola, e desfrutando de uma organização, de uma economia interna e de uma eficácia que elas não parecem dever a nada além delas mesmas, quer dizer à sua própria história (p. 180).

Assim, para conhecermos os delineamentos que configuram uma determinada disciplina é indispensável analisá-la a partir de sua construção histórica, pois “longe de serem asserções intemporais de conteúdo intrinsecamente válido, as matérias e as disciplinas estão em constante fluxo” (GOODSON, 1990, p. 236).

Nossa proposta de investigação parte da perspectiva teórico-metodológica pautada na história das disciplinas escolares, pois esta nos permite entender que os agentes e as forças que delineiam o estatuto das disciplinas não se estabelecem de forma natural e desinteressada. Nesse sentido, destacamos a importância do desenvolvimento de pesquisas que visem entender os processos inerentes à trajetória das diferentes disciplinas presentes no currículo escolar, compreendendo que esse movimento em torno das disciplinas, ao mesmo tempo em que absorve características peculiares do ambiente escolar, também é carregado de ideologias e de interesses políticos, econômicos e culturais.

Os estudos acerca da história das disciplinas escolares nos desperta para importantes questionamentos, a exemplo de: indagações inerentes à inserção de determinadas disciplinas em detrimento de outras no currículo escolar; às instituições e grupos envolvidos nas disputas acerca da manutenção e/ou retirada de uma determinada disciplina do currículo; aos conteúdos selecionados e/ou silenciados; e, aos sujeitos que influenciam direto ou indiretamente na constituição dos saberes inerentes às disciplinas escolares. Este último caso compreende: desde a esfera legislativa, o papel do Estado, dos técnicos em educação, entre outros; passando pelos autores, editores e outros profissionais elaboradores e produtores de livros didáticos; até chegarmos ao interior da sala de aula com professores e alunos.

A problemática desta dissertação se assemelha, de forma ampla, às questões supracitadas. Nesta perspectiva, buscamos importantes elementos que subsidie nossas reflexões, com o propósito de contribuir com as discussões no campo da história da disciplina escolar Geografia, buscando compreender o processo de constituição dessa disciplina no cenário brasileiro. Para tanto, elegemos o recorte temporal entre às décadas de 1870 e 1910, objetivando compreender as relações acerca da constituição da

Geografia escolar, a partir do papel de autores de livro didático dessa disciplina neste período. Nesse sentido, buscaremos analisar, dentre outros elementos, os ideários republicanos difundidos no período de transição entre o Império e a República, tomando como referência os livros didáticos dessa disciplina e os sujeitos elaboradores desses impressos². Pois, acreditamos que este período traz elementos significativos para pensarmos a Geografia escolar, a exemplo, da difusão dos ideais nacionalistas e republicanos; dos projetos de ampliação da escolarização para outros espaços e diferentes públicos, sobretudo, no que concerne o ensino primário; e da emergência de um novo perfil de autores de livros didáticos³.

Ainda sobre os aspectos metodológicos, a abordagem desta pesquisa se insere no contexto de um recente e amplo campo de estudo: *a Educação Geográfica*. Neste aspecto, nossas reflexões extrapolam os limites acerca dos enfoques privilegiados no âmbito da temática *Ensino de Geografia*. Aqui cabe lembrar que a expressão educação geográfica agrega um sentido amplo, no qual se insere a Geografia escolar. Assim, essa possibilita contemplar os diferentes contextos e espaços escolares e não escolares, onde se processam formas distintas de educação, a exemplo de outras instituições como a família, os clubes, os movimentos sociais, os escoteiros, as associações e as Organizações Não Governamentais – ONG. Esses espaços, por vezes, trabalham com o desenvolvimento de projetos a partir de temáticas de cunho geográfico como educação ambiental, noções espaciais, dentre outras.

A renovação historiográfica no seio das pesquisas sobre o ensino de Geografia vem ampliando suas temáticas de estudo, de tal forma que passou a incorporar novos enfoques de investigação nesta área. O contexto no qual se insere a educação Geográfica ultrapassa, por exemplo, as questões referentes aos conteúdos e as práticas de ensino de Geografia, contemplando, de forma geral, as questões inerentes à escola e a educação básica. Considerando esta ampliação da temática acerca das abordagens sobre o ensino de Geografia, Callai (2012), ao aproximar essa discussão dos componentes curriculares, aponta que “[...] pensar a educação escolar remete à necessidade e ao significado das disciplinas escolares” (pág. 73). Esta reflexão também nos aproxima da ideia de escolarização apresentada por Faria Filho *et al.* (2009), pois

² A pertinência da utilização do termo ‘impresso’ se dá devido ao período em estudo, já que na época não havia livros didáticos em meio digital, tal como ocorre na atualidade.

³ Estes e outros elementos que justificam o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa apresentam-se contextualizados de forma mais aprofundada no tópico 2.1.

este autor entende a escola como um construto que extrapola os muros da sua representação enquanto espaço físico e o que está ao seu redor. Ao apresentar esta ideia tais autores associam o fenômeno da escolarização ao

[...] que de mais profundo há na cultura e nos processos sociais como um todo: das formas de comunicação às formas de constituição dos sujeitos, passando pelas inevitáveis dimensões materiais garantidoras de uma vida humana e de sua reprodução, tudo isso se modifica, mesmo que lentamente, sob o impacto da escolarização. [...] A escola é tanto produtora quanto produto da sociedade como um todo (FARIA FILHO *et al.* 2009, p. 23-24).

Associada a ideia de escola e de disciplina escolar aqui apresentada, inserimos também o livro didático, reconhecendo-o como um elemento representativo de um contexto social mais amplo, conforme sintetiza Galvão & Batista (2009):

O manual escolar desenvolve um importante papel no quadro mais amplo da cultura, das culturas do escrito brasileiras, do campo de nossa produção editorial e na criação dos próprios modos de organização das relações pedagógicas. Estudá-lo significa não apenas estar atento a seu papel na inculcação de uma cultura escolar e de um conjunto de valores, mas também ao papel que exerce nesse complexo quadro mais geral (p. 19).

Em nosso entendimento, pensar as disciplinas escolares e o livro didático como elementos representativos de um contexto social amplo não implica negar o fato desses se configurarem como um fragmento da cultura escolar. Assim, concordamos com a posição advogada por Corrêa (2000), Magalhães, (1999), Bittencourt (2004), dentre outros. Neste aspecto, Oliveira & Souza (2000) traz a seguinte reflexão:

O livro escolar, ao fazer parte da cultura, não integra essa cultura arbitrariamente. É organizado, veiculado e utilizado com uma intencionalidade, já que é portador de uma dimensão da cultura social mais ampla. Por isso, esse tipo de material serve como instrumento, por excelência, da análise sobre a mediação que a escola realiza entre a sociedade e os sujeitos em formação, o que significa interpretar parte de sua função social (p. 19).

A noção de livro didático que defendemos caminha no intuito de recorrermos à própria história do livro didático buscando contemplar a dinâmica e as relações estabelecidas acerca da concepção desse tipo de impresso, não o reconhecendo como um objeto transparente ou como uma adaptação simplificada para fins didáticos, mas, sobretudo, admitindo a complexidade que historicamente se deu em torno desse objeto cultural, isto é, a partir de sua história e dos contextos disciplinar, pedagógico e editorial em que se insere o livro didático (LORENZ, 2010).

Advogamos que o livro didático configura-se como um importante documento para o estudo das disciplinas escolares em diferentes contextos históricos, apesar de frequentemente, suscitar algumas polêmicas em torno do seu uso. Não é nosso enfoque aqui adentrarmos nas questões que envolvem o debate sobre os fatores positivos e negativos no uso do livro didático. Mas, pelo fato deste se configurar como um material assiduamente presente na escola, auxiliando aos professores e alunos no processo de ensino-aprendizagem, reservamos a este um importante papel na produção e no ensino dos saberes escolares, o que lhe confere um amplo campo de pesquisa. Contudo, as produções sobre o livro didático, historicamente, têm priorizado apenas análise centrada no próprio livro, com enfoque, sobretudo, nos conteúdos.

Nesse aspecto, Fernandes (2004) ressalta que para entender o livro didático em suas múltiplas dimensões, desde sua função educacional, sua história e sua presença entrelaçada na vida social brasileira, se faz necessário considerar diferentes campos de estudo e privilegiar uma diversidade de fontes. Com base nesse entendimento, recentemente as produções acerca do livro didático têm diversificado seus temas e fontes documentais, visando dá conta de toda uma diversidade de elementos que o envolvem, desde a sua concepção, produção, difusão, até seus usos, e também, suas relações com as políticas públicas, os currículos escolares e a indústria cultural.

Apesar de presenciarmos na atualidade a um grande e variado campo de pesquisas sobre o livro didático, ainda faltam estudos voltados para conhecer os autores desses livros, sobretudo, em se tratando de períodos passados. Compreendemos que o desenvolvimento de pesquisa nesse aspecto evidencia elementos que melhor possibilitam refletir acerca do entrelaçamento desses sujeitos com a constituição das disciplinas escolares.

Situando a Geografia nessa problemática e, considerando o recorte temporal estabelecido para esta pesquisa (o período entre as décadas de 1870 a 1910), outros questionamentos surgem a partir daqueles apresentados inicialmente. Entra em cena, nesse caso, um dos agentes partícipes da construção dos saberes escolares - os autores de livros didáticos: Quem foram esses sujeitos sociais? De onde falavam? Quais eram suas formações, carreiras e ocupações? Quem foram os autores que os influenciaram? Quais as relações desses sujeitos com os estadistas e os intelectuais, com a instrução e com o ensino de Geografia na época? Qual o local de origem (província/estados) desses sujeitos e em que profissões atuavam? Que autores direcionavam suas obras para

determinadas províncias? O que eles propunham em suas obras acerca das orientações gerais para o ensino de Geografia? O que direcionava a seleção dos conteúdos e as abordagens metodológicas propostas e impressas nos livros? Havia interferência desses sujeitos nas diferentes etapas editoriais de produção, circulação e venda dos livros? Qual a relação dos autores com os órgãos produtores de uma Geografia brasileira, tais como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro – IHGB, com os Institutos Históricos - IHG dos estados desses autores, com o Colégio Pedro II e com a Sociedade Brasileira de Geografia, entre outros?

Considerando as inúmeras indagações supracitadas e a complexidade inerente a tais questionamentos, reconhecemos a impossibilidade de esgotar aqui as possíveis reflexões acerca da problemática em tela. Contudo, tais questionamentos norteiam nossas investigações e, com base nas fontes e documentos analisados, pretendemos levantar informações que nos permita refletir acerca do assunto e estabelecer relações para que possamos conhecer o lugar social dos sujeitos autores dos livros didáticos de Geografia, no período em estudo. Pois entendemos que esse exercício nos possibilitará, sobretudo, a partir de uma ampliação da temática, entender algumas questões que, por vezes, se evidenciam no estatuto e nas práticas atuais do ensino de Geografia na escola básica. Defendemos que para encontrar respostas, ou mesmo suscitar reflexões sobre várias questões é necessário lançarmos um olhar para trás, buscando identificar as mudanças e permanências que permearam a trajetória da disciplina ao longo do seu processo de construção, considerando, dentre outros elementos, os livros didáticos e os sujeitos constituintes da disciplina.

A Geografia sempre se fez presente desde as primeiras escolas instaladas no Brasil, ainda que, inicialmente, seus conteúdos se apresentassem difundidos nas lições de Leitura, Retórica, Latim, ou mesmo em outras cadeiras que se fizeram presentes nessas escolas. No entanto, sua história, enquanto conhecimento escolar, ainda é bastante desconhecida, tanto no meio acadêmico (professores e alunos dos cursos de licenciatura), quanto pelos professores do ensino básico, o que implica a carência do desenvolvimento e da divulgação dos estudos que evidenciam os traços históricos dessa disciplina, mesmo percebendo que na atualidade essa temática vem ganhando espaço.

Pelo fato de elegermos em nossa pesquisa um recorte temporal relativamente distante do presente, reconhecemos os limites no que se refere às investigações no interior da escola e das práticas de ensino para a época, assim como, na busca e no trato

com as fontes. Evidenciando o papel do livro didático, nesse aspecto, Munakata (2012), aponta que “Na impossibilidade de observação direta das situações de outrora, o livro didático pode conter elementos que mais se aproximam dos programas curriculares então efetivados” (p. 190).

As investigações acerca do livro didático, dentre outros enfoques, apontam para a importância de estabelecermos, sempre que possível, uma relação com as questões relacionadas ao público leitor desses livros, em especial os professores e alunos. Em nossas investigações, não direcionamos nossas análises para o destino final desses livros, ou seja, para o contexto dos usos, mas sim para a etapa de elaboração, focando nos autores. No entanto, o recorte metodológico por nós estabelecido caminha no sentido de considerar a intrínseca relação existente entre o contexto de elaboração do livro didático e de seus usos, ou mesmo entre o autor, o texto e seus leitores.

Aqui cabe uma referência feita por Kulesza (2007), quando este, tomando como referência Norbert Elias (1998), discute a relação entre o autor e seu texto, recusando-se a pensar estes dois de forma dicotômica - sujeito/objeto. Ao comentar a clássica afirmação de Elias, segundo a qual “[...] se Paulo fala sobre Pedro, ele nos conta mais acerca de Paulo do que de Pedro”, nos dá apenas como certo que “ao falar sobre Pedro, ele [Paulo] está sempre dizendo algo sobre si mesmo, tanto quanto sobre Pedro” (KULESZA, 2007, p.158). Continuando essa reflexão, ainda pretendemos esclarecer que reconhecemos o Paulo (ou seja, o autor) como sujeito construído socialmente, de tal modo que, a voz expressa por este não representa a voz de um indivíduo, mas de todo um conjunto de vozes e forças que o rodeiam e que o formaram historicamente.

Em suma, afirmamos que nosso entendimento acerca da noção de escola, de disciplina escolar, de livro didático, e de autor de livro didático, parte da perspectiva da história das disciplinas escolares, o que nos permite recorrermos aos vários elementos representativos da história cultural, da história social, e também, da análise do discurso. Além de estabelecermos um diálogo entre estes campos, também nos apoiaremos nos estudos desenvolvidos no âmbito da história do pensamento geográfico e da história da Geografia escolar, tendo em vista a efetivação das discussões acerca dessas temáticas em espaços como revistas eletrônicas⁴ e evento acadêmico⁵. Evidenciamos também o

⁴ Revista Terra Brasilis (nova série): *Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica*. Site <http://terrabilis.revues.org/602>

⁵ Destaque para os eventos: *III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico* em conjunto com *I Encontro Nacional de Geografia Histórica*, sediado no Rio de Janeiro em novembro de

estabelecimento constante de um diálogo com o campo da História da Educação e, já que esta trabalha nas franjas de outras áreas, o que lhe revela um caráter híbrido (TAMBARA, 2006), teremos, por conseguinte, uma interlocução, partindo da Geografia, com outras áreas das ciências humanas, em especial, com a Pedagogia e com a História.

Para tanto, estabelecemos alguns objetivos específicos que nos possibilitem contemplar nossa proposta geral de pesquisa. Nesse sentido, nos propomos: discutir, a partir do contexto histórico e educacional do período em estudo, a relação entre o livro didático e constituição da disciplina escolar Geografia, enfocando o papel do autor; fazer um mapeamento dos livros didáticos de Geografia publicados no período e dos seus autores; levantar questões referentes à formação e ocupação destes sujeitos, a cidade/província de origem e as profissões em que atuavam, a classe social a qual pertenciam e a relação desses autores com o setor escolar/educacional, além da indicação do público alvo e do possível direcionamento referente às províncias/estados.

O enfoque para as análises dos livros didáticos no contexto das províncias foi despertado a partir das leituras sobre a história da educação, as quais apontam importantes elementos sobre o espraiamento das escolas por diferentes províncias e, em especial, passamos a dar maior atenção a essa abordagem a partir das catalogações das obras didáticas e dos estudos realizados por nós anteriormente (ANGELO, 2011; 2012), os quais apontaram que, após a segunda metade do século XIX, em especial, a partir da década de 1870 houve uma forte tendência de publicação de livros didáticos destinados às diferentes províncias/estados.

Como procedimento metodológico prático de busca de dados acerca das produções didáticas e as informações sobre os autores do período, nosso trabalho se assemelha ao de um arqueólogo, buscando fontes “escondidas” em diferentes sítios, no nosso caso, em acervos de instituições e bibliotecas dispostas tanto em espaço físicos quanto virtuais. Inicialmente centramos nossas buscas nas produções de livros didáticos,

2012. Este evento reservou um espaço (Grupo de Trabalho-GT) destinado especialmente à história da Geografia escolar; Os *Encontros Nacionais de Prática de Ensino de Geografia*, que já está na sua 12ª edição, também tem incluído em sua programação a temática sobre a história da disciplina escolar Geografia e das suas práticas de ensino. Temática também valorizada nos eventos regionais e locais na área do ensino de Geografia.

fazendo um levantamento desses livros *in lócus* e em acervos digitais disponíveis na rede mundial de computadores⁶.

A busca nos acervos físicos foi feita inicialmente na Biblioteca do Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade – GPCES, instalada no Centro de Educação, da Universidade Federal da Paraíba. Neste caso, também consultamos a base catalográfica elaborada pelo GPCES a partir de outras instituições e bibliotecas⁷, dentre as quais destacamos a biblioteca do Gabinete Português de Leitura, instalado na cidade do Recife e os arquivos dos Institutos Históricos e Geográficos do Nordeste - IHGNE⁸. Também compõem o quadro de livros catalogados, obras pertencentes à Biblioteca particular da autora e da professora orientadora desta pesquisa.

O levantamento nos acervos digitais foi feito no catálogo do Banco de Dados de Livros Escolares Brasileiros – LIVRES⁹. A importância dada a este site dá-se porque este nos leva automaticamente aos acervos de outras bibliotecas e instituições brasileira que trabalham com a temática, pois o seu catálogo integra o acervo da Biblioteca do Livro Didático da Biblioteca FEUSP; Biblioteca Municipal Mário de Andrade de São Paulo; Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro; Biblioteca do Colégio Pedro II – NUDOM do Rio de Janeiro; Biblioteca do CEALE da UFMG; Biblioteca do Conjunto das Químicas da USP; Biblioteca da UNESP - Marília; Biblioteca PUC - Minas Gerais. Além do site LIVRES também acessamos outros endereços eletrônicos, como o site do Laboratório de Ensino e Materiais Didáticos - LEMAD; Acervo de obras raras da biblioteca do Senado Federal¹⁰, dentre outros.

⁶ A busca geral das obras para montar a base de dados considerou períodos anteriores e posteriores ao recorte temporal estabelecido para análise, tendo em vista a possibilidade de que os autores que publicaram obra dentro período possam ter edições (re)editadas antes 1870 e/ou depois de 1910.

⁷ A base catalográfica levantada pelo GPCES é feita a partir do desenvolvimento de projetos desenvolvidos no âmbito de pesquisas PIBIC, dentre outros projetos coordenados pelos professores credenciados ao grupo.

⁸ Aqui cabe ressaltar que o processo de catalogação feito nestes acervos também foi iniciado durante outros projetos desenvolvidos pelo GPCES, em especial, no âmbito do um Projeto Universal *Ensino de Geografia: materiais didáticos, currículos, autores e práticas escolares (1860 a 1940)*, financiado pelo CNPq, do qual fizemos parte e coletamos os dados *in lócus*.

⁹ O banco de dados da LIVRES traz um extenso catálogo de produções didáticas de diferentes disciplinas desde o século XIX até os dias atuais, além de reunir outras fontes relacionadas à produção didática, tais como legislação, programas curriculares, catálogo de editoras e bibliografia de pesquisas nacionais e internacionais sobre o tema.

¹⁰ A busca nos acervos/instituições não especializadas em acervos didáticos não é muito fácil, tendo em vista a variedade de fontes existentes nesses locais, e ainda, em alguns casos, a falta de sistematização destas, como ocorreu em alguns dos IHGNE. Nos casos dos acervos digitais utilizamos alguns termos e expressões chaves considerando a grafia da época, para as buscas, a exemplo de: *compêndio, cosmographia, geographia, geografia, chorographia, corographia, corográfica(o)*, dentre outros termos associados.

Dentre os livros catalogados selecionamos obras didáticas destinadas ao uso das escolas, sejam direcionados ao ensino primário ou secundários, sejam compêndios cosmográficos, livros de geografia geral, e as geografias/corografias nacionais ou regionais¹¹. Além dessas tipologias, incluímos em nosso levantamento os livros utilizados para consulta dos autores, dos professores e dos alunos e que apresentem direcionamento para fins escolares, a exemplo de atlas e dicionários geográficos, que também são compreendidos como livro de consultas e paradidáticos, tal como classifica o catálogo LIVRES.

A busca pelas informações acerca dos autores, também nos leva a recorrermos a diferentes acervos e tipos de fontes¹². Aqui cabe ressaltar que o próprio livro didático também se configura como uma importante fonte para conhecermos a atuação profissional e social do seu autor. Neste caso, assinalamos a grande importância de valorizarmos as informações contidas nas capas e folhas de rosto, além dos textos introdutórios disponíveis nas primeiras páginas dos livros.

Nos livros que tivemos acesso, fizemos uma leitura das informações presentes na capa, folha de rosto, dedicatórias, prólogo, prefácio, introdução, notas/advertência ao leitor, pareceres de importantes representantes de órgãos educacionais e da imprensa em geral, entre outras informações que, por vezes, fazem parte dos elementos textuais que compreendem o livro didático. Na época, era muito comum que estas partes dos livros, trouxessem informações sobre os autores (atuação profissional, os prêmios recebidos, outras obras do autor), informações sobre edições anteriores (no caso de reedição), aprovação da obra, a proposta de circulação da obra e opinião geral da imprensa acerca da obra e do autor etc.

Acreditamos que a produção dos conhecimentos escolares contidos nos livros didáticos não resulta de uma mão única, ou seja, não parte exclusivamente dos interesses de um único sujeito - o autor, mas sim de um contexto permeado por várias instituições/sujeitos encadeando limites, conflitos, tensões, acordos, discriminações,

¹¹ A geografia regional, ou seja, de uma determinada parte do planeta era denominada na época como geografia especial, *geographia particular* ou *chorographia*. Estas obras apresentavam descrições relacionadas a algum destes recortes espaciais e tratavam de examinar os elementos da Geografia geral em regiões determinadas, além de procurar também conhecer as influências recíprocas entre essas regiões e os homens que as habitam (SAID ALI, 1905).

¹² Dentre os sites visitados, além dos já citados, também acessamos ao endereço eletrônico do Latin American Microform Project (LAMP) no Center for Research Libraries (CRL); Acervo da hemeroteca digital (jornais e revistas) da Biblioteca Nacional e do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, dentre outros. Também recorremos às produções bibliográficas que contemplam a temática.

satisfações (BITTENCOURT, 2004a). Nesta perspectiva, não nos deteremos a uma análise biográfica do autor considerando a sua trajetória de vida, mas atentando para o lugar social deles e as suas múltiplas influências com outros sujeitos do círculo político e intelectual da época. Metodologicamente, isto nos direciona para ampliarmos nosso olhar e, nos limites desta pesquisa, buscamos outros documentos como: leis, decretos, relatórios de instrução, catálogo das editoras, dicionários biográficos, além de recorrermos a trabalhos acadêmicos de referência que trataram da temática, a exemplo de relatórios, artigos, dissertações e teses¹³. No entanto, salientamos que nosso percurso de levantamento e análises das fontes compreende na comparação e confronto entre elas, buscando verificar uma maior veracidade das informações, tendo em vista a existência de algumas divergências dado à complexidade do trabalho com o livro didático publicado no período, considerando os aspectos materiais da sua produção, a dinâmica das reedições e o estado de conservação.

Os resultados desta pesquisa apresentam-se estruturados em quatro capítulos, um tópico destinado às nossas considerações finais e dos elementos pós-textuais, compostos pelos apêndices.

Neste primeiro capítulo, além desses apontamentos introdutórios, traremos algumas palavras sobre a nossa aproximação com a temática em estudo, além de versarmos sobre os enfoques historiográficos no âmbito das pesquisas acerca do livro didático, da Geografia Escolar e dos autores de livros didáticos.

No capítulo dois, apresentaremos os delineamentos teóricos-metodológicos, discutindo o contexto histórico e educacional a partir do período em foco; versaremos sobre a história das disciplinas escolares enquanto um campo de estudo na área da educação, em especial, na linha da história da educação; apresentaremos o nosso entendimento acerca do livro didático, evidenciando as múltiplas facetas acerca do seu

¹³ Neste caso, recorremos a alguns trabalhos direcionados à produção didática de Geografia no período (ALBUQUERQUE, 2008, 2010, 2012; SILVA, 2012; MAIA, 2014), e também, aos estudos que não são propriamente direcionados à disciplina Geografia, a exemplo, de publicações que versam sobre a temática com enfoque para a os estudos da Leitura e da disciplina História, tendo em vista que no período, os autores de livros didáticos não se enquadravam como especialistas de uma determinada disciplina, além de exercerem diferentes papéis na sociedade. Reconhecemos a existência de autores que transitavam entre outras áreas para além das supracitadas, optamos dá uma atenção especial às produções sobre os livros didáticos de História e Leituras por considerarmos que era mais frequente a atuação dos autores de livros didáticos de Geografia nestas áreas que nas demais, especialmente, no caso da História. Além do mais a história dessas disciplinas vem sendo bastante investigada a partir dos seus livros didáticos, o que resulta em várias produções bibliográficas neste sentido, a exemplo, dos trabalhos de Bittencourt (1993, 2004, 2008); Tambara (2008); Moreira (2009, 2010), Silva (2008), Reis (2012), dentre outras.

conceito, além de tratarmos dos elementos teóricos e metodológicos sobre a noção de autor, estabelecendo uma relação com o autor do livro didático.

No terceiro capítulo, discutiremos os ideais republicanos educacionais e as concepções acerca da elaboração dos saberes escolares geográficos a partir dos livros didáticos de Geografia do período. Considerando os aspectos materiais do livro didático, também evidenciaremos o conjunto de sujeitos autorais envolvidos na etapa da produção e comercialização do livro didático de Geografia. Em seguida, apresentaremos elementos da dinâmica da produção dos livros didáticos dessa disciplina e a classificação das obras levantadas.

No quarto capítulo, discutiremos sobre os resultados da pesquisa, abordando os livros didáticos de Geografia publicados no período e o lugar social de seus autores. Nos dois primeiros tópicos traremos um mapeamento a partir das produções destinadas às escolas em geral, elucidando a produção didática de Geografia no contexto nacional, destacando centralidade da dinâmica editorial no contexto do Município da Corte e o perfil sócio profissional dos autores desses livros, dando destaque para aqueles que escreveram obras para os diferentes níveis de ensino. Posteriormente, trataremos da mesma temática a partir do contexto das províncias/estados.

1.2 - O despertar para a temática

A aproximação com a temática trabalhada nesta pesquisa teve origem durante a graduação por meio de um projeto no âmbito do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC, intitulado *A província da Parayba nos livros didáticos de Geografia (1870 – 1920)*, desenvolvido no Centro de Educação da UFPB. Na graduação, a oportunidade de aproximação com a pesquisa e de uma vivência acadêmica, ocorreu apenas após ter cursado mais da metade do curso de Geografia (bacharelado e licenciatura).

A oportunidade de nos vincularmos ao projeto PIBIC acima referenciado foi muito rica, tendo em vista as interlocuções realizadas constantemente entre a Geografia e a Educação, em especial, com a História da Educação.

Em nossas análises, ainda no projeto PIBIC, observamos alguns elementos presentes nas obras analisadas, as quais demandavam, dentre outras questões, maior

aprofundamento de questões metodológicas, de materialidade e da análise dos conteúdos, além de investigações acerca dos autores dos livros didáticos trabalhados.

Nesse sentido, elegemos esta temática para o nosso trabalho monográfico de conclusão de cursos, fazendo um recorte temporal para as últimas décadas do século XIX, analisando três livros didáticos e seus respectivos autores. A partir desta investigação, ainda de caráter introdutório, evidenciamos a necessidade de darmos continuidade a pesquisa, dada a relevância da temática e a lacuna da literatura acerca do tema no âmbito da história da Geografia escolar.

Dentre as demandas de investigação acerca dos livros didáticos de Geografia, optamos por dar uma atenção especial aos autores, por considerá-los como agentes construtores dos saberes escolares geográficos, seja na seleção dos conteúdos, seja nos direcionamentos das propostas didático-pedagógicas presentes nos livros didáticos dessa disciplina, dentre outros aspectos.

Foi a partir desses primeiros passos investigativos e das discussões nos grupos de leituras, e consecutivamente, dos questionamentos surgidos nesse percurso, que elaboramos o pré-projeto da pesquisa do mestrado, intitulado *Autores de livros didáticos de Geografia e suas contribuições para a Geografia escolar brasileira entre o final do século XIX e início do século XX*, submetido à aprovação na seleção do mestrado, na linha de pesquisa educação geográfica, no Programa de Pós-graduação em Geografia, da UFPB.

Do projeto de pesquisa inicial à versão aqui apresentada, intitulada *Livros Didáticos de Geografia e seus Autores: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil*, novos contornos foram delineados a partir de experiências vivenciadas com novas leituras, no contato com as fontes, e também, a partir dos diálogos com a orientadora e das contribuições recebidas durante o exame de qualificação deste trabalho.

1.3 - Livros didáticos, autores e Geografia escolar: alguns temas e enfoques

A busca por uma bibliografia representativa acerca da temática aqui estudada nos direciona para as produções acerca do ensino de Geografia¹⁴ e também para aquelas pesquisas que têm o livro didático como fonte e/ou objeto de investigação dessa disciplina. Neste caso, abrem-se novos caminhos investigativos acerca dos estudos centrados no próprio livro didático, a exemplo das pesquisas de caráter histórico. A abordagem histórica sobre o estudo do livro didático se divide basicamente em duas ordens, embora haja interseção entre elas: aquelas que envolvem as pesquisas centradas na história/memória do livro e da leitura¹⁵ e aquelas que se inserem na perspectiva da história das disciplinas escolares (MUNAKATA, 2003).

Embora nosso propósito final se aproxime da segunda vertente apresentada, ou seja, contribuir com os estudos centrados na história das disciplinas (no caso a Geografia), também reconhecemos a necessidade de um diálogo com os estudos centrados na história do livro. Isto nos permitirá conhecer a dinâmica, as contradições e as relações inerentes ao processo de produção do livro didático no que compreende o papel dos sujeitos/instituições envolvidos, pois entendemos que este processo pode influenciar também a constituição de uma disciplina.

Nesta perspectiva, buscamos conhecer a trajetória das pesquisas acerca da história dos livros didáticos em âmbito nacional, ao mesmo tempo em que também levantamos as produções bibliográficas sobre a história da Geografia escolar, no Brasil. Neste caso, procuramos evidenciar aquelas pesquisas que se apoiaram na história das disciplinas escolares e que utilizaram o livro didático de Geografia como fonte e/ou objeto de estudo dessa disciplina. Nossos esforços também se centraram na busca de pesquisas que abordassem os autores de livros didáticos. Tendo em vista a pequena produção especificamente acerca desta temática, nos debruçamos na busca da

¹⁴As pesquisas produzidas neste campo de estudo, inicialmente trazem uma abordagem apontando o *ensino de Geografia*, sobretudo, aquele presente nas escolas. Em um momento posterior se observa estudos que fazem referência a *Geografia escolar* enquanto uma disciplina, o que permite uma ampliação da temática para o contexto escolar e, mais recentemente, destacam-se os estudos no âmbito da *educação geográfica*.

¹⁵Internacionalmente, destacam-se os estudos do Francês Roger Chartier e Robert Darton. No Brasil, temos as seguintes referências: HALLEWEL, Laurence. *O Livro no Brasil*. São Paulo, Edusp/T.A. Queiroz, 1985; e, EL FAR, Alessandra. *O livro e a leitura no Brasil*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2006. Especificamente sobre o livro didático, ver: LAJOLO, Marisa. *Usos e abusos da literatura no Brasil: Bilac e a literatura escolar na República Velha*. Porto Alegre: Globo, 1982.

identificação do desenvolvimento desse assunto difundido nas pesquisas em gerais, acerca da história do livro didático e das disciplinas escolares.

De acordo com Choppin (2004), apesar dos estudos que versam sobre o livro didático terem se constituído em um campo fértil de pesquisas, com domínio em vários países concomitantemente a partir das últimas décadas do século XX, as produções ainda são raras e, geralmente, não são elaboradas na forma de síntese buscando abranger toda a produção didática e os períodos. Analisando a realidade brasileira, Moreira (2012) evidencia esta mesma problemática, destacando a carência de grupos de trabalhos dedicados a escrever a história geral da literatura escolar em âmbito nacional. A autora ainda ressalta a ausência de um censo de livros didáticos produzidos no país, de inventários das obras disponíveis, da evolução dos marcos legislativos e regulamentários das edições escolares, da sociologia dos autores, da evolução da estrutura produtiva, da análise de sua difusão, de sua recepção etc.

Até os anos de 1980, a realização de pesquisa científica em torno do livro didático no Brasil era um verdadeiro tabu, condição esta que estava associada à ideia de desprestígio inerente aos livros didáticos durante o período da ditadura militar (MUNAKATA, 2003), ao atribuir a esses a ideia de verdadeiros “vilões”, dada a propagação das análises em torno das críticas ideológicas dos conteúdos (BITTENCOURT, 2011). Nesse sentido, os primeiros enfoques assumidos pelas pesquisas sobre o livro didático no Brasil compreendiam esses livros sob um ponto de vista estruturalista, buscando enfatizar concepções ideológicas oficial e burguesa, análises estas embasada no pensamento Althusseriano, nas ideias de falso e de correto, da cientificidade, ou da ausência desta nesses livros (MUNAKATA, 2003; BITTENCOURT, 2011). Mais recentemente, sobretudo, a partir da última década do século XX e início do século XXI, as pesquisas que versam sobre os livros didáticos apontam para direcionamentos diversificados assumindo diferentes enfoques. Assim, “[...] Nesse início do século XXI, já estão distantes os tempos em que se combatia o livro didático do mesmo modo como se lutava contra a ditadura militar” (MUNAKATA, 2003, p.7).

No que se refere às pesquisas que versam sobre os livros didáticos a partir de uma perspectiva histórica, podemos apontar o caráter recente desses estudos tanto em âmbito nacional quanto internacional. A partir da última década do século XX, há um crescimento significativo dos estudos sobre essa temática conforme salienta Munakata

(2012) ao fazer um balanço de alguns temas de pesquisa acerca do livro didático. Também de modo a valorizar as discussões a respeito do livro didático, nesse período, dá-se o aparecimento de eventos específicos para debater a temática, dentre os quais destacamos o I Encontro Internacional sobre Manuais Escolares realizado em 1999, na Universidade do Minho, em Portugal, discutindo o tema: *Manuais escolares – Estatuto, Funções, História*, e também, o Simpósio Internacional, sediado na Universidade de São Paulo em 2007, apresentando a temática *Livro didático: Educação e História*, além da existência de espaços reservados as discussões sobre livro didático nos diversos eventos científicos.

A expansão das investigações acerca do livro didático sob uma perspectiva histórica também pode ser observada com a criação de grupos de pesquisas¹⁶, e, recentemente, também surge o interesse por parte de pesquisadores em organizar acervos e bibliotecas de livros didáticos, a saber: a Biblioteca do Livro Didático (BLD), da Universidade de São Paulo, incluindo a Biblioteca Virtual do Livro Didático (LIVRES); o Laboratório de Ensino e Material didático (LEMAD); o Acervo de Cartilhas, da UFMG; e a biblioteca do Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade (GPCES), instalada no Centro de Educação, na UFPB. Dentre as iniciativas internacionais, destacamos a Biblioteca Virtual EMANUELLE, que contém um grande acervo de livros didáticos Franceses; a Biblioteca Virtual MANES, que representa um grande acervo de publicações didáticas da Espanha e dos países da América Latina de língua espanhola; e o Centro Internacional de Cultura Escolar – CEINCE, que desenvolve atividades de investigação a partir de três eixos centrais: memória da escola e do patrimônio educativo, livros escolares, e a relação cultura escolar e sociedade do conhecimento.

De acordo Choppin (2000) *apud* Moreira (2012), os estudos centrados nos livros didáticos se proliferam globalmente numa perspectiva ideológica e sociológica a partir de questões relacionadas à constituição da memória coletiva (o nacionalismo, o patriotismo, a moral) se revelando na quantidade de trabalhos que investigam livros didáticos de História, Geografia e Português, uma vez, que estas disciplinas se vinculam diretamente à questão da língua, do espaço e da história do território. Nesta perspectiva, Rocha & Somoza (2012), ao apresentarem o dossiê *Manuais escolares: múltiplas*

¹⁶ Acerca dos Centros de Pesquisas sobre livros didáticos no mundo ver as indicações em Munakata (2012).

facetas de um objeto cultural, apontam a emergência dos primeiros estudos sobre o livro didático no âmbito de programas sistemáticos de pesquisa e destacam o pioneirismo do historiador George Eckert, o qual, no fim da Segunda Guerra Mundial, no contexto europeu, e sob os auspícios da Unesco, propõe um projeto de análise do papel dos livros escolares na formação das consciências nacionais, enfocando a relação das identidades nacionais e o do patriotismo.¹⁷

Assim, atualmente novas temáticas passam a fazer parte do universo das pesquisas sobre o livro didático. Tais abordagens visam explorar as múltiplas facetas inerentes a este, pois além de considerar as abordagens pedagógicas e metodológicas, buscam evidenciar os agentes envolvidos na sua elaboração e produção – a exemplo da relação entre o estatuto legislativo e os autores e editores; o processo de circulação e aquisição desses livros, e os diferentes usos deles no contexto escolar ou mesmo fora deste e, mais recentemente, as pesquisas centradas na história das disciplinas escolares (MUNAKATA, 2003; 2013; BITTENCOURT, 2011; MOREIRA, 2012).

Essas novas abordagens referentes ao livro didático foram inauguradas no Brasil pela historiadora Circe Bittencourt na década de 1990, quando esta estudou a disciplina escolar História, tendo como fonte central o livro didático dessa disciplina.¹⁸ Sua tese se tornou uma importante referência para as pesquisas tanto no campo da História, quanto também em outros campos disciplinares na área da educação. A grande contribuição da autora, dentre outros aspectos, dá-se pelo fato da sua pesquisa elucidar importantes elementos inerentes ao livro didático e ao saber escolar, trazendo para a discussão a complexidade concernente a este recurso didático, evidenciando as articulações entre este e o Estado, o mercado editorial e os autores, possibilitando uma ampliação da temática para além das denúncias sobre as concepções ideológicas nos livros didáticos.

Além da autora supracitada, também merece destaque, nesse sentido, os estudos de Kazumi Munakata (1997; 2012) e da historiadora Antônia Terra Fernandes (2004); além das investigações no âmbito da cultura escolar, conforme referências já mencionadas anteriormente na introdução da dissertação.

¹⁷ De acordo com Choppin (2004), a bibliografia anualmente produzida pelo *George-Eckert-Institut de Brunswick*, na Alemanha, seja sob uma perspectiva histórica ou não, é certamente, a mais completa, partindo da análise de livros didáticos de leitura e de ciências sociais.

¹⁸ BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. (tese de doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo-SP: 1993. Posteriormente, esta tese foi publicada no formato de livro, com *título Livro didático e saber escolar (1810 -1910)*. Autêntica Editora. Belo Horizonte: 2008 - (Coleção História da Educação).

Considerando as pesquisas que, de alguma forma, contemplam os autores de livro didático, podemos observar que essa abordagem é bem explorada no âmbito das disciplinas História e de Leitura. Nesse sentido, apontamos importantes referências como: Bittencourt (2004a, 2008¹⁹); Silva (2008²⁰); Moreira (2009, 2010); Gasparello (2004); Gasparello & Villela (2009). Quanto às produções que enfocam um determinado autor e sua obra, podemos citar as referências Fernandes (2009); Gasparello (2011).

De modo geral, analisando a produção bibliográfica no Brasil acerca dos estudos sobre o livro didático no âmbito de uma perspectiva histórica, e sua relação com as disciplinas escolares, podemos observar que, se a disciplina História ganha destaque, o mesmo não acontece para as disciplina Português e Geografia.

As pesquisas sobre o ensino de Geografia em âmbito nacional vêm ganhando espaço a partir das últimas décadas do século XX, contemplando os mais diferentes enfoques. Ao analisarmos a trajetória da pesquisa acadêmica sobre o ensino de Geografia no Brasil, e, tomando como base a produção de dissertações e teses desenvolvidas entre 1967 e 2003, Pinheiro (2005) aponta a presença dos seguintes eixos temáticos como foco de pesquisa: prática docente e educativa, representações espaciais, educação ambiental, conteúdo-método, formação de professores, formação de conceitos, características dos alunos, estudos sociais, currículos e programas, livro didático e história da Geografia escolar.

Considerando os dois últimos enfoques mencionados acima, temáticas que nos interessam de perto, podemos perceber que estas, em alguns casos, se fundem, de forma que o livro didático de Geografia passa a ser considerado como um objeto e/ou fonte para os estudos no âmbito da história dessa disciplina. Além do livro didático, os currículos e programas também se configuram como documentos utilizados nas pesquisas que versam sobre a história da Geografia escolar, inclusive, em alguns estudos, estas fontes são utilizadas em conjunto com os livros didáticos, já que o uso de uma fonte não elimina a outra, mas, dependendo da problemática, vem a somar.

Ao observarmos as pesquisas que versam sobre a história da Geografia escolar no Brasil, podemos perceber que essas se apresentam de forma bastante diversificada

¹⁹ Apesar do trabalho referenciado não ter como foco principal a análise acerca dos autores de livros didáticos, a autora traz uma discussão que contempla o papel do sujeito autor na elaboração do livro didático e na produção dos saberes escolares.

²⁰ Idem comentário da nota anterior.

tanto em seus enfoques, quanto no uso das fontes, e também, no que diz respeito às concepções teórico-metodológicas adotadas pelos autores²¹. Tomando como base o catálogo elaborado por Pinheiro (2005) apontamos a seguir alguns estudos que versam sobre a história da Geografia escolar e que utilizam o livro didático como fonte e/ou objeto de estudo, os quais são: Colesanti (1984); Pereira, (1989); Vlach (1988); Ferraz (1995); Rocha (1996²²) e Campos (1997).

O desenvolvimento de estudos acerca da história do ensino de Geografia é bem recente, e remonta a década de 1980. A partir do exercício de busca pela bibliografia acerca desta temática, pudemos observar que tais produções são, em número, pouco representativas se considerarmos o universo das pesquisas desenvolvidas sobre o ensino desta disciplina. Quanto aos enfoques abordados por esses estudos, observamos que grande parte deles tem a preocupação de estudar a relação/influência entre a ciência geográfica (ou acadêmica) e a Geografia ensinada nas escolas, a partir da análise de conteúdos e, geralmente, busca trabalhar as questões inerentes à dicotomia Geografia física e Geografia humana²³, ou ainda cobra do livro didático os conteúdos e as abordagens desses, tal como na academia. Outro enfoque explorado nas pesquisas que versam sobre a história do ensino de Geografia são aqueles de caráter geopolíticos, voltados para a formação da nacionalidade brasileira e do nacionalismo patriótico, destacando-se, neste caso, o clássico estudo de Vlach (1988).

Ponderando as abordagens teóricas adotadas pelas pesquisas sumariadas acima, podemos identificar que, são poucos os estudos que se apoiam na perspectiva teórico-metodológico pautada na história das disciplinas escolares. A esse respeito, também cabe ressaltar que esses debates são recentes e têm como referência principal um denso artigo do francês André Chervel, intitulado *História das disciplinas escolares: reflexões*

²¹ Ver Pinheiro (2005)

²² Ressalvamos que este estudo não teve como foco central o livro didático de Geografia, e sim, os programas curriculares do Colégio Pedro II, contudo, esta pesquisa traz uma importante contribuição para a área, tendo em vista a abrangência do recorte temporal e da ampla contextualização a partir das fontes apresentadas pelo autor. Ademais, neste trabalho Rocha (1996) traz para a discussão, novos e importantes debates pautados na história das disciplinas escolares.

²³ Ver LEONEL, Zélia. 1985. *Geografia: do discurso pedagógico a uma questão anterior a qualquer discussão: crítica à ciência geográfica*. São Carlos. SP. (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos; PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. 1988. *Da geografia que se ensina à gênese da geografia moderna*. Florianópolis, SC. (Mestrado em Educação) Universidade Federal de Santa Catarina; PEREIRA, Diamantino Alves Correia. 1989. *Origens e Consolidação da Tradição didática na Geografia escolar brasileira*. São Paulo, SP. (Mestrado em Geografia) – Universidade de São Paulo. CAMPOS, Rui Ribeiro de. 1997. *A Geografia escolar brasileira, dentro e fora da sala de aula: uma ciência em construção*. Campinas, SP. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

sobre um campo de pesquisa, publicado originalmente em 1988, na *Histoire de l'éducation*, traduzido para o português e publicado no Brasil em 1990, na revista *Teoria & Educação*²⁴.

Ao fazer um estudo heurístico sobre a escrita recente da história das disciplinas escolares no Brasil, e tomando como base publicações de livros oriundos de pesquisas em nível de mestrado e doutorado, Gatti. Jr (2009) apresenta 20 livros acerca da temática. Nesse sentido, além de observarmos que esse campo de estudo vem ganhando espaços nos últimos anos, é possível identificar que a História é a disciplina mais estudada, ou seja, 50% das produções apresentadas são destinadas ao estudo dessa disciplina. Os demais livros levantados pelo autor supracitado versam sobre Matemática, Educação Física, Língua Inglesa, Lições de coisas, alfabetização e textos escolares. No que se refere à Geografia, o autor não apontou, no referido levantamento, a existência de um livro especificamente dedicado a essa disciplina, tal como acontece para a História e outras disciplinas, mas, apenas uma das obras disposta no formato de coletânea que dedica um de seus capítulos ao estudo da Geografia escolar²⁵.

Entretanto, é importante ressaltar que, mesmo que sutilmente, as pesquisas centradas na história da disciplina escolar Geografia e, tendo o livro didático como fonte e/ou objeto de estudo, vem tomando corpo nos últimos anos, como já apontado aqui nos parágrafos anteriores.

Ao fazer um mapeamento da produção acadêmica que tiveram o livro didático como fonte e objeto de pesquisa no âmbito da história da educação Moreira (2012), considerou uma diversidade de fontes, a exemplo de livros, capítulos de livros, teses, dissertações, periódicos e anais de eventos acadêmicos. Esse levantamento aponta que, dentre outras abordagens dadas ao livro didático, o uso deste nas pesquisas acerca da história das disciplinas escolares, ganha espaço, inclusive, aquelas referentes à Geografia, mesmo que de forma tímida²⁶.

Com o intuito de ampliar o levantamento acerca das produções sobre o ensino de Geografia e do livro didático dessa disciplina, sobretudo, no que se refere às pesquisas mais recentes, já que o estudo de Pinheiro (2005) teve como recorte final o ano de 2003,

²⁴ Mais a frente, no tópico 2.2, aprofundaremos essa discussão.

²⁵ Cf. o artigo *Teoria geomorfológica e Geografia escolar no Brasil: o irresistível apelo pedagógico da teoria do ciclo geográfico*. In. História das disciplinas escolares no Brasil: contribuições para o debate. Org. Marcus Aurélio Taborda de OLIVEIRA e Serlei Maria Ficher RANZI. Bragança Paulista: EDUSF, 2003.

²⁶ Ver Moreira (2012).

fizemos consultas na rede internacional de computadores – internet, a partir de buscas com palavras-chave representativas da temática (*ensino de Geografia - livro didático - Geografia escolar e livro didático – história da Geografia escolar*), considerando os recortes temporais que contemplem o final do século XIX e início do século XX. Com base nesta busca podemos apontar as seguintes dissertações e teses: Boligian (2010); Carvalho (2012); Silva (2012)²⁷. Ainda acerca da temática aqui tratada, também destacamos as pesquisas feitas por Albuquerque (2008; 2008a 2010; 2011) e de outros membros do Grupo de Pesquisa Ciência, Educação e Sociedade – GPCES, os quais pesquisaram o ensino de Geografia a partir dos livros didáticos sob uma perspectiva histórica²⁸.

No que concerne aos trabalhos que, de alguma forma, contemplaram as temáticas Geografia escolar, livro didático e autoria, a partir das publicações de caráter regional com enfoque para uma determinada província ou estado, destacamos as seguintes pesquisas: Coelho (2003) sobre a história dos livros didáticos do Pará (1890 – 1910); Santos (2004) que abordou os livros didáticos sobre Sergipe, compreendendo o contexto entre o final do século XIX, até a primeira década da segunda metade do século XX; Corrêa, (2006) que tratou do circuito do livro escolar no contexto amazonense entre 1852 - 1910²⁹; Almeida (2007), ao tratar dos livros didáticos de Geografia e História adotados para as escolas elementares do Rio Grande do Sul (1896 -1902); Maia (2014), ao focar a Geografia escolar na província de Minas Gerais (1854 – 1889), além de trazer um levantamento geral das produções didáticas do período no contexto nacional.

²⁷ A riqueza desse estudo dá-se, dentre outros aspectos, devido ao recorte temporal utilizado pela autora e pelo levantamento das fontes feitas pela mesma, no que tange aos livros didáticos publicados no período, como podemos observar no título da sua tese *A bibliografia didática de geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814 – 1930...)*.

²⁸ Devido ao grande número de trabalhos desenvolvidos no GPCES sobre a temática, mencionaremos aqui algumas dissertações, que tratam da temática explorando diferentes enfoques inerentes à Educação Geográfica a partir do livro didático dessa disciplina, tomando como suporte teórico-metodológico a História das Disciplinas Escolares: a) LOPES, Lucineide Fábila Rodrigues. *A Região Nordeste nos livros de Geografia: uma análise histórica*. Dissertação (mestrado em Geografia). João Pessoa/PB, 2009; b) OLIVEIRA. Aldo Gonçalves de. *A cartografia escolar e o ensino de geografia no Brasil: um olhar histórico e metodológico a partir do livro didático (1913-1982)*. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFPB. João Pessoa/PB, 2010; c) COSTA, Barbosa Leila. *Uma leitura sobre a Geografia Escolar de Hilton Sette e Manoel Correia de Andrade*. Dissertação (Mestrado em Geografia) UFPB, Pessoa/PB, 2010; e, d) FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. *Os exercícios nos livros didáticos de geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa/PB, 2012.

²⁹ Ressaltamos que esta pesquisa não trouxe um enfoque centralizado nos livros didáticos de Geografia, mas sim nos diferentes livros didáticos que circularam nas escolas amazonenses.

A busca por uma bibliografia que nos apresentasse um panorama acerca das produções que versaram (e que versam) sobre o autor do livro didático nos direcionou para alguns importantes trabalhos que discutem os elementos que compreendem o entendimento de autor considerando a literatura de modo geral. Neste aspecto, contribuições importantes têm originado das reflexões de Michel Foucault, a partir de um ensaio *O que é o autor?*³⁰, e de Roger Chartier, tomando como referência central o seu recém-publicado livro *O que é um autor: revisão de uma genealogia*³¹ e o artigo *Figuras do autor*³². As discussões trazidas por esses teóricos serão aprofundadas a seguir no tópico 1.5 do capítulo 2.

Dentre as abordagens de análises atuais sobre o autor, destacam-se aquelas que o compreendem a partir da sua intrínseca relação com a sua obra. Tais análises partem dos estudos sobre a história dos impressos e visam destacar os elementos e processos anteriores e posteriores a fabricação desses. Contudo, anterior a esse momento as análises em torno do livro, e também, as pesquisas sobre os autores se davam de forma independentes, não estabelecendo uma ligação entre estas temáticas (autor e obra) de estudos (CHARTIER, 1994).

Historicamente os estudos na perspectiva da história do livro e da leitura relegaram a figura do autor. Nesse sentido, Chartier (1994), ressalta que na primeira forma dominante da literatura dos historiadores ingleses o livro é visto dissociado do leitor, da figura do autor, enquanto que na tradição da história social francesa, os livros têm leitores, mas também não tem autor. As análises, então, priorizavam dois tipos de abordagens: aquela que se volta para a materialidade do livro, englobando apenas o trâmite que compreende o processo de fabricação do livro, abordagem esta, muito representativa dos historiadores ingleses; e, as abordagens voltadas para a circulação, aquisição e práticas de leituras entre os diferentes grupos sociais, destacando-se, neste caso, os estudos dos historiadores franceses (BITTENCOURT, 2004a).

³⁰ Este texto trata-se de uma conferência feita por Michel Foucault e publicada originalmente em 1969, na Sociedade Francesa de Filosofia. Uma versão foi publicada no livro *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema (vol. III)*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

³¹ Esta referência trata-se de um livro de Roger Chartier, publicado em 2012, no qual este autor faz uma leitura e uma revisão crítica acerca das formulações apresentadas por Michel Foucault na conferência supracitada, ao mesmo tempo em que traz importantes elementos pautados na história cultural e material do livro.

³² Este texto compreende um conjunto de ensaios de Roger Chartier publicados no livro intitulado *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XVI e XVIII*, 2004. Neste texto Roger Chartier traz uma discussão da função autor a partir de análises históricas sobre os impressos, levantando elementos sobre “a ordem dos livros”, para, então, buscar entender os princípios que orientam a “ordem dos discursos” nos livros.

Quanto as análises centradas no autor, durante muito tempo, estas se situaram em diferentes campos do conhecimento, a exemplo da linguística, da história literária (com seus gêneros clássicos) e da hermenêutica (com as suas narrativas biográficas). Essas áreas, geralmente evidenciavam o autor como uma figura romântica, magnífica, solitária e soberana (CHARTIER, 1994). Essa noção atrelada ao autor “constitui o momento crucial da individualização na história das ideias, dos conhecimentos, das literaturas, e também, na história da filosofia e das ciências” (FOUCAULT, 2001, p.5). Sob este aspecto, o autor é elevado a uma condição de grandeza individual, magnífica e soberana, dissociado dos demais agentes envolvidos na produção, na impressão, na circulação e na apropriação dos seus escritos. Esta abordagem também tende a selecionar os autores de grandes impactos na formação das mentes da sociedade.

Acerca da figura dos autores de livros didáticos, tanto em âmbito nacional quanto internacional, e tomando como referência o caso da historiografia francesa, Bittencourt (2004a), aponta que as pesquisas sobre tais sujeitos tem seguido essa tendência, uma vez que, as pesquisas que evidenciavam a figura do autor do livro didático, preferencialmente, centravam suas análises sobre os autores que tiveram grande repercussão em um determinado contexto social e que tinham marcado a memória de gerações de estudantes.

Ainda com relação à ausência dos sujeitos produtores do texto no âmbito dos estudos sobre a história do livro, Chartier (1994) nos diz:

Quer ignore o autor ou deixe a cargo de outros especialistas, a história do livro tem sido praticada como se suas técnicas e descobertas fossem irrelevantes para a história dos produtores de textos, ou como se esta fosse destituída de qualquer importância para a compreensão das obras (CHARTIER, 1994, p. 34).

Contudo, essa ausência da figura do autor no âmbito da história do livro, passou a ser alvo de várias críticas na contemporaneidade, dado a emergência de um novo direcionamento teórico-metodológico que, ao invés de focar as análises apenas nos elementos internos do sistema de signos inerentes à escrita e, nas técnicas de produção do texto, buscavam reinscrever a obra em sua própria história, articulando o texto, por um lado, às intenções do autor, e por outro, às respostas dos leitores, além de rearticular a obra (na sua forma física) ao seu produtor (CHARTIER, 1994).

Assim, o entendimento acerca do autor passou a ser mais ampla e relacional. Tais abordagens, presentes na literatura francesa da história do livro, passaram a se

evidenciar de diferentes formas a partir das diferentes abordagens que compreendem as discussões sobre a “estética da recepção”, destacando-se as críticas situadas nas teorias do *novo historicismo*, na *sociologia da produção cultural*, sobretudo, com os conceitos introduzidos por Pierre Bourdieu, e também, a partir das reflexões encabeçadas por Mckenzie, no campo da “*sociologia dos textos*” (CHARTIER, 1994).

Essas novas abordagens, mesmo apresentando diferenças entre si, “têm como ponto comum rearticular o texto ao seu autor, a obra às vontades ou as posições de seu redator” (CHARTIER, 1994, p. 35), passando a evidenciar a figura do autor no bojo das análises histórico-sociológicas do personagem autoral; das análises referentes às relações estabelecidas na fabricação do livro e das práticas culturais de leituras.

Partindo das discussões que permeiam essas novas abordagens, e também das reflexões travadas na perspectiva da história das disciplinas escolares, buscaremos situar e analisar o autor do livro didático (no caso os de Geografia), fazendo as devidas associações com os recortes (temporal e espacial) estabelecidos para este estudo.

Ao levantarmos as pesquisas que versam sobre os autores dos livros de Geografia em âmbito nacional, podemos observar também uma lacuna nas produções nesse sentido, sobretudo, em se tratando do período em estudo. No entanto, é possível observar a existência de pesquisas que enfocam diferentes temáticas sobre os conteúdos e metodologias presentes nos livros de determinados autores, compreendendo as pesquisas centradas na análise de uma determinada obra (ou coleção) de um determinado autor. Em geral esses estudos propõem estabelecer uma relação entre autor e obra, enfocando mais na obra, trazendo poucas informações acerca do autor. Nestes casos, ressaltamos a importância dessas pesquisas para nossas análises, pois orientam o nosso olhar quando lemos os livros didáticos publicados no recorte que escolhemos para trabalhar, além de trazerem, mesmo que de forma sucinta, informações sobre os autores. No entanto, em geral, os autores analisados nesses estudos, compõem um pequeno grupo de profissionais que se tornaram consagrados na história da disciplina³³. No caso da Geografia, temos, dentre outros, Delgado de Carvalho e Aroldo de Azevedo.

Os estudos levantados e apresentados na página 37, mesmo não priorizando como foco principal a temática da autoria (ou dos autores) de livros didáticos de

³³ Ao recorrermos às pesquisas sobre a disciplina História nesse sentido, observamos que essa realidade também é aplicada no caso dessa disciplina, conforme aponta Bittencourt (2011) em seu artigo Produção didática de história: trajetórias de pesquisa.

Geografia, esses trabalhos têm uma preocupação em apresentar esses sujeitos, pesquisas estas, que se configuram também como importante fonte para nossa investigação. Além desses estudos, alguns trabalhos sobre os livros didáticos de História também se configuram como importantes fontes para nós, conforme já mencionamos antes. A relevância, dada por nós, aos trabalhos voltados para as disciplinas História e Leitura, é justificada pelo fato desses contemplarem o recorte temporal por nós estudado e trazerem importantes informações sobre os trâmites e as relações que envolvem o processo de produção de livros didáticos no período. Além do mais, esses estudos nos subsidiam diretamente com dados sobre os autores de livros didáticos de Geografia, já que na época era comum um mesmo autor escrever livros para mais de uma disciplina, sobretudo, no que concerne a Geografia, a História e Leitura, sendo mais comum ainda, para a Geografia e a História.

Apesar de a literatura antes referenciada, e também, do levantamento das obras didáticas catalogadas nos acervos indicarem uma forte tendência no que diz respeito à publicação de livros didáticos destinados às diferentes províncias/estados no contexto após a segunda metade do século XIX, em especial, a partir da década de 1870, não identificamos nenhuma pesquisa que tratasse especificamente sobre esta temática, apesar de contemplarem essa discussão de forma pontual. Nesse sentido, reconhecemos a contribuição desta dissertação ao propormos discussão a partir das publicações de livros didáticos de Geografia “regionais/locais”, tendo como objeto/sujeito de análise os autores dessas publicações.

Ainda no que se refere à literatura acerca da Geografia escolar, podemos observar que as pesquisas que versam sobre as obras didáticas mais recentes dominam esse campo de pesquisa, o que expressa uma lacuna considerável quando buscamos referências que tratem de períodos anteriores à institucionalização dessa disciplina no meio acadêmico, apesar das contribuições recentes.

Essa lacuna na literatura da história da Geografia escolar, reforça a importância do desenvolvimento de pesquisas que investiguem a história da disciplina escolar, sobretudo, a partir dos elementos internos e externos a essa disciplina conforme orienta o cariz da história das disciplinas escolares (CHERVEL, 1990; SANTOS, 1990).

Nesse sentido, se faz necessário entendermos os pressupostos teórico e epistemológico que vêm redefinindo recentemente as pesquisas de caráter educacionais. Desse modo, e buscando delinear os aportes teórico-metodológicos e conceituais que

orientam a dissertação, o próximo capítulo traz algumas reflexões acerca: do recorte temporal estabelecido para a pesquisa; da história das disciplinas escolares enquanto um campo de investigação; do entendimento de livro didático e da noção de autor.

CAPÍTULO 2 - DELINEAMENTOS DA PESQUISA: reflexões teórico-metodológicas

2.1 - O recorte temporal (1870 – 1910): uma contextualização necessária

A periodização adotada neste trabalho, especialmente no que se refere às décadas estabelecidas para nossas análises, de 1870 a 1910, é fruto de reflexões surgidas durante a primeira etapa de desenvolvimento da pesquisa. O exercício em busca da delimitação do recorte temporal nos levou a considerar, dentre outros enfoques que permeiam a problemática em estudo, a ampliação da escolarização para as diferentes províncias e principais cidades no período entre o final do Império e as primeiras décadas da República, sobretudo, no que concerne a escola primária; o aumento da produção e difusão dos livros didáticos na época; a efervescência dos debates republicanos no âmbito educacional; os debates acerca do papel das províncias na formação de uma nação brasileira; e o envolvimento dos autores de livros didáticos dessa disciplina com estas questões, no período.

O contexto geral, que por vezes recorremos para melhor entendermos nossa problemática no período em destaque, ultrapassa as décadas aqui definidas, sobretudo no que diz respeito ao período que antecede ao recorte inicial apontado. As configurações representativas do final do século XIX e início do século XX, resultam de um construto histórico que se delineou durante todo o período oitocentista. Ao mesmo tempo em que o contexto das últimas décadas do século XIX promovia configurações específicas para o momento, resultando em mudanças, essas configurações também possuem seus elos de continuidade com o passado.

O estabelecimento do recorte temporal escolhido para esta pesquisa visa valorizar os elementos inerentes à cultura da sociedade nas diferentes esferas e espaços sociais, se distanciando, assim, de uma vertente epistemológica que prioriza, em suas análises e reflexões, um viés estruturalista pautado no âmbito da história política e das ideias, por se apoiarem essencialmente nos marcos políticos administrativos. Esta perspectiva teórica defende que os marcos políticos funcionam como uma espécie de mola mestra para entender as relações históricas e sociais. No entanto, os estudos mais recentes vêm apontando que o emprego desses marcos e a unidade que a adoção destes sugere são insuficientes para explicar a complexidade da ação social nesses períodos (GONDRA & SCHULER, 2008). Além do mais, entendemos que uma mudança no

regime político não implica necessariamente em uma mudança imediata no interior das relações nos diversos segmentos da sociedade, dada a existência de diferentes sujeitos atuando em contextos sociais e espaciais diversos (GONDRA & SCHULER, 2008).

Assim, no que se referem aos níveis e modalidade de ensino, aos espaços educativos e aos materiais didáticos de ensino, dentre outros elementos inerentes à cultura escolar, não podemos desconsiderar os diferentes sujeitos da educação. Além da esfera legisladora, a ação educativa é composta por professores, alunos, pela comunidade escolar como um todo e, de forma mais abrangente, pela sociedade.

Portanto, para estabelecimento das nossas escolhas acerca do recorte temporal, das fontes de pesquisas e dos enfoques explorados nesta pesquisa nos atentamos para os elementos “mais próximos” do nosso objeto de estudo, sem desconsiderar o contexto no qual este está inserido.

O contexto histórico compreendido entre o final do século XIX e início do século XX, expressa um período de grande efervescência e de muitas transformações em importantes setores da sociedade mundial, em especial da sociedade brasileira, destacando-se a transição do modelo político administrativo monárquico para o republicano e a passagem de uma sociedade escravocrata para uma sociedade baseada no trabalho livre. O cenário emergente a partir dessa nova configuração política e social aponta para outras transformações no âmbito econômico, cultural e educacional.

Diante dessa conjuntura, a educação, por sua vez, passa a ser entendida no âmbito da modernidade, como a principal via para moldar uma sociedade sob os princípios de uma nova ordem política e social. Nesse sentido, a escola se configura como um dos principais lugares de formação de uma nova geração com o intuito de preparar novos cidadãos para responder aos ideais do Estado republicano e atender as exigências da modernização. A educação escolar passa, então, a sofrer influências significativas advindas do Estado e da sociedade como um todo, se distanciando cada vez mais de um caráter de informalidade reservado ao âmbito familiar (educação doméstica)³⁴ e as restritas ‘aulas régias’, alimentando, assim, uma ideia de escolarização pautada na laicização e universalização do ensino.

³⁴ A educação doméstica era a educação que era dada na casa dos senhores, para os senhores e seus filhos. Trata-se de uma educação regulamentada pelos “mestres das Casas”, os quais cuidavam da prática de educar, no espaço doméstico, os filhos das famílias mais abastadas da sociedade oitocentista (VASCONCELOS, 2005).

Diante dessa realidade, e considerando o contexto educacional referente ao período de transição entre final século XIX e início do século XX, podemos observar que esse período vem sendo bastante explorado por associações e vários grupos especializados em estudar a história da educação³⁵, sobretudo em se tratando da educação escolar. No entanto, ao lançarmos um olhar mais atento para este período e, considerando a variedade de fontes documentais, percebemos que ainda há muito a ser explorado nesse aspecto.

Trazendo para a discussão, a temática acerca dos livros didáticos produzidos na época, podemos observar que, no período em tela, esses impressos também passaram a ganhar cada vez mais representação no meio escolar. Além do mais, passaram a despertar atenção de diferentes instituições, a exemplo, do Estado, das editoras, dos autores, dos livreiros, assim como de outros sujeitos que lidavam diretamente com esses impressos quando da preparação de suas aulas, ou mesmo em suas práticas junto às escolas, uma vez que o livro didático passara a ser o recurso didático mais utilizado por professores e, por vezes, por alunos.

No que diz respeito à nacionalidade dos livros didáticos publicados nesse período, a literatura acerca dessa temática, em geral, aponta que, durante o século XIX, grande parte dos livros didáticos que circulavam nas escolas brasileiras eram, em sua maioria, obras estrangeiras, publicadas especialmente na França, na Alemanha e em Portugal, e traduzidos para o português. Contudo, no caso dos livros didáticos de Geografia, Silva (2012), ao fazer um extenso levantamento acerca da bibliografia didática da Geografia no Brasil entre 1814 e a década de 1930, aponta que o número de obras traduzidas e adaptadas era, em número, muito pequeno.

A forte difusão dos ideais nacionalistas, algo muito comum para o período em estudo, por vez, trazia uma relação estreita com os livros didáticos publicados na época. De acordo com Bittencourt (2008), as críticas às obras estrangeiras passaram a ganhar força a partir das décadas de 1870 e 1880, emergindo, assim, a proposta da criação de

³⁵ Dentre esses grupos, destacamos: a Sociedade Brasileira de História da Educação (SBHE); os núcleos de Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR); Grupo de Pesquisa História das disciplinas escolares e do Livro didático (PUC/SP); Grupo de Pesquisa, Ciência, Educação e Sociedade (GPCES/UFPB); Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em História da Educação (NIEPHE/USP); História da Educação, Memória e Sociedade (GEPHEMES/ UFGD); Núcleo de Ensino e pesquisa em História da Educação (NEPHE/UERJ); Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação (GEPHE/UFMG), Laboratório de Ensino e Materiais Didáticos (LEMAD/USP), dentre outros.

obras didáticas que fossem “genuinamente nacionais”. Também denunciando essa problemática, José Veríssimo em sua obra *A Educação Nacional*³⁶, adverte que

São os escritos estrangeiros que, traduzidos, translado ou, quando muito, servilmente imitados, fazem a educação de nossa mocidade.

Seja-me permitida uma recordação pessoal. Os meus estudos feitos de 1867 a 1876 foram sempre em livros estrangeiros. Eram portugueses e absolutamente alheios ao Brasil os primeiros livros que li.

[...] Acanhadíssimas são as melhorias desse triste estado de coisas e, ainda hoje, a maioria dos livros de leitura se não são estrangeiros pela origem, são-no pelo espírito (VERÍSSIMO, 1985, p 54-55).

Na denúncia de Veríssimo, podemos perceber a preocupação deste intelectual não apenas na defesa de que as obras didáticas sejam produzidas no Brasil, mas, sobretudo, no que diz respeito ao teor nacionalista das propostas dos conteúdos. Concordando com Silva (2012) e Albuquerque (2012), entendemos que recorrer a essas reivindicações, apontadas por Veríssimo, não significa dizer que não existiam livros didáticos de Geografia escritos por brasileiro anterior a esse período.

Apesar de José Veríssimo se apoiar em perspectivas teóricas conservadoras e ultrapassadas para época, por acreditar que o atraso do Brasil estava atrelado às condições naturais e raciais, entre outros determinantes, consideramos pertinente a denúncia desse intelectual no que diz respeito à necessidade de uma educação nacional. Apesar dessa ideia já fazer parte dos debates políticos desde o período regencial (1831 - 1840) e durante o segundo reinado, acreditamos que esse projeto ainda merecia reivindicações, mesmo durante as últimas décadas do século XIX. Pois, este período se configura como um marco, no que diz respeito ao processo de concretização, mesmo que timidamente, dos projetos nacionalistas, a exemplo, do aumento de publicações de obras didáticas de Geografia do Brasil, incluindo os livros destinados às diferentes províncias e, posteriormente, a cada estado do Brasil.

A problemática acima descrita estava atrelada à efetivação de um grande debate em torno da constituição do Estado Nacional e da formação da cidadania para compor um Brasil que passara a se modernizar. Esse debate estava posto desde as vésperas da independência do país, quando se acreditava ainda não ter uma nação e um povo, de fato, brasileiro, que conhecesse as potências desse território, o valor dos seus heróis e a

³⁶ Esta referência trata-se de uma obra cuja primeira versão foi originalmente publicada em 1890.

força do seu idioma, para assim despertar no cidadão um sentimento de pertencimento e de amor à pátria.

A escola, então, por meio de um conjunto de disciplinas destinadas ao conhecimento sobre o Brasil, como: a Geografia do Brasil, a História nacional e a Língua portuguesa, passam a exercer um importante papel na difusão das ideias patrióticas e nacionalistas como advogam diferentes autores (ALBUQUERQUE, 2011; BITTENCOURT, 2008; ROCHA, 1996; VLACH, 1988), mesmo que partindo de perspectivas teóricas e de posicionamentos distintos.

Diante desse contexto a educação, em especial a escolar, ganha centralidade nos debates políticos e intelectuais. Dentre as preocupações revela-se a necessidade de expansão das instituições de ensino, sobretudo das escolas de primeiras letras, para outras camadas da população até então destituídas do acesso à escola elementar (BITTENCOURT, 2004a; 2008), ocorrendo nesse momento, os primeiros vestígios de democratização do ensino primário nas capitais das diferentes províncias/estados e principais vilas, mesmo que de forma lenta e contraditória.

De acordo com Veiga (2007):

Ocorre de um lado, uma importante movimentação intelectual e política para a melhoria da qualidade pedagógica do ensino, enquanto as escolas públicas primárias funcionam em condições extremamente precárias em grande parte do Brasil (p. 184).

A problemática apresentada neste trecho adentra no período da república, quando o povo brasileiro convive concomitantemente com a implementação de políticas de reformas educacionais, inovações metodológicas, e com a criação dos “suntuosos” grupos escolares, em contraste com a permanência das cadeiras isoladas, com prédios escolares inapropriados e com uma grande massa de analfabetos. Nesse sentido, é importante lembrar que os avanços ocorridos durante as últimas décadas do Império e as primeiras décadas da República ocorreram de forma desigual e contraditória (GOUVEIA & SCHULER, 2012).

Assim, diante dessa problemática, além de pretender dar respaldo aos ideais nacionalistas, a ampliação das escolas durante o final do século XIX e início do século XX dá-se devido às demandas sociais e ao novo contexto econômico que se estabelecia na época, impulsionando uma nova dinâmica populacional com o êxodo rural diante do crescimento da industrialização. Emergencialmente, também se evidencia uma demanda

para diminuir a alta taxa de analfabetismo existente em todos os estados do Brasil, inclusive, no Rio de Janeiro.

Segundo Veiga (2007), a partir da década de 1870, sobretudo, depois da Lei do Ventre Livre, foram criados vários estabelecimentos educacionais, tanto pela iniciativa do Estado quanto pela sociedade civil em geral, ambos com o objetivo de cuidar da educação de um novo grupo de alunos: os filhos de ex-escravos (que nesse momento passam a condição de cidadãos), de imigrantes e de índios. Esta mesma autora ainda acrescenta que em algumas províncias foram criadas as chamadas companhias de aprendizes artífices³⁷, que proporcionavam o ensino de primeiras letras, de instrumentos musicais, de diversos ofícios, além da fundação de colônias agrícolas e orfanológicas destinadas aos filhos de escravos e crianças pobres, no intuito de prepará-los para o trabalho e para a “inserção útil na sociedade”.

Em meio a essas transformações educacionais, ocorridas a partir das últimas décadas do século XIX, o livro didático passa a exercer uma maior centralidade no meio escolar, por se configurar como um dos principais suportes didáticos na formação dos professores e alunos. No entanto, cabe lembrar que, em alguns casos, ainda se faziam presentes nas aulas outros impressos, antes muito utilizados nas escolas durante todo o Império, como a Bíblia, da Constituição Nacional, o Código Criminal e os cadernos de anotações de professores.

No que diz respeito às preocupações metodológicas destinadas ao ensino da época, destaca-se, a partir da década de 1870 uma difusão do método intuitivo e as “lições de coisas” em detrimento do ensino individual, simultâneo, mútuo ou misto, amplamente adotados nas escolas rudimentares durante o Império. Nesse sentido, emerge também uma preocupação com a formação de professores, surgindo no Rio de Janeiro as “conferências pedagógicas”, com vista à atualização profissional desses sujeitos, ao mesmo tempo em que aumenta a circulação de material educacional impresso, a exemplo, de periódicos especializados em educação, cartilhas e livros didáticos (VEIGA, 2007). Assim, é inevitável que essas transformações impliquem também em uma preocupação direta com os autores de livros didáticos.

³⁷ As escolas de aprendizes visavam formar “cidadãos úteis à nação” e tinham como público alvo “os filhos dos desfavorecidos de fortuna”, afastando esses sujeitos do vício e do crime e buscando inseri-los no ensino profissional com preparo técnico e intelectual para servir à pátria (KULESZA, 2010). Acerca deste assunto, ver também FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. *Materiais didáticos no Ensino Primário e normal da Paraíba (1886-1930): materiais didáticos no Ensino Primário*. Relatório final do PIBIC/CNPq. Orientado por: Profº. Dr. Wojciech Andrzej Kulesza. João Pessoa: UFPB, 2009.

Nesse sentido, ao analisar o perfil de autores dos livros didáticos de História e Leitura, Bittencourt (2008 e 2004a) aponta que o contexto das últimas décadas do século XIX, é composto por um grupo de autores menos homogêneo que a geração que atuou na primeira metade do século XIX. Esta geração era composta por um grupo de sujeito representativo do alto escalão do governo, das instituições científicas e intelectuais e do poder instituído, por intermédio dos colégios destinados à formação das elites. Já a geração que começou a atuar a partir das décadas de 1870 e 1880, foi representada por escritores provenientes de outras esferas sociais, sendo valorizado, nesse novo contexto, um saber oriundo das experiências pedagógicas, em detrimento do saber “sábio e científico” (BITTENCOURT, 2008).

As modificações concernentes a esse período visam atender a um novo público consumidor desses livros (os alunos), que passa a se estabelecer a partir da segunda metade do século. Ocorre então, que, nesse momento surgira também um novo perfil de aluno, oriundos de diferentes grupos sociais, que passaram a ter acesso a essa literatura não mais restrita aos professores. O grupo de alunos que passou a frequentar as escolas nesse período, sobretudo, as primárias, também se tornava menos homogêneo, tendo em vista o acesso das classes menos favorecidas às escolas de primeiras letras (BITTENCOURT, 2004a)³⁸, à medida que se iniciam os primeiros sinais de democratização da escola, como já mencionado anteriormente.

Nesse sentido, entendemos que a função autor “está, apesar de tudo, no centro de todos os questionamentos que ligam o estudo da produção de textos ao de suas formas e leitores” (CHARTIER, 1994, p. 58). Nesta perspectiva, para um melhor entendimento acerca das análises sobre o livro, seja para o estudo do autor, do texto ou da leitura, faz necessário um olhar para os leitores/usuários desses livros (no nosso caso os professores e alunos), buscando compreender o universo social desses sujeitos e suas práticas e impressões de leituras.

Então, mesmo que o enfoque principal da nossa pesquisa não seja analisar os usos dos livros didáticos, o que implicaria o desenvolvimento de outra pesquisa voltada para uma análise das práticas de ensino e de leitura dos alunos e/ou dos professores, acreditamos também ser importante conhecer quem era esse público. Assim,

³⁸ O fato de os livros didáticos do período terem sido pensado não mais só para o professor, mas também para o aluno, não implica em dizer que naquele momento todas as crianças tinham acesso aos livros didáticos tal como presenciamos hoje mediante as políticas de distribuição dos livros didáticos em todas as escolas públicas.

consideramos a íntima relação estabelecida entre o autor e os leitores/usuários desses livros, mesmo em se tratando de uma obra didática, tendo em vista as múltiplas relações presentes no processo de produção e de circulação inerentes a esse tipo de livro, que interfere ao mesmo tempo em que busca se articular com os direcionamentos legais e propostas dos autores.

Como podemos observar nos parágrafos acima, a década de 1870 se configura como um marco representativo para pensarmos vários elementos que se expressam no âmbito escolar, sobretudo, no nível primário, refletindo diretamente nos livros didáticos da época. As ideias republicanas ganham destaque nesse período evidenciando questões de cunho pedagógico e científico, como as inovações na disposição dos conteúdos e dos exercícios³⁹, de cunho material e icnográfico, tendo em vista as inovações, mesmo que tímidas no domínio da imprensa, e ainda, no trato das questões de cunho nacionalistas, políticas e ideológicas. Nesse sentido, apesar das ideias republicanas, a exemplo, dos debates sobre a unidade territorial, do nacionalismo patriótico, da economia de base escravocrata, de uma educação laica e gratuita, dentre outros, terem perpassado por todo o Império, é efetivamente a partir da década de 1870 que o ideário republicano, enquanto ideia e ação, se torna mais efervescente, destacando-se, nesse período, dentre outras iniciativas, a publicação do Texto *Manifesto Republicano*, no Rio de Janeiro, em dezembro de 1870 e, posteriormente, em 1873, se dá a formação do Partido Republicano Paulista.

Durante as primeiras décadas do século XX, se intensifica, em âmbito nacional, uma série de transformações sociais que já se evidenciavam durante o período oitocentista, em especial nas últimas décadas do século XIX, a exemplo: da expansão urbana, da industrialização, do higienismo, do civismo, do movimento modernista etc. Diante desse cenário, se observa a difusão de ideias sobre a concepção de uma escola que atenda essas demandas e promova uma difusão mais acentuada do nacionalismo patriótico, além de propor uma renovação nos métodos de ensino, como por exemplo, as propostas oriundas do movimento escolanovista e da expansão da Escola Ativa.

Todas essas transformações de caráter republicano tem como propósito construir uma nação moderna sob as concepções do iluminismo e do liberalismo, visando formar

³⁹ Ver FERREIRA, Joseane Abílio de Sousa. *Os exercícios nos livros didáticos de geografia no Brasil: mudanças e permanências (1880-1930)*. Dissertação (Mestrado em Educação). João Pessoa/PB, 2012.

um cidadão capaz de defender e amar sua pátria, ao mesmo tempo em que é um homem civilizado, saudável e profissional. Essas ideias foram amplamente difundidas em âmbito nacional durante esse período, além de influenciar a estrutura e organização do ensino, implementando dentre outras mudanças, as escolas mistas e seriadas; a inserção de novas disciplinas nos programas de ensino; e também, a elaboração dos livros didáticos, incluindo no corpo desses livros, temáticas associadas a tais ideais.

Nesse contexto as preocupações com a renovação pedagógica também ganham centralidade no discurso político e no pensamento de intelectuais da época, fomentando as políticas públicas de educação, continuando a dar uma atenção especial ao ensino primário, sem esquecer o ensino secundário.

A partir das décadas de 1920 e 1930, esses projetos voltados para a constituição de uma sociedade moderna e republicana, passam a dar uma nova configuração ao processo de escolarização brasileira, mesmo que de forma lenta, podendo assim, serem evidenciadas as permanências⁴⁰. Conforme assinala Rocha (2006), a década de 1920 até meados da década seguinte, é considerada na historiografia da educação como uma fase de constituição da modernidade educacional. Nesse sentido, destacamos as mudanças no âmbito das políticas educacionais e dos métodos de ensino, influenciando diretamente os conteúdos das disciplinas e os materiais de ensino utilizados nas escolas do período, a exemplo do livro didático, como já exposto.

Assim como acontece no contexto educacional, as décadas de 1920 e 1930 apontam diretamente importantes transformações no ensino da Geografia, e também, no livro didático dessa disciplina. Tais transformações estão associadas ao desenvolvimento de uma Geografia de base científica e acadêmica de orientação moderna dada a institucionalização da Geografia acadêmica na Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, em 1934 (hoje a Universidade de São Paulo – USP) e na Universidade do Distrito Federal, em 1935 (hoje a Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ) (SAMPAIO, 2009).

No entanto, ao considerar a produção didática de Geografia, e, por conseguinte, o ensino dessa disciplina, Silva (2012) ressalta que a institucionalização de uma Geografia científica de cunho acadêmico e orientação moderna se antecipa a esse

⁴⁰ Esse caráter contraditório que permeia a escola primária nesse período é problematizado no livro *Escola Primária na Primeira República (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada*. Esta rica publicação compõem uma série de artigos que versam sobre as escolas primárias de vários estados, além de um capítulo destinado à uma reflexão dessa temática em âmbito nacional.

período, sobretudo, a partir dos estudos de M. Said Ali Ida (1905) e Delgado de Carvalho (1913; 1925 e 1927). Nesse momento, também se destaca a atuação da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, instituída desde 1883, e a criação do Curso Superior Livre de Geografia por essa associação em 1926⁴¹, sob a coordenação pedagógica de Delgado de Carvalho, Raja Gabaglia e Everardo A. Backheuser.

A década de 1920 aponta um marco transicional de importantes transformações no âmbito educacional e também no seio da ciência geográfica no Brasil, que, por vezes, se concretizam e ganham mais força com a institucionalização dessa ciência no meio acadêmico. A efervescência das ideias de Delgado de Carvalho e de outros intelectuais de “orientação moderna” no âmbito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, e posteriormente, em 1934, na Associação dos Geógrafos Brasileiros favorecem a institucionalização dos cursos superiores de Geografia no âmbito acadêmico, voltados para a formação de professores de Geografia, a exemplo da fundação das faculdades já citadas.

Diante desse quadro, entendemos que o estatuto da Geografia universitária passa, de alguma forma, a influenciar e sugerir mudanças para a Geografia escolar, ao mesmo tempo em que esta também influencia a constituição daquela. Por outro lado, esse pensamento não significa dizer que a partir desse momento muda eminentemente a realidade do ensino de Geografia nas escolas, de forma a acompanhar as tendências da Geografia ora implementadas nas universidades, sobretudo, em se tratando da escola primária. Contudo, não podemos desconsiderar que esse contexto aponta novos direcionamentos da formação de professores e da produção de materiais didáticos para esta disciplina, a exemplo do livro didático.

Assim, o desenvolvimento de uma Geografia de base científica e acadêmica no Brasil, também possibilita mudanças no perfil dos autores de livros didáticos de Geografia nesse período, apontando para o surgimento de autores oriundos de uma formação diferente daquela que se destacou durante as últimas décadas do século XIX até aproximadamente a década de 1910, passando a fazer parte também desse grupo sujeitos com uma formação mais específica na Geografia.

⁴¹ O projeto pedagógico implementado nesse curso visava uma aproximação com os professores primários, buscando uma atualização desses professores por meio de uma Geografia de cunho científico e moderno sob os pressupostos de uma combinação das concepções dos geógrafos Friederich Ratzel (1884-1904) e Vidal de La Blache (1845-1918) (CARDOSO, 2009).

Ao analisar a produção didática de Geografia publicada a partir da década de 1920, Silva (2012) aponta que esse momento se constitui como um divisor de águas para o ensino de Geografia e para a bibliografia didática desta disciplina. Nesse sentido, a autora assinala que

O sopro da “orientação moderna”, introduzida sobretudo por Delgado de Carvalho, somada ao sentimento de cansaço aferido pela Geografia descritiva, a reorientação dos objetivos do ensino (ensino elementar como formação, habilitação para o exercício de profissões técnicas e outros), comporá um novo quadro didático para a Geografia (p. 359).

Esse novo quadro didático da Geografia, apontado pela autora ganha destaque a partir da década de 1920 e 1930, com as publicações de Raja Gabaglia, Mario da Veiga Cabral, do próprio Delgado de Carvalho e de Aroldo de Azevedo, dentre outros dessa geração, que publicaram obras didáticas de Geografia até aproximadamente meados da segunda década do século XX.

Outro elemento que também consideramos relevante para discutirmos a temática e estabelecermos a década de 1910 como fechamento do nosso recorte temporal, é o fato de, a partir dos anos de 1920 e 1930, começar a existir autores “especialistas” em produção didática, conforme também foi observado por Silva (2008) ao analisar os autores de livros didáticos de História nesse período. Ou seja, até aproximadamente a década de 1910 é possível observarmos que os autores de livros didáticos geralmente exerciam outras funções principais, seja na política, no direito, ou mesmo escrevendo obras de outro gênero literário, em detrimento da autoria de livros didáticos⁴². Posteriormente, a partir da década de 1920, sobretudo de 1930 passam a compor esse grupo outros sujeitos que se profissionalizaram no ofício de escrever livro didático, inclusive se especializando e lecionando uma única disciplina.

Ainda, é possível percebermos que, especificamente, as décadas de 1920 e 1930, apesar de ainda apresentarem algumas reedições de obras publicadas nos anos de 1880 e 1890, expressam novas propostas para o ensino de Geografia, evidenciando alterações na produção de livros didáticos de Geografia, e consecutivamente, no corpo de autores dessa produção didática. Essas alterações passam a serem evidenciadas principalmente a partir da década 1910, sobretudo se comparadas às últimas décadas do século XIX.

⁴² Esta realidade se torna mais evidente quando em nossas investigações buscamos informações sobre algum autor de livro didático da época. Pois, muitas vezes conseguimos informações a partir de buscas por caminhos diferentes, ou ainda, por meio de fontes bibliográficas de outras áreas, a exemplo, da História e da Literatura (ANGELO, 2011).

Diante desse novo quadro que passa a ganhar corpo a partir da década de 1920, optamos por limitarmos nosso recorte temporal final à década de 1910.

As considerações apresentadas nesse tópico nos permite inferir que o contexto histórico e educacional representativo do final do século XIX e as três primeiras décadas do século XX, compreendem um período de importantes transformações, seja no âmbito da sociedade, da educação, das ideias pedagógicas, das ideias republicanas, da escolarização e da disciplina Geografia, influenciando a produção dos livros didáticos e o perfil dos autores de livros didáticos dessa disciplina.

As análises e reflexões acerca dos enfoques acima evidenciados tiveram como embasamento a perspectiva teórico-metodológica pautada na história das disciplinas escolares. Nesse sentido, apresentaremos a seguir algumas considerações sobre as concepções desse campo, na área da educação, em especial, na linha da história da educação.

2.2 - A história das disciplinas escolares como um campo de estudo na área da educação: considerações teórico-metodológicas

Historicamente, as disciplinas não foram objeto de reflexão aprofundada nas ciências humanas em geral, como também nas ciências da educação, o que implica o estabelecimento de uma definição genérica e um uso banal do termo, se fazendo comum a não distinção entre a palavra disciplina e seus sinônimos – matérias⁴³ ou conteúdos de ensino (CHERVEL, 1990).

No entanto, como já apontamos no primeiro capítulo, Chervel (1990) adverte para as particularidades atreladas ao sentido do termo disciplina escolar na França, até aproximadamente o período pós Primeira Guerra Mundial, quando o termo designava a ordem para o funcionamento escolar e, posteriormente, passa a significar o *exercício intelectual*. Esta ideia estava atrelada aos conteúdos culturais e clássicos voltados para uma formação humanística e organizados a partir do estudo das línguas. Com o advento da industrialização, esses conhecimentos agregados à “cultura clássica”, passam a dividir espaço com os conteúdos científicos da grande área das ciências “exatas”.

⁴³ O termo matéria é muito comum no cotidiano escolar, já disciplina é mais usual no espaço acadêmico. Nesse sentido, é importante salientar que alguns estudiosos da área, a exemplo do inglês Ivor Goodson, optam por adotar a denominação matéria escolar em detrimento de disciplina escolar. Neste trabalho utilizaremos o termo disciplina.

Segundo Bittencourt (2004),

Essa disputa sobre o papel formativo das “disciplinas humanísticas” ou das “disciplinas científicas” possibilitou a organização mais sistematizada dos conhecimentos já tradicionalmente pertencentes ao currículo antigo e dos novos que estavam sendo introduzidos nas escolas (p.41).

É neste contexto que o termo disciplina torna-se uma simples rubrica que classifica as matérias de ensino, preenchendo uma lacuna lexicológica até então existente nesse sentido (CHERVEL, 1990).

No entanto, a complexidade que envolve as disciplinas escolares vai além das questões de caráter lexicológicas, avançando no que diz respeito às problemáticas inerentes ao surgimento e/ou ao desaparecimento de uma determinada disciplina no currículo escolar, bem como as transformações ocorridas no interior das disciplinas, e no que se refere a dinâmica presente nos conteúdos e nos métodos de ensino das mesmas etc. Também cabe salientar que esse movimento em torno do estatuto das disciplinas escolares não pode ser visto de forma naturalizada, uma vez que esses conhecimentos resultam da ação de um conjunto de sujeitos falando de lugares sociais diferentes, estabelecendo relações de poder e forças assimétricas.

Nesse sentido, uma reflexão, mesmo que breve, acerca do entendimento de disciplina escolar, aponta para algumas divergências em torno da constituição desses saberes e, por conseguinte, na construção delas. Esta problemática está relacionada ao caráter de complexidade inerente à escola e ao saber produzido por esta, passando pelo papel do professor e dos variados sujeitos externos à vida escolar, incluindo o poder destes na constituição do conhecimento escolar (BITTENCOURT, 2004).

Os estudos que versam sobre as disciplinas escolares sob um viés histórico durante muito tempo, não estiveram presentes nas pesquisas educacionais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, resultando em pouca produção nessa área. Porém, recentemente esse campo de pesquisa tem sido explorado por docentes e discentes de graduação e pós-graduação, em especial, aqueles ligados a linha da história da educação, no intuito de pesquisarem sobre a história das disciplinas em que atuam (CHERVEL, 1990).

O campo inaugural das pesquisas no domínio da história das disciplinas escolares traz como referência central o debate entre o historiador André Chervel sobre a história da gramática francesa e o matemático inglês Yves Chevallard. O primeiro

autor defende que as disciplinas escolares apresentam certa autonomia em relação ao conhecimento acadêmico (CHERVEL, 1990), se contrapondo, assim, a Yves Chevallard, que, ao estudar a didática da matemática, defende o conceito de transposição didática, associando as disciplinas escolares a um “saber sábio” científico e acadêmico (BITTENCOURT, 2004). Partindo deste entendimento, o saber científico seria simplificado e reproduzido no ambiente escolar ao passar por transformações e manipulações didáticas no âmbito da “noosfera”⁴⁴ (MARANDINO, 2004).

De modo a apontar elementos contrários a perspectiva orientada pela transposição didática, também tem contribuído para o debate, estudiosos como: o inglês Ivor Goodson (1990, 2010), com seus estudos no âmbito da história e da sociologia do currículo; Alain Choppin (2004), ao se dedicar a história dos livros e das edições didáticas; Circe Bittencourt (2003, 2004), ao se debruçar sobre a história das disciplinas escolares e do livro didático; Basil Bernstein (1996a), ao trabalhar o conceito de recontextualização⁴⁵ com base na análise do discurso pedagógico; e Alice Lopes (1997), ao trabalhar com o conceito de mediação didática⁴⁶.

Inicialmente, as pesquisas no âmbito dos saberes escolares (e disciplinares) foram mais explorados acerca do ensino de Ciências e da Matemática em particular, enfocando a relação entre os saberes científicos e os saberes escolares. Este quadro, pode ser observado no levantamento dos primeiros estudos acerca dessa temática,

⁴⁴ O conceito de noosfera na concepção de transposição didática está associado um conjunto de agentes sociais externos à sala de aula (BITTENCOURT, 2004), ou seja, atua em uma esfera “onde se opera a intenção entre o sistema de ensino strito sensu e o entorno societal; onde se encontram aqueles que ocupam postos principais do funcionamento didático e se enfrentam com os problemas resultantes do confronto com a sociedade; onde se desenrolam os conflitos, se levam a cabo as negociações; onde se amadurecem soluções; local de atividade ordinária; esfera onde se pensa” (MARANDINO, 2004, p.97).

⁴⁵ O conceito de recontextualização guarda certa aproximação com o conceito de transposição didática, pois ambos referem-se às transformações que o saber sábio ou o saber científico sofrem ao passar para o contexto de ensino. No entanto Martha Marandino, em seu artigo “*transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências*” adverte para a necessidade de problematizar a diferença entre transposição didática (Chevallard, 1991) e recontextualização (Bernstein, 1997). Apesar de estes conceitos guardarem proximidades entre si, os mesmos possuem estruturas históricas e epistemológicas diferentes. “Para Chevallard, a legitimação acadêmica se sobrepõe à social. Para Bernstein, o discurso regulativo – de ordem social – é legitimador” (MARANDINO, 2004, p.104). O contexto de recontextualização também é discutido por Moreira & Candau (2007) a partir de Terigi (1999). Para estes autores a produção do conhecimento escolar passa por um processo de descontextualização e, posteriormente, por uma recontextualização. Esse processo de construção do saber escolar supõe certa ruptura com as atividades próprias dos campos de referência, que são representados por diferentes esferas da sociedade. Esta ideia será destacada nos parágrafos seguintes desse texto.

⁴⁶ Tal como defende Lopes (1997), o conceito de mediação didática nega a noção de transposição didática, pois o termo mediação compreende o processo de ensino a partir da (re)construção complexa e dialética dos saberes no espaço escolar, ao passo que, o termo transposição tende a ser associado à ideia de reprodução, isto é, o movimento de transportar de um lugar a outro, com alterações que adaptariam o conhecimento as condições educacionais.

conforme foi apontado antes. Salientamos aqui a importância de reconhecermos a relação entre o conhecimento científico e o conhecimento escolar, aplicando, inclusive, para o caso da disciplina Geografia, no entanto, acreditamos que a análise acerca desta relação deve reconhecer uma via de mão dupla. Ou seja, assim como a academia influencia na Geografia escolar, em muitos casos a Geografia que se ensina na escola também pode apontar mudanças para a Geografia acadêmica (CAPEL, 1988; GOODSON, 1990).

Atualmente, os estudos que versam sobre o conhecimento escolar, além de abordar a relação entre academia e escola, ampliam-se na perspectiva de reconhecer outros saberes, passando, assim, a evidenciar as experiências sociais e culturais, o senso comum e a prática dos sujeitos da educação escolar, os quais influenciam direto ou indiretamente a produção dos saberes escolares. É com base nesta visão mais ampla, que passa a ser reconhecida a existência de diferentes espaços produtores de saberes socialmente aceitos, sendo a escola, um desses espaços.

Este novo quadro epistemológico é fruto de diferentes posturas teóricas travadas diante de um contexto representativo de uma visão pós-estruturalista, na análise e no entendimento das relações de força e de poder. A mudança de paradigma que está por traz dessa nova perspectiva teórica influenciou várias pesquisas na grande área das ciências humanas e sociais. No campo educacional destaca-se o surgimento da nova sociologia da educação, originando outros diferentes campos de pesquisas na área da sociologia do currículo, dentre eles a história das disciplinas escolares e os estudos no campo da cultura escolar.

Nas duas últimas décadas, as pesquisas no âmbito da história das disciplinas escolares vêm tomando corpo na área da educação. Bittencourt (2003) aponta para o fato de que o crescimento dessas pesquisas está articulado ao processo de transformações curriculares ocorridas entre os anos de 1970 e 1980. Essas transformações curriculares, dentre outras inovações, procuravam difundir novas bases conceituais, estabelecendo, inclusive, a diferença entre currículo formal/prescrito e currículo real/oculto⁴⁷.

⁴⁷ O currículo real/oculto resulta da prática efetivada na sala de aula envolvendo docentes e discentes e, da realidade vivenciada pelos professores e alunos quanto às condições de aplicabilidade dos recursos metodológicos. Já o currículo formal/prescrito é aquele pensado pelo poder educacional/institucional, a exemplo, dos programas de ensino e dos documentos curriculares em geral.

Bittencourt (2003) também acrescenta que é nesse contexto que os teóricos do currículo passaram a direcionar suas análises sob uma perspectiva histórica e social, com reflexões epistemológicas buscando localizar e situar a crise paradigmática da ciência moderna e os fundamentos balizadores do conhecimento escolar. Essa mesma autora aponta que, assim como para o currículo “tais reflexões tornaram-se fundamentais para os estudos das disciplinas escolares, embora se constate que as investigações seguiram trajetórias diversas” (p. 19).

Assim, no âmbito dos primeiros estudos centrados na história das disciplinas escolares, além de se evidenciar concomitantemente uma inovação nas pesquisas sobre o currículo, com o surgimento dos estudos relacionados à teoria crítica do currículo, destacam-se também, as inovações das pesquisas pedagógicas na linha da história da educação. A partir de então é gerada uma nova produção historiográfica, no campo educacional, denominada pelos historiadores como “história da educação escolar”. Seguindo essa disposição, a história das disciplinas escolares também se configura como uma subárea da linha história da educação.

No tocante a essa nova produção na linha da história da educação e sua relação com a história das disciplinas escolares, Bittencourt (2003, p. 13), aponta que:

[...] Essa linha de pesquisa tem contribuído para o desenvolvimento de análises educacionais visando situar o conjunto de agentes constituintes do saber escolar, especialmente professores, alunos e comunidade escolar e, nesse processo, as disciplinas escolares passam a ser incluídas como um dos objetos importantes das investigações sobre as práticas escolares.

A história das disciplinas escolares vem orientando novos caminhos de ordem teórica e metodológica em vários Programas de Pós-Graduação, promovendo, assim, uma renovação de método nas diferentes áreas, a exemplo, da História, da Matemática e da Geografia, dentre outras. Observa-se que, nos últimos anos tem se estabelecido um diálogo entre os campos de conhecimentos curriculares e outras áreas das ciências humanas e sociais como a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Linguística, a História, dentre outras, apontando renovação de métodos que vem alterando as práticas de pesquisa na área (GONÇALVES, 2011).

Como já mencionado, essa nova concepção epistemológica que permeia as pesquisas educacionais atuais está relacionada diretamente aos costumes e saberes disseminados pela escola. Nesta perspectiva, esses elementos passaram a ser

questionados e, a escola deixa de ser vista simplesmente como um agente reproduzidor do aparelho ideológico do Estado e das elites dirigentes. Sob um ponto de vista pós-estruturalista, a escola passa a ser entendida como um conjunto de ações dos vários sujeitos sociais que a envolvem, que se expressam, inclusive, no cotidiano escolar, assim como também nos saberes produzidos por esta instituição. De forma análoga, essa visão pode ser direcionada para subsidiar nosso entendimento acerca das disciplinas escolares e também do livro didático, tendo em vista que estes, assim como aquela resultam do estabelecimento de múltiplas relações que se afirmam no interior de uma sociedade nos diferentes contextos históricos.

Sob esse mesmo ponto de vista, ao fazer uma análise das relações entre o currículo e o conhecimento escolar, considerando este como elemento central daquele, Moreira e Candau (2007) inserem a escola e, conseqüentemente os conhecimentos produzidos pela mesma, para além do sistema escolar, considerando, portanto, o contexto social e econômico mais amplo. Esses autores defendem o currículo - e aqui acrescentamos as disciplinas escolares – “como um dispositivo em que concentram as relações entre a sociedade e a escola, entre os saberes e as práticas socialmente construídas e os conhecimentos escolares” (p. 22).

Nesta perspectiva, o currículo, assim como as disciplinas escolares, congregam vários saberes oriundos de diferentes contextos sócio espaciais, para além da academia e da sala de aula. Estes espaços identificados como “âmbitos de referências” são apontados por Terigi (1999) *apud* Moreira & Candau, (2007) como:

[...] (a) às instituições produtoras do conhecimento científico (universidades e centros de pesquisa); (b) ao mundo do trabalho; (c) aos desenvolvimentos tecnológicos; (d) às atividades desportivas e corporais; (e) à produção artística; (f) ao campo da saúde; (g) às formas diversas de exercício da cidadania; (h) aos movimentos sociais (p.22).

Os saberes escolares (quer sejam oriundos do meio social, quer sejam oriundos do meio acadêmico) não são simplesmente reproduzidos pela escola, mas, se constituem em novo conhecimento (o escolar) ao passar por um processo de reelaboração e didatização, ou ainda, nas palavras de Moreira e Candau (2007, p 23) uma “descontextualização e, a seguir, um processo de recontextualização” na produção de um saber característico e peculiar ao meio escolar.

Portanto, dá visibilidade à escola a partir do estudo das disciplinas escolares, não significa apenas estudar o interior da escola por si só, mas pensar a cultura escolar como algo que extrapola a ideia de práticas escolares e/ou cotidiano escolar. Nesse sentido, mesmo a escola se configurando como um espaço produtor de uma cultura própria (CHERVEL, 1990), essa cultura não pode ser desvinculada da cultura da sociedade em geral, que a produz e que por esta é produzida (FARIA FILHO, *et. al* 2004; PESSANHA, et al, 2004).

Em linhas gerais, ressaltamos que as reflexões apresentadas nesta parte do texto acerca da escola e das disciplinas escolares apontam para uma discussão um tanto quanto complexa ao reconhecermos a diversidade de sujeitos e elementos construtores da cultura escolar. Nesse sentido, ressaltamos a grande contribuição das pesquisas desenvolvidas no âmbito da história das disciplinas escolares e da cultura escolar ao buscarem conhecer e problematizar o conjunto de material e sujeitos que dinamiza e dá vida a instituição escolar.

De modo a evidenciar os elementos constituintes da cultura material escolar destacamos aqui o livro didático. Nesse sentido, apresentaremos a seguir algumas considerações sobre o entendimento de livro didático, evidenciando as múltiplas facetas inerentes ao mesmo.

2.3 - Livro didático: um debate acerca do conceito

Ao buscarmos uma definição acerca do entendimento de livro didático, em um primeiro momento, a resposta tende a aparecer de forma direta e naturalizada. Trata-se de um livro destinado para o uso de professores e alunos no contexto escolar, contendo uma seleção de conteúdos e exercícios referentes a uma determinada disciplina (ou mesmo a um conjunto de disciplina), elaborados tomando como referência o currículo estabelecido em um determinado período histórico.

No entanto, a análise das múltiplas facetas inerentes ao livro didático, deve ser problematizada e ampliada considerando os elementos históricos e sociais na construção do conceito (KOSELLECK, 2006). Buscaremos, então, tal como propõe Bittencourt (2004), evidenciar em nossas discussões, as múltiplas relações de cunho social, político, econômico e educacional e a interferência de vários sujeitos na produção, circulação do livro didático.

A partir das últimas décadas, quando se inicia em vários países uma preocupação em inventariar e conservar a cultura material escolar, emerge a necessidade de levantar elementos para uma criação do conceito ou uma definição do livro didático, além de buscar estabelecer o limite entre este suporte didático e as demais categorias editoriais vizinhas (CHOPPIN, 2009)⁴⁸.

Diante dessa necessidade, as múltiplas facetas que envolvem a concepção de livro didático passaram a ser problematizadas recorrentemente em meio aos estudos dos historiadores da educação, trazendo uma renovação historiográfica da temática sob os pressupostos teóricos da literatura científica no âmbito da história do livro e das edições escolares e, também, do campo da história das disciplinas escolares.

Ocorre que o estabelecimento de um conceito de livro didático não se configura como uma tarefa simples, mas como um exercício complexo necessitando a compreensão das relações estabelecidas em torno da concepção desse gênero literário e da sua evidência histórica. Nesse aspecto, inevitavelmente, emergem, de imediato diferentes problemáticas associadas à diversidade do léxico adotada para designar esse suporte, às conclusões relativas à natureza, às funções e seus usos (CHOPPIN, 2009)⁴⁹.

Ao discutir a conceituação de livro didático, Antônio Batista - outro estudioso da temática - assinala que, à primeira vista, não há muitos problemas em torno do conceito de livro didático, podendo este, ser compreendido como “aquele *livro* ou *impresso empregado* pela escola, para o desenvolvimento de um *processo de ensino ou de formação*”⁵⁰ (BATISTA, 1999, p. 534, grifos do autor). Neste caso, o autor assinala que a naturalização deste conceito se dá devido a nossa familiaridade com os termos supracitados em itálico, nos levando a utilizar a expressão livro didático “para cobrir uma gama muito variada de objetos portadores dos impressos que circulam na escola” (p. 534) com o objetivo de auxiliar no processo de aprendizagem do aluno ou na formação do professor. Dentre essa variedade de suportes didáticos, aparecem os *textos* manuscrito, os mimeografados e, mais recentemente, as formas eletrônicas de

⁴⁸ Esse artigo de Allain Choppin foi originalmente publicado em 2008, na revista *Histoire de l'éducation*, com título *Le Manuel scolaire: une fausse évidence historique* e, foi traduzido para o português por Maria Helena C. Bastos e publicado com o título *O manual escolar: uma falsa evidência histórica*, na Revista História da Educação, em 2009.

⁴⁹ Neste artigo Allain Choppin apresenta um extenso levantamento de notas bibliográficas a partir de um inventário e sistematização de uma bibliografia de mais de cinquenta países, ao mesmo tempo em que faz uma reflexão respaldada em uma literatura científica mundial consagrada no campo da história do livro e da edição escolar.

⁵⁰ Para a elaboração do conceito de livro didático apresentado, o autor buscou condensar as várias conceituações propostas por outros estudos que trataram da temática.

reprodução e os impressos como o livro didático e seus satélites (folhetos, fichas, cadernos, apostilhas, cartazes, folhas avulsas com diferentes assuntos a serem colecionadas, atlas etc.).

Nesse aspecto, Batista (1999) assinala que há, de fato, uma semelhança compartilhada entre todos estes suportes. Ou seja, em geral esses *textos e impressos* são empregados para o processo de ensino e de formação dos sujeitos escolares (professores e alunos). No entanto, na tentativa de caracterizar o livro (de imediato, não dissociável desses suportes), várias são as diferenciações que recaem sobre o livro e outros recursos didáticos. Apesar dos suportes supracitados serem oriundos de uma “imprensa” escolar, os mesmos não assumem, necessariamente, o suporte de livro⁵¹ o que implica também as diferentes formas de leitura e utilização (BATISTA, 1999).

Outra questão importante também apresentada pelo autor supracitado no que concerne a conceituação de livro didático e, que, de certa forma, amplia a problemática apresentada, refere-se à variação do processo de produção de um conjunto de suportes que, historicamente, passaram a ser conhecidos como impressos didáticos sendo considerados, em algumas situações, como livro didático, a saber:

a) as chamadas “obras de referências”, ou seja, aqueles livros ou impressos que, inicialmente, foram pensados para o uso escolar, mas, que com um tempo ganharam autonomia e passaram a atender a um público mais amplo pertencente a outras esferas sociais para além da escola. Essas obras, a exemplo, das gramáticas, dos dicionários, das enciclopédias e dos atlas, historicamente deixaram de ser reconhecidas como livro didático;

b) as obras paradidáticas, ou seja, aqueles livros que, apesar de não terem sido pensados para o uso escolar, acabam ganhando essa função com o tempo, inclusive sofrendo alterações no processo de impressão. Neste caso, destacam-se importantes obras clássicas da literatura, que são reeditadas para o contexto escolar trazendo alterações na disposição do texto e da linguagem, além de trazer outras informações explicativas e de contextualização;

⁵¹ Os estudos em torno do suporte que dá forma ao livro, analisando o modo de ler e de se relacionar com o texto sob o formato de livro é tema de investigação no campo de pesquisa sobre a história do livro e da leitura, tendo como importante referência, dentre outras, os estudos de Roger Chartier.

c) os textos de uso do meio cotidiano, ou seja, aqueles impressos que não foram pensados para o contexto escolar e, que, mesmo sem passar por nenhuma alteração passam a auxiliar os professores e os alunos na sala de aula. Como exemplo, temos os livros de catecismo, a Bíblia e a Constituição Nacional (estes textos foram muito usados nas escolas durante o Império) e os jornais e revistas etc., (recursos muito utilizados nas escolas atuais). E, por fim:

d) O livro e/ou o manual didático, ou seja, aqueles livros que, foram elaborados e impressos propositalmente para o auxílio da aprendizagem e da formação no contexto escolar, e exercem, primordialmente, tal função. Neste caso, se configura o suporte mais próximo daquilo que, usualmente, conhecemos como livro didático propriamente dito.

Como podemos observar, a fronteira entre esses suportes considerados didáticos é muito tênue, e, dependendo do contexto e da ampla literatura acerca da temática, diferentes respostas podem surgir segundo o lugar, a época, os objetivos do pesquisador e os interesses sociais em nome dos quais se produzem a pesquisa.

Dentre os suportes apresentados acima, consideramos como livro didático para nossas análises a conceituação apresentada nos pontos *a*, *b* e *d*, os quais constituirão nossa fonte primária para o nossa catalogação da produção e na busca de informações sobre os autores desses impressos. Ou seja, no caso específico desse trabalho, de modo a recortar nosso objeto para uma melhor sistematização e análises considerando os limites desta pesquisa, nosso enfoque central se dará acerca desse material, considerando às produções que tenham sido pensadas propositalmente para o contexto escolar, seja pelo seu autor(es) no processo de elaboração, seja pelos editores e impressores no processo de fabricação do livro.

Ocorre que, mesmo ao fazermos essa delimitação do objeto, várias questões de ordem conceitual ainda permanecem, tendo em vista o caráter variável e instável do livro didático, tal como advoga Batista (1999). Essa complexidade inerente ao livro didático suscita um melhor delineamento do que iremos considerar como livro didático em nossa pesquisa, considerando, inclusive, a diversidade dos vocábulos utilizados para definir esse suporte ao longo do tempo.

De acordo com Choppin (2004) a diversidade do vocábulo e a instabilidade em torno dos usos lexicais se configuram como a primeira dificuldade da definição de livro

didático devido às várias denominações empregadas a esse suporte pedagógico ao longo do tempo. De acordo com o autor, na maioria das línguas

[...] o livro didático é designado de inúmeras maneiras, e nem sempre é possível se explicar as características específicas que podem estar relacionadas a cada uma das determinações, tanto mais que as palavras quase sempre sobrevivem aquilo que elas designaram por um determinado tempo (p. 549).

Considerando a reflexão supracitada, reconhecemos essa problemática no caso brasileiro. No nosso caso também foram várias as denominações recebidas pelo livro didático ao longo do tempo. A problemática da variedade do léxico se torna mais evidente, sobretudo, quando nos reportamos ao século XIX e as primeiras décadas do século XX, período em que os livros destinados às escolas brasileiras recebiam comumente várias outras denominações mais representativas desse suporte que o termo livro didático. Dessa forma, a terminologia livro didático foi oficialmente associado a esse tipo de livros na década de 1930, quando esse vocábulo passa a ser claramente associados aos livros escolares utilizados nas escolas formais da época, conforme podemos conferir no decreto lei nº 1.006 de dezembro de 1938, que estabeleceu no Art. 2º o seguinte:

Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe. § 1º Compêndios são livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares. § 2º Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Apesar do conceito formal de livro didático no Brasil está associado a este decreto, é importante destacar que anteriormente a esta lei, esses livros já eram referenciados em documentos oficiais (BITTENCOURT, 1993). Tais livros de leitura de classe referenciados nessa lei recebiam, na época, várias denominações, a exemplo, de livros de texto, livro-texto, compêndio escolar, livro escolar, livro de classe, manual e livro didático (OLIVEIRA, 1980 *apud* FREITAG, 1987).

Os problemas que suscitam quando nos propomos a estabelecer um conceito para livro didático está diretamente associado às múltiplas facetas assumidas por esse recurso no decorrer da sua história. Considerando a complexidade acerca dos elementos que envolvem o entendimento desse conceito, corroboramos com a reflexão de Batista (1999), quando este autor ressalta que

Uma conceituação do livro didático deve, desse modo, levar em conta esses problemas, sob o risco de excluir do conceito – e, portanto, de

práticas de pesquisa e mesmo de documentação – não só materiais pedagógico de fundamental importância como também fenômenos mais amplos que marcam a relação da escola com tecnologias de transmissão e preservação do conhecimento e da informação (a escrita, o manuscrito, o impresso, por exemplo), assim como os impactos dessas tecnologias no trabalho pedagógico, em suas consequências culturais e cognitivas, em suas formas de organização (p. 450).

Assim, um dos fatores relevantes para a ampliação do entendimento do referido conceito é a preocupação em valorizar os diferentes materiais existentes na escola, permitindo o desenvolvimento de projetos que visem promover o levantamento e a organização de acervos considerando a variedade de documentos representativos das instituições escolares e da cultura material escolar⁵².

A valorização da ampliação do conceito de documentos escolares é fruto de uma transformação metodológica no interior da História, com o movimento da Escola dos *Annales*. Nesse contexto, o conceito de documento não mais se limita aos escritos ou impressos, mas sim, compreende tudo aquilo que possa se configurar como um vestígio do passado associado ao fazer histórico do homem, podendo se apresentar na forma de impressos, de textos (oficiais ou não), de manuscrito, imagem, iconografia, entrevistas, vídeos etc. Enfim, qualquer objeto representativo do cotidiano que contenha uma informação registrada pode ser considerado como fonte documental (CELLARD, 2008 *apud* SÁ-SILVA, *et al.* 2009).

No campo da história da educação, além dos manuais de ensino, essa ampliação das fontes compreende a inserção dos depoimentos individuais, da iconografia, dos objetos de ensino que compõem o acervo dos museus escolares e da imprensa periódica (GATTI JR, 2009), além de outros impressos e manuscritos representativos da cultura escolar nos diferentes contextos de tempo e de espaço.

Nesta perspectiva, várias instituições vêm investindo na preservação desses documentos. O acervo do Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (CEALE), vinculado à Biblioteca da Faculdade de Educação da UFMG, preserva uma variedade de suportes didáticos a exemplo de livros didáticos, cartilhas e manuais de leitura, arquivos privados, livros infantis e juvenis de literatura, cadernos de professores e alunos, além

⁵² Esta temática vem sendo explorada em pesquisas recentes, sobre isto ver VIDAL, Diana Gonçalves. Por uma ampliação da noção de documento escolar. *In*. Instituições escolares no Brasil: conceito e reconstrução histórica. Maria Isabel Moura Nascimento; *et al.*, (Orgs.) – Campinas, SP: Autores Associados: Histedbr, SP: Uniso; Ponta Grossa, PR: UEPG, 2007.

de cartazes e fotografias que apresentam um pouco da história e do cotidiano das salas de aula do início do século XIX aos dias de hoje⁵³.

O Banco de dados referente ao Instituto Nacional de Recherche Pedagogique da França (INPR), criado por Allain Choppin, apesar de não abranger uma gama de documentos escolares tal como se faz o CEALE, podemos dizer que o INPR também disponibiliza uma consulta ampliada das edições didáticas, dos livros escolares e seus satélites. Tomando como referência o INPR, foi criada no Brasil, em 1994, a Biblioteca de Livros Escolares Brasileiros (LIVRES), vinculada à Faculdade de Educação da USP, sob a coordenação da historiadora Circe Bittencourt⁵⁴.

Os dois últimos grupos supracitados trabalham com uma conceituação de livro didático, considerando as várias faces deste suporte, conforme podemos observar no trecho citado a seguir:

Livros escolares (ou livros didáticos) são todas as obras cuja intenção original é explicitamente voltada para o uso pedagógico e esta intenção é manifestada pelo seu autor ou editor. Nesta concepção se inserem, além dos livros didáticos mais comuns, também denominados de compêndios ou manuais escolares, as obras conhecidas como paradidáticas, coletâneas de literatura produzidas para as escolas e ainda Atlas, dicionários especialmente editados para uso pedagógico⁵⁵.

Os acervos supracitados vêm contribuindo significativamente para as pesquisas educacionais de caráter histórico, fornecendo documentos para as investigações, sobre a profissionalização dos sujeitos da educação, da história das disciplinas escolares, das metodologias de ensino, dos indícios das práticas escolares do passado, dentre outros temas.

Apresentamos até o momento uma problematização sobre a coexistência de diferentes suportes didáticos, a exemplo do livro didático e das diferentes edições escolares, apontando a função pedagógica e instrumental, além das diferenças e aproximações entre as edições didáticas. Também tratamos da problemática a respeito da definição de livro didático a partir dos diferentes vocábulos que denominaram (e, em certa medida, ainda denomina) este suporte didático.

⁵³ Cf. site do Ceale disponível em <http://www.ceale.fae.ufmg.br/o-que-e-o-ceale.html>

⁵⁴ Este projeto tem orientado outros grupos, a exemplo do GPCES e do LEMAD, já citados na introdução deste texto.

⁵⁵ Trecho copiado do Guia de preenchimento da ficha do banco de dados da LIVRES, p. 7, elaborado no âmbito do projeto financiado pela FAPESP, Organização de Livros Didáticos, do Centro de Memória da Educação – FEUSP.

Aqui também cabe elucidar que, ao reconhecermos as múltiplas facetas inerentes ao conceito de Livro didático nos aproximamos do pensamento de Reinhart Koselleck, quando este estabelece uma teoria em torno da construção dos conceitos. Metodologicamente Koselleck (2006), associa elementos do campo da história dos conceitos aos elementos da História social para o estudo semântico dos conceitos. Nas palavras do autor:

Sem conceitos comuns não pode haver uma sociedade e, sobretudo não pode haver unidade de ação política. Por outro lado, os conceitos fundamentam-se em sistemas político-sociais que são, de longe, mais complexos do que faz supor sua compreensão como comunidades linguísticas organizadas sob determinados conceitos-chave (KOSELLECK, 2006, p. 98).

Esta teoria parte da perspectiva de que, no âmbito da sociedade moderna os acontecimentos sociais saem do plano da naturalização e passam a serem questionados também a partir de uma complexa teia de relações sociais e políticas, fazendo-se necessário considerar tais relações para o entendimento de importantes acontecimentos e elementos que se expressam historicamente na sociedade. Portanto, o conceito de livro didático, além de compreender os elementos internos à língua, ou seja, a etimologia ou filologia dos vocábulos, também se constitui a partir de diversas relações sociais, políticas, econômicas e culturais, que se estabelecem no meio educacional e escolar.

Considerando as múltiplas facetas que caracterizam o livro didático ao longo do tempo, apresentaremos, no tópico seguinte, sob um viés historiográfico, a problematização dos aspectos que envolvem o status do livro didático na sociedade, sua materialidade e sua função ideológica, evidenciando o aspecto documental que o livro didático assumiu ao longo da história, se tornando assim, uma importante fonte documental e objeto de estudo no âmbito das instituições escolares, dos sujeitos da educação e das disciplinas escolares. Também, versaremos sobre alguns elementos que dizem respeito à materialidade do livro didático. Pois, entendemos que a inserção desses enfoques na discussão nos permite compreender o conceito de livro didático, além de ampliar nossa reflexão subsidiando nossas análises acerca desses impressos, da dinâmica da sua produção e do papel dos autores.

2.4 - O livro didático como fonte e objeto de pesquisa para a história de uma disciplina

Conforme discutido no item anterior, o livro didático não se configura como o único suporte didático utilizado para a formação do público escolar, contudo, entendemos que este recurso exerceu (e continua exercendo) uma centralidade no contexto escolar. Isto pode ser observado tanto no período por nós estudado - momento de ampliação da produção desses livros, sobretudo, aqueles destinados à escola primária -, quanto na atualidade, ao presenciarmos, ainda, uma série de limites enfrentados pelos professores e alunos no acesso a outros recursos, mesmo diante de uma grande revolução tecnológica e uma proliferação de diferentes recursos de informação no contexto social.

Nesse sentido, o livro didático, se constitui como uma fonte privilegiada de pesquisa ao lado de outros documentos representativos da cultura escolar. No entanto, este mesmo objeto é pouco valorizado socialmente: é considerado pouco digno de catalogação e guarda; raramente ocupa as prateleiras dos acervos públicos e privados; é apontado como uma obra "menor" dentre as "maiores"; um construto de "autores" e não de "escritores"; objeto de interesse de "colecionadores" nostálgicos, mas não de "bibliógrafos"; são manipulados por "usuários" e não por "leitores" (GALVÃO & BATISTA, 2009).

A conotação de desprestígio atrelada ao livro didático durante muito tempo foi compartilhada pelos próprios historiadores e pesquisadores em geral, expressando uma grande lacuna nas pesquisas acerca das obras e das edições didáticas (CHOPPIN, 2004), contudo, recapitulamos que, na atualidade, esse objeto cultural de ensino vem sendo explorado sob diferentes enfoques e abordagens.

Também refletindo acerca da problemática da desvalorização do livro didático a historiadora Antônia Terra salienta que:

De modo geral, o livro didático tem sido desvalorizado depois de seu uso imediato por cumprir uma função específica na vida dos indivíduos, ou seja, por ser intrínseco ao contexto escolar, tornando-se descartável e sem valor fora de seu contexto original (FERNANDES, 2004, P. 537).

No entanto, esta autora também faz uma ressalva que, em alguns casos, o livro didático é valorizado pelos seus donos, reservando a este também uma dimensão simbólica, conforme podemos observar nas palavras da autora:

[...] para uma pessoa que valoriza a educação, que tem sua vida profissional ligada ao magistério, o livro didático ganha em sua memória outra coloração. O valor atribuído ao livro e à leitura em geral estende-se também aos materiais didáticos (FERNANDES, 2004, P. 537).

Além do *status* do livro didático, outro fator, resultante desse, e que reflete a problemática enfrentada pelos historiadores e pesquisadores em geral, ao investigarem esse gênero literário numa perspectiva histórica, é a dificuldade quanto à localização dessas obras nos acervos, dada a dispersão e a carência de catalogação desse documento nas bibliotecas. Nas palavras de Choppin, (2002, p. 8), contraditoriamente, “devido a grande quantidade de sua produção, a conservação dos manuais não foi corretamente assegurada”.

Recentemente os estudos que versam sobre o livro didático vêm crescendo significativamente, seja tomando-o como uma fonte de pesquisa, ou mesmo como um objeto de estudo. Nesse sentido, ao lançarmos um olhar para essas produções acadêmicas podemos observar, como já mencionado antes, que os enfoques são muito diversificados, destacando-se: os estudos centrados na crítica dos conteúdos; aqueles que versam sobre as ideologias; aqueles que adentram no mercado editorial; aqueles que se preocupam com os diferentes usos pedagógicos; e, aqueles que assumem uma abordagem histórica. Tais abordagens historiográficas em torno desse objeto, por vezes, estão atreladas aos diferentes paradigmas representativos de momentos históricos distintos, que por sua vez, apontam diversos elementos socioculturais para pensarmos a escola e, consecutivamente, o livro didático.

A abordagem acerca da função ideológica e cultural do livro didático ocupa, ao lado de outros enfoques, um espaço significativo na historiografia atual acerca do mesmo. Nesse sentido, os livros didáticos publicados durante o século XIX e na Primeira República, são geralmente aqueles utilizados como fontes, dado os projetos de constituição dos Estados Nação e da criação dos principais sistemas educacionais no período, a exemplo, da instituição escolar.

Nesse aspecto, o livro didático assume seu papel de portador de um sistema de valores, de uma ideologia e de uma cultura (CHOPPIN, 2004; BITTENCOURT, 2008),

ou ainda, de várias culturas, a exemplo, daquela estabelecida pelo poder instituído, da indústria cultural e da cultura escolar.

Também reconhecendo a função ideológica do livro didático, Galvão & Batista (2009) assinalam que

Efetivamente, os textos e impressos destinados à instrução ensejam essas abordagens. Eles são, com efeito, em maior ou menor grau, desde o século XIX, objetos de controle do Estado e, desde a Idade Moderna, instrumentos, por excelência de proselitismo religioso. Eles, de fato, reproduzem e condicionam um modo de organização da cultura escolar, concepções pedagógicas, maneiras de escolarizar saberes (p. 15-16).

É bem verdade que o livro didático traz essa proposta de doutrinar o público que dele faz uso. Contrariando, em parte, esta perspectiva que compreende o livro didático, especificamente como difusor de ideologias, não acreditamos que as normas e/ou as orientações sejam fielmente reproduzidas e absorvidas no espaço escolar. Do contrário cairíamos na armadilha de pensar a escola sob uma perspectiva de reprodução mecânica das determinações exógenas e hierarquicamente consideradas superior à escola. E este não é o nosso posicionamento. E, como bem coloca Galvão & Batista (2009)

O livro escolar, ao fazer parte da cultura da escola, não integra essa cultura arbitrariamente. É organizado, veiculado e utilizado com uma intencionalidade, já que é portador de uma dimensão cultural mais ampla. Por isso, esse tipo de material serve como instrumento, por excelência, da análise sobre a “mediação” que a escola realiza entre a sociedade e os sujeitos em formação, o que significa interpretar parte de sua função social (p. 19).

Ou seja, esta reflexão também avança no sentido de considerarmos a importância dos usos e das práticas adotadas pelos sujeitos escolares diante das normas, sistematização e orientações existentes nos livros didáticos. E como já mencionado antes, considerando o período em estudo, a tarefa de buscar constituir esses espaços é um ‘quebra-cabeça’ muito complexo, necessitando uma análise de vários agentes, sujeitos da educação e materiais didáticos do cotidiano escolar, para então sobrepormos o conjunto de informações levantadas, e assim, podermos apontar elementos da rotina e das práticas escolares.

Voltando ao aspecto do livro didático enquanto um veículo de difusor de registro de ideais e normas e, até certo ponto, dos indícios das práticas de uma época, mesmo reconhecendo as possíveis manobras adotadas por aqueles a quem se destina o livro didático, não podemos desconsiderar, enfim, o fato deste se configurar como um objeto

em circulação. Circulação de conteúdos de naturezas diversas no que tange a valores morais, étnicos, sociais, cívicos e patrióticos, se convertendo, portanto, em uma importante fonte indicadora dos projetos de formação social desencadeados pela escola (GALVÃO & BATISTA, 2009), especialmente, por meio de disciplinas estratégicas como de Leitura, História e Geografia.

Além do período que se estende do Império a Primeira República, outro também muito explorado nas pesquisas que enfocam essas ideias é o contexto da década de 1960 e 1970. Assim, como para o contexto anteriormente apresentado, os livros referentes às disciplinas que, de alguma forma, são consideradas como representativas da difusão dos ideais do aparelho do Estado, a exemplo, dos Estudos Sociais, Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil (OSPB)⁵⁶, são muito estudados sob uma perspectiva crítica. Nesse contexto, esses livros passaram a ser compreendidos como verdadeiros veículos difusores dos interesses de um sistema controlador, condição esta que caracterizou o livro didático como uma literatura encarregada de inculcar nos professores e nos alunos os projetos e os ideais eminentemente do Estado e da classe dominante no contexto de um Estado Autoritário, durante o Regime Militar⁵⁷.

De acordo com Bittencourt (2011), o contexto de disputa entre a disciplina de Estudos Sociais e o retorno das disciplinas História e Geografia no currículo favoreceu o desenvolvimento de pesquisas para além do enfoque ideológico. Este quadro favorece uma ampliação da temática, enfocando o aspecto histórico dos conteúdos, apontando os limites destes no âmbito dos Estudos Sociais, ao ser problematizado e questionado o papel dessa disciplina na formação do cidadão.

Esta perspectiva de análise conteudista também reforça as clivagens entre o conhecimento científico e escolar, buscando apontar o certo e o errado, que, por vezes, culmina na ideia do livro didático como um suporte pedagógico adaptado para vulgarizar o conhecimento acadêmico e científico, condição esta, que reforça mais ainda o caráter de desprestígio desses livros.

⁵⁶ Aqui cabe fazer uma ressalva: as primeiras propostas de criação dessas disciplinas no contexto educacional brasileiro remontam-se às primeiras décadas do século XX, a partir do Programa de Ciências Sociais, organizado por Delgado de Carvalho, em 1934, o qual mencionava o ensino de Estudos Sociais para os cinco primeiros anos da escola elementar (FERNANDES, 2008). Acerca desta temática, ver também Issler (1973) e Albuquerque (2006a).

⁵⁷ Nesse sentido, é compreendido que apesar do Estado ter o objetivo de difundir seus interesses via livros didáticos, contudo, também há nesses livros espaços para que outras visões sejam incluídas, mesmo que de forma subliminar. E também é pertinente pensar que, frente à diversidade de sujeitos que usam estes livros nem sempre esses projetos se efetivam.

Nesse sentido, Bittencourt (2011) ressalta que

A difusão dessas concepções sobre o livro didático – uma obra representativa da ideologia das classes dominantes e ou do Estado burguês ou um livro caracterizado por apresentar um “conhecimento pronto e acabado” – fez ou ainda faz com que esse material seja entendido como o *vilão* da história escolar, seus autores sempre considerados como os principais responsáveis por um ensino ideologicamente compreendido e preocupados exclusivamente com recompensas financeiras oriundas da indústria cultural ou da indústria de massa no sentido atribuído pelos intelectuais da denominada Escola de Frankfurt (p. 499, grifo da autora).

A crítica a esta vertente historiográfica do livro didático emerge em âmbito nacional a partir da década de 1990, especialmente partindo dos estudos da historiadora Circe Bittencourt, conforme já mencionamos. Essa renovação historiográfica, de forma direta ou indireta, tem como referência teórica: as ideias de André Chervel a respeito da história das disciplinas escolares, de Ivor Goodson no campo da sociologia do currículo, dos estudos de Roger Chartier e Henri-Jean Martin em torno da história do livro e da leitura, e também as reflexões apresentadas por Alain Choppin sobre a concepção de livro didático.

Assim, nesse início do século XXI, esse novo direcionamento teórico que embasa as produções recentes sobre o livro didático busca reconhecê-lo a partir de um conjunto de agentes e sujeitos envolvidos na sua produção, circulação e usos, de modo a ressaltar a memória e os aspectos históricos e socioculturais concernentes a esse gênero literário, como já mencionamos.

Por passar por um processo de elaboração, produção, divulgação, comercialização, aquisição e diferentes usos, o livro didático também pode ser compreendido como um produto, ou seja, uma mercadoria (MUNAKATA, 2003). Apreender a materialidade do livro perpassa tanto pela busca de informação acerca do tamanho da folha, dos números de páginas, quanto pelas medidas topográficas e das relações de trabalho nas diferentes especializações (editores, revisores, paginadores, impressores etc.). Nas palavras de Munakata (2012), “A noção de materialidade, em suma, remete à materialidade das relações sociais em que os livros (inclusive didáticos) estão implicados” (p.184).

As evidências aqui apresentadas caminham no sentido de compreender o livro didático como um objeto educacional e como um elemento constitutivo da forma escolar, mas também reconhecermos a sua materialidade e historicidade (DIONÍSIO, *et*

al. 2002) e, o seu papel na constituição das disciplinas escolares. Por outro lado, partindo da história dessas disciplinas, Santos (2007, *apud* GATTI Jr, 2009) também aponta os materiais didáticos/pedagógicos, dentre eles, o livro didático como categoria de análise nesse campo. Neste caso, a autora ainda enfatiza a emergência de pesquisas a partir de enfoques como: a destinação, os autores, os editores, a difusão, os conteúdos explícitos etc.

Percebendo o livro didático a partir de um contexto mais amplo e relacional, podemos dizer que, assim com as disciplinas escolares, o livro didático resulta de um construto que congrega vários elementos do contexto social, cultural e econômico ao mesmo tempo em que, por ser elaborado e produzido especificamente para o contexto escolar, tendo como referência as intenções do legislador, do autor e do editor, o livro didático adquire uma característica própria e particular da cultura escolar. A materialidade do livro didático se revela muito importante neste aspecto, pois esta imprime/denuncia importantes elementos inerentes ao contexto, apontando interesses e práticas que se materializam nesse gênero didático.

Este entendimento direciona a nossa investigação acerca dos autores de livro didático de Geografia no período em estudo, reconhecendo a importância de entendermos o livro didático a partir dos vários agentes que influenciam direto ou indiretamente no processo de construção desse recurso didático, a exemplo dos autores. Neste aspecto, apresentaremos a seguir uma breve discussão acerca do que entendemos por autor e o papel desses sujeitos enquanto autores de livros didáticos.

2.5 – Autor de livro didático: elementos históricos e metodológicos na construção do conceito

Conforme já expressamos outras vezes neste texto, nosso entendimento acerca do autor de livro didático busca estabelecer uma relação entre os elementos históricos, sociais, culturais, econômicos e os demais sujeitos envolvidos na produção desses livros. Para tanto, nossos delineamentos sobre o conceito de autor parte da perspectiva teórica defendida por Koselleck (2006), por consideramos os construtos históricos e sociais acerca das relações que permearam (e permeiam) o conceito de autor. Nesse sentido, também nos aproximamos dos postulados de Roger Chartier (1994; 2012), M. Bakhtin (1997), R. Barthes (1968) e M. Foucault (2001), quando estes autores, mesmo partindo de diferentes campos e perspectivas teóricas distintas, questionam a ideia da

existência de uma voz única e soberana do sujeito autor. Tal concepção nos permite compreender o autor a partir da noção de autoria, ou seja, reconhecer o autor enquanto um conjunto de sujeitos e as múltiplas relações estabelecidas entre estes, ao longo do processo da concepção, escrita, editoração, impressão, comercialização e apropriação do livro por seus leitores⁵⁸.

Nosso objetivo aqui não é estabelecer uma discussão conceitual a partir das formulações teóricas do conjunto de autores supracitados, apesar de reconhecermos a riqueza conceitual dessas discussões sobre a noção de autor, nas formulações de todos eles. No entanto, trataremos sobre o tema a partir das reflexões feitas por Michel Foucault e Roger Chartier, recorrendo a importante contribuição tanto do primeiro quanto do segundo, imprimindo a ampliação da temática a partir das críticas e novas interpretações feitas por Chartier ao inscrever as diversas modalidades históricas que compreendem a construção da figura do autor (CHARTIER, 1994, 2012), e, então, a partir daí, deslocarmos nossas reflexões para pensarmos o autor de livro didático.

No âmbito das produções textuais literárias, seja qual for o gênero, hoje é bem aceita a ideia de que o conceito de autor e autoria perpassa pelo entendimento de um produto intelectual e de uma produção material através de textos manuscritos, impressos, gravados e, hoje, informatizados. Neste aspecto, ao pretendermos fazer uma análise, seja direcionada para o autor, seja direcionada para o livro não é possível uma dissociação entre ambos.

⁵⁸ Mesmo reconhecendo que a noção de autor compreende, em sua essência, a existência de uma complexa relação entre diferentes sujeitos, perpassando, assim, pelo conceito de autoria, optamos por utilizar o termo autor no estabelecimento desta pesquisa para nos reportarmos ao sujeito autor/ escritor de textos didáticos publicados no formato de livros. Aqui também cabe elucidarmos que reconhecemos a complexidade e as controvérsias em torno da noção de autor no âmbito da crítica literária que se estabeleceu a partir dos anos de 1960 e 1970, a qual se fundamenta em um contexto paradigmático de reconhecimento da subjetividade moderna em que cada indivíduo é resultado de um construto histórico-social, e que, ao enunciar um discurso, não fala por si mesmo, mas a partir de múltiplas vozes, ou seja, uma voz socialmente constituída. Esta ideia orienta o atual pensamento acerca da noção de autor e de obra, negando, assim, a existência desse enquanto uma figura única e soberana. A crítica a este entendimento de autor tem recebido contribuições de diferentes áreas do conhecimento, a exemplo, dos estudos Roland Barthes no âmbito da literatura e da teoria literária, com suas reflexões acerca da distinção entre *autor* e *escritor* em seu clássico artigo *A morte do autor*, publicado em 1968; dos estudos de Bakhtin sustentados nos pressupostos da filosofia da linguagem, e seus delineamentos entre o *autor-pessoa* e o *autor-criador*; das reflexões de Michel Foucault sobre a *função autor* e a relação entre o *nome próprio* e um *nome do autor*, ao fazer uma análise do sujeito a partir da enunciação, da circulação e apropriação dos discursos e das práticas subjetivas, apresentadas em uma conferência na Societe Francaise de Philosophie, em 1969; e por fim, destacamos as contribuições do historiador Roger Chartier, ao estabelecer um diálogo com Michel Foucault, porém deslocando suas análises para o campo das representações e da cultura material dos impressos, a partir de seu artigo intitulado *Figuras do autor*, publicado em *A ordem dos livros*, em 1994, e posteriormente, do livro *O que é um autor? Revisão de uma Genealogia*, publicado em 2012.

Apesar de, durante muito tempo, o autor ter sido foco de árduas investigações biográficas, os enfoques desconsideravam a íntima relação entre o autor para com seus textos e obras. Por outro lado, também as produções acerca dos escritos e dos impressos não consideravam a figura do autor. Não obstante, nas últimas décadas, o autor passa a ser evidenciado a partir de uma complexa teia de relações que envolvem elementos sociais, políticos, culturais e econômicos, e, de modo particular, das repercussões dos autores no seu fazer literário, tal como é discutido na concepção de Bakhtin como *autor-criador*; em Barthes como *escritor*; em Foucault a partir da *função-autor*, e também, em Chartier a partir das discussões centradas nas *figuras do autor*.

Ainda cabe ressaltar que os elementos que compreendem a noção de autor de uma obra literária, sejam pelo viés deste enquanto um difusor de ideias ou discursos, sejam pela participação deste nos trâmites e nas decisões da confecção da obra, apresentam configurações distintas nos diferentes momentos históricos e setoriais de produção do impresso.

Ao longo da história, os trâmites em torno da produção do livro passaram por transformações significativas que envolvem a sua materialidade, a sua função social de produzir significações e os diferenciados usos deste pelos leitores. Essas múltiplas facetas, inerentes ao livro, por sua vez, também implicam no estabelecimento de diferentes sujeitos sociais que atuam nas diversas etapas de produção desse suporte, estabelecendo variadas relações historicamente.

Assim, compreendendo a variedade de sujeitos envolvidos nas ideias e na materialidade do livro ao longo da história, surge uma indagação que, por vez, orienta essa pesquisa: Qual seria, então, o papel do autor de livro didático em meio a essa variedade de sujeitos que atuam na concepção das ideias e na materialização do livro? Para refletirmos sobre esta questão apresentaremos nos parágrafos a seguir elementos históricos acerca da noção de autor e o papel (ausência e/ou centralidade) deste sujeito na produção literária, nos diferentes contextos históricos e espaciais.

Ao se debruçar sobre o estudo da história do livro e da leitura, Roger Chartier nos traz importantes contribuições para pensarmos o autor, e sua relação com o texto, com os editores/livreiros e com os leitores. Em seu ensaio, intitulado *Figuras do autor* Chartier (1994) discute a relação entre a figura do autor e os dispositivos/agentes que visam controlar a circulação dos textos e dar-lhes autoridade; e ressalta que a história das condições de produção, disseminação e apropriação dos textos tem uma pertinência

particular nos diferentes contextos históricos (CHARTIER, 1994) e diferentes setores da sociedade. Esses estabelecimentos, por sua vez, também são pilares para a discussão proposta por Michel Foucault acerca da construção de uma “função autor”, caracterizado pelo modo de circulação e funcionamento de certos discursos no interior de uma sociedade, e também, pelo reconhecimento do fazer literário de um determinado autor, designando a este um rótulo de autoridade.

Fazendo um deslocamento para os livros didáticos, podemos observar que essas relações estão sempre bem articuladas, destacando com centralidade a figura do Estado no início e no fim desse processo. Neste aspecto, não podemos esquecer que a seleção dos conteúdos e de metodologias para compor um livro didático, em geral, obedece às prescrições curriculares estabelecidas pelo Estado que, por sua vez, também avalia e fiscaliza. Na outra ponta, o Estado também se configurou historicamente como o principal comprador desses livros. Pensando pelo viés pedagógico e de função de ensino atribuída ao livro didático, também podemos ver essas relações convergindo para uma disposição da didática dos conteúdos, tanto pela figura do autor quanto dos técnicos, “coautores” envolvidos na produção do livro, também atuam, nesse sentido, os editores.

A função autor, tal como propõe Foucault (2001) ganhou contorno no contexto da modernidade, a partir da instauração de um regime de propriedade dos textos, com o estabelecimento jurídico das regras sobre os direitos autorais; sobre a relação entre autores e editores; e sobre os direitos de reprodução, dentre outros aportes legais. Ao fazer um levantamento das contribuições recentes acerca do contexto de aparição da propriedade literária, Chartier (2012) adverte que a ação da propriedade literária, longe de nascer de uma aplicação particular do direito individual, isto é, direcionado ao sujeito autor, deriva diretamente da defesa da livraria que garante um direito exclusivo sobre um título ao livreiro, já nos princípios do século XVIII, na Inglaterra, emergindo nesse contexto o conceito de autor proprietário e de propriedade literária.

Esta prática de transferência dos direitos autorais de um autor para o livreiro, ficando a cargo deste a liberdade de estabelecer estratégias mercadológicas para venda do livro, assumindo os riscos financeiros, se configurou como prática comum dentre as relações de produção e circulação dos livros didáticos no Brasil durante o século XIX (HALLEWELL, 2005).

As discussões sobre direitos legais da obra, ora está direcionada para o seu escritor (mesmo que limitadamente), ora ao para o livreiro, mas, em geral, a propriedade

literária no contexto europeu, atribui que os privilégios das obras sejam para a editora que adquiriu a obra do autor, deixando para este, apenas condições limitadas de posse desta (CHARTIER, 1994). Estes direcionamentos legais embasavam-se no entendimento de que, de um lado, a obra limitava-se as intervenções mecânicas e de materialidade, e de outro, pela concepção de que uma obra tinha a função de exercer o papel de veiculação de ideias do indivíduo escritor e gênio criador, no sentido da individualidade do sujeito.

No entanto, este cenário passa a se modificar a partir do surgimento de uma nova concepção de obra sob os pressupostos das luzes, ou seja, há um deslocamento para uma nova percepção de obra, entendendo-a como uma criação original, identificável pela especificidade de sua expressão e estética. De acordo com Chartier (1994), este conceito se associa a unicidade da forma, o gênio próprio do autor e a imprescritibilidade, que compreende a maneira particular como o autor produz, reúne e exprime os conceitos que ele apresenta. Esta nova abordagem caracteriza-se por transcender a materialidade circunstancial do livro - o que permite distingui-lo de uma invenção mecânica -, entendê-lo como resultado de um processo orgânico comparável às criações da natureza, investido de originalidade por uma estética em que o texto adquire uma identidade imediatamente atribuída à subjetividade de seu autor e, não mais, à presença divina, ou à tradição ou ao gênero (CHARTIER, 1994).

É sob os pressupostos desta concepção de obra que emergem as marcas fundamentais da função autor tal como propõe Foucault. Para esse filósofo a *função autor* é compreendida como uma posição enunciativa, isto é, o autor é sinalizado e defendido pelos próprios textos que, por sua vez, podem remeter não a um indivíduo singular, mas a uma pluralidade de “eus”. Para tanto, Foucault destaca um “eu” que fala em um prefácio; outro “eu” que argumenta no corpo de um livro, e ainda outro “eu” que avalia a recepção da publicação ou se propõe a esclarecê-la. Assim, a função autor pode dar lugar a mais de um “eu”, simultaneamente, a várias posições que indivíduos de diferentes classes sócias podem ocupar. Trazendo esta reflexão para a autoria dos livros didáticos, podemos identificar as diferentes posições do autor de livro didático, nos casos (e que não são raros) em que os autores ao mesmo tempo, são professores, exercem cargos técnicos em instituições educacionais, em órgãos de pesquisa, e também, ocupam posições de *status* social exercendo cargos políticos, além de muitas vezes, estabelecer relações diretas de sociedade com as editoras.

Contudo, também cabe destacar que a função-autor pode ser evidenciada em contextos anteriores, por exemplo, na sociedade medieval, quando da punição dos autores diante de seus discursos transgressores. Nesse aspecto, o próprio Michel Foucault menciona:

É preciso observar que essa propriedade foi historicamente secundária, em relação ao que se poderia chamar de apropriação penal. Os textos, os livros, os discursos, começaram a ter realmente autores (diferentes dos personagens míticos, diferentes das grandes figuras sacralizadas e sacralizantes) na medida em que o autor podia ser punido, ou seja, na medida em que os discursos podiam ser transgressores. O discurso, em nossa cultura (e, sem dúvida, em muitas outras), não era originalmente um produto, uma coisa, um bem; era essencialmente um ato – ato que estava colocado no campo bipolar do sagrado e do profano, do lícito e do ilícito, do religioso e do blasfemo. Ele foi historicamente um gesto carregado de riscos antes de ser um bem extraído de um circuito de propriedade. E quando se instaurou um regime de propriedade para os textos, quando se editoram regras estritas sobre os direitos do autor, sobre as relações autores-editores, sobre os direitos de reprodução etc. – ou seja, no fim do XVIII e no início do século XIX -, é nesse momento em que a possibilidade de transgressão que pertencia ao ato de escrever adquiriu cada vez mais o aspecto de um imperativo próprio da literatura (FOUCAULT, 2001, p 14 - 15).

Acerca do reconhecimento da figura do autor durante a Idade Média, Chartier corrobora com o pensamento de Michel de Foucault, porém adverte que:

Durante a repressão, todavia, a responsabilidade do autor de um livro não parece ser considerada maior do que aquela do impressor que o publicou, do livreiro ou do mercador que o vendeu, ou do leitor que o possui. Todos podem ser conduzidos à fogueira se verem proferido ou difundido opiniões heréticas (CHARTIER, 1994, p. 52).

Outra questão que merece ser destacada no que diz respeito à propriedade literária e apropriação penal dá-se no sentido do reconhecimento da profissão de escritor/autor. Nesse contexto, não se evidenciava uma relação direta do autor com uma remuneração pelos seus escritos, ou seja, não era comum o autor “viver da sua pena”; ele (o autor) preferia o público escolhido entre os seus pares, a circulação em manuscrito e a dissimulação do nome próprio sobre o anonimato da obra, em detrimento do impresso e de seus direitos autorais (CHARTIER, 1994).

Durante o século XV, as inovações tecnológicas e as contribuições do alemão John Gutenberg e a sua invenção dos tipos móveis impulsionou o aparecimento da

imprensa no contexto europeu⁵⁹, passando, desde então, a influenciar a difusão do impresso em várias partes do mundo. Assim, o apagamento do autor, uma característica típica da “tradição paroquial de anonimato” e do “antigo regime literário” dos livros manuscritos, inicialmente assume diferentes modalidades nas obras impressas, a exemplo, da ausência do nome do autor na página de rosto ou ainda a criação de autor apócrifo ou fictício (CHARTIER, 1994).

Trazendo essa discussão mais pra perto, ou seja, para o contexto do Brasil oitocentista, e tomando como referência os livros didáticos, observamos que, em alguns casos, se encontra obras “anônimas”, com nomes de autores fictícios, e também, obras atribuídas a uma determinada instituição, a exemplo, daquelas publicadas pela FTD, cujo nome do autor não aparece na obra. No entanto, nesse contexto, a referência ao nome do autor é um elemento de grande importância para o *status* de determinado livro, inclusive, também é bem comum, aparecer na capa, nas primeiras folhas ou na contracapa um pequeno resumo sobre a formação e as posições profissionais assumidas pelos autores, visando promover a obra. Essa relação de propriedade do autor, assim como a de originalidade da obra pode ser observada pela assinatura do autor, atestando a fidelidade da obra, e advertindo sobre as possíveis punições, no caso de reproduções não autorizadas pelo autor (Figura 1).

⁵⁹ Acerca desse fenômeno, EL FAR (1970), ressalta que os especialistas da história dos livros têm apontado que, ante da descoberta de Gutemberg, a China já usufruía os benefícios do texto impresso com tipos móveis, contudo, há um consenso de que foi na Europa do século XV, que o trabalho de impressão ganhou uma dimensão mais significativa, provocando transformações no sistema mundial de comunicação.

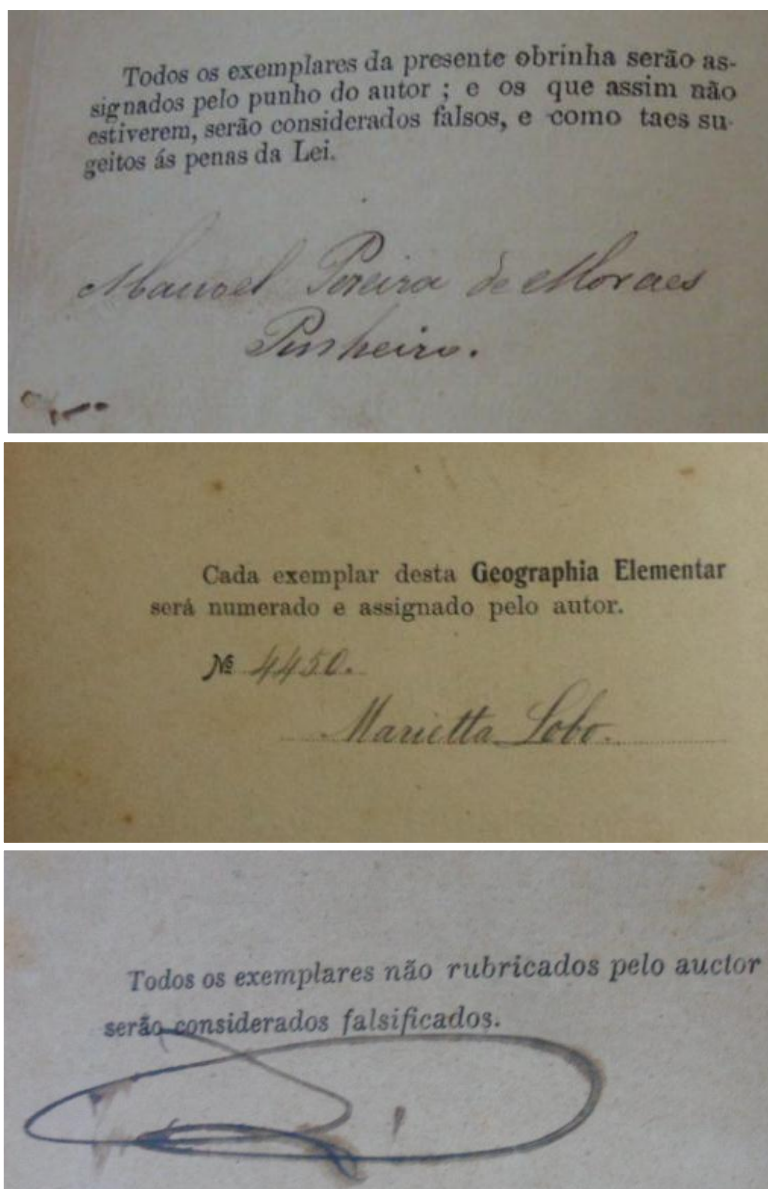


Figura 1: Atos de controle de originalidade das publicações e advertência contra a falsificação de exemplares. Exemplo presentes nas obras *Elementos de Geographia Universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco*, 1875, de Manoel Pereira de Moraes Pinheiro; *Geographia Primária: composto para uso das Escolas Primárias*, 1892, do Dr. Carlos Novaes e *Geographia elementar*, 1924, de Novaes José Teodoro de Souza Lobo. Organização: Angelo (2014)

A prática de reprodução e comercialização de edições didáticas clandestinas era uma prática comum durante o contexto do século XIX e início do século XX, dada à inexistência, até 1912, de uma proteção nacional e internacional dos direitos legais de reprodução dos autores (HALLEWELL, 2005).

Retomando a discussão sobre a noção do conceito de autor, indagamos: que definição (ou definições) pode(m) ser atribuída(s) ao vocábulo autor em meio às implicações evidenciadas? Ao recorrer aos dicionários da língua francesa, no contexto do século XVII, Chartier (1994) esclarece que o termo autor aparece associado à

publicação impressa, contudo, esta não é a única definição atribuída ao termo. Esta, só é evidenciada na sexta posição, depois das seguintes definições para autor, as quais aparecem associadas: ao domínio filosófico e religioso (quem criou ou produziu alguma coisa – diz-se, por excelência, que é Deus); ao domínio da técnica (diz-se, em particular, daqueles que são os primeiros inventores de alguma coisa); à esfera prática (diz-se dos chefes de partido, de uma opinião, de uma conspiração etc.); e à condição genealógica (diz-se do autor da gênese de uma casa, de uma família). Como podemos observar a palavra autor não é investida de um sentido literário, estando associada ao estabelecimento da criação divina, da invenção material e/ou do encandeamento das ações.

Ainda tomando como referência o *Dicctionnaire universel* e o *Dictionnaire Français*, ambos em circulação no final do século XVII, Chartier nos diz que, em termos literários

O termo autor não pode ser aplicado a qualquer um que escreveu uma obra: ele distingue entre todos os “escritores” apenas aqueles que quiseram ter publicadas as suas obras. Para “erigir-se como autor” escrever não é suficiente; é preciso mais, fazer circular as suas obras entre o público, por meio da impressão (CHARTIER, 1994, p. 45).

No entanto, ao voltar um pouco mais no tempo, e ao consultar o catálogo de algumas bibliotecas francesas instituídas no século XVI, Chartier (2004, p. 46), constata que nesse contexto, “o deslocamento da função-autor não está necessariamente ligado à publicação da imprensa ou à independência do escritor”. Noutras palavras, a categoria autor não estava restrita apenas aquela que se faziam editar, mas, de modo geral, a todos aqueles que escreviam, quer seus manuscritos fossem editados e impressos ou não. Nesse sentido, Chartier (2004), adverte que a função-autor não é definida a partir do processo de impressão do escrito do autor, mas sim, por constituir o princípio fundamental da classificação do discurso a partir da forte relação de dependência instituída pela figura do patrono, ora representado pela Igreja, ora representado pelo Estado.

De acordo com Chartier (1994), com a criação da imprensa estas relações ainda permanecem. Nas palavras do autor:

A vontade dos autores de entrar na lógica do mercado – portanto de serem senhores da venda de suas obras pra um livreiro ou um impressor que as publicará – acomoda-se muito bem com a aceitação ou com a procura de um patrocinador. [...] Patronato e mercado,

portanto, não se excluem de maneira alguma, e todos os autores dos séculos XVI e XVII acham-se confrontados com a mesma necessidade que Bem Jonson: adaptar “a tecnologia moderna de disseminação à economia arcaica do patronato”. [...] O sistema tradicional de patronato, longe de ser desmantelado pela difusão do livro impresso, acaba por conciliar-se com a nova técnica de reprodução de textos, de acordo com a lógica de mercado que essa técnica institui. Válida para o Renascimento, essa constatação ainda o é, parcialmente, em relação ao século XVIII, momento da primeira “profissionalização” dos autores, desejos (e às vezes, capazes) de viver (bem ou mal) de sua pena (CHARTIER, 1994, p. 49 - 50).

Nesse sentido, R. Darton *apud* Chartier (1994) revela que os dois modelos da condição do autor que predominou no Antigo Regime continuaram dominantes: o escritor goza de uma independência econômica que lhe é assegurada por seu nascimento ou por sua profissão, e também, o escritor se beneficia de gratificações e benesses do patronato.

Como já mencionado, no âmbito da modernidade, novos delineamentos se evidenciaram acerca da relação entre o autor e sua obra. Além das ações jurídico-penais direcionadas aos direitos autorais, representada pelo perigo de uma escrita, sob os riscos de punições e das relações de mercado travadas pelos negócios das editoras e das inovações no campo da imprensa, outros elementos também contribuíram para o aparecimento do autor nas pesquisas científicas. Nesse aspecto, evidenciam-se as mudanças filosóficas, com a subjetividade da modernidade, as transformações político-econômicas, as inovações no campo da estética, questionando o autor enquanto um mito romântico do gênio criador, do soberano e da originalidade da obra e as abordagens no âmbito da teoria literária, com o uso do método hermenêutico e biográfico (Foucault, 2001).

Outra questão central para o entendimento da função-autor nos diferentes contextos históricos e espacial repousa nas relações estabelecidas entre o texto e o meio de divulgação deste, a exemplo do suporte livro. Assim, não dá para pensar o papel do autor dissociado dos demais agentes envolvidos na concepção e na fabricação do livro. Nesse sentido, Chartier (1994, p. 17) defende que

Daí surge a distinção necessária entre dois conjuntos de dispositivos: os que destacam estratégias textuais e intenções do autor, e os que resultam de decisões de editores ou de limitações impostas por oficinas impressoras.

Assim, para Chartier (1994, p. 17) “Os autores não escrevem livros: eles escrevem textos que se tornam objetos escritos, manuscritos, gravados, impressos e, hoje informatizados”. Nesta perspectiva, este autor, tomando como elemento central a história dos livros e da leitura, traz a seguinte reflexão:

Toda criação inscreve nas suas formas e nos seus temas uma relação: na maneira pela qual – em um dado momento e em determinado lugar – são organizados o modo de exercício do poder, as configurações sociais ou a economia da personalidade. Pensando (e pensando a si mesmo) como um demiurgo, o escritor cria, apesar de tudo, na dependência. Dependência em face das regras (do patronato, do mecenato, do mercado) que definem a sua condição. Dependência, mais fundamental ainda, diante das determinações não conhecidas que impregnam a obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável (CHARTIER, 1994, p. 9).

Também Foucault, mesmo que partindo de outra perspectiva de análise da enunciação do discurso, compartilha desse pensamento. Para este autor a origem do discurso não está em sujeitos individuais, mas em diferentes posições que ele ocupa na ordem do discurso. O sujeito sempre fala de algum lugar e, portanto, não é dono livre de seus atos discursivos.

Acreditamos que essa concepção de autor conduziu a forma como este passou a ser visto na história e novas pesquisas literárias, isto é, dependente e reprimido. Nesse sentido, (CHARTIER, 1994, p. 35 – 35) esclarece:

Dependente: ele não é o mestre do sentido, e suas intenções expressas na produção do texto não se impõem necessariamente nem para aqueles que fazem desse texto um livro (livreiro-editores ou operários da impressão), nem para aqueles que dele se apropriam para a leitura. Reprimido: ele se submete às múltiplas determinações que organizam o espaço social da produção literária, ou que, mais comumente, delimitam as categorias e as experiências que são as próprias matrizes da escrita.

Trazendo esta reflexão para a produção de livros didáticos, advogamos que, apesar de os autores desses, estarem “presos” às leis institucionais, aos programas curriculares e as exigências editoriais presentes na elaboração de suas obras, eles também conseguem imprimir sua marca, expressar suas experiências, as quais podem estar atreladas ou não ao exercício do magistério, à formação acadêmica ou ainda a outros aspectos representativos destes estes sujeitos, tais como suas visões de mundo, envolvimento políticos, associações etc.

Como podemos perceber, a discussão a respeito do conceito de autor aponta uma diversidade de associações acerca deste e do entendimento do que vem a ser o autor nos diferentes contextos históricos e espaços de produções. Partindo do pensamento de KOSELLECK (2006), compreendemos que os elementos que delinearão o conceito de autor de livro didático vão além dos elementos linguísticos que definem e dão sentido ao termo, compreendendo também, um conjunto de situações históricas, culturais, políticas e econômicas de uma determinada sociedade ao longo do tempo e que orientam para o presente.

Portanto, dá atenção ao aspecto relacional inerente aos autores dos livros didáticos de Geografia publicados no período entre 1870 e 1910, buscando conhecer o lugar social desses sujeitos, e também, os trâmites relativos à produção didática dessa disciplina na época, nos permite levantar subsídios para melhor entendermos importantes elementos inerentes à constituição da disciplina escolar Geografia, pois, entendemos que esses processos se dão de forma articulada.

CAPÍTULO 3 - O CONTEXTO E A DINÂMICA DA PRODUÇÃO E UMA CLASSIFICAÇÃO DOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Articulando o contexto à produção didática no período referente a nossa pesquisa, Hallewell (2005) nos lembra que:

Os últimos vinte anos do Império testemunharam alguma melhora, pelo menos em termos quantitativos, com a duplicação do número de escolas de 3.561 para 7.500 e aumento de 1,2% para 2,1% na proporção de escolares comparada à população [...] porém mais importante para o mercado de livros didáticos foram os grandes progressos nos métodos educacionais (p. 281).

É em meio a este cenário que os livros didáticos de Geografia, juntamente com os livros de História e Leitura, ganharam lugar de destaque no âmbito escolar, o que compreende em um aumento da sua produção, a inserção de novos elementos materiais e pedagógicos nas edições publicadas no período. A emergência dessas inovações não implica, necessariamente, na transformação das concepções difundidas nos livros didáticos de Geografia, de modo que alguns permanecem difundindo elementos considerados conservadores mesmo para o período.

As características que permeiam essas obras, e consecutivamente, o estatuto da disciplina escolar na época está atrelada, dentre outros agentes, aos autores, com diferentes formações e atuações no campo político, jurídico, no comércio livreiro e, considerando o contexto aqui retratado, cada vez mais se destacam os autores envolvidos com o exercício do magistério.

No tópico a seguir, teceremos importantes considerações acerca dos ideais e concepções que orientam a elaboração dos livros didáticos de Geografia e dos saberes escolares dessa disciplina no contexto de transição do Império para a República.

3.1 – Ideais republicanos educacionais e concepções de saber escolar no livro didático de Geografia: mudanças e permanências

As ideias republicanas começaram a se manifestar no Brasil muito antes das vésperas da proclamação da República. Apesar de uma maior efervescência nas últimas décadas do Império, os ideais liberais remontam ao Primeiro Reinado, em especial, durante os períodos regenciais.

Já nos primeiros anos do Império, os discursos republicanos de caráter liberais permeavam vários setores da sociedade brasileira, passando pela esfera política, intelectual e educacional. Nesse sentido, Carlota Boto evidencia que:

Parece ser curioso que, em um império de súditos, já se advogasse um sistema de idéias cujo alicerce vinha pautado pela irradiação do movimento da ilustração francesa no sentido da universalização dos direitos (BOTO, 1999, p. 253).

As discussões, nesse sentido, envolviam uma pluralidade de temas, os quais contemplavam os ideais de caráter republicanos, a exemplo do fortalecimento das ideias democráticas de participação da sociedade nas decisões políticas e de acesso à educação. Evidenciando assim, o movimento em prol do direito ao voto; da garantia à instrução pública, laica e de qualidade para todos; a construção de projetos favoráveis à Federalização, reforçando, assim, a autonomia política e administrativa das diferentes províncias no trato dos problemas locais; da construção do projeto de uma educação nacional e do nacionalismo patriótico; além da ideia de modernidade sob os princípios liberais, positivistas e de civilização.

No entanto, esses ideais brotavam em meio a um sistema monárquico e uma sociedade escravocrata, estamental e excludente, regida legalmente por uma constituição que delegava direitos apenas aos homens livres e de posses, protegidos pelo sistema censitário imperial (BOTO, 1999), compreendendo uma dissonância entre as ideias e as condições reais de implementação desses projetos, tal como ressalta esta autora:

Nesse sentido, de fato, constata-se o abismo entre as idéias e as realizações pedagógicas dos tempos monárquicos, já que as crenças e profissões de fé, difundidas no ambiente em relação às possibilidades regeneradoras da instrução, não foram, de imediato, transformadas em concretizações efetivas de ampliação da rede escolar no país [...] Reiteradamente reafirmadas, e incorporadas, já a essa altura aos principais textos legais da nação, as idéias de educação do povo davam forma a um imperativo educacional, um imperativo ainda não atendido pelas administrações do Império ou das províncias, mas nem por isso menos válido para os intelectuais e legisladores da educação (BOTO, 1999, p. 255).

De alguma forma, os princípios liberais, nortearam a primeira Constituição brasileira, que decretou: “A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos”. Nesse quesito, Bittencourt (2008), nos lembra que o Brasil foi um dos países pioneiros a instaurar a gratuidade do ensino primário. Aqui também cabe destacar a criação da Lei

de dia 15 de outubro de 1827, cujo primeiro artigo Art. 6º regulamenta que “Em todas as cidades, vilas e lugares mais populosos, haverão as escolas de primeiras letras que forem necessárias”. Elucidar esses aportes legais que denunciam uma preocupação, por parte dos estadistas, com educação, nesse período não implica em dizer que tais projetos se efetivaram na prática, tendo em vista as condições sociais, políticas, culturais e de infraestrutura do período, tal como reflete André Castanha:

No Brasil do século XIX não havia condições históricas para resolver o problema da escola pública. Não havia condições econômicas, políticas, sociais, materiais e humanas para difundir escolas por todo o território habitado. Além disso, o interesse da população pela instituição escolar era muito pequeno, uma vez que o Brasil da época era basicamente rural, a população estava dispersa, com difíceis recursos de comunicação e transporte e tinha como base de organização a escravidão. A escola era uma instituição em processo de constituição e, por isso, disputava espaço com outras entidades e outros interesses da população (CASTANHA, 2006, p. 191).

No que concerne à gratuidade do ensino primário, Bittencourt (2008), ressalta que, sem dúvida, esse estabelecimento representou um discurso democratizante de nossas elites, contudo, a educação das camadas populares só passou a ser uma preocupação, efetivamente, por parte dos grupos dirigentes, a partir da década de 1870, no contexto em que se acentuaram os conflitos entre os defensores da mão de obra servil e aqueles que reclamavam a necessidade do trabalho livre.

O ensino secundário no Brasil oitocentista destinava-se a aos grupos sociais mais abastados, ofertado por instituições particulares, e, praticamente direcionado ao público masculino. Caracterizava-se pelo ensino propedêutico, voltado para preparação daqueles que desejavam ingressar nas faculdades e exercerem as carreiras liberais. Para este nível de ensino “O incentivo para as obras nacionais foi quase inexistente, limitando-se às matérias como Geografia e História do Brasil” (BITTENCOURT, 2008 p. 52).

A partir da década de 1870, as reformas direcionadas ao ensino secundário foram marcadas por discussões no campo do ensino científico e da modernização dos diferentes setores sociais, sob a influência europeia que promulgava os chamados “estudos reais”, diversificado em suas finalidades, para atender o estabelecimento dos estudos científicos e dos estudos humanísticos (ROCHA, 1996). Contudo, para a realidade brasileira, havia a preocupação em formar cidadãos para atender as necessidades mais complexas e variadas da vida social, suplantando um modelo único de ensino que visava apenas preparar o aluno para os exames admissionais das

faculdades. Estabelecendo também uma preocupação na direção de “um saber consensual para a formação dos setores burocráticos e do quadro de intelectuais do Estado” (Bittencourt, 2008, p. 51). Ainda nesse aspecto, esta autora ressalta:

Os estadistas brasileiros, sempre com os olhos voltados para o exterior, acompanhavam a política de educação internacional, mas estavam, sobretudo, atentos para resolver os problemas internos (BITTENCOURT, 2008, p. 35).

Conforme já mencionamos, o projeto de “invenção do Brasil”, a partir dos debates referentes à construção do Estado-nação e da defesa de uma educação nacionalista era pauta central entre os estadistas e intelectuais brasileiros, desde as primeiras décadas do Império, passando a se evidenciar com mais força a partir das últimas décadas do século XIX (GONDRA & SCHULER, 2008; BITTENCOURT, 2008; VLACH, 2004).

Neste novo cenário de intensas transformações políticas e de fortes propostas de “nacionalização” do território brasileiro, dentre outras instâncias educacionais governamentais e não governamentais⁶⁰, a escola assume um papel de destaque, culminando em uma ampliação da rede de ensino para diferentes esferas da sociedade, sobretudo, no que diz respeito ao nível elementar (escolas primárias), que tinha como objetivo formar um cidadão civilizado e conhecedor de sua pátria (BITTENCOURT, 2008).

Buscando responder aos ideais do projeto de construção do ideário nacionalista e criar novas visões de mundo, destaca-se a escolarização, com centralidade para ensino da Leitura, da Língua, da Geografia e da História Nacional. Neste aspecto, Bittencourt (2008) nos lembra:

Havia necessidade de garantir uma unidade linguística, criando e aperfeiçoando a língua nacional. Era essencial garantir a difusão do vínculo nação-território, necessitando-se dos estudos de Geografia para o conhecimento do espaço físico do “país” e da História Nacional para legitimar as formas de conquistas do “continente que é o Brasil”. (BITTENCOURT, 2008, p. 32).

José Veríssimo (1985), ao discutir essa problemática a partir dos livros de leituras adotados nas escolas da época, defende que é preciso promover uma educação

⁶⁰ Sobre os diferentes espaços educativos da educação formal e não formal no Brasil Império, ver Gondra & Schueler (2008)

nacional, sendo as reformas do livro de leitura uma das mais necessárias, defendendo que o livro

[...] seja brasileiro, não só feito por brasileiro, que não é o mais importante, mas brasileiro pelos assuntos, pelo espírito, pelos autores trasladados, pelos poetas reproduzidos e pelo sentimento nacional que o anime (p. 55).

O discurso defendido pelo autor sobre a educação nacional também é reforçado no caso específico da Geografia. No capítulo referente ao ensino dessa disciplina, intitulado *Geografia Pátria e a Educação Nacional* afirma que “Apesar da pretensão contrária, nós não sabemos geografia. Nesta matéria, a nossa ciência é de nomenclatura e, em geral, cifra-se a nomenclatura geográfica da Europa” (1985, p. 92). Assim, faz propostas de mudanças para essa disciplina advertindo que levassem em consideração as questões nacionais, a autoria brasileira e a difusão das belezas paisagísticas.

Além de José Veríssimo, outros intelectuais e políticos da época se dedicaram ao projeto de construção de uma escola pautada nos ideais liberais e republicanos, traçada sob os pressupostos do moderno e da civilização, a exemplo, do estadista Ruy Barbosa. Este intelectual recebe uma atenção de destaque na esfera das reformas educacionais propostas no período, em especial, por ter composto a comissão dos pareceristas⁶¹ que relataram o Decreto promulgado por Leôncio de Carvalho (Decreto nº 7.247, de 19 de abril de 1879), que regulamentava o ensino primário e secundário no município da Corte e o ensino superior em todo o Império. Esses documentos, cuja redação final foi feita por Ruy Barbosa, não se ateve apenas em comentar tal Decreto. Além de trazer um diagnóstico das problemáticas educacionais e pedagógicas do ensino no Brasil, o relatório apresentou importantes projetos de lei substitutivos ao Decreto Leôncio de Carvalho, propondo assim, uma ampla reforma em todos os níveis de ensino (GONÇALVES, 1994 *apud* ROCHA 1996).

Não é nosso propósito aqui fazer uma análise dos pareceres como um todo, mas enfocar as propostas referentes ao ensino de Geografia. Neste caso, os pareceristas do documento fazem uma forte defesa em do prol ensino dessa disciplina em todos os

⁶¹ Apesar de este documento ter sido elaborado por mais dois deputados que compunham a Comissão de Instrução Pública juntamente com Ruy Barbosa, os quais são: Thomaz de Bonfim Espinola e Ulisses Machado Pereira Vianna, os estudos históricos e educacionais sobre os pareceres, geralmente, fazem referência apenas ao Ruy Barbosa, por interpretarem uma centralidade do papel deste sujeito na concepção e elaboração do documento. Não é nosso propósito aqui fazer uma análise acerca da hierarquia autoral deste documento, mas reconhecendo-o como resultado de um trabalho coletivo, anunciaremos no plural *autores, pareceristas e elaboradores*

níveis escolares, elucidando a grande importância dela tal como acontecia em outros países do ‘mundo civilizado’, conforme podemos observar no fragmento do texto original:

Esta sciencia, com efeito, que Kant designava como a introdução ás sciencias naturaes, e por onde Kant e Locke eram de parecer que começasse a instrucção das creanças, não pode evidentemente deixar ocupar largo espaço n’uma reorganização scientifica dos programmas escolares [...] A applicação dos methodos modernos ao ensino elementar desta disciplina restitue-lhe o seu caráter de amenidade, vida e eficácia; de modo que ‘o estudo da geografia constitue, hoje mais do que nunca, um elemento *essencial* da educação comum. Em importância só se lhe avanta a leitura, a escripta e a arithmetica rudimentar. (BARBOSA, 1883, p. 190, grifo do autor).

Embasados nos debates pedagógicos inovadores e científicos, os autores do Parecer evidenciam várias críticas acerca da Geografia difundida nas escolas da época, isto é, ao modelo de ensino livresco, mnemônico e alheio à realidade brasileira. Nesse sentido, visando profundas reformas no ensino dessa disciplina sob os pressupostos de uma Geografia escolar de base científica e moderna, os autores apontam a pedagogia de Pestalozzi, propondo a aplicação de métodos intuitivos por meio das lições de coisas e o estudo da Geografia partindo da realidade do aluno. Tais preocupações de caráter científicas e pedagógicas, também podem ser observadas de forma clara no documento:

E’ opposto aos principios fundamentais do ensino scientifico e commetimento de povoar a cabeça do menino de noções scientificas, sem appellar para a observação, unico recurso capaz de infundir a essas concepções firmeza e realidade. O ensino elementar de Geographia não póde obedecer a leis diversas das que regem toda a cultura scientifica. Onde, portanto, não fôr absolutamente possivel o processo da lição de coisas, da observação directa dos phenomenos estudados, ao menos é essencial que a lição parta sempre do conhecido para o desconhecido, e se apoie em objectos tão familiares ao alumno como ao professor (BARBOSA, 1883, p. 194).

Além dos elementos evidenciados, o parecer ainda retrata a importância de inserir o homem nos estudos da Geografia, faz menção à importância de adoção de novos procedimentos e recursos metodológicos, a exemplo, do trabalho com os traçados topográficos da escola e da circunvizinhança; das práticas de excursões escolares; do uso de cartas, globos, atlas e planisférios murais.

As críticas travadas pelos pareceristas ao ensino de Geografia são igualmente tratadas no tocante às características dos livros didáticos destinados a disciplina,

ênfatizando a necessidade de uma revolução profunda, tantos no quesito metodológico de exposição, quanto no sentido de valorizar os elementos da geografia do Brasil.

Conforme podemos observar nos parágrafos anteriores, as preocupações em prol de um ensino moderno e de uma Geografia científica que superasse as descrições áridas e de caráter enciclopedista já estavam postas nas pautas educacionais desde as décadas de 1870 e 1880 do século XIX. Contudo, a literatura acerca da história dessa disciplina aponta a emergência desse debate a partir das décadas de 1920 e 1930 atreladas à divulgação dos trabalhos de Delgado de Carvalho e as discussões no âmbito dos escolanovistas. Esta tese, talvez seja mais difundida, devido ao fato de a maioria das pesquisas históricas sobre essa disciplina escolar, trazerem enfoques a partir deste contexto, estabelecendo interdependência com a institucionalização dessa disciplina no âmbito universitário, dada a criação dos cursos de formação de professores para a área.

Ainda tratando sobre a pertinência desses debates acerca do ensino de Geografia nas últimas décadas do século XIX, não devemos esquecer que, a existência dessas denúncias, não implicou em transformações completas e imediatas no conjunto dos elementos representativos da cultura escolar da época, a exemplo dos livros didáticos dessa disciplina. Ao que parece é somente a partir das décadas de 1920 e 1930 – em meio a um novo contexto sócio-político e da fomentação de órgãos e instituições científicas no Brasil – que essas discussões foram semeadas em terrenos mais férteis, passando a se materializar de forma destacada nos documentos escolares, sejam eles oficiais ou não.

Conforme podemos perceber, os projetos educacionais que caracterizaram o Brasil oitocentista e as primeiras décadas do século XX, além de investir na formação de mão de obra para servir as novas demandas da sociedade, defendiam a formação de um cidadão conhecedor do território nacional em suas dimensões históricas e geográficas, revelando assim, a inculcação de um nacionalismo patriótico via escola, o que demanda inovações nos elementos constituintes da cultura escolar da época, dentre eles o livro didático.

Nesta perspectiva, as concepções dos projetos de elaboração e produção dos livros didáticos, passam, cada vez mais, a defender os ideais republicanos, nacionalistas, um ensino de base positivista e cientificista a favor de uma escola secularizada e laica, tendo em vista que esses debates efervesciam no círculo dos intelectuais liberais e republicanos mais radicais, os quais defendiam a criação de um estado e uma educação

nacional (BITTENCOURT, 2008). Neste aspecto, também passam a serem enfatizadas as críticas ao conservadorismo e estrangeirismo das obras didáticas que circulam nas escolas brasileiras.

Com relação a este último aspecto mencionado, Silva (2012) ressalta que essa realidade não se fez para a Geografia. E, acrescenta que o número de obras traduzidas e adaptadas era, em número, muito pequeno. Ou seja, de um acervo de 576 títulos catalogados pela autora, considerando publicações entre 1814 e 1930, apenas seis correspondiam a obras traduzidas ou adaptadas. No entanto, no que se refere às condições de impressão desses livros, muitos eram impressos em editoras estrangeiras por falta de papel, de tecnologia ou de outros recursos necessários à publicação desses. Dentre os editores que estabeleciam uma relação comercial efetiva de impressão de suas obras no exterior, mas especificamente, destaca-se o livreiro Francisco Alves (HALLEWELL, 2005).

Nesse sentido, Silva (2012) defende a existência de uma significativa produção didática de Geografia em âmbito nacional, e supõe que a pouca circulação e a não adoção desses livros de forma destacada podem estar atreladas a outros elementos. Para a autora:

O que parece é que, em momentos de reorientação do ensino, não se achava no mercado livros brasileiros de Geografia que se adequassem às novas propostas. [...] Outra hipótese pode ser as pequenas tiragens, o largo tempo para consumi-las, o que levava à desatualização, ou mesmo à não reedição (2012, p. 89).

De qualquer forma o mercado de obras didáticas estrangeiras enxergaram um negócio promissor de comercialização de livros didáticos e, com isto adaptavam as suas obras ao novo contexto nacional. No caso da Geografia, uma obra estrangeira que teve grande aceitação no Brasil foi o livro *Lições de Geographia*, de Abbade Gaultier, com várias publicações durante o século XIX. A primeira edição foi publicada em 1838, e outras em 1855, 1872 e 1878. Ao fazer uma análise dessa obra, Albuquerque (2010), evidencia dois importantes elementos de caráter nacionalistas, que são destacados pelo autor na introdução do livro: a ampliação do número de páginas dedicadas ao Brasil, entre a segunda e a terceira edições, e a organização do livro abordando província por província, evidenciando elementos geográficos, a exemplo das nomenclaturas, da localização de montanhas e bacias hidrográficas, das características do clima e das atividades econômicas, como se fazia nos livros nacionais.

O outro elemento que deve ser destacado, acerca da obra de Gaultier, é o fato de a última edição apresentar a estrutura dos conteúdos começando pela Geografia do Brasil, e só depois, na sequência dos conteúdos, é que o autor traz a Geografia Geral ou Global (ALBUQUERQUE, 2010). Neste aspecto, a obra contraria um método comum à época, que trabalhava na perspectiva do global para o local. Como podemos observar, esta característica da obra de Gaultier traz elementos que visam responder ao projeto de Estado-nação em voga na época, apesar dessa edição não evidenciar uma completude com relação às inovações emergentes nos debates nacionais.

Tal constatação feita por Albuquerque (2010) nos leva a questionar a ideia generalizada de que os livros didáticos escritos por autores estrangeiros não respondiam aos projetos nacionalistas ou, não buscavam se adaptar, de alguma forma, ao contexto sócio-econômico e cultural nacional. A partir dessas evidências, cabe levantarmos uma indagação: não seria esta obra, publicada em 1878 e com indícios de circulação em várias províncias (OLIVEIRA, 2011), um livro brasileiro, aos moldes do modelo clamado por José Veríssimo, em 1890? Se não pela origem do autor e do local de publicação, mas sim pelos assuntos, pelo espírito, como defendia Veríssimo (1985).

Ao levantarmos tal aspecto da obra, não queremos, com isto, defender que a mesma se apresentava completamente adequada para a realidade dos escolares (professores e alunos), ou mesmo fazer uma defesa dos autores estrangeiros em detrimento dos autores brasileiros, mas, antes, para termos o cuidado de não reproduzirmos os discursos de algumas literaturas consagradas, sem levarmos em conta o contexto de produção.

Em pesquisas feitas por nós anteriormente, a partir da análise de livros didáticos nacionais de Geografia, publicados entre as últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, pudemos observar a existência de livros que valorizavam os conteúdos alheios à realidade brasileira, e que, ainda, se destacavam por apresentar os conteúdos de forma mnemônicos, visando promover a memorização por meio de áridas nomenclaturas de acidentes geográficos (ANGELO, 2011). No entanto, observamos que também circulavam, no mesmo período, livros que apresentavam elementos que visavam amenizar estas questões.

Ao que parece é que, nesse período, ao mesmo tempo em que alguns livros ainda traziam fortes traços de uma Geografia mnemônica e com áridas descrições sob os pressupostos da Geografia Clássica, desenvolvida por Estrabão e Ptolomeu na Grécia

Antiga (ROCHA, 1996), por outro lado, também circulavam livros que contemplavam importantes elementos em prol de uma Geografia moderna com inovações metodológicas voltadas para difundir o ensino intuitivo e os projetos nacionalistas, se distanciando de uma abordagem externa (europeia). Tais preocupações, inclusive, se faziam explícitas nas primeiras folhas dos livros, a exemplo, das enunciações dos autores nos prólogos/prefácios das obras e dos pareceres de órgãos educacionais e da imprensa. Um exemplo, nesse sentido, pode ser observado no livro *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brasil*, da autoria de Jerônimo Sodré, publicado em 1884. A segunda edição desta obra traz um prólogo dedicado à 1ª edição (1875), no qual após apontar a sua origem, logo em seguida enuncia a preocupação do autor acerca de questões de ordem metodológicas

Para tonarmos o livro mais interessante, despertando a curiosidade do joven alumno, e prender-lhe a atenção, não duvidamos descer por vêzes até a miudeza, tractando de certas scenas históricas que se prendem a grandes fenômenos naturaes, não nos olvidamos também de fazer a descripção de certas localidades notaveis ou celebres por algum facto physico, que ahi se manifesta.

No que concerne às concepções e princípios que balizavam o seu trabalho, o autor evidencia seus princípios religiosos e patrióticos como questões centrais na elaboração do seu texto:

Nesse trabalho duas grandes considerações, além de outras, nos guiaram – Deus e *pátria*. Nunca é demasiado cêdo inocular-se nas intelligencias que começam a desenvolver-se estes dous grandiosos e fecundos princípios, causa de todas as virtudes civicas e particulares.

Para conseguir o primeiro, sempre que nos ministrava o assumpto favorável ensejo, aproveitamo-lo – o segundo – dando uma cor nacional, servindo-nos de preferencia de exemplos de nosso caro paíz.

Como pudemos observar, o autor denuncia um contexto de difusão de uma série de debates e movimentos acerca de redefinições de questões de ordem metodológicas, religiosa, ideológicas e cívicas, e como esses elementos se expressam no ensino de Geografia da época, além de deixar evidente a intenção de despertar o interesse do aluno pelo assunto, defendendo os princípios religiosos e as ideias nacionalistas, passando a dá maior valor aos assuntos sobre o nosso território em detrimento do estrangeiro. Esta abordagem anunciada, ainda pode ser confirmada nas páginas seguintes do livro por meio do Parecer do Conselho Superior da Instrução Pública, que aprova a obra.

Ao analisarmos a obra (ANGELO, 2011) estudamos a disposição do conteúdo, podendo constatar alguns elementos inovadores, a exemplo, do método analítico ou expositivo⁶² (ou seja, no formato de texto contínuo), tendo em vista que durante as últimas décadas do século XIX e mesmo no início do século XX, ainda era comum, publicações que adotavam o método de perguntas e respostas. De acordo com Bittencourt (2008):

A escolha do método analítico na alfabetização, em oposição ao usual método sintético, representava a posição dos grupos dos educadores defensores de uma escola laica. Os seguidores desse método eram, em sua maioria, republicanos com discursos voltados para uma democratização do saber escolar e contrários ao espírito tradicional de educação, com o ensino calcado em métodos da igreja (BITTENCOURT, 2008, p. 47).

Um bom exemplo são os livros da FTD⁶³, tal como podemos observar nas páginas do livro *Novo Manual de Geographia: curso elementar*, publicado em 1907 pela FTD, conforme mostra a Figura 2, a seguir:

⁶²No que concerne à adoção da redação dos conteúdos pelo método expositivo em detrimento da redação dos conteúdos no formato de catecismo (perguntas e respostas) também conhecido como método dialogístico ou método do Abbade Gaultier, esta inovação já havia sido apontada na 3ª edição do livro *Compêndio elementar de Geographia Geral e especial do Brasil*, de autoria do Thomaz Pompeu de Sousa Brasil (senador Pompeu) publicado em 1859. Sobre o método dialógico o autor adverte que este se prestava mais facilmente a didática, mas não dava lugar ao desenvolvimento de outros assuntos (BRASIL, 1859 *apud* SOUZA NETO, 2013).

⁶³ Os livros editados pela FTD eram elaborados sob a direção dos Irmãos Maristas. A atuação dessa congregação no Brasil teve início em 1909 com o objetivo de ampliar o conjunto de ações educacionais implementadas por esses religiosos no Brasil.

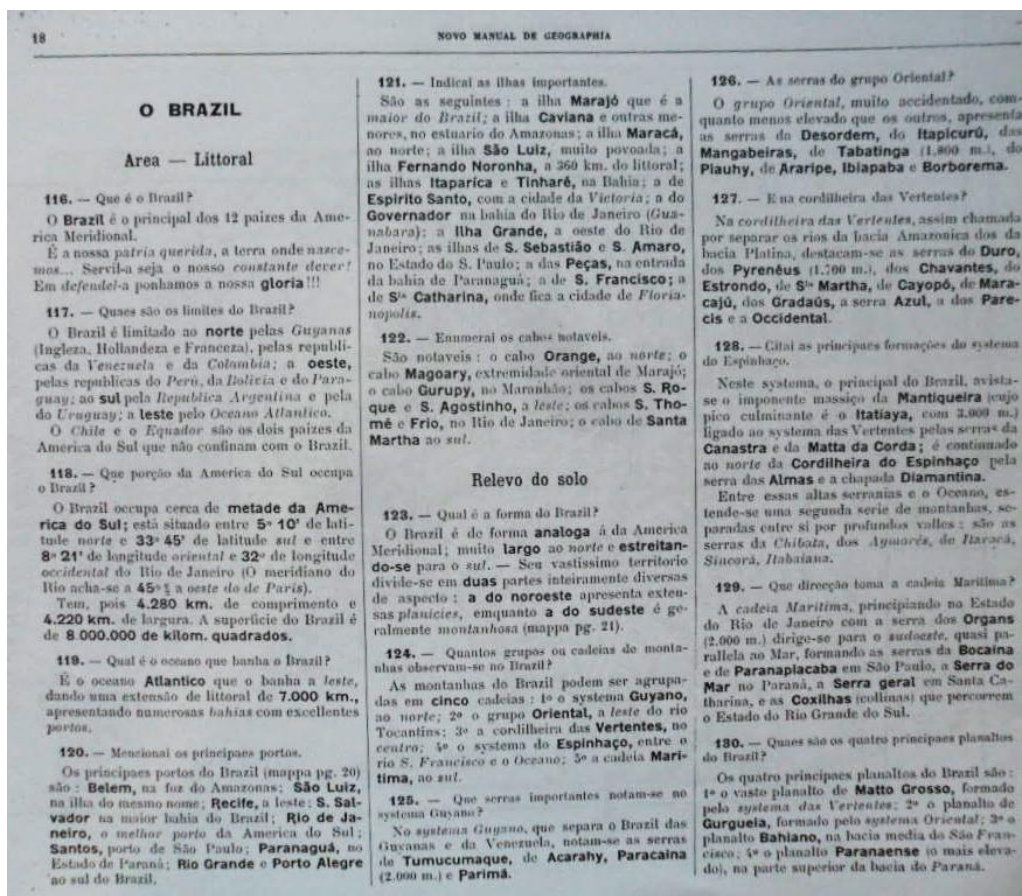


Figura 2: Disposição do conteúdo no formato de perguntas e respostas na página 18 do livro *Novo Manual de Geographia: curso elementar*, publicado em 1907 pela FTD.

Retomando aos elementos representativos da obra de Jerônimo Sodré Pereira a partir de Angelo (2011), pudemos observar em várias passagens de seu conteúdo, aspectos de valoração do território nacional, evidenciando as grandezas e dando cor aos elementos naturais do país, conforme mostra o fragmento abaixo:

É nosso país de prodigiosa riqueza em todos os reinos da natureza; inéxgotáveis e variadíssimas as suas minas, que nada invejam ás mais opulentas do globo; encontram-se o ouro e a prata em quase todas as províncias. [...] Explendida, exuberante e magestosa é a flora brasileira, excellentes e procuradas as madeiras de construção, e marcenaria, etc. [...] Grande e variado é, também o numero de nossas plantas medicinaes, alimentícias e commerciaes indígenas, ou aclimadas (PEREIRA, 1884, pp.102-104).

Além da difusão de ideias nacionalistas e patrióticas e, da inovação no método de exposição dos conteúdos, a obra apresenta questionários (exercícios). No entanto, podemos observar que o autor ainda apresenta em destaque os importantes termos geográficos (Figura 3), retomando-os a partir dos questionários propostos (Figura 4).

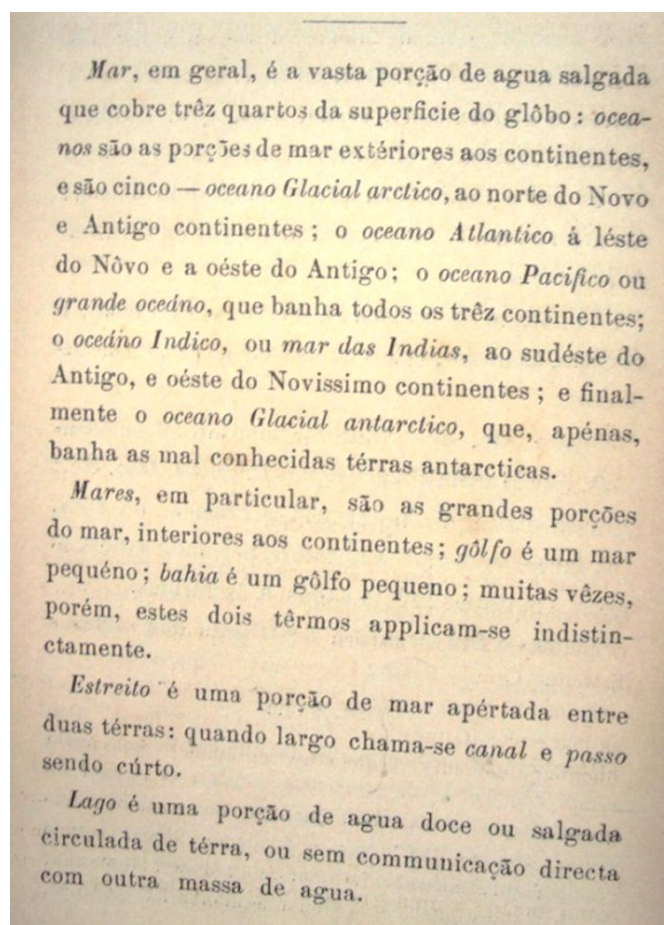


Figura 3: Conteúdo apresentado a partir do método expositivo apresentando com destaques para alguns termos geográficos, disposto no livro *Compêndio de Geographia elementar*: especialmente do Brasil. Fonte: Pereira, 1884. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014)

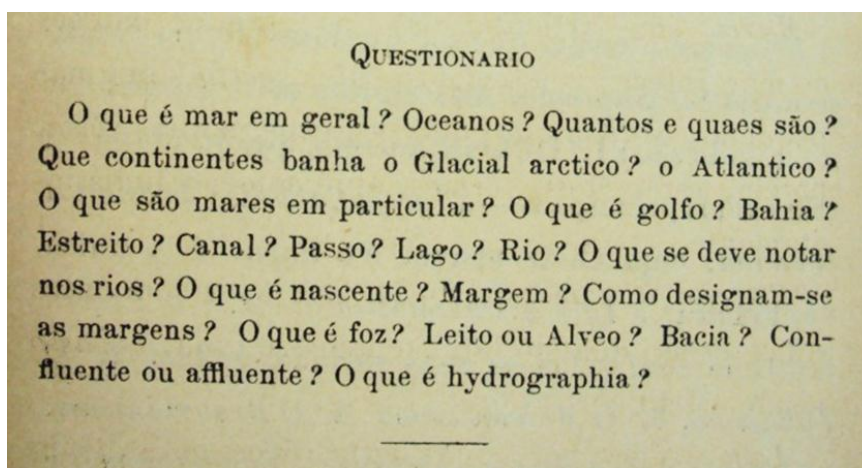


Figura 4: Questionário realizado a partir dos termos destacados, em itálico, presentes no texto apresentado na figura 3. Fonte: Pereira, 1884. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014)

A análise das duas figuras, de modo a articular o texto ao questionário, nos permite observar que, ao mesmo tempo em que há a presença de elementos inovadores, também permanece uma preocupação em garantir a memorização de algumas nomenclaturas, tendo em vista que, no questionário é interrogado o significado dos termos e expressões tal como presentes no texto e destacado em *itálico*.

Neste caso, cabe ressaltar que o Parecer do Conselho da Instrução Pública em aprovação à obra, ressalta a necessidade de não abandonar totalmente o método de ensino pautado na memorização, mas adverte que esse procedimento só deve ser adotado apenas no trato de uma pequena quantidade de páginas impressas (entre 35 e 40 páginas), das 287 páginas que compõe o livro, pois as demais páginas apresenta o conteúdo de forma descritiva valorizando, inclusive, os elementos históricos.

Considerando a existência concomitante de múltiplos ideais educacionais e pedagógicos para o período, não podemos lançar um olhar a partir do presente, e classificar a obra acima referenciada como uma publicação menor e negativa, acusando-a de apregoar o viés da memorização. Tal postura nos levaria a cair na armadilha do anacronismo, ao invés, de situar a obra e o autor em seu contexto; de levantar questionamentos acerca da relação entre o estabelecimento de alguns discursos, por vezes, forjados a partir de interesses políticos partidários e ideológicos de sujeitos representantes de diferentes grupos e; de considerar as inter-relações estabelecidas entre os múltiplos sujeitos/instituição efetivamente envolvidos na elaboração da obra. Nesse contexto, ainda cabe salientar que, se de um lado, surgia uma forte crítica ao modelo de ensino vigente, por outro, ainda havia um discurso em favor de manter (mesmo que para alguns assuntos) procedimentos metodológicos vinculados à memorização dos conteúdos.

Este pensamento também é válido para refletirmos sobre os princípios religiosos defendidos pelo autor na obra supracitada. Neste contexto, pudemos perceber que os ensinamentos da religião também faziam parte do corpo dos conteúdos dos livros didáticos de Geografia. Neste aspecto, em pesquisa anterior identificamos (ANGELO, 2011) a presença de elementos de valorização da religião católica, tanto por meio de textos, como por meio de imagens no livro *Novo Manual de Geographia* – para o uso das escolas primárias, publicado pela FTD, em 1907. No ponto que trata da Geografia política mundial, esta obra traz a seguinte questão:

82. De todas as religiões, qual é a única universal e verdadeira?

É a religião catholica, apostólica, romana que reconhece por chefe visível o papa e que tem sua origem em Jesus-Christo, nosso salvador (FTD, 1907, p. 9).

Ao tratar do conteúdo de Geografia da Ásia, o referido livro traz uma imagem de Cristo crucificado, informando que foi em Jerusalém, na Ásia, o lugar de nascimento e crucificação de Jesus (Figura 5).

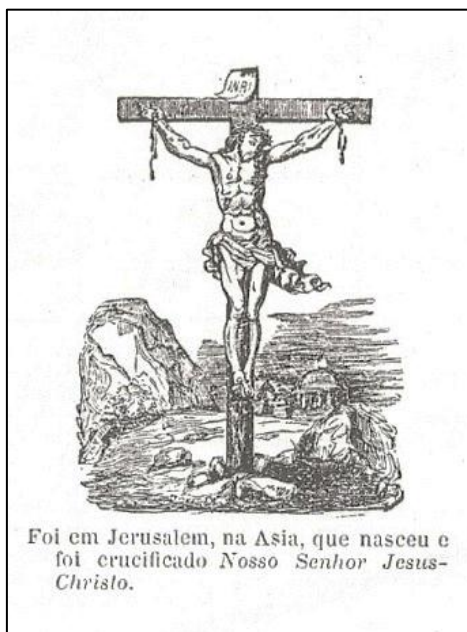


Figura 5: Imagem da crucificação de Cristo no livro *Novo Manual de Geographia*. Fonte: FTD, 1907. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014).

Neste aspecto, Bittencourt (2008), ressalta que a presença de certos autores religiosos nos catálogos da Garnier e Laemmert durante décadas demonstra a forte presença da Igreja no campo educacional, mesmo após a proclamação da República, com a instituição do ensino laico nas escolas públicas, e ainda, nos chama atenção para tal característica no contexto nacional. Nas palavras da autora:

Entre nós, não houve uma “guerra de manuais” como ocorreu na França, degladiando-se autores católicos contra autores laicos. O ensino religioso não desapareceu das escolas públicas brasileiras após a República. Sua exclusão limitou-se aos discursos pedagógicos, sendo possível encontrar no catálogo da Francisco Alves de 1904 o *catecismo da doutrina cristã*, aprovado pelo bispo do Rio de Janeiro e adotado pelo conselho superior de instrução pública para ser usado nas escolas do Governo (BITTENCOURT, 2008, p. 84-85, grifo da autora).

Considerando as reivindicações externas ao estatuto da disciplina Geografia, a exemplo, de novas preocupações de cunho político, das inovações científicas e pedagógicas, da necessidade de novas técnicas iconográficas, e também as preocupações endógenas ao estatuto dessa disciplina, percebemos que alguns livros didáticos de Geografia do período não incorporavam algumas dessas novas concepções ideológicas e metodológicas, ficando presas a um ensino livresco e, consecutivamente, a uma Geografia Clássica. Ou seja, uma Geografia pautada em áridas descrições e nomenclaturas dos eventos geográficos, tendo como herança a Geografia que era desenvolvida na Antiguidade. Por outro lado, também é percebido que as questões inovadoras, também se destacavam nas publicações didáticas de Geografia da época.

Nesse sentido, salientamos a disposição dos conteúdos, cada vez mais distanciada do método de perguntas e respostas, trazendo descrições mais detalhadas dos elementos geográficos; a presença de exercícios (questionários) e notas explicativas; a inserção de vários mapas e diversas figuras ilustrativas (orientações cartográficas, paisagens, etc.) com o objetivo de ajudar a esclarecer os assuntos; uma mudança (mesmo que sutilmente) acerca das abordagens regionais; e também, percebe-se que alguns livros passam mais a evidenciar a Geografia do Brasil, inclusive explorando os diferentes estados.

Ainda cabe ressaltar o fato de que algumas publicações se apresentavam inovadoras em determinados aspectos, enquanto em outros se mantinham inalteradas, a exemplo, do livro da FTD já referenciado (Figura 2 e Figura 5), que apesar de trazer um método conservador de exposição dos conteúdos no modelo de perguntas e respostas, por outro lado, traz várias inovações iconográficas a exemplo da inserção de figuras cartográficas, imagens ilustrativas e vários mapas (mundo, América, Brasil e províncias).

Ainda no que tange aos elementos inovadores referentes ao método de apresentação do conteúdo a partir do texto expositivo e descritivo, à inserção de notas explicativas, ao uso de vários mapas e diversas figuras ilustrativas de orientações cartográficas e várias outras imagens, temos o exemplo da 8ª edição do livro *Geographia elementar: adaptadas ás escolas publicas primarias*, publicada em 1904, por Tancredo do Amaral (Figura 6).

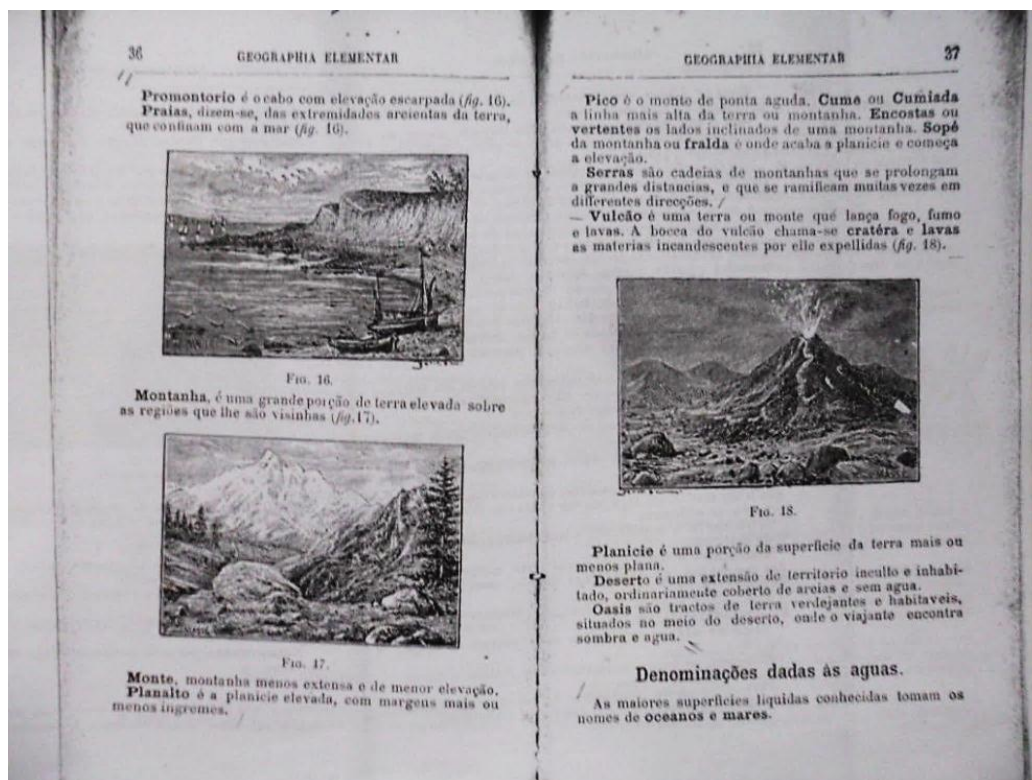


Figura 6: Conteúdo com texto corrido e imagens ilustrativas. Fonte: Amaral, 1904. Acervo: LIVRES - Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Organização: Angelo (2014).

Apesar da obra acima referenciada inovar nos aspectos apresentados, por outro lado, no que concerne ao debate nacionalista, orientado pela organização dos conteúdos nos livros didáticos, partindo do nacional/local para o global, observamos que este livro faz justamente o sentido contrário. Ou seja, das quatro partes que compõem a obra, a primeira é dedicada às noções cosmográficas, como de costume para as publicações da época; a segunda compreende a Geografia Geral, a partir da descrição física e política dos continentes, apresentados na seguinte sequência: *Europa, Ásia, África, América e Oceania*; a geografia do Brasil e dos estados é tratada apenas na terceira parte, intitulada *parte suplementar*; já a quarta e última parte, é dedicada exclusivamente ao estado de São Paulo⁶⁴. Estrutura de distribuição semelhante a esta podemos observar na *Pequena Geographia da infância composta para uso das escolas primárias*, publicada na década de 1880, por Joaquim Maria de Lacerda.

Ao analisarmos os índices de outras publicações didáticas de Geografia no período, podemos observar outras estruturas de distribuição dos conteúdos, buscando

⁶⁴ Neste caso observamos que esta obra apresenta aspecto de publicações regionais, mesmo que esta informação não apareça explícita no título do livro, tendo em vista a dedicação de uma parte desta obra exclusivamente ao Estado de São Paulo.

priorizar a Geografia do Brasil/local, a exemplo da 9ª edição de *Geographia primária*, de Carlos Novaes⁶⁵.

Essas evidências apontam para um movimento de mudanças e permanências nas propostas de ensino de Geografia na época. Aqui cabe ressaltar que, mesmo com as demais transformações oriundas de projetos educacionais e pedagógicos de caráter republicano e modernizadores e, com as inovações científicas no interior da disciplina Geografia, em períodos posteriores ao recorte aqui retratado, as questões supracitadas não desapareceram e, continuaram sendo problematizadas. Ou seja, tais preocupações ainda continuam sendo evidenciadas nas décadas de 1920 e 1930, mesmo com a intensificação dos debates nacionalistas, com a forte incorporação dos novos aportes teórico-metodológicos, propostos por Delgado de Carvalho sobre os pressupostos de difusão de uma Geografia moderna no Brasil, e ainda, com a institucionalização da Geografia acadêmica nos curso de formação de professores.

Esta realidade caracteriza mais uma vez (agora em um novo contexto) um movimento de permanência e mudança no estatuto da disciplina, de modo que as problemáticas antes levantadas voltam a serem questionadas no contexto de renovação da Geografia nas décadas de 1970 e 1980, recebendo destaque, neste período, as publicações de Melhem Adas e, especialmente, as publicações de Willian Vesentini, que, além de buscarem romper com os problemas já evidenciados, caracterizaram-se por incorporar nos conteúdos de Geografia uma abordagem social a partir das influências críticas.

Ao levantarmos essas questões, percebemos a importância das pesquisas que remontam ao estudo da Geografia em períodos mais pretéritos, para que possamos levantar uma série de elementos, que, por vezes, possam nos auxiliar no entendimento de problemáticas que compreendem o estatuto dessa disciplina no período em estudo, em períodos posteriores, e mesmo, na atualidade.

Além dos elementos de caráter didático-pedagógicos e ideológicos presentes nos livros didáticos, a sua materialidade, ou seja, os elementos situados no processo de fabricação do livro, também influenciam a construção dos saberes escolares. Tais

⁶⁵ Em nosso levantamento não identificamos a data de publicação desta edição, mas sabemos que 3ª edição foi publicada em 1895 e a 6ª edição em 1900, o que nos permite incluir esta publicação dentro do recorte mencionado.

elementos, por sua vez, resultam de um conjunto de sujeitos que trabalham na produção e promoção do livro didático.

3.2 – Livro didático de Geografia: comercialização e autoria

Durante o nosso processo de levantamento e catalogação das publicações, sempre que possível registramos (por fotografia ou fotocópia) a capa, contracapa, as primeiras folhas, e, em alguns casos, registramos o livro por completo. Algumas obras, adquirimos em sebos indexados a sites destinados a comercialização de livros; outras conseguimos baixar da internet, a partir da biblioteca digital do Senado Federal, dentre outros sites.

O contato com esses livros também nos possibilitou enxergar elementos materiais e mercadológicos acerca da dinâmica da produção e das inter-relações entre os sujeitos e as instituições que atuavam na elaboração da obra como um todo. Nesse sentido, para além do sujeito que escreveu o texto que compõem os livros didáticos, evidencia-se o papel do Estado e dos editores. E, apesar de no período, os livros didáticos não trazerem uma grande diversidade de sujeitos autorais, ainda é possível identificarmos a atuação dos revisores, adaptadores, tradutores, argumentadores e ilustradores.

No que concerne aos elementos mercadológicos de comercialização e divulgação dos livros didáticos no período, observamos que esses eram propagados em diferentes impressos da época, inclusive, nos próprios livros didáticos. Os elementos de divulgação visavam dar credibilidade e promover às publicações didáticas, inclusive, evidenciar a relação destas com o currículo oficial e com o poder institucional. Neste sentido, é comum encontrar na capa das obras informações indicando que ela foi elaborada de acordo com os programas oficiais em voga; a anunciação de estabelecimentos de renome que adotavam a obra, a exemplo, do Colégio Pedro II; e, advertências de aprovação da obra pelos Conselhos de Instrução Pública (Superior e/ou no âmbito das províncias/estados). Neste aspecto, vários livros trazem em suas primeiras folhas o parecer de aprovação da obra na íntegra, datado e assinado pelos representantes dos conselhos, os quais, na maioria das vezes, não economizam elogios ao autor e à obra.

Os elementos de propaganda dos livros didáticos também são evidenciados por meio de anúncios na capa, advertindo para as inovações iconográficas que o livro traz. Nos livros de Geografia, em muitos casos, é enfatizado que a obra compõe aspectos como *lindos mapas coloridos, cartas e belas figuras*, tal como podemos observar em vários títulos que compõem os quadros que compõem os apêndices deste texto. Um exemplo, neste sentido, podemos visualizar a seguir (Figura 7).

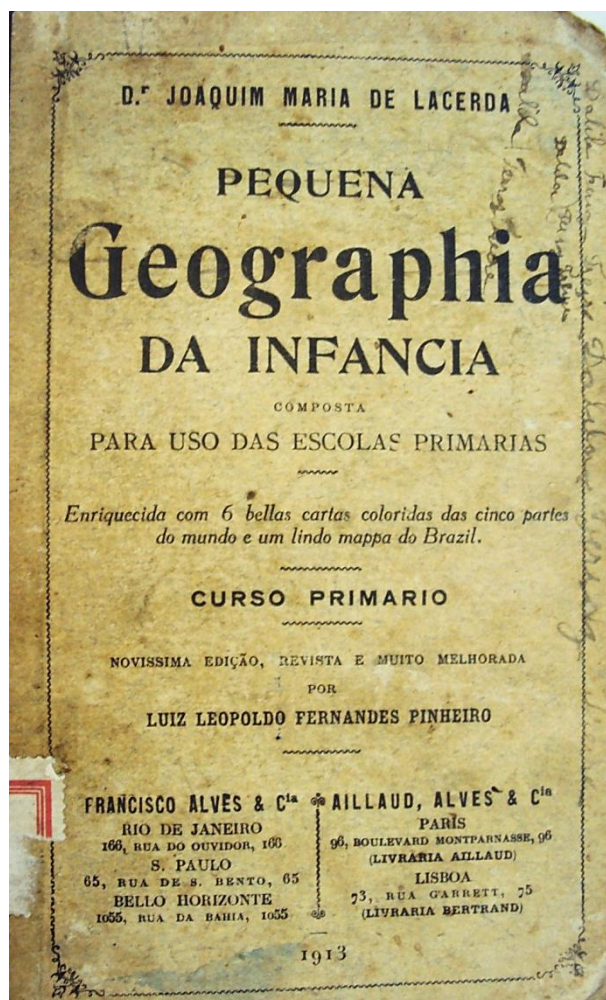


Figura 7: Capa do livro *Pequena Geografia da Infancia* (1913), publicado pela editora Francisco Alves, apontando inovações de elementos de caráter iconográfico. Acervo: LIVRES - Biblioteca do Livro Didático – FEUSP. Organização: Angelo (2014).

O livro didático caracteriza-se por ser um gênero que se desatualiza constantemente diante dos trâmites das legislações educacionais e do movimento de propostas de inovações pedagógicas, demandando a constante renovação desse objeto cultural (BITTENCOURT, 2008). Então, para buscar garantir as credenciais do livro, divulgando o seu aspecto inovador, uma das estratégias utilizadas pelos editores é a inserção do termo “novo” ou “novíssimo” na capa da edição do livro conforme

podemos observar na Figura 7, antes referenciada em várias situações, esses termos aparecem explicitamente no próprio título, como é o caso do *Novo Manual de Geographia: para uso das escolas primarias* – curso elementar, por FTD, 1907 e do *Novo Atlas universal*, por André Perez Y. Marin, 1884. O uso destes termos tem sido “uma das táticas mais usuais para facilitar a comercialização de textos aparentemente inovadores, mas que, na realidade, são meras repetições dos mesmos livros” (BITTENCOURT, 2008, p. 83).

Outra estratégia de comercialização dos livros didáticos é a prática de divulgação destes por meio da própria literatura didática. Em muitos casos, o próprio livro didático exerce a função de divulgar outras obras do mesmo autor e/ou de outros livros à venda na mesma casa editorial, inclusive, informando o preço, como se observar nas imagens a seguir: (Figura 8 e Figura 9). Isto ocorre, em especial, quando se trata de livrarias/editoras⁶⁶ de renome no mercado didático, a exemplo da B. L. Garnier, da Francisco Alves e da E. & H. Laemmert.

⁶⁶ No período algumas editoras também eram compostas por suas respectivas livrarias. Nestes casos, seus donos eram também conhecidos como livreiros-editores, pelo fato destes trabalharem com a produção, e também, com a difusão do livro, assumindo um papel intermediário entre o autor e o público, além da venda de livros (SILVA, 2008). Sobre as especificidades da produção editorial (de livro didático) no período, em especial, no caso do mercado do Rio de Janeiro, ver Silva (2008): *Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil – Rio de Janeiro (1870 – 1924)*.

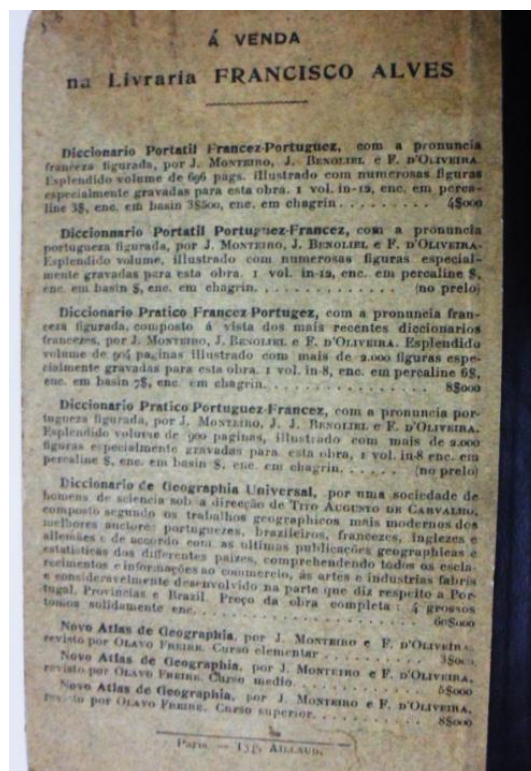


Figura 8: Contracapa da 5ª edição do livro Chorographia do Brasil, pelo Dr. Carlos Novaes, publicado pela Livraria Francisco Alves –Paulo de Azevedo & Cia., em 1923, com anúncio de livros didáticos à venda na livraria da mesma editora. Acervo: da autora. Organização: Angelo (2014).

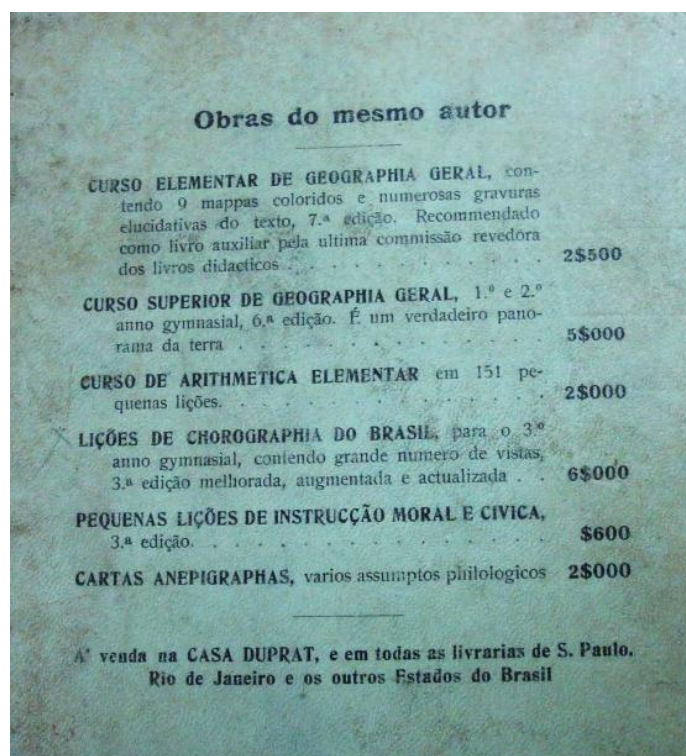


Figura 9: Contracapa da 3ª edição do livro Lições de chorographia do Brasil, por Horacio Scrosoppi, publicado pela Dupart & Cia., em 1917, com anúncio de obras do mesmo autor à venda na Casa Duprat, e em todas as livrarias de S. Paulo, Rio de Janeiro e outros Estados do Brasil. Acervo: Profa. Maria Adailza. Organização: Angelo (2014)

A partir dos exemplos acima apresentados, deduzimos que esta estratégia de divulgação dos livros escolares não revela apenas os interesses econômicos do editor livreiro. Acreditamos que na etapa de acabamento do livro, os interesses não partem apenas da casa publicadora, mas o autor, por vez, também participa dessas decisões, estabelecendo relações de negociações com os editores. Para descobrirmos se e como essas negociações ocorriam necessitaríamos trabalhar com uma temática e com documentos, que não são neste momento, centrais para nós.

Ainda com relação aos espaços de divulgação da literatura didática no período, além do uso dos próprios livros didáticos para tal fim, as editoras buscavam sempre novos espaços de divulgação e comercialização de seus produtos, como os periódicos educacionais, almanaques e jornais (BITTENCOURT, 2008). Apresentamos aqui um exemplo do Jornal *O Paiz*,⁶⁷ de 16 de dezembro de 1887 (Figura 10), com um destacado anúncio de livros didáticos (colegiais) à venda na Livraria Francisco Alves, oferecendo vantajosos descontos. Dentre os livros anunciados, destacam-se as séries instrutivas e educativas do autor Hilario Ribeiro, com menção para a obra *Geographia da Província do Rio Grande do Sul*, 1 vol, com mapas coloridos⁶⁸. Nas referências dos livros indicados para os exames em 1887, o jornal traz uma relação de quatro livros do Dr. Moreira Pinto e do livro *Noções elementares de Geographia compiladas para o uso das escolas primarias*, por Zaluar.

⁶⁷ O Jornal *O Paiz*, foi fundado no dia 1º de outubro de 1884, no Rio de Janeiro pelo empresário João José dos Reis Junior, o conde de São Salvador. Configurou-se como um dos jornais diário mais importante e grande circulação entre 1884 e 1930. Tido como o mais robusto órgão governista da República Velha, foi um dos principais formadores de opinião da sociedade brasileira, entre o fim do século XIX e o começo do século XX. Durou até 18 de novembro de 1934, quando foi fechado pela Revolução de 1930. In: Biblioteca Nacional digital - Hemeroteca digital brasileira - <http://hemerotecadigital.bn.br/artigos/o-paiz> . Acesso em 21/06/2014.

⁶⁸ Este livro está disponível na íntegra em pdf no site da Hemeroteca digital brasileira – Fundação biblioteca nacional http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=178691_01&pagfis=4809&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader# . Acessado em 20 de junho de 2014.

Os espaços de divulgação de livros escolares também perpassavam pelas publicações oficiais governamentais, evidenciando uma forte relação entre a indústria cultural do mercado de livros didáticos e o Estado. Neste aspecto, Bittencourt (2008) destaca o papel da *Revista Pedagógica*, e aponta que esta revista, publicada pela Francisco Alves, trazia no final de cada número um catálogo com a lista de livros à venda nas suas casas comerciais, resultando em uma crescente aprovação e adoção das obras desta editora pelas escolas. Neste caso, a autora supracitada também ressalta o

fato de o diretor desta revista (Menezes Vieira) e o seu secretário (Felisberto R. P. de Carvalho) serem autores de livros didáticos⁶⁹, contratados pela Francisco Alves & Cia.

Assim como a Francisco Alves, outras editoras do período também buscavam divulgar suas publicações em outros impressos e estabelecer relações com o poder institucional. Citamos aqui o caso da editora dos irmãos Laemmert: na 2ª edição da obra *A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil* - uma obra não didática, publicada em 1890 por esta mesma editora. A primeira folha desta obra, logo após a folha de rosto um anúncio de uma relação de obras didáticas do mesmo autor a venda na mesma livraria (Figura 11).

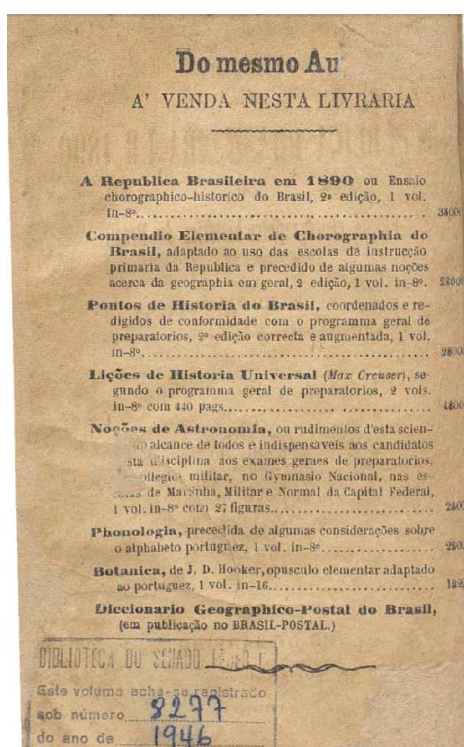


Figura 11: Anúncio de obras do mesmo autor à venda na livraria da editora Livraria Laemmert & C. Fonte: Villa-Lobos. *A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil*. 1890; Acervo: Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras). Organização: Angelo, 2014.

Neste caso, apesar do estado de conservação da obra está ruim, impossibilitando a visualização de algumas informações, podemos observar que o anúncio trata-se de outras obras do mesmo autor, ou seja, do Prof. Raul Villa-Lobos, incluindo, sobretudo, livros didáticos.

⁶⁹ Menezes Vieira e Felisberto de Carvalho escreveram vários livros de leitura e de gramática no contexto das últimas décadas do século XIX e início do século XX.

No que concerne aos elementos estratégicos de concepção, elaboração e de comercialização do livro didático, podemos observar, inclusive, nos exemplos antes apresentados que, além dos editores e do poder institucional, o autor também exerce relações diretas no processo de divulgação de venda de livros didáticos, não se limitando apenas a escrever o conteúdo que compreende o livro.

Considerando esses delineamentos em torno dessa etapa da ‘vida’ do livro didático, a partir do papel dos editores, do Estado e do autor, entendemos que esses sujeitos, influenciam, de alguma forma, no estatuto da disciplina escolar Geografia, o que nos leva a lançarmos um olhar para esse corpo autoral responsável pela materialidade do livro didático de Geografia. Neste aspecto, Chartier nos adverte para

lembrar que não há texto fora do suporte que o dá a ler (ou a ouvir), e sublinhar o fato de que não existe a compreensão de um texto, qualquer que ele seja, que não dependa das formas através das quais ele atinge ao leitor (CHARTIER, 1994, P. 17).

Deslocando essa discussão especificamente para o livro didático, Choppin (2004), ao se referir as pesquisas históricas sobre o livro didático, aponta:

Enfim, é preciso levar em conta a multiplicidade dos agentes envolvidos em cada uma das etapas que marca a vida de um livro escolar, desde sua concepção pelo autor, até seu descarte pelo professor (CHOPPIN, 2004).

Contudo, as análises e reflexões sobre o livro didático e os seus agentes construtores, não devem ser desconectadas do contexto no qual foram publicadas.

3.3 – Livro didático de Geografia: considerações históricas acerca da dinâmica da produção e uma proposta de classificação das obras catalogadas

A dinâmica da produção didática de Geografia sempre esteve (e ainda continua) atrelada ao estabelecimento dessa disciplina no âmbito escolar, acompanhando os diferentes projetos e objetivos de ensino ao longo do tempo. Conforme já mencionado, a literatura acerca da história da Geografia escolar no Brasil explica que o ensino dessa disciplina se efetivou como uma prática anterior à sua institucionalização nas associações de geógrafos e nas universidades que aqui foram fundadas. Portanto, considerando o período proposto para este estudo, podemos dizer que, tanto à

institucionalização do ensino dessa disciplina nas escolas, quanto à produção de seus livros didáticos já se apresentava sedimentado no contexto educacional brasileiro.

A existência de uma lacuna na literatura acerca da temática aqui tratada, e consecutivamente, o desconhecimento da história da Geografia escolar leva a prevalecer lugares comuns, simplistas e simplificados ao se tratar do ensino de Geografia e da sua produção didática no contexto do século XIX e durante as décadas que antecedem a institucionalização da Geografia na academia, promovendo assim, algumas reduções acerca do livro didático de Geografia, a exemplo da “noção de que existiam poucos e raros livros de Geografia, a prevalência de textos importados, o discurso apolítico, não científico” (SILVA, 2012, p. 3). No entanto, os estudos no âmbito da história da Geografia escolar, ao considerarem diferentes fontes, inclusive, o próprio livro didático, apontam em outra direção.

A origem da disciplina escolar Geografia no Brasil é discutida por alguns autores (ROCHA, 1996; ALBUQUERQUE, 2012; SILVA, 2012) e apresenta divergências concernentes ao contexto de surgimento enquanto disciplina autônoma nas escolas brasileiras. Em suas análises no âmbito do currículo prescrito de Geografia nos oitocentos, Rocha (1996), aponta que a institucionalização da Geografia enquanto uma disciplina independente e autônoma origina-se no contexto de Criação do Imperial Colégio Pedro II, em 1837, tendo em vista a emergência dos conteúdos dessa disciplina nos exames de admissão para o ensino superior nas Faculdades de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda (1827) e São Paulo (1827), devido aos novos estatutos criados para esses cursos em 7 de novembro de 1831, que inseria os conteúdos de Geografia e História nos exames de ingresso nesses cursos.

Albuquerque (2012), ao refletir sobre o estabelecido deste marco e questionando os pressupostos teóricos e metodológicos que orientaram tal tese, aponta para a importância de darmos visibilidade ao papel das províncias no processo de construção dos elementos políticos e educacionais; de reconhecermos as diferentes formas e modelos de instituições educacionais durante o Império, para além do modelo do Colégio Pedro II; e também, de analisarmos a história da Geografia escolar por outros vieses, para além daquele direcionado ao currículo oficial/prescrito. Nesse sentido, Albuquerque (2012), ao recorrer a outras fontes como os livros didáticos dessa disciplina, as Atas do poder imperial e os relatórios de província, questiona o marco apresentado por Rocha (1996) defendendo a prática do ensino dessa disciplina, como

cadeira isolada, em escolas que antecederam à criação do Colégio Pedro II, e lembra que esta tese ainda pode ser confirmada a partir da publicação do livro *Compendio de Geographia elementar*, publicado em 1836, de autoria de José Saturnino da Costa Pereira, com subtítulo *para uso das escolas brasileiras* (Figura 12), disponível na biblioteca do Colégio Militar, no Rio de Janeiro.

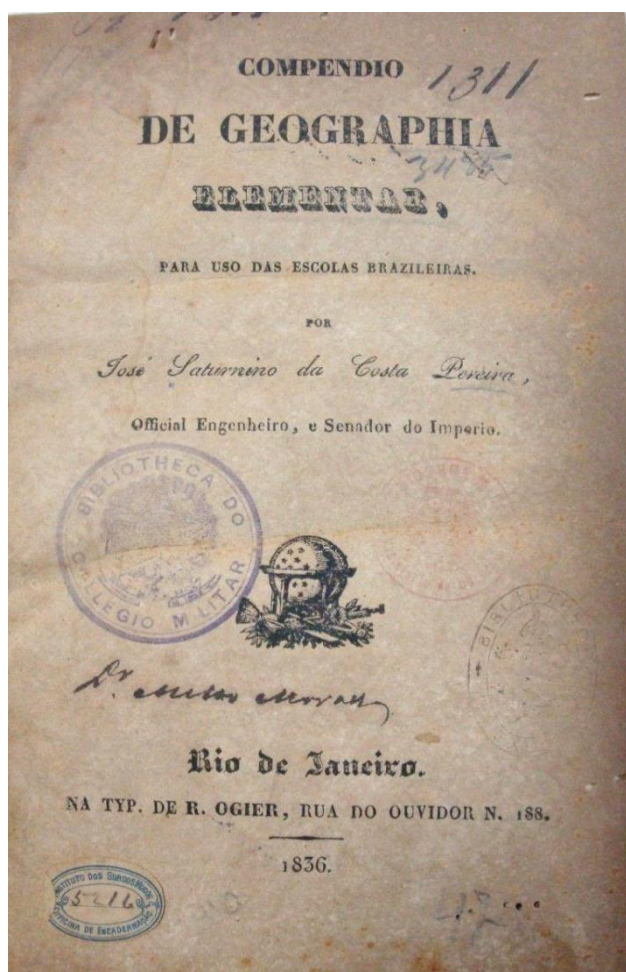


Figura 12: Folha de rosto do livro *Compendio de Geographia elementar, para uso das escolas brasileiras*, publicado em 1836. Autoria de José Saturnino da Costa Pereira. Acervo: Biblioteca do Colégio Militar, no Rio de Janeiro. Organização: Angelo (2014).

Também tendo como fonte a produção didática da disciplina Geografia, Silva (2012; 2012a), aponta a década de 1810 como um marco para o ensino dessa disciplina no Brasil, tomando como referência o contexto de criação da Academia Real Militar (1810), também no município da Corte. De acordo com a autora, nesse momento emergiu o estudo da Geografia no modelo de aulas avulsas, o que demandou a produção didática para o ensino dessa disciplina no âmbito dos cursos superiores do ensino

científico. Em referência a produção de livros didáticos para o ensino de Geografia, Silva (2012a) ainda ressalta que é a partir do início da década seguinte que começa o processo de publicação de livros destinados para atender as aulas de Geografia no Colégio Militar, tendo em vista que os conteúdos de Geografia eram exigidos para a carreira militar, antes mesmo, de fazer parte dos exames preparatórios para admissão nas Faculdades de Direito em São Paulo e Olinda.

O levantamento feito por Silva (1814 e 1939)⁷⁰ traz importantes elementos acerca da publicação da bibliografia didática de Geografia durante um amplo período, possibilitando um panorama geral das publicações no recorte apresentado. Ao todo a autora levantou 276 títulos, conseguindo identificar 510, estimando outras 441 edições a partir da maior edição identificada, compreendendo um total de 950 edições levantadas pela autora durante o período (SILVA, 2012).

Outra contribuição importante nesse sentido é a tese de Maia (2014)⁷¹. Este trabalho também traz um levantamento das publicações de livros didáticos de Geografia durante o século XIX. O autor levantou 180 títulos, chegando a localizar 139 títulos com publicações entre 1809 e 1899.

Como podemos observar os dois levantamentos apontam um volume significativo de livros didáticos de Geografia durante o século XIX (SILVA, 2012; MAIA, 2014) e as primeiras décadas do século XX (Silva, 2012). Os dois trabalhos ainda compartilham da constatação de que o aumento dessas publicações começou a partir da década de 1870, mas com maior destaque para a década de 1880. Constatação esta também confirmada por nós. No entanto, antes de termos acesso as pesquisas supracitadas e de concluirmos o nosso levantamento geral das produções didáticas

⁷⁰ O levantamento feito pela autora resultou de um processo de catalogação em diversas bibliotecas de universidades brasileiras; em catálogos virtuais da *Bibliothèque Nationale de France*; no Banco de dados do LIVRES; no acervo de obras raras da Biblioteca Nacional; na Biblioteca Arthur Viana (Belém, PA); além de consultas aos catálogos e extratos de editoras, catálogos de exposição geográfica e pedagógica, acervos particulares e importantes referências de dicionários bibliográficos, a exemplo do *Dicionário bibliográfico brasileiro*, de autoria do Dr. Augusto Alves Sacramento BLAKE, compreendendo edições de 1883 a 1970.

⁷¹ A partir de um levantamento inicial das obras por meio de referências bibliográficas que trataram da temática, Maia recorreu à diferentes acervos na tentativa de localizar tais obras em vários acervos e bibliotecas especializadas: o acervo LIVRES; acervo da biblioteca virtual Manes e das bibliotecas digitais do Senado Federal do Brasil, Biblioteca Nacional de France – Base Gallica (BNF), Biblioteca Nacional de Portugal, Coleção Brasileira da USP; Coleção Brasileira da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Universidade de Campinas (UNICAMP); Biblioteca do Museu Imperial de Petrópolis; Biblioteca Luiz de Bessa (acervo de obras raras) e Biblioteca Nacional (Fundação Biblioteca Nacional – FBN); o Núcleo de Memória do Colégio Pedro II (NUDOM); e Arquivo Público Mineiro (APM).

estabelecemos o início do nosso recorte temporal em 1870, a partir dos elementos apresentados no tópico 2.1. Contudo, pudemos constatar que essas questões de cunho educacionais e políticas só passam a se materializar de forma destacada nas produções didáticas apenas na década de 1880.

Os dados acerca das produções didáticas nos trabalhos supracitados configuram-se como uma importante contribuição para as pesquisas acerca da história da Geografia escolar e da sua produção didática, ao mesmo tempo em que abre caminhos para outras investigações sobre a temática. Por outro lado, os dados apresentados nas pesquisas referenciadas não podem se configurar como um quadro fechado. No caso do trabalho da Silva (2012), a própria autora ressalta que a última edição identificada não significa necessariamente que seja a última publicada. Ainda ressaltando o caráter de incompletude acerca do seu mapeamento, a autora adverte a existência de indícios de uma produção didática regional expressiva, inclusive em cidades interioranas, o que demanda investigação, preocupação esta, também apontada por Albuquerque (2006; 2008; 2008a). Nesse sentido, ainda cabe lembrarmos a importância de recorremos a outros acervos não citados por Silva (2012) e Maia (2014), e que também merecem ser explorados, a exemplo, dos Gabinetes de Leituras instalados em diferentes cidades do Brasil e dos Institutos Históricos e Geográficos do diferentes estados.

De modo a contribuir com as pesquisas acerca da história da Geografia escolar, e considerando o caráter peculiar do período de transição entre o século XIX e início do século XX, enfocamos nosso levantamento da produção de livros didáticos de Geografia entre as décadas de 1870 e 1910. Iniciamos nossas buscas a partir dessas fontes, tendo em vista que esse levantamento se configura como uma necessidade primeira e indispensável para chegarmos aos autores. Dessa forma, também foi possível adicionarmos novos traços ao mapeamento dessas produções no cenário nacional, uma vez que levantamos novos títulos, novas edições, dentre outras informações sobre os livros didáticos de Geografia publicados no período.

Na busca sistemática dos livros em diferentes acervos, catálogos online e outras fontes bibliográficas, conforme anunciamos nos apontamentos introdutórios, catalogamos várias informações, a exemplo, da autoria, número de edições, ano de publicação, local de publicação/impressão e local/acervo onde se encontra a obra⁷²,

⁷² Quando catalogadas em acervos (especializados em livros didáticos ou não) e no caso de obras disponíveis na rede informamos o local/endereço onde se encontra a obra. Porém, não foi possível

dentre outros dados. Contudo, ressaltamos que, mesmo buscando cruzar e conferir as informações a partir das fontes consultadas, nosso levantamento ainda pode trazer informações incompletas e/ou equivocadas, por não ser possível, em alguns casos, acompanharmos o percurso e a dinâmica das reedições das obras dada a ausência de datas e locais de publicação e de informações referentes ao destino/uso, a prática de alterações nos títulos e/ou subtítulos etc., sobretudo, quando se trata de uma obra com várias edições.

Considerando os livros didáticos publicados entre as décadas de 1870 – 1910, nosso mapeamento geral apontou 186 títulos. Desse total, 134 livros são destinados às escolas no contexto nacional e 52 classificamos como obras regionais. Esse mapeamento evidenciou um total de 134 autores⁷³, dos quais 91 escreveram obras destinadas às escolas no contexto nacional, 35 escreveram obras regionais e 8 escreveram para os dois contextos supracitados.

Apesar de o nosso levantamento considerar apenas os títulos de livros publicados entre as décadas de 1870 e 1910, por outro lado, também consideramos as demais reedições referentes aos 186 títulos catalogados a partir do recorte pré-estabelecido. Neste caso, incluímos as edições publicadas fora do período (seja para antes, seja para depois), o que compreendeu em publicações entre o período 1838 e 1947. Este direcionamento nos permite verificar o intervalo de tempo em que determinada obra foi reeditada, indicando, de forma aproximada, o período de atuação do autor a partir da possível circulação oficial de sua obra no contexto escolar, já que os livros escolares deveriam ser atualizados e reeditados anualmente (BITTENCOURT, 2008).

Nossa catalogação também privilegiou uma amplitude no que tange aos dois níveis de ensino (primário e secundário) e ao gênero, incluindo os livros paradidáticos e de consulta. Contudo, tivemos o cuidado de buscar identificar se as obras se direcionavam para o ensino dessa disciplina no âmbito escolar ou eram somente usadas para tal fim. Ao mesmo tempo em que iniciamos o levantamento dos livros, optamos por classificá-los em cinco categorias: obras didáticas de Geografia destinadas ao uso nas

trazer esta informação no caso das obras levantadas a partir de outras referências consultas, e que não apresentaram esta informação.

⁷³ Este total não inclui os livros de autores anônimos e nem os de autoria coletiva, publicados pela FTD e os livros da Biblioteca do Povo e das Escolas. Para estes dois últimos casos, os livros também não trazem o nome do(s) autor(es).

escolas primárias (Apêndice 1); obras didáticas de Geografia destinadas ao uso nas escolas secundárias/superiores (Apêndice 2); obras paradidáticas/livros de consultas de Geografia (dicionários e atlas) - (Apêndice 3); obras didáticas de Geografia cujo nível/destino não conseguimos identificar (Apêndice 4); e, obras didáticas de Geografia de caráter regional (províncias/estado) - (Apêndices 5, 6 e 7).

Durante a segunda metade do XIX, em especial a partir das últimas décadas deste século, podemos observar a existência de uma variedade de produção didática com diferentes características e finalidades, as quais são aprovadas e classificadas de acordo com o decreto nº 9.397, de 7 de Março de 1885, que estabelece regras e dá providencias para a adoção das obras concernentes ao ensino primário em seu artigo 3º:

1º Para serem utilizados pelos alumnos na classe; 2º Para servirem aos professores nas suas explicações; 3º Para fazerem parte das bibliothecas escolares ou da ornamentação das aulas; 4º Para serem distribuidos como prêmios (Brasil, 1885).

A partir da década de 1930, com decreto lei 1.006 de 30 de dezembro de 1938, o conjunto livros destinados ao ensino nas escolas e que apresentavam uma diversidade de denominações, passaram a ser oficialmente classificados como livros didáticos, conforme define o seu Art. 2º, citado antes no tópico 2.3.

Nosso levantamento evidenciou uma série de títulos com uma variedade de termos, a exemplo, dos livros denominados *noções/breve...*, *noções...*, *resumo...*, *pontos...*, *elementos...*, *rudimentos...*, *cursos...*, *lições...*, *compêndio...*, *manual...*, *livro elementar...*, *atlas...*, *dicionários...*, dentre outros. Tais termos acompanhavam as obras de caráter *cosmográficas*, *geográficas* e *corográficas*⁷⁴. Os diferentes termos tinham como objetivo traçar, de alguma forma, características particulares à obra.

Também identificamos títulos de obras que se destinavam ao ensino de História e Geografia, porém, foram poucos esses casos, sendo apenas um título destinado ao ensino primário e quatro compreendem obras, cujo nível/destino não foi identificado. A maior evidencia são referentes às obras de caráter regional, com onze títulos.

Os planos de elaboração dos livros didáticos se diferenciam de acordo com os diferentes níveis e público, representando diversos interesses, que, por vez, apontam importantes elementos acerca da autoria, dos espaços de adoção dos livros e do público

⁷⁴ Para estes termos cabe ressaltar que devido às mudanças de ortografia sofridas durante o período que compreende o nosso levantamento, a grafia apresentava alterações, inclusive, em se tratando de diferentes edições de uma mesma obra.

que se apropriam desses. Não trataremos aqui dos elementos particulares que compreendem cada um dos termos apresentados, mas cabe trazer, mesmo que sucintamente, uma nota acerca dos termos que mais apareceram em nosso levantamento: os *compêndios*, por exemplo, se caracterizavam por trazer um ‘completo’ resumo de informações descritivas e enumerativas acerca dos elementos que compreendem a ciência geográfica, a Geografia geral e/ou do Brasil; as obras de *cosmografia* traziam assuntos descritivos e informações das leis gerais do universo, tratando dos elementos astronômicos e cosmográficos (céu, estrelas, constelações, etc.); e os livros de *corografias* apresentavam descrições (físicas e políticas) de uma parte limitada da terra considerada como uma região importante, podendo compreender um país, uma província, etc.

Ainda cabe elucidarmos que as *corographias* traziam particularidades que as diferenciavam das obras intituladas *geografias*. De acordo com Maia (2014) a diferença não estaria inicialmente no método adotado nos dois casos, mas no objeto. Para este autor a Corografia, compreende a descrição da paisagem, enquanto a Geografia contempla as descrições da superfície da terra, abordando grandes massas ou grandes conjuntos, a exemplo dos continentes, países, mares, populações, raças e os limites territoriais, contemplando todo o globo e não apenas só as regiões em particular. Assim, no contexto do século XIX, as *Geographias* dedicavam-se aos assuntos gerais e as *Corografias* ocupavam-se exclusivamente da descrição do Império e, mais particularmente, das províncias, inclusive dedicando uma parte da introdução dos assuntos aos elementos históricos (MAIA, 2014)⁷⁵.

Após identificarmos os principais títulos que caracterizam os livros didáticos de geografia no período em estudo, e classificarmos as obras em diferentes categorias, nosso próximo passo é buscar entender como os elementos acerca da dinâmica da produção, da editoração e da autoria se expressão a partir dos cinco blocos classificados. No entanto, optamos por trabalhar esses elementos inicialmente considerando o conjunto de obras que compõem os quatro primeiros apêndices, ou seja, as Cosmografias, as Corografias, os Atlas e a Geografia Geral e do Brasil referentes ao ensino primário, ao ensino secundário, às obras paradidáticas/consulta, e também, as obras com nível não

⁷⁵ Mesmo reconhecendo as particularidades existentes entre as obras de caráter cosmográfico, geográfico e corográfico e, ainda os livros de paradidáticos/consulta, faremos referência a esse conjunto de livros, de forma geral, como livros de Geografia.

identificadas⁷⁶. E, depois analisaremos separadamente o caso das obras de caráter regional.

⁷⁶ Visando diferenciar esse conjunto de obras que não compreendem o bloco das publicações de caráter regional, na ausência de outro termo mais adequado, em alguns momentos chamaremos de obras amplas.

CAPITULO 4 - LIVRO DIDÁTICO DE GEOGRAFIA E SEUS AUTORES (ENTRE AS DÉCADAS DE 1870 – 1910)

A seguir apresentaremos os dados relativos à catalogação das obras encontradas, uma análise dos dados e a distribuição espacial no que refere os locais de publicação dos livros destinadas às escolas no contexto nacional.

4.1 – Livros didáticos de Geografia no contexto nacional: uma espacialização do fenômeno

Dos 134 títulos destinados às escolas em geral, 20 são destinados às escolas primárias, 35 às escolas secundárias, 27 são livros paradidático/consulta do aluno e/ou do professor (dicionários, atlas etc.), e 52 títulos não foram identificados o nível de ensino destinado. A proporção entre esses números pode ser visualizada no gráfico a seguir (Figura 13).

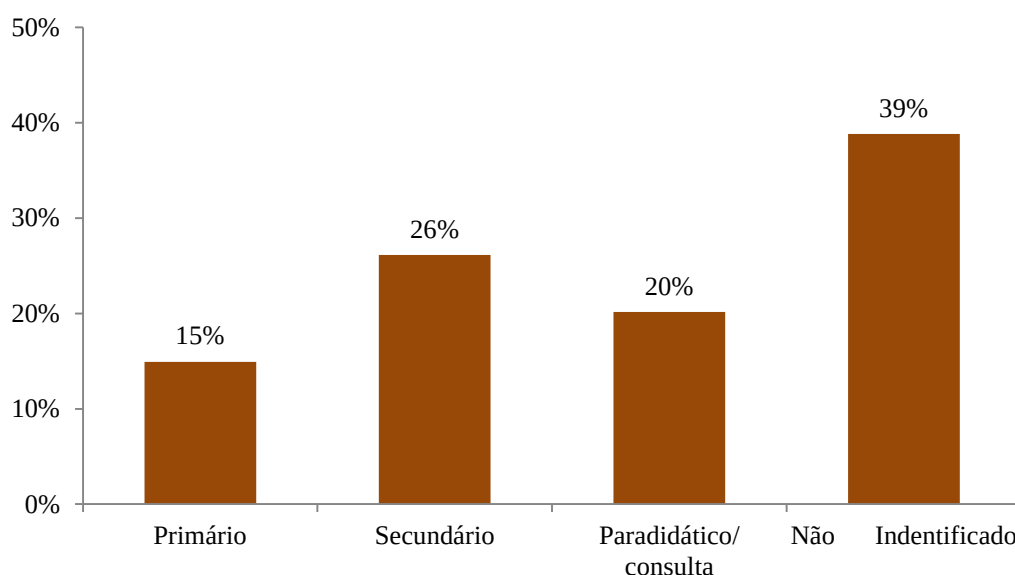


Figura 13: Quantitativo de obras destinadas às escolas no contexto nacional, publicadas entre as décadas de 1870 - 1910, classificadas por nível/destino. Organização: Angelo (2014).

Considerando as diferentes reedições publicadas referentes às obras catalogadas no período, podemos observar uma grande dinâmica na produção de livros didáticos de Geografia, e consecutivamente, um aumento do número de publicações em quase 250% dentro do recorte temporal em foco, conforme podemos observar a seguir (Organização: Angelo (2014)).

Quadro 1: Número de reedições dos títulos de livros publicados entre as décadas 1870 - 1910.

Reedições	Primário	Secundário	Paradidático/ Consulta	Não Identificados	Total de reedições
Publicações catalogadas (com data identificada) dentro do recorte	48	83	29	63	232
Publicações catalogadas (sem data identificada) subentendidas dentro do recorte ⁷⁷	3	-	4	1	8
Publicações não catalogadas subentendidas dentro do recorte ⁷⁸	20	34	7	9	76
Total de reedições por nível/destino da obra.	71	117	40	73	316

Organização: Angelo (2014).

Quanto às publicações referentes aos níveis primário e secundário, desde o início do levantamento, começamos a perceber um maior número de livros destinados ao secundário, em detrimento do primário. Isto tanto no que se refere aos números de títulos publicados, quanto ao número de reedições. Esta evidência corrobora com o levantamento de Silva (2012), no qual ela afirma a efetivação do ensino de Geografia no nível secundário, devido aos exames preparatórios para os cursos superiores, e o consequente estímulo à produção didática destinada a este nível de ensino desde as primeiras décadas do Império.

No entanto, no contexto das últimas décadas do século XIX e primeiras décadas do século XX, a escola primária passou a ganhar mais atenção, resultando em uma

⁷⁷ Neste caso temos as edições que foram catalogadas sem datas, no entanto, encontramos outras edições da mesma obra que podem estabelecer o período daquela edição. Por exemplo: se catalogamos três edições da mesma obra, a primeira e a terceira com datas, e a segunda não tem a data, entendemos que ela foi publicada dentro recorte temporal.

⁷⁸ Tais publicações compreendem aquelas que nós não catalogamos, no entanto, encontramos as edições posteriores a elas. Deste modo, entendemos a existência das edições anteriores. Por exemplo, se encontramos a terceira edição de uma obra, consideramos a existência das outras duas anteriores, especificamente para este quadro.

ampliação da escolarização e, consecutivamente, um aumento da produção didática visando atender a um público maior que ingressou neste nível de ensino. Contudo, o que podemos observar é que, mesmo considerando um maior número de alunos frequentando a escola primária, o interesse em trazer a luz novos títulos e atualizar os já existentes, continuava voltado para o ensino secundário.

No que se refere ao sistema de escrita dos textos, em todos os casos prevaleceu o sistema de escrita por ‘autor único’, uma característica comum aos livros didáticos da época. Isto destoa dos livros didáticos atuais, que passaram, a serem escritos por um conjunto de autores, e ainda, incorporaram em seu corpo autoral, uma fama de técnicos responsáveis pelos trâmites de editoração, revisão, arte gráfica, diagramação, iconografia, ilustração, cartografia, impressão, etc.

A ampliação do conjunto autoral do livro didático passou a ganhar centralidade com o tempo, devido à efetivação dos aportes legais, necessários à legitimação da propriedade autoral; aos trabalhos técnicos dos sujeitos envolvidos com as artes gráficas; e as demandas de incorporação de elementos iconográficos e ilustrativos.

No caso de livros didáticos de Geografia, os elementos cartográficos exercem centralidade nesse aspecto. A partir de uma análise geral das obras catalogadas, cabe elucidarmos que os livros escritos em coautoria foram encontrados, em maior número, no bloco das obras paradidáticas/consultas, com destaque para os Atlas, inclusive, havendo a participação de mais de dois autores, como é o caso do *Atlas do Império do Brasil, destinado á Instrucção Publica no Imperio com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II*, publicado em 1882, cuja autoria principal é de Claudio Lomellino Carvalho e a autoria secundária é composta por Homem de Melo (colaborador), Francisco Antônio Pereira Bueno (colaborador) e Paulo Robin (editor)⁷⁹.

O levantamento das publicações que compreendem os quatros primeiros apêndices deste trabalho, ou seja, as obras que tratam das Cosmografias, Corografias, Cartografias, Geografias Universal, Geral e do Brasil, destinadas às escolas em geral, incluindo as referências feitas ao Colégio Pedro II, evidenciou que o foco central das publicações de livros didáticos de Geografia dava-se no Rio de Janeiro. Além do mais, aponta um número maior de publicações nas principais casas editoriais especialistas nesse seguimento, instaladas no distrito Federal, a exemplo da editora Francisco Alves. Contudo, também, foi possível observar a iminência de publicações em outras

⁷⁹ Estas informações catalográficas foram levantadas a partir dos dados disponíveis no site da LIVRES. Disponível em <http://www2.fe.usp.br:8080/livres/#>. Acessado em junho de 2014.

tipografias de menor destaque também instaladas no Rio de Janeiro. Mas também, nesse grande conjunto de obras, aparecem publicações oriundas de outras províncias/estados, mesmo que de forma muito pontual, ganhando mais visibilidade São Paulo e o Rio Grande do Sul, conforme podemos visualizar no mapa a seguir (Figura 14).

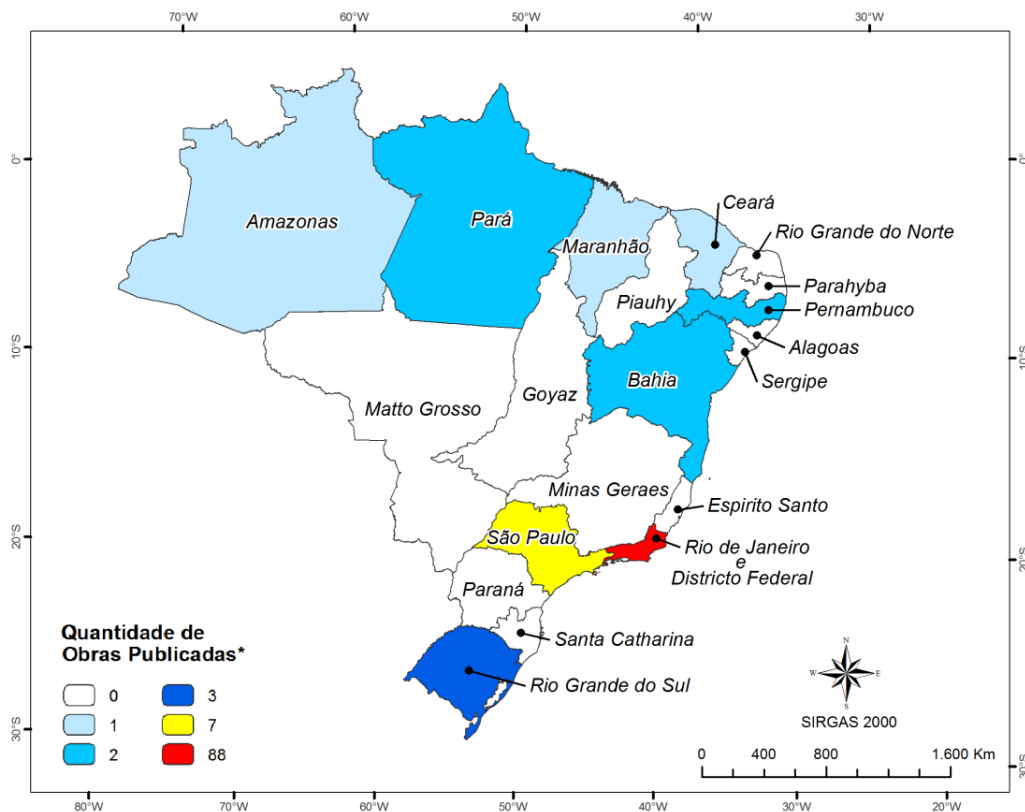


Figura 14: Mapa da distribuição espacial das publicações de livros didáticos de Geografia destinados às escolas em geral, no contexto nacional. Elaboração: Stevens (2014). Organização: Angelo (2014).

A nossa suspeita é que essas obras publicadas nas diferentes províncias/estados, representadas neste mapa, tiveram como objetivo primeiro atender o público local, evidenciando, especialmente, os aspectos da Geografia da região, o que poderíamos classificá-las como obras de caráter regional. Contudo, considerando que o título delas não traz essa destinação, e também, por não termos manuseado esses livros, de forma que pudéssemos conferir tal suposição, optamos por classificá-las no conjunto das obras amplas destinadas às escolas em geral.

No entanto, no caso dos livros didáticos relacionados à Geografia das/para as províncias/estados, publicados concomitantemente no mesmo período, evidencia-se uma significativa mudança na espacialização desse fenômeno, dando uma maior visibilidade às diferentes regiões, como podemos visualizar no mapa representativo das publicações regionais, apresentada no tópico 4.3 (Figura 24).

Quanto ao local (Brasil e exterior) de publicações das obras no período, observamos um número muito pequeno de livros importados, prevalecendo as publicações nacionais, ou seja, aquelas elaboradas e editadas no Brasil. Identificamos dez títulos publicados no exterior com traduções e/ou adaptações para o contexto educacional brasileiro, destacando-se as publicações portuguesas, e, onze títulos não foram identificados o local de publicação⁸⁰.

Apesar de a maioria dos livros didáticos de Geografia ter sido editada no Brasil, grande parte deles, era impresso no exterior, devido às condições desfavoráveis da indústria gráfica brasileira no período. Neste aspecto, também ressaltamos as vantagens econômicas das relações comerciais entre editores brasileiros e impressores franceses e portugueses, a exemplo, do editor Francisco Alves, que mandava imprimir seus livros em Paris pela Typ. Aillaud, o que resultava em um negócio muito lucrativo para esse editor (HALLEWELL, 2005).

Com o fim do monopólio da Imprensa Régia em 1822, passou a surgir no Brasil, em especial, no município da Corte, pequenas editoras e tipografias, além da atuação de editores portugueses e franceses (BITTENCOURT, 2008). Contudo, estes estabelecimentos só passaram a investir efetivamente no mercado de livro didático a partir da segunda metade do século XIX, pois, antes esse negócio não era frutífero, dado às condições limitantes do processo de escolarização no território nacional (HALLEWELL, 2005).

Durante a segunda metade do século XIX, em especial, a partir da década de 1870, os livros escolares começaram a ser garantia de lucro certo para as editoras, passando a ser considerados pelos editores como a “carne” da produção de livros, em contraposição às obras de literatura ou “científicas” que corresponderiam aos “ossos”. Isto se deu pelo fato destes impressos se caracterizarem por publicações em grandes tiragens, se comparados aos livros em geral (BITTENCOURT, 2008), se destacando, nesse contexto as editoras B. L. Garnier, E. & H. Laemmert e a Livraria Clássica de Alves e Cia.

⁸⁰ Os números ora apresentados representam uma aproximação do real, tendo em vista que informações como o local de editoração, de impressão, não foram identificadas em alguns casos. Nesse sentido, ainda ressaltamos que outras informações como o número da edição e ano de publicação nem sempre estão disponíveis, de forma clara, para o pesquisador dessas fontes, seja pela disposição dos aspectos materiais e editoriais da obra, seja pelo estado ruim de conservação desses livros, o que impede, em muitos casos, que as instituições possam disponibilizar essas informações nos catálogos.

Considerando a forte atuação desses editores na elaboração dos livros didáticos de Geografia, ficam evidentes as características impressas pelos mesmos, apontando, por vez, elementos gerais que padronizam a materialidade desses livros. Ao folhear alguns livros da época, escrito por diferentes autores, pensamos se tratar do mesmo livro e/ou um livro do mesmo autor, devido a presença de ilustrações e de figuras iguais, reproduzidas nas diferentes obras, as quais foram, geralmente, publicadas pelo mesmo editor. Por outro lado, quando se trata de uma obra publicada por um editor diferente, observamos uma variação das ilustrações para tratar do mesmo assunto/conteúdo.

Nesse aspecto, podemos citar as imagens ilustrativas que acompanham o conteúdo do livro *Geographia Primária*, de Carlos Novaes (Figura 15) e do livro *Geographia elementar adoptada ás escolas publicas primarias*, escrito por Tancredo do Amaral (Figura 16).

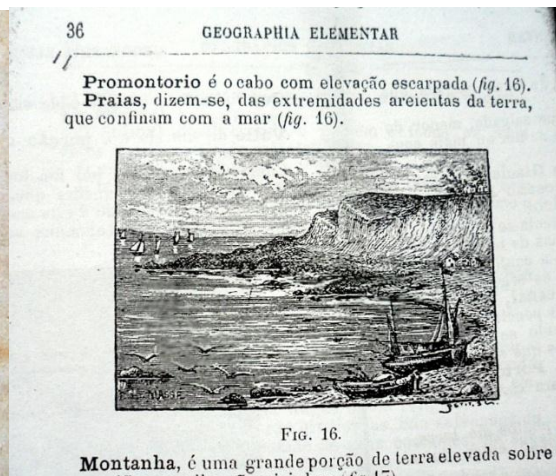
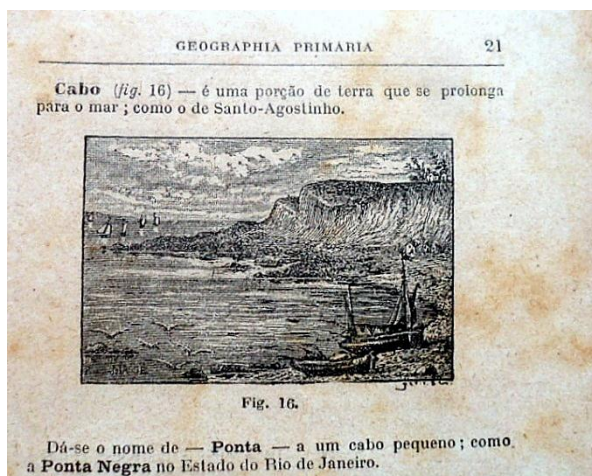
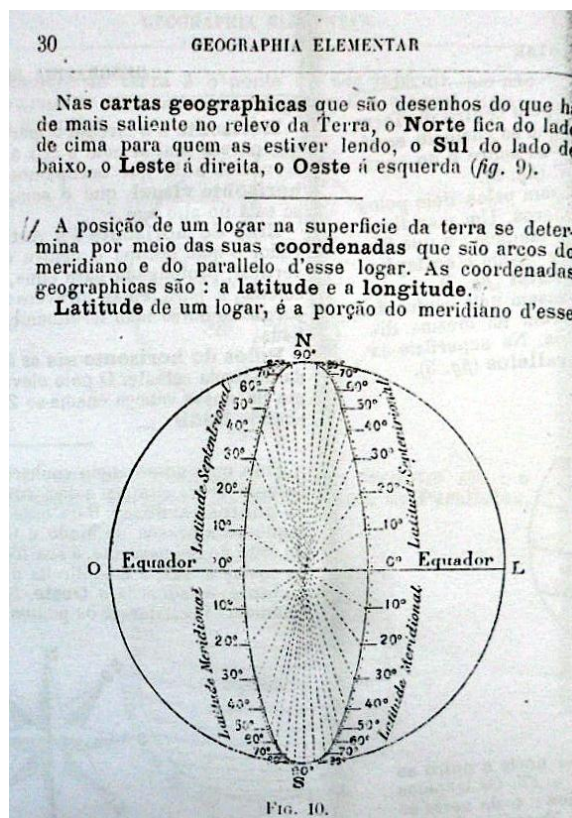
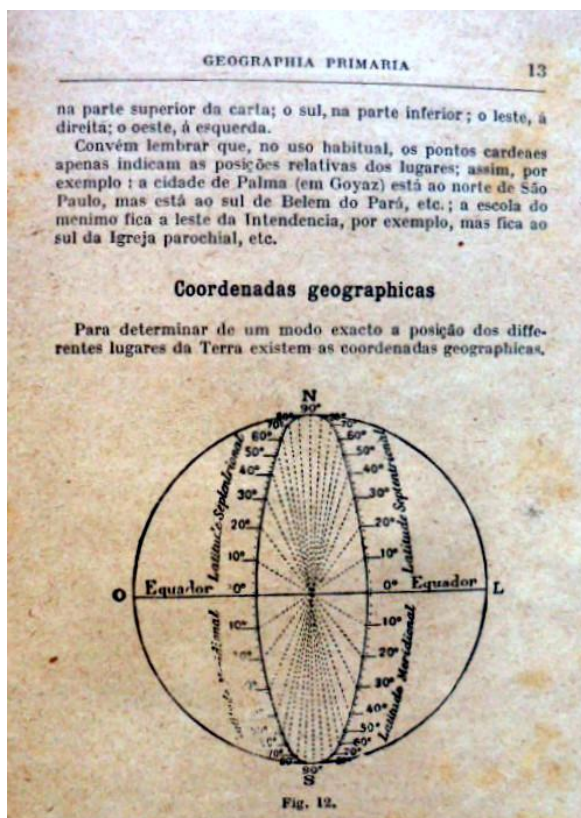


Figura 15: Imagens presentes no livro Geographia Primaria, de autoria de Carlos Novaes, editada pela Ed. Francisco Alves em 1907, 9ª ed. Acervo: da autora.

Figura 16: Imagens presentes no livro Geographia Elementar, de autoria de Tancredo do Amaral, editada pela Ed. Francisco Alves em 1904, 8ª ed. Acervo: LIVRES: Biblioteca Paulo Bourroul - FEUSP.

Organização: Angelo (2014)

Apesar do estabelecimento de elementos gráficos padrões que, em alguns casos, dão um aspecto representativo e simbólico a obra, observamos diferenças, apesar de algumas semelhanças (ora mais e ora menos), no trato do conteúdo por diferentes

autores. Isto evidencia o papel do escritor do livro didático que, deixa sua marca nesses impressos.

Então, visando dá continuidade a discussão acerca dos sujeitos envolvidos na etapa de elaboração do livro didático de Geografia, no tópico a seguir reservaremos atenção especial aos autores de livros didáticos dessa disciplina, evidenciando o perfil sócio profissional desses, considerando o recorte temporal estabelecido nesta pesquisa. Contudo, considerando o grande universo de autores catalogados, não foi possível nos remetermos a todos, sendo necessário estabelecermos um critério de escolha para nossas análises.

Em um primeiro momento, pensamos em analisar os autores, dos quais disponibilizávamos maior número de fontes informativas sobre eles, ou mesmo aqueles que tiveram maior número de títulos publicados e reeditados. No entanto, pensamos que tais critérios poderiam não ser, necessariamente, os mais adequados. Optamos, então, por fazer um levantamento a partir dos autores que escreveram para as diferentes categorias por nós estabelecidas: obras destinadas ao primário, secundário, paradidático/consulta e obras regionais. Com isto podemos apresentar um painel mais geral sobre os autores, que é o foco da nossa pesquisa.

4.2 – Autores de livros didáticos de Geografia no contexto nacional: âmbitos de referências e lugar social

Com o intuito de pensarmos o papel dos autores de livros didáticos de Geografia no período estabelecido para esta pesquisa, tomamos como referência as contribuições de Bittencourt (2004a e 2008), acerca do perfil dos autores de livros didáticos de Leitura e de História, quando esta autora, ao analisar o perfil desses sujeitos entre 1870 e 1910, identifica duas gerações. Outras referências que muito nos subsidiaram, nesse sentido, foram a tese de doutoramento de Jeane Medeiros da Silva (2012) e de Eduardo Maia (2014), dentre outros trabalhos, que evidenciaram a produção didática de Geografia em uma perspectiva histórica, e por trazerem informações e reflexões sobre os autores de livros didáticos dessa disciplina, abordando o recorte temporal por nós estabelecido.

A primeira geração de autores classificada por Bittencourt (2004a; 2008) compreende o período entre 1820 até aproximadamente as décadas de 1870 e 1880, sendo composta por um conjunto de escritores pertencentes à elite intelectual e

importantes políticos ligados ao poder do Estado. Neste caso, tratava-se de sujeitos preocupados com a organização dos cursos secundários e superiores, esboçando, apenas, algumas contribuições para o ensino de “primeiras letras” (BITTENCOURT, 2004).

Nesse sentido, é importante lembrar que nas primeiras décadas do Império, os projetos educacionais estavam voltados para a formação de uma elite que se constituía no Brasil, em especial, na capital (Rio de Janeiro), sendo priorizada a difusão do ensino secundário, técnico e superior em detrimento do ensino primário. Então, para direcionar o que deveria ser ensinado aos filhos daqueles que compunham essa elite, ninguém seria mais digno que homens “sábios” pertencentes ao governo imperial. “A confecção de uma obra didática seria uma tarefa patriótica, um gesto honroso, digno das altas personalidades da “nação”.” (BITTENCOURT, 2008, p. 30). Além da atuação dos célebres políticos na autoria dos livros didáticos publicados no período, é identificada também a participação de personalidades ligadas ao círculo da cultura letrada em geral, como os intelectuais do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil-IHGB e os membros da Escola Militar.

No que compreende os escritores de livros didáticos de Geografia no contexto da primeira geração apresentada por Bittencourt (2004a; 2008), podemos observar que alguns autores também faziam parte da elite social, política e intelectual da época, conforme confirma Silva (2012). No entanto, essa autora adverte que, já no contexto das primeiras décadas do Império, havia a presença de autores que também exerciam a função de professor, mesmo que não fosse especificamente de Geografia, conforme também constatou Maia (2014).

Como representativo desse grupo (professor/autor) podemos citar o intelectual e político formado em direito Thomaz Pompêo de Souza Brasil, mais conhecido por senador Pompeu (1818 – 1877) que exerceu a função de diretor e docente de História e Geografia no Liceu do Ceará⁸¹, e o matemático, engenheiro, militar, político e professor

⁸¹ Thomaz Pompêo de Souza Brasil nasceu em 06 de julho de 1818 na freguesia de Santa Quitéria, no Ceará e faleceu em 02 de setembro de 1877 em Fortaleza. Foi padre, advogado formado pela Faculdade de Ciências jurídica de Olinda, jornalista - (editor do Jornal *O Cearense*), político (senador do Império do Brasil), além de ter atuado como sócio de diversas instituições científicas, a exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e da Sociedade de Geografia de Paris. No âmbito educacional foi um dos fundadores do Liceu Cearense e professor de História e Geografia desta mesma instituição. Dentre as obras escritas por esse vulto da Geografia do século XIX, destaca-se o livro *Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*, adotado no Colégio Pedro II. Esta obra foi

da Real Academia Militar José Saturnino da Costa Pereira (1771 – 1852)⁸². A produção didática destes dois autores não compõe nosso levantamento, tendo em vista que o período de suas publicações não contempla o nosso recorte temporal. Contudo, acreditamos que, de alguma forma, as obras destes autores tiveram influência no período por nós estudado, sobretudo, no que concerne o livro *Compêndio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil*, de Thomaz Pompêo de Souza Brasil, cuja última edição foi publicada em 1869.

A segunda geração de autores de livros didáticos apontada por Bittencourt (2004a e 2008) se constitui justamente a partir das décadas de 1870 e 1880, e caracteriza-se por ser menos homogênea que a primeira, compondo outros sujeitos provenientes de diferentes esferas sociais, incluindo aqueles com experiência no magistério.

Considerando o segundo momento apresentado por Bittencourt (2004a e 2008), nosso levantamento evidenciou um grande número de sujeitos que escreveram livros didáticos de Geografia. Os 186 títulos mapeados foram escritos por 134 autores. Além da grande quantidade de autores envolvidos com a tarefa de escrever livros didáticos de Geografia no período, esses, por sua vez, também representam diferentes lugares sociais, pois são oriundos de diferentes regiões (províncias/estados) do país, e atuavam nas principais instituições instaladas no Rio de Janeiro (MAIA, 2014), e também, nas instituições das províncias/estados.

Quanto ao gênero, identificamos a partir do catálogo de Silva (2012), três livros escritos por mulheres. Dois deles foram publicados dentro do nosso recorte temporal e um publicado em 1924, trazendo um pseudônimo de *uma professora primaria*. As duas autoras que publicaram durante o recorte desta pesquisa são: Amélia de Resende Martins, com o livro *Geographia elementar: com gravura e oito mapas coloridos*, editado em 1919 e reeditado em 1926. Esta última foi aprovada e adotada pela Instrução Publica do Distrito Federal. A outra foi Luiza Candida de Oliveira Lopes, com o livro

publicada cinco vezes, com última edição em 1869. A primeira edição desse livro foi 1851, intitulado *Elementos de Geographia*.

⁸² José Saturnino da Costa Pereira nasceu em 1771, na colônia do Sacramento e faleceu no Rio de Janeiro em 09 de janeiro de 1852. Cursou ciências matemáticas na Universidade de Coimbra entre 1802 e 1806 e atuou como engenheiro, militar e político brasileiro, além de ter atuado como professor da Academia Real Militar e produziu uma extensa bibliografia nas áreas de Matemática, Astronomia e Geografia. Dentre as obras de Geografia, destaca-se o *Dicionário Topográfico do Imperio do Brasil*, publicado em 1834 e o *Compêndio de Geographia*, indicado para o uso das escolas brasileiras, publicado em 1836 (SILVA, 2012).

Lições de Geographia particular do Brazil: acompanhadas de um lindo mapa do Império do Brazil, publicado em 1877.

Com relação à grafia do nome de Luiza Candida de Oliveira fomos advertidos por Maia (2014), que observou erros em alguns catálogos, os quais foram repetidos por outros pesquisadores. No catálogo de Sacramento Blake (1899) o nome desta autora é indicado como *D. Luiza Carolina de Araujo Lopes*, grafia repetida historicamente por pesquisadores a exemplo de Alexandra Silva (2006) e Jeane Silva (2012). A autoria desta obra ainda apresenta, em vários catálogos, outro equívoco quanto ao gênero, pois foi registrada nos Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro 1881-1882, e no Catálogo da exposição de História do Brasil, organizado por Ramiz Galvão, em 1881, como sendo de autoria de *Luiz Cândido de Oliveira Lopes*, equívoco repetido por Tambara (2013), que catalogou a mesma obra com dois autores diferentes: um do gênero feminino *Luiza Candida* e outro do gênero masculino *Luiz Candido* (MAIA, 2014).

Ao levantarmos esta questão, cabe fazermos a seguinte ressalva: nosso propósito não é desqualificar as fontes e os catálogos dos acervos supracitados. Inclusive, porque os mesmos compreendem fontes para a nossa catalogação de dados, mas, sobretudo, para destacar a importância de estarmos atentos para as fontes consultadas e para as informações coletadas, buscando confrontá-las e questioná-las. Neste aspecto, corroboramos com a reflexão apresentada por SÁ-SILVA *et al.* (2009), quando estes autores apontam:

[...] o investigador deve compreender adequadamente o sentido da mensagem e contentar-se com o que tiver na mão: eventuais fragmentos, passagens difíceis de interpretar e repletas de termos e conceitos que lhes são estranhos e foram redigidos por um desconhecido. É impossível transformar um documento; é preciso aceitá-lo tal como ele se apresenta, às vezes, tão incompleto, parcial ou impreciso. No entanto, torna-se, essencial saber compor com algumas fontes documentais, mesmo as mais pobres, pois elas são geralmente as únicas fontes que podem nos esclarecer sobre uma determinada situação. Desta forma, é fundamental usar de cautela e avaliar adequadamente, com um olhar crítico, a documentação que se pretende fazer análise (SÁ-SILVA *et al.* 2009, p. 8).

Então reconhecemos que, talvez mais difícil do que levantar o grande conjunto de obras que compreende os apêndices deste trabalho, mais complexo ainda foi o processo de conferência e o cruzamento das informações relacionadas aos aspectos editoriais e materiais das obras, a exemplo, da autoria das obras, título(s), datas e locais

de publicação, dentre outros elementos. Contudo, isto não implica dizer que equívocos nestes aspectos não possam compor o nosso mapeamento, apesar do cuidado com o tratamento das fontes.

Retomando as informações catalográficas referentes à obra da professora Luiza Candida de Oliveira Lopes, fica a dúvida: quais motivos levaram Ramiz Galvão⁸³, em 1881, catalogar tal obra como sendo escrita por um homem, apenas, sendo possível, para tal legitimação a omissão da letra ‘a’ da palavra Luiz(a) e a substituição de uma letra ‘a’ por uma letra ‘o’ em Candido(a)? A seguir podemos ver a informação catalográfica completa tal como aparece no documento antes referenciado (Figura 17) e imagem capa da obra (Figura 18).

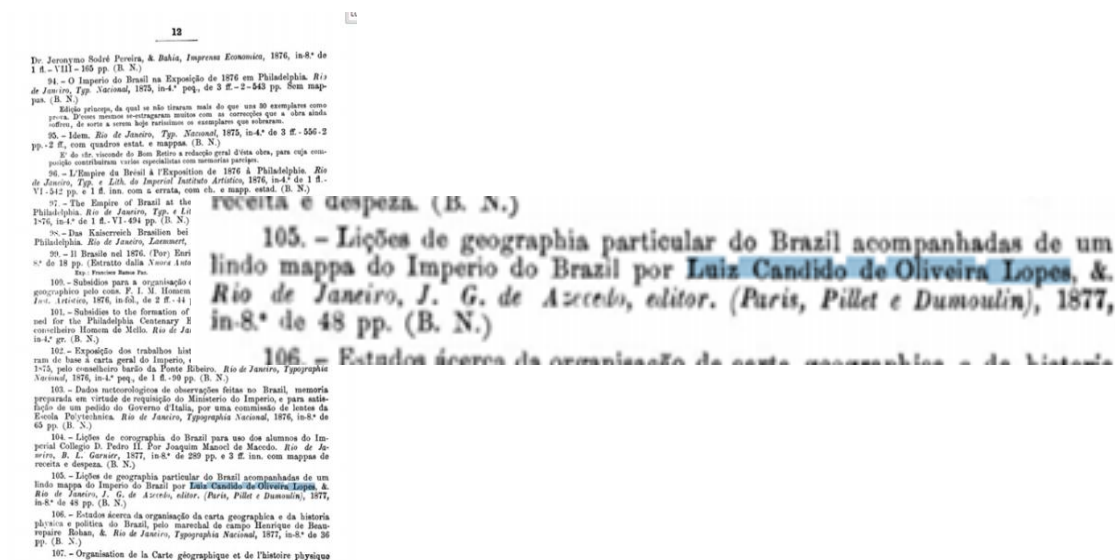


Figura 17: Catálogo livro Lições de Geographia particular do Brazil. In. Catálogo da exposição de História do Brasil, 1998, p.12. Acervo: Biblioteca Digital do Senado Federal. Organização: Angelo (2014).

⁸³ Sobre Ramiz Galvão, ver Caldeira (2009) - *A Biblioteca Nacional nos tempos de Ramiz Galvão (1870-1882)*, disponível em http://www.bn.br/portal/arquivos/pdf/Ana_Paula_Caldeira.pdf.

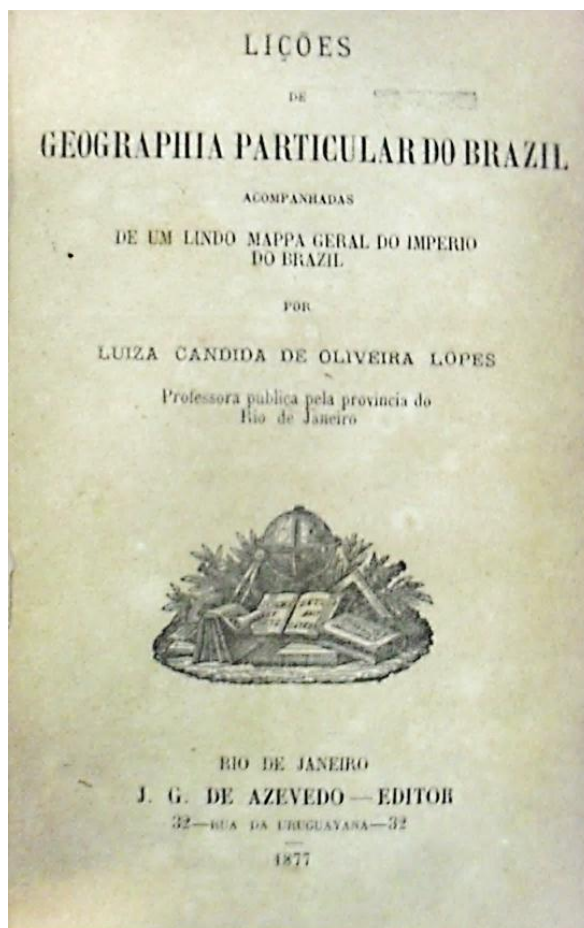


Figura 18: Folha de rosto do livro *Geographia particular do Brazil: acompanhadas de um lindo mappa geral do Império do Brazil*, publicado em 1877. Acervo: Fundação Biblioteca Nacional. Organização: Maia (2014)

Ainda no que concerne ao gênero que compreende a autoria de livros didáticos no contexto de transição entre o final do século XIX e primeiras décadas do XX, Alexandra Silva também identificou que esta tarefa não era um privilégio apenas do gênero masculino, ao localizar três livros escritos por mulheres, todas educadoras, professoras do primário e proprietárias de escolas (SILVA, 2008).

Em linhas gerais, podemos constatar a participação oficial do gênero feminino no contexto educacional da época, a partir da escrita de livros didáticos, mesmo que de forma tímida, prevalecendo a escrita de autores do gênero masculino.

No que concerne ao anonimato dos autores, identificamos dois títulos, um deles: *Ponto de Geographia segundo o programa para os exames geraes em 1877*, traz indicação de autoria de um *professor de Geografia*, e o segundo *Elementos de Geographia Physica*, que traz a informação *compilado segundo os melhores autores, por um professor*. Além desses casos destacam-se os autores anônimos referentes às produções institucionais, indicando apenas o nome do editor publicador e/ou da coleção,

como as obras da FTD e da coleção biblioteca do povo e das escolas publicada pelo Editor David Corazzi.

No que se refere à autoria dos livros da FTD⁸⁴, não há menção ao nome do autor na capa, e, em nenhuma outra parte que compõe do livro, apenas a informação “*por F. T.D*”, ou seja, pela empresa responsável pela editoração. A editora FTD surgiu no Brasil em 1902, sob a direção dos Irmãos Maristas, com o objetivo de ampliar o conjunto de ações educacionais implementadas por esses religiosos no Brasil. Os livros da FTD contemplam assuntos de diferentes disciplinas e são escritos pelos próprios membros da Congregação, que não expunham seus nomes nas obras, apenas utilizavam o símbolo da congregação nas capas dos seus livros. Assim, a sigla F.T. D ao mesmo tempo em que faz referência ao editor do livro, também é indicativa da coleção da obra “*Coleção de livros didáticos por FTD*”, e ainda, preenche o campo referente ao(s) autor(es) nas fichas catalográficas dos acervos. Já o editor David Corazzi foi um livreiro português que se instalou no Rio de Janeiro no final da década de 1870, confeccionando livros a preço módicos, direcionados ao público português e brasileiro. Analisando a relação entre a editoração de livros didáticos nacionais e as produções portuguesas, Bittencourt, (2008) ressalta que:

As editoras portuguesas tiveram uma participação singular no mercado de livros didáticos. Havia importação de traduções portuguesas, mantendo-se ligações confusas entre a produção dos dois países. Houve autores portugueses publicados por editoras nacionais, assim como textos de brasileiros que foram editados em Portugal (BITTENCOURT, 2008, p.68 - 69).

Dentre seus trabalhos, as publicações que ganharam maior notoriedade foram os livros que compreendem a coleção *Biblioteca do Povo e das escolas*, composta por assuntos para as diferentes disciplinas, semelhantes aos livros hoje conhecido como paradidáticos, (NASCIMENTO & SANTOS & 2006). A maioria dos livros pertencentes à essa coleção também não trazem na capa o nome do autor, fazendo menção apenas ao nome da coleção e do editor. As características editoriais desses livros, por vezes, podem incorrer em algumas divergências/equívocos referentes às informações catalográficas. Ao catalogar o livro *Geographia Geral* referente à coleção *Biblioteca do povo e das escolas*, Maia (2014), identifica o autor como sendo David Corazzi. Já no catálogo da LIVRES, a informação da autoria é *Biblioteca do Povo e das*

⁸⁴ A sigla FTD foi criada em homenagem ao Frère Theophane Durand, um importante religioso da Congregação dos Irmãos Maristas entre 1883 a 1907, que muito incentivou a publicação de livros didáticos na França.

Escolas, trazendo a mesma informação no campo referente à coleção. No entanto, identificamos na capa da sexta edição da obra, antes referenciada, a qual catalogamos no Instituto Histórico e Geográfico do Ceará-IHGCE, que ela foi escrita por Guilherme de Sousa (Figura 19), informação esta, também trazida por Nascimento & Santos (2006).

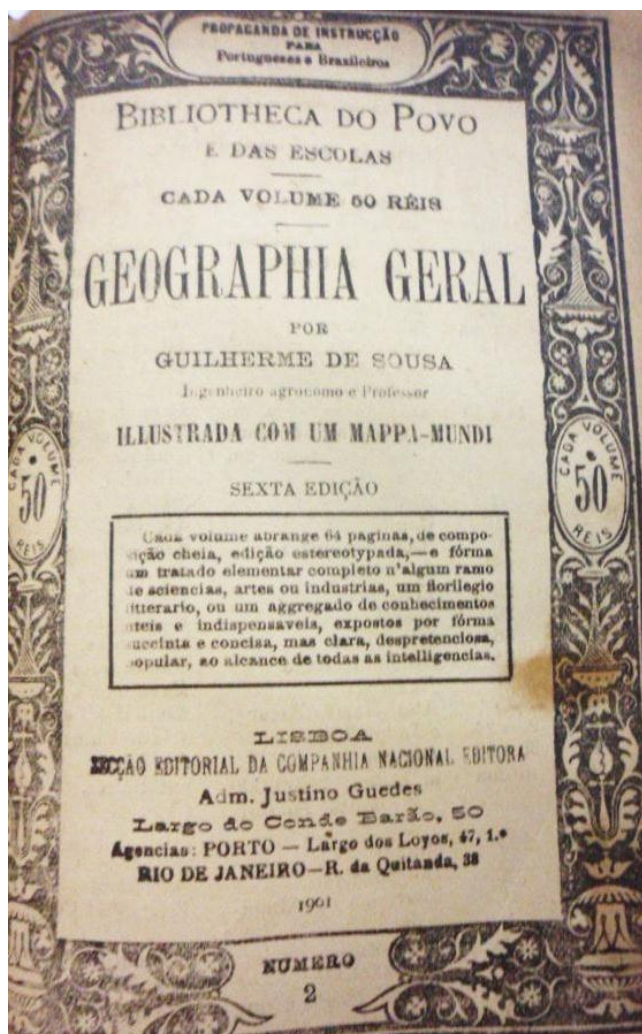


Figura 19: Capa do livro *Geographia Geral*, por Guilherme de Sousa, 6ª edição, 1901. Organização: Angelo (2014)

O grande número de autores por nós levantados deu-se, em parte, por termos considerado os diferentes níveis/destinos para os livros didáticos publicados no período. A partir deste critério, foi possível observar quais autores atuaram em diferentes níveis de ensino e gênero didático, além daqueles que estavam envolvidos com as publicações regionais.

Consideramos esse mapeamento importante, pois os diversos âmbitos representativos da literatura escolar imprimem diferentes objetivos, apontando

particularidades na construção da disciplina Geografia a partir dos programas e das concepções de ensino no período, tendo em vista que esta disciplina compreende os elementos da cultura e da organização escolar como um todo.

No processo de constituição de um modelo de escola moderna no Brasil oitocentista, os dirigentes do Estado, imbuídos de teorias liberais (progressistas ou conservadoras) buscaram organizar os programas de ensino sistematizando os novos conhecimentos transformados em disciplinas escolares, estruturando os diferentes níveis de escolarização, delimitando etapas e estágios de aprendizagem (BITTENCOURT, 2008).

Nesse sentido, o estadista Martim Francisco d'Andrada, ao especificar os três níveis de ensino que deveriam compor a escolarização brasileira em seu plano de estudos para a província de São Paulo, preocupou-se em detalhar as características das obras destinadas a cada um dos graus de ensino (BITTENCOURT, 2008), sugerindo que:

[...] para o caso dos livros destinados ao ensino elementar, que estes deveriam ser “compostos debaixo da vigilância, e da inspiração do Estado” [...] Para o segundo grau de instrução, ou nível secundário, diferentemente, o autor aconselhava maior liberdade para o professor na escolha dos compêndios (BITTENCOURT, 2008, p. 33).

Em geral, a escola primária estava atrelada a tarefa de ensinar a “ler, escrever e contar” para um público mais amplo das camadas populares, enquanto, o ensino secundário enfocava os conteúdos das “humanidades”, atendendo um público mais restrito. No entanto, aqui cabe lembrar que a relação entre os programas de ensino e o livro didático foi comum para o ensino secundário, inclusive, trazendo esta informação explícita nas capas dos livros, visando qualificar a obra. Este aspecto pode ser observado nos exemplos: 1) *Pontos de Geographia do Brazil (segundo o novo programa para os exames geraes de preparatórios – prova escripta)*, por Ezequiel Benigno de Vasconcelos, 1884, 1ª edição; 2) *Geographia Secundaria ou Superior (organizada segundo o Programa dos Gymnasios, Lyceus e das Escolas Normaes)*, por Carlos Augusto Valente de Novaes, 190?, [s/ed]; 3) *Curso superior de Geographia geral (organizado conforme o programa dos gymnasios)*, por Horacio Scrosoppi, 1910; 3ª edição.

Já no que compreende o ensino primário não havia um programa/currículo direcionado para o Brasil como um todo. As leis eram promulgadas nos diferentes locais, estabelecendo conteúdos e temáticas a serem abordadas, as quais, geralmente,

eram evidenciadas nos títulos das obras, a exemplo do livro *História Natural - organizada segundo o Programa das Escolas Primárias do Distrito Federal*, por Carlos Novaes, e no caso de algumas províncias, tal como evidenciou (ALBUQUERQUE, 2008) para a província de Pernambuco.

Ao fazermos uma intersecção entre os nomes dos autores que compõem os quadros apresentados nos apêndices percebemos que, em alguns casos, há autores que escreveram textos que compõem os títulos destinados para as escolas em geral, tanto para o ensino primário, quanto para o nível secundário, além de se dedicarem a escrita de livros paradidáticos/consultas e de produzir obras de cunho regional, conforme mostra o Quadro 2, a seguir:

Quadro 2: Autores que escreveram para os diferentes contextos (1870 – 1910).

Autores	Destino/Gênero - Título da obra	Ano de publicação – No. da edição – Local - Editor
Alfredo Moreira Pinto	Secundário	Noções elementares de corografia do Brasil, para uso das escolas primárias. -1881; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Cruz Coutinho.
		Noções de Geographia Geral (para uso da infância) -1885; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
		Rudimentos de Chorographia do Brazil (para uso das escolas primarias) -1895; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia..
		Elementos de Cosmographia -1894; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco de Alves & Cia.
		Chorographia do Brasil: para uso dos gymnasios e escolas normaes -1892; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia. & Cia.; -1895; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1900; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1909; 10ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
		Geographia Geral: curso superior -1906; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
	Consulta /paradidático	Apontamentos para o dicionário geographico do Brazil -1887; vol. I; Rio de Janeiro/RJ; Typ. de G. Leuzjeger & Filhos; -1888; Vol. II; Vol. III; Vol. IV; Rio de Janeiro; Typ. de G. Leuzjeger & Filhos.

			-1894; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Imprensa Nacional. -1896; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Imprensa Nacional.
		Dicionario Geographico do Brasil	-1901; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves.
	Não Identificado	Noções de Geographia Astronomica	-1873; [s/ed.]; Rio de Janeiro: Serafim Jose Alves. 188?; 2ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].
		Elementos de geographia moderna	-1874; 2ª ed. Rio de Janeiro; Typ. de Serafim Jose Alves – editor
		Noções de Geographia Universal	-1881; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].
		Noções elementares de Geografia do Brasil	-1881; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Serafim José Alves.
		Curso de Geographia Geral	-1887; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1893; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1906; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
		Pontos de Geographia; organizados, etc.	-189? [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p].
	Províncias	Geographia das Provincias do Brazil ⁸⁵ (2ª edição: muito augmentada e ornada de gravuras).	-1883; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia. -1885; 2ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Francisco Alves & Cia.. -1889; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia. -190?; 4ª ed.; [s/l]; [s/p].
	Nº de títulos: 15; Nº de Edições publicadas / subentendidas: 48; período de atuação: 1873 a 1909		
Raul Villa-Lobos	Secundário	Compendio Elementar de Chorographia do Brasil (adaptado ao uso das escolas de instrução primária da republica) ⁸⁶ -1886; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. Mont’Allverne; -1890; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. Mont’Allverne; -1896; 3ª ed. Rio de Janeiro; [s/p]. - 1906; 5ª ed.; Rio de Janeiro Laemmert & C. Editores. -1906; 6ª ed.; Rio de Janeiro Laemmert & C. Editores.	

⁸⁵ De acordo com Silva (2012) a 4ª edição publicada com título Chorographia do Brasil: curso superior – (muito aumentada - adoptada na escola normal da capital federal, no gymnaio nacional, na escola normal do estado do Rio de Janeiro e São Paulo); coautoria de Olavo Freire (colaborando com uma carta geográfica de cada estado do Brasil).

⁸⁶ Conforme catálogo de Silva (2012), a partir da 5ª edição o título passa a ser Chorographia do Brasil (resumo didactico), sendo publicado pela Laemmert & C. Editores.

		Noções de astronomia ou rudimentos desta sciencia (ao alcance de todos e indispensaveis aos candidatos d'esta disciplina aos exames geraes de preparatorios, no Collegio Militar, no Gymnasio Nacional e nas escolas de Marinha, Militar e Normal da Capital Federal).	-1890; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Laemmerte & C. Editores.
		Noções de cosmographia ou rudimentos desta sciencia (ao alcance de todos e indispensaveis aos candidatos d'esta disciplina aos exames geraes de preparatorios, no Collegio Militar, no Gymnasio Nacional e nas escolas de Marinha, Militar e Normal da Capital Federal).	-1890; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Laemmert & Cia – Editores; -1894; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Laemmert & Cia – Editores;
		Diccionario Geographico-Postal do Brasil	-190?; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Laemmerte & C. Editores.
	Cons. /parad.		
Nº de títulos: 04; Nº de Edições publicadas / subentendidas: 10; período de atuação: 1886 a 1906			
Carlos Augusto Valente de Novaes – [Dr. Carlos Novaes]	Primário	Geographia Primária (composta para uso das Escolas Primárias)	1895; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -[s/d]; 4ª ed.; Rio de Janeiro Francisco Alves & Cia.; -1900; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; - [s/d]; 8ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -[s/d]; 9ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -190?; 12ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
	Secundário	Geographia Secundaria ou Superior (organizada segundo o Programa dos Gymnasios, Lyceus e das Escolas Normaes.	-190? ⁸⁷ ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves & Cia.
		Geographia especial ou Chorographia do Brazil	-1912; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia..

⁸⁷ Apesar de não termos a informação da data de publicação desta obra, sabemos que a mesma foi premiada em 1908 na exposição Nacional.

		(organizada de conformidade com os programamas dos Gymnasios officiaes, dos cursos anexos ás faculdades livres do Brazil e das escolias normaes da união).	-1923; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1925; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.;
		Geographia Secundária: organizada segundo o programa dos Gymnasios, dos Lyceus, e das Escolas Normaes do Brazil.	-1ª ed.; 1908; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; - 1910; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; - 1923; 4ª ed. -1929; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1928; 10ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1929; 11ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1931; 13ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia..
	Província	História Natural (organizada segundo o Programma das Escolas Primárias do Distrito Federal)	-190?; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
		Breve Noções de História Natural (organizada segundo o Programma das Escolas Primárias do Distrito Federal)	- [s/d]; [s/ed.]; [s/l]; [s/p].
		Geographia elemental e especial do estado do Pará	190?; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
	Nº de títulos: 07; Nº de Edições publicadas / subentendidas: 37; período de atuação: 1895 a 1931		
Joaquim Maria de Lacerda Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro (revisor, argumentador e adaptador) João Ribeiro (revisor)	Primário	Pequena Geographia da infância: composta para uso das escolas primárias	-1880; 2ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; -1884; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; -1887; 4ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; -1890; 5ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; -1895; 6ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; -1898; 9ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; -1908; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; 1910; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.;

			-1913; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1914; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1915; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; - 1917; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1918; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1924; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1928; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1930; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1932; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1934; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.;
	Secundário	Elementos de Geographia, physica, política, e astronomica (para as classes inferiores de instrução secundária)	- 1870; 1ª ed.; Rio de Janeiro. Laemmert & Cia; -1880; 2ª ed.; Paris; Typ. Pillet et Dumoulin. -1884; 3ª ed; Rio de Janeiro; Typ. do Commercio; -1887; 4ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; -1895; 5ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier; - [s/d]; 6ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier;
		Curso Methodico de Geographia physica, politica, historica, comercial e astronomia. Vol.1.	-1884; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Imp. Du Commerce; -1887; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Laemmerte & Cia.; -1892; 5ª ed.; Rio de Janeiro; B.L. Garnier; -1895; 6ª ed; Rio de Janeiro; B.L. Garnier; -1898; 7ª ed.; Rio de Janeiro; B.L. Garnier; -1901; [s/ed.]; Rio de Janeiro; B.L. Garnier; -1902; Rio de Janeiro; B.L. Garnier;

		-1908; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1910; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia. -1911; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1912; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1914; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1915; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.; -1918; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.;	
	Cons./Parad.	Novo Atlas Universal da infância -1883; [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p]; -1888; [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p]; 1901; 3ª ed.; Rio de Janeiro; H. Garnier.	
	Não Identificado	Tratado Elementar de Geographia physica, politica, e astronômica: composto para o uso das escolas brasileiras.	1870; 1ª ed; Rio de Janeiro; B. L. Garnier
		Compêndio de história sagrada, seguido de uma pequena Geografia sagrada. (obra ordenada por 115 estampas e um mapa da palestina).	1884; [s/ed.]; Rio de Janeiro: B. L. Garnier.
		Resumo de Chorographia do Brazil (revisto, augmentado e adaptado ao novo programa de exames garaes)	1887; 1ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier
Nº de títulos: 07; Nº de Edições publicadas / subentendidas: 43; período de atuação: 1870 a 1934			

Francisco Inacio M. Homem de Melo; Luís Felipe de Saldanha da Gama; Francisco Antônio Pimenta Bueno; Orville Adalbert Derby.	Consulta / Paradidático	Atlas do Império do Brasil ⁸⁸ (Dedicado a Sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II. Destinado á Instrucção Publica no Imperio com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II)	1882; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Paulo Robin e Cia.
		Geographia – atlas do Brasil e das cinco partes do mundo.	-1912; 1ª ed.; Rio de Janeiro; F. Brigueit. -1923; 2ª ed.; [s/l]; [s/p];
	Não Ident.	A Geografia física do Brasil	1884; [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p].
Nº de títulos: 03; Nº de Edições publicadas / subentendidas: 04; período de atuação: 1882 a 1923			
Olavo Freire; Alfredo Oscar de Azevedo May	Consulta / Paradidático	Atlas de Geographia universal e especialmente do Brasil (curso médio e superior – para as Escolas Normaes e Gymnaios)	1901; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
Olavo Freire da Silva (obra aprovada pelo Conselho de Instrução Pública da Capital Federal)		Exercicios cartográficos (seis cadernos): aprovada pelo Conselho Superior de Instrução Pública da Capital Federal.	1903; [s/ed.]; [s/l]; Francisco Alves & Cia.;
		Pequeno atlas de histórica universal: curso elementar para o ensino do primeiro grau	1910; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.

⁸⁸ Em 1868 foi publicado um atlas organizado pelo senador Candido Mendes de Almeida, com este mesmo título destinado a instrução pública do Império como especialidade para os alunos do Colégio Pedro II, disponível no acervo digital de obras raras do Senado Federal.

J. Monteiro; F. de Oliveira; Olavo Freire (revisor)		Novo atlas de Geographia (curso elementar) – todos os mapas coloridos	1912; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia..
		Novo atlas de Geographia (curso médio)	[s/d]; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
		Novo atlas de Geographia (curso superior)	[s/d]; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia.
Francisco Agenor de N. Santos; Olavo Freire (colab. – com os mapas)	Província	Chorographia do Distrito Federal	1907; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Benjamin de Aguilã.
Nº de títulos: 07; Nº de Edições publicadas / subentendidas: 17; período de atuação: 1801 a 1928			

Organização: Angelo (2014).

O procedimento aqui adotado, na busca de conhecer quais sujeitos teriam escrito para os diferentes níveis/destinos a partir do universo de autores catalogados, coincidentemente apontou os nomes daqueles que se destacavam na produção de livros didáticos no período, tanto no que compreende ao número de títulos, quanto no que se refere ao número de reedições publicadas, a exemplo de Alfredo Moreira Pinto, Joaquim Maria de Lacerda e Carlos Novaes. Também foram encontrados nomes de autores com um conjunto de obras com menos número de títulos e de edições, mas que não se trata de ‘nomes menores’, pois também produziram obras de referência, a exemplo do prof. Raul Villa-Lobos o Barão Homem de Melo e Olavo Freire.

Outro aspecto que também se evidenciou no quadro levantando foi a centralidade de publicação das obras ser no município da Corte, não havendo nenhum apontamento para o contexto das províncias/estados. Quanto aos editores, as empresas mais destacadas foram: Francisco Alves & Cia, H. Laemmerte & Cia, B. L. Garnier, com predomínio marcadamente para a primeira. Outras menos conhecidas e que também foram catalogadas são: Typ. de G. Leuzjüger & Filhos; Typ. Mont’Allverne; Serafim José Alves; Paulo Robin & Cia e a Typ. do Commercio, dentre outras também instaladas na cidade do Rio de Janeiro.

Quanto aos títulos apresentados no Quadro 2, ressaltamos que alguns sofreram alterações no decorrer das reedições, sobretudo, em se tratando de obras que tiveram um grande número de reedições. No entanto, optamos por usar o título que mais representou a respectiva obra, a exemplo daqueles se repetiram com mais frequência nas diferentes publicações.

Esses e outros elementos que compreendem a dinâmica material de determinadas obra ao longo de sua ‘vida’, reforça a importância de pesquisas voltadas para a análise da trajetória histórica de determinadas obras, considerando as suas diferentes edições.

Partindo das considerações elencadas anteriormente, seguiremos o nosso texto apresentando uma discussão acerca do lugar social dos autores que compõem o quadro antes apresentado.

Com uma extensa bibliografia publicada no período, não necessariamente com número de edições equivalente, temos o caso do professor Alfredo Moreira Pinto (1847 - 1903), com 15 títulos publicados, entre de 1873 – 1909, apresentando um total de 48 edições publicadas, considerando os quatros volumes da obra *Apontamentos para o dicionário geographico do Brazil*.

O grande número de obras didáticas deixado por este autor contempla os mais diversos aspectos das produções didáticas de Geografia, como: *Cosmographia*, *Geografia Universal e Geral*, *Chorografia*, *Dicionários*, além de livros de orientação específicos para os exames preparatórios e, uma obra destinada à Geografia das províncias. Esta última traz uma geografia detalhada de cada província e um resumo histórico bem elaborado (SANTOS, 2004). Ademais, além de escrever livros destinados à disciplina Geografia, ele também escreveu vários livros para a disciplina História⁸⁹.

Alfredo Moreira Pinto nasceu no Rio de Janeiro, se formou como Bacharel em Letras pelo Colégio Pedro II e atuou como professor de Geografia e História do Curso preparatório anexo à Escola Militar da Corte. Em 1866 ingressou na Faculdade de Direito de São Paulo, mas não chegou a terminar o curso (BARBUY, 2006 *apud* SILVA, 2012). Ele também esteve vinculado à importantes instituições intelectuais e culturais da época, foi sócio da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e do Instituto

⁸⁹ Dentre os títulos destinados a disciplina História, temos: *Compendio de História universal, organizado segundo os últimos programas oficiais para o ensino dessa materia*. 1882 (nova edição), Rio de Janeiro; os livros *Pontos de historia do Brazil... Pontos de história antiga...; Pontos de historia media...; Ponto de historia moderna...*; todos publicados no Rio de Janeiro, a partir da década de 1870 (BLAKE, 1970).

dos bacharéis em Letras, conforme é explicitado na capa do seu livro *Noções de Geographia Geral para uso da infancia* (Figura 20).

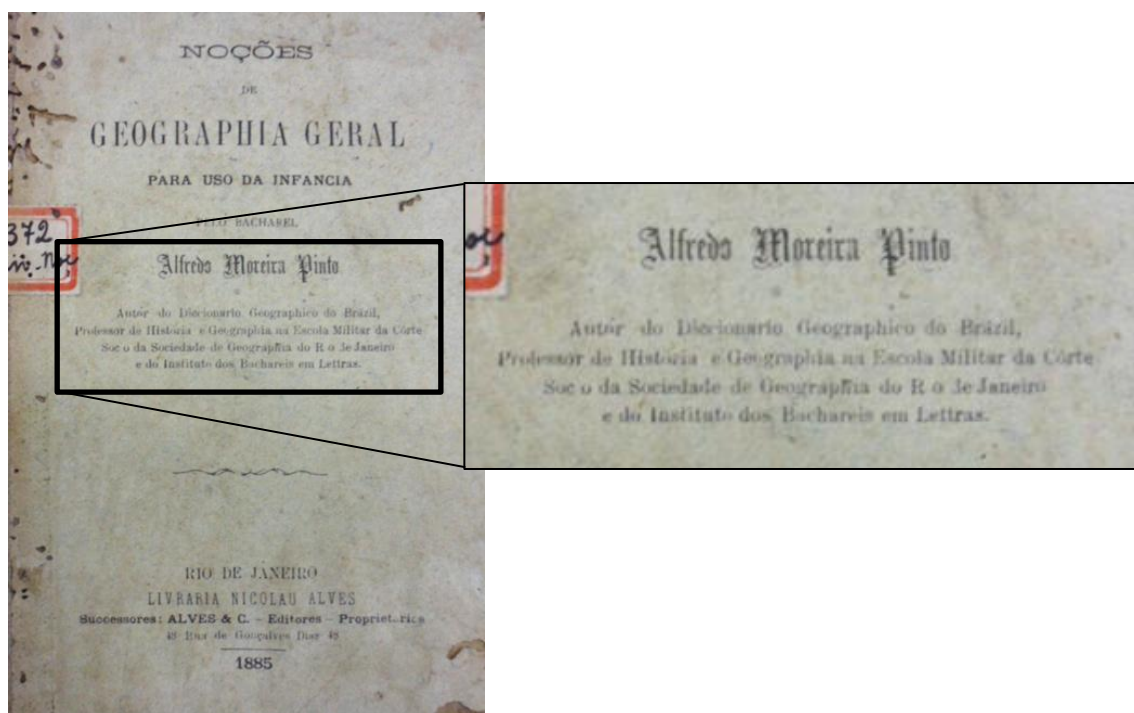


Figura 20: Capa do livro *Noções de Geographia Geral – para uso da infância*, por Alfredo Moreira Pinto, apresentando as credenciais do autor. Acervo: Instituto Histórico e Geográfico do Ceará; Organização: Angelo (2014).

Assim como são explicitadas as informações que visam qualificar a obra, nas capas dos livros também é reservado um lugar para as credenciais do autor, de modo a afirmar a sua figura, sobretudo, quando se trata de importantes intelectuais e professores de renomes.

As obras desse autor foram publicadas no Rio de Janeiro, e, ao que parece, a circulação das mesmas se dava para além do município da corte. Apesar de não recorrermos a relatórios provinciais, que por vez, confirmasse tal hipótese, cabe elucidar que encontramos um exemplar da obra antes referenciada no IHGCE, e outro foi localizado no Gabinete de Leitura de Maruim, em Sergipe (SANTOS, 2004).

As fontes revelam que a obra deste professor ganhou notoriedade, a exemplo, da sua *Chorographia do Brasil, (para uso dos Gymnasios e Escolas Normaes)*, que recebeu premiações nas exposições pedagógicas realizadas no Rio de Janeiro, conforme mostra a folha de rosto da quinta edição da obra, com o objetivo de promovê-la (Figura 21).

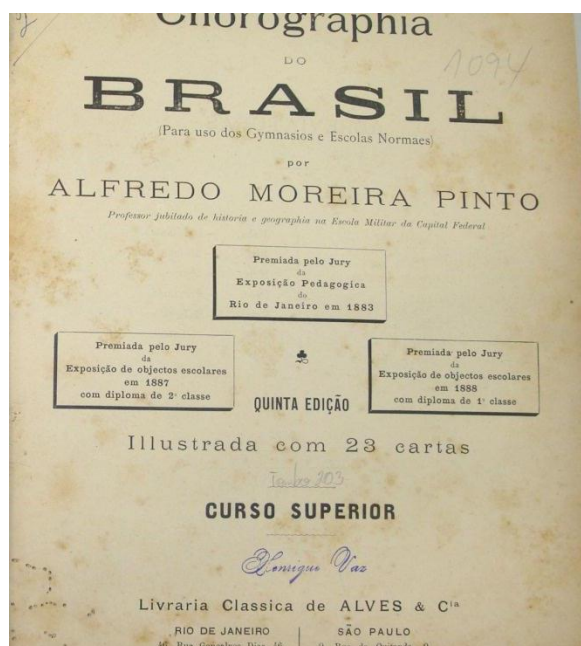


Figura 21: Folha de rosto do livro *Chorographia do Brasil*, por Alfredo Moreira Pinto, estampando que a obra foi premiada pela exposição pedagógica do Rio de Janeiro em 1883, 1887, 1888. Acervo: Biblioteca Paulo Bourroul - FEUSP. Organização: Angelo (2014).

De acordo com Bittencourt (2008), os trâmites que direcionavam a prática de premiações de materiais didáticos nas exposições pedagógicas eram estabelecidos a partir de consórcio entre a empresa privada e o Estado, conferindo substancialmente premiações às editoras mais renomadas, em detrimento daquelas de menor porte. Neste aspecto, as políticas educacionais e interesses econômicos se inter cruzavam, reforçando duas tendências políticas educacionais da época: o projeto de fomento aos modelos de livros impressos no exterior - uma prática não adotada pelas pequenas editoras -, e também, os interesses dos projetos liberais visando estimular uma maior participação do setor privado na educação (BITTENCOURT, 2008).

Contudo, mesmo sendo bem avaliada e premiada, esta obra também não escapou de receber severas críticas, sobretudo, no que compreende a ausência de uma didática e do método adotado pelo autor, como podemos observar no fragmento de um texto publicado na Revista Brasileira:

Em obra destinada ao ensino normal primario, que é o nosso, e ao nosso elementar ensino secundário, são inteiramente impertinentes as descrições geológicas. (17 – 19) integralmente transcriptas da edição brasileira de Wappeus, descrições que mesmo muito dos nossos professores e autores de compêndios de geografia não compreenderão. [...] Das 66 colunas de texto desta parte geral (o livro é em 3 columnas por pagina) mais de metade pelo menos pertencem a Wappeus e aos seus corretores ou ampliadores brasileiros. [...] Todo livro aliás é assim feito de transcrições ou de

simples cabidas e impertinentes em obra didactica e frequentemente mal cosidas entre si. [...] Aliás o trabalho próprio do A. neste compendio é insignificante, quase nenhum mesmo, ou apenas material, de pura transcrição. [...] Um livro didactico, porém, não pôde ser uma simples compilação de textos não destinados primitivamente às aulas, alguns mesmo de ciência fora do alcance não só dos alummos, como até dos professores. Uma obra didática do gênero desta, um livro destinado ao ensino secundario, deve ser antes de tudo uma obra de assimilação perfeita e capaz por sua vez de ser assimilável. O A. desta infelizmente não o entendeu assim e ao trabalho de assimilação preferiu o da cópia, infinitamente mais fácil, mas que tornou o seu livro, um bom e útil a muitos respeitos, indigesto e ruim como compendio. (J. V, 1896, p. 56 – 57).

Após apontar vários elementos de caráter negativo, o crítico, que se identifica apenas pelas iniciais (J.V), destaca as características positivas da impressão gráfica, mas adverte sobre os defeitos dos mapas e dá o seu parecer final destacando a grande valia da obra enquanto um livro de caráter geral informativo sobre o Brasil, mas não enquanto um livro escolar. E ainda ressalta que, diante da pobreza da literatura didática na época, a referida obra, mesmo com infinidade de defeito, ainda se constitui como a melhor “corrigidos que lhe sejam os senões por um mestre sabedor e criterioso” (J. V, 1896, p 57).

Nesse sentido, é importante observar que as críticas feitas a esse autor, provavelmente na época, serviriam uma parte expressiva dos livros didáticos de Geografia destinados ao ensino secundário.

Além de escrever obras didáticas e exercer o magistério, Alfredo Moreira Pinto ainda atuou como jornalista e escreveu outras obras que não se configuram como livro didático⁹⁰. Um republicano assumido e defensor do federalismo, Alfredo Moreira Pinto foi um dos signatários do *Manifesto Republicano*, em 1870⁹¹ e difundia suas ideias no periódico *A Republica*, fonte a qual, não tivemos acesso.

Considerando o seu posicionamento político e a sua influência em diferentes lugares, advogamos que suas ideias não estavam limitadas apenas ao público escolar, inclusive, por que o conjunto de sua obra não se restringiu apenas aos livros destinados ao uso nas escolas apenas. Nesse sentido, uma publicação de referência é a obra *Apontamentos para o dicionário Geographico do Brazil*, composto por quatro volumes.

⁹⁰ Cf. referência: PINTO, Alfredo Moreira. *A cidade de São Paulo em 1900: impressões de viagem*, publicada em 1900, pela Imprensa Nacional.

⁹¹ O texto Manifesto Republicano foi publicado pelos dissidentes do partido liberal, liderados por Quintino Bocaiúva e Joaquim Saldanha Marinho e veio a público em 03 de dezembro de 1870 no primeiro número do periódico *A Republica*, uma propriedade também do Clube Republicano que teve grande circulação no Rio de Janeiro até 1874.

Mesmo classificando-a como um livro didático, reconhecemos que esta obra também trazia características mais abrangentes, servindo de referência para outros leitores, além dos escolares.

É situando este autor no contexto de fortes transformações sociais e políticas a partir da década de 1870 e, considerando os diferentes âmbitos de referência que influenciou sua formação, que devemos fazer a leitura dos seus textos didáticos, entendendo-os como um produto socialmente construído, mesmo que sob os aportes legais e institucionais. Assim, é que Maia (2014) o classifica como: Um republicano convicto e habilidoso que fazia das suas aulas palco de ações políticas contra a monarquia.

Assim como Alfredo Moreira Pinto, Raul Villa-Lobos (1862 – 1889) nasceu no Rio de Janeiro. Durante os seus tempos de escola se dedicou ao estudo de música e ao desenho, mas seguiu formação na área de letras. Ainda no ensino das humanidades auxiliava o diretor como repetidor em várias disciplinas. Iniciou a faculdade de medicina, no município da Corte, mas abandonou para se dedicar ao magistério e foi diplomado pelo Conselho Superior de Instrução Pública, ficando habilitado para ensinar em todas as matérias do curso preparatório. Concomitante ao exercício do magistério, Raul Villa-Lobos também atuou em instituições intelectuais e culturais de referência, trabalhou na Biblioteca Nacional e foi sócio honorário do Instituto dos Bacharéis em Letras, além de ter colaborado com revistas e jornais da época (BLACK, 1970).

Quanto a sua produção de livros didáticos de Geografia, Raul Villa-Lobos não teve grande expressividade quantitativa. A partir da nossa catalogação, ele publicou 04 títulos, com 10 reedições no total. No entanto, o seu conjunto de obras, destinava-se tanto ao ensino primário, quanto ao secundário, além de ter escrito um livro, que incluímos na categoria paradidáticos/consulta, intitulado *Dicionário Geographico – Postal do Brasil*⁹².

Seus livros didáticos ou literários, em geral, eram publicados pelos Irmãos Laemmerte & Cia, havendo, entre ambos, uma boa relação de negociação. Em uma nota introdutória ao leitor, na segunda edição de sua obra *A República em 1890 ou ensaio Chorographico-Historico do Brasil*, o autor enuncia grande apoio dessa editora para

⁹² Obra à venda na livraria Laemmerte & Cia – Editores, conforme anúncio nas primeiras folhas do livro *A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmerte & Cia – Editores, 1890, 2ª ed.

viabilização da obra: “[...] também, máo grado que nos dispensaram os Srs. Laemmert & C.^a, publicando e subsidiando este livro além do seu valor real, sem o que permaneceria entrevolto no pó das gavetas [...]” (VILLA-LOBOS, 1900).

Em uma busca mais detalhada sobre a produção bibliográfica de Raul Villa-Lobos, identificamos, a partir de anúncios de outros escritos do autor, e, também a partir das referências citadas por Sacramento Blake (1970) que ele deixou uma extensa obra contemplando diferentes gêneros e várias temáticas. No campo do ensino, além de escrever livros de Geografia e História⁹³, Villa-Lobos também traduziu uma série de livros com temas na área de economia política e de ciências naturais, os quais compõem a biblioteca do ensino intuitivo⁹⁴.

O ensino intuitivo começou a ganhar força no Brasil com o objetivo de difundir o ensino das ciências nas escolas primárias brasileiras a partir dos debates e reformas propostas nos fins do século XIX. Tais reformas, defendidas por intelectuais e estadistas, a exemplo de Ruy Barbosa, defendiam, em parte, o reconhecimento do papel das ciências na vida cotidiana, no progresso social e nacional, e no desenvolvimento intelectual da criança (LORENZ, 2007).

Mostrando-se conhecedor das inovações pedagógicas no contexto internacional e nacional, o professor Villa-Lobos consultou a coleção original dos *Science primers* (LORENZ, 2007) e contribuiu para a efetivação desses debates no contexto nacional. Ele traduziu, em 1884, do inglês para o português, o texto de Joseph Dalton Hooker (1817-1911), intitulado *Botânica*. Em 1898, traduziu a obra *Zoologia Geral* de H. Beauregard.

Além dos enfoques acima evidenciados acerca da obra do Prof. Villa-Lobos, constatamos que outros aspectos, ainda, caracterizam o seu trabalho e sua atuação enquanto um intelectual envolvido com o movimento artístico e com a memória⁹⁵, além

⁹³ Dentre esses livros temos os títulos: *Pontos de historia do Brasil, coordenados e redigidos de conformidade com o programma geral de preparatórios*, publicada no Rio de Janeiro, com quatro edições (2ª edição:1889; 3ª edição 1891 – resumo didático - e quarta edição 1896 – correta, augmentada); *Epitome da historia do Brasil desde seu descobrimento até a proclamação da Republica por J. P. Xavier Pinheiro* (décima edição correcta, revista e augmentada pelo professor Villa-Lobos. Rio de Janeiro, 1891.

⁹⁴ A Biblioteca do ensino intuitivo é uma coleção de cartilhas de Ciências, publicada na Inglaterra e nos Estados Unidos sob o título *Science primers*, e, subsequentemente, traduzida e impressa no Brasil no final do século XIX.

⁹⁵ Dentre seus trabalhos nessa linha temos *Galeria pittorescade homens celebres* de todas as nações e épocas..., pelo dr. J. Ph. Hanstett, como uma versão ampliada por Villa-Lobos, publicado no Rio de Janeiro, em 1898; *Manual de photographia para os amadores*, por C. Klavy, traduzida do francez por um amador - Villa-Lobos, e publicada em 1890 (VILLA-LOBOS, 1906; BLAKE, 1970)

de dedicar-se aos fatos histórico de caráter políticos e revolucionários, escrevendo *A revolta da armada de 6 de setembro de 1893*, publicada em 1894; *A revolução federalista do Rio Grande do Sul: documentos e commentarios*, publicado em 1897, (ambas identificadas pelo pseudônimo Epaminondas Vilalba); *A inconfidência de Minas e seus efeitos* - monographia premiada pelo Instituto dos bacharéis em letras, publicada em resumo no *Jornal do Commercio*, de 21 de abril de 1899 (BLAKE).

Outra obra de grande importância, já referenciada antes, é o livro *A Republica Brasileira em 1890*, com segunda edição publicada em 1890, contendo correções e ampliações (Figura 22).

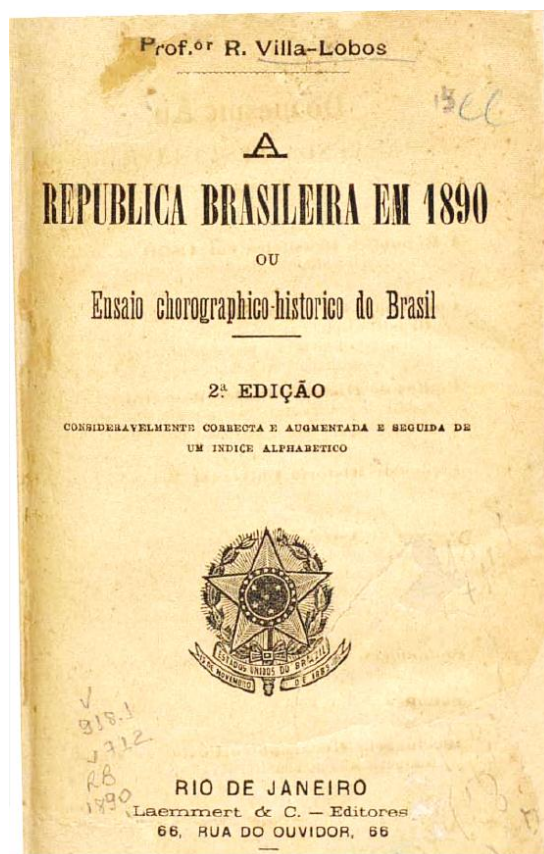


Figura 22: Folha de rosto da 2ª edição da obra *A República brasileira em 1890* ou *Ensaio chorographico-histórico do Brasil* pelo Prof. Raul Villa-Lobos, publicada em 1890 pela Livraria Laemmert & C. Acervo: Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras). Organização: Angelo (2014)

Apesar desta obra não ser didática, acreditamos que a mesma pode ter subsidiado o trabalho de professores dessas disciplinas, ao mesmo tempo em que essa

recebeu contribuições do contexto escolar. Esta evidência pode ser observada nas palavras do autor em nota ao leitor, na segunda edição:

Após o período de quatro anos decorrido em um estudo lucrativo d'este interessantíssimo assumpto, quer aperfeiçoando-o em incessante consulta ás fontes idôneas, quer divulgando-o quotidianamente pelo magisterio, aparece a 2ª edição d'este modesto opúsculo [...] (VILLA-LOBOS, 1900).

No processo de levantamento das obras didáticas de Geografia tivemos acesso apenas à quinta edição de um de seus livros – *A chorographia do Brasil (resumo didactico)*, localizada no acervo da Biblioteca Paulo Bourroul – FEUSP. Em nosso levantamento identificamos que a referida obra foi publicada seis vezes entre os períodos de 1886 e 1906.

Não consta na capa desse livro nenhuma informação sobre o autor e nem mesmo outros elementos que visem engradecer a sua obra, há apenas a informação – *consideravelmente correta e augmentada*. Não consta nota do autor ao leitor e nem parecer de aprovação da obra pelos Conselhos da Instrução Pública. No entanto, há a opinião de oito jornais sobre a 2ª edição da obra. A partir desses pareceres pudemos perceber a emergência da edição, devido à boa aceitação da primeira:

Do Senhor Villa-Lobos, já conhecido por diversos trabalhos didactico, recebemos o “Compendio Elementar de Chorographia do Brasil”. Livro publicado já em 2ª edição, o que prova a grande aceitação que tem tido (*Gazeta de Notas*, 19 de outubro de 1890; VILLA-LOBOS, 1906).

O Sr. Villa-Lobos, moço inteligente e trabalhador, acaba de prestar um serviço aos estudantes de preparatórios com a publicação da 2ª edição de seu “Compendio de Chorographia do Brasil”. [...] A primeira edição exgottou-se com rapidez, tal foi a aceitação que teve (*Gazeta da Tarde*, 20 de outubro de 1890; VILLA-LOBOS, 1906).

Assim como acontece nas capas e folhas de rostos dos livros, vários outros textos que compõem as primeiras páginas dos livros didáticos, a exemplo, dos prefácios e pareceres, também são espaços que visam qualificar o autor e sua obra (SILVA, 2012), tal como podemos observar nos fragmentos abaixo:

O Compendio de Chorographia do Sr. Professor Villa-lobos presta-se na realidade, a ser destinado como o declara na capa do volume, ao uso das escolas de instrução primaria, muito embora haja desacordo entre o autor e outros competentes na materia, em outras obras já publicadas [...]. Contudo, está bem compendiado e é em muito aproveitável para o ensino elementar a Chorographia do Sr. Villa-

Lobos e da qual nos foi remetido um exemplar, que engrandecemos (O Paíz, 24 d outubro de 1890; VILLA-LOBOS, 1906)

Recebemos o “Compendio Elementar e Chorographia do Brasil pelo professor R. Villa-Lobos e, pela leitura e apreciação rápidas que dele fizemos, parece-nos que, relevada uma ou outra inexactidão, ou mesmo uma ou outra apreciação mal cabida, senões de somenos importância, fáceis a serem corrigidos, o ilustrado professor é digno de elogios pelo seu trabalho, e seu bem elaborado Compendio deve prestar incontestável auxilio e proveito á mocidade estudiosa (Tribuna, 12 de outubro de 1890; VILLA-LOBOS, 1906)

Entre os pequenos defeitos que no Compêndio se podem encontrar, que não prejudicarão, entretanto, o seu merecimento, nem minoram a sua utilidade, observamos na distribuição da materia um abuso utilidade, observamos na distribuição da maioria um abuso de tecnologia grega, que as crianças, ás quaes principalmente o livro vai servir, pediram que lhes poupassem (Jornal do Commercio, 30 de outubro de 1890; VILLA-LOBOS, 1906).

Retomando aos elementos de promoção, divulgação e comercialização do livro didático, já discutido nesse trabalho, podemos ainda observar o papel da imprensa no processo de ascensão do livro didático, visando dá credibilidade a este produto cultural, por meio de textos que evidenciam, prioritariamente, os elementos positivos em detrimento dos negativos da obra, e quando estes são apontados, aparecem, de forma genérica, com o cuidado para não desqualificá-la (SILVA, 2012).

Apesar de estarmos com a obra em mãos não adentraremos na análise do conteúdo e da metodologia utilizada pelo autor, tendo em vista que este não fez parte do nosso objetivo (não para o momento), mas sim buscar conhecer a formação e atuação social do autor.

Além dos dois autores analisados, outros dois fazem parte do quadro dos autores que nos propomos a analisar nesta parte do trabalho, Carlos Novaes e Joaquim Maria de Lacerda. A partir de agora nos deteremos a este último, deixando para abordar o primeiro mais a frente, quando formos tratar dos autores que escreveram livros didáticos de Geografia da/para as províncias/estados, tendo em vista que a obra de Carlos Novaes apresenta um aspecto regional, em especial, por ter publicado o livro *Geographia elementar e especial do estado do Pará*.

Em nosso catálogo, Joaquim Maria de Lacerda (1833 – 1886) foi o autor que teve o maior número de obras reeditadas “sem dúvida o maior fenômeno da bibliografia didática de Geografia no século XIX (SILVA, 2012, p. 211). O conjunto de obra de Joaquim Maria de Lacerda traz uma particularidade em relação aos demais autores

analisados. Os seus primeiros livros remontam à década de 1870, e após sua morte em 1886, vários dos seus livros passaram a ser publicados com a participação de revisores e colaboradores até a década de 1930. Dentre os quais, se destacam o seu sobrinho Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro (1855 – 1925), João Batista Ribeiro de Andrade Fernandes - João Ribeiro (1860 – 1934) e Pe. José Severiano de Rezende (1871 – 1931). Este aspecto traz uma maior complexidade para o conjunto da obra desse autor (ou ainda destes autores).

Uma obra que passa por várias edições, de alguma forma, já implica em alterações no seu conjunto, seja nos aspectos materiais e editoriais, seja no conteúdo. No entanto, no caso aqui tratado, essa dinâmica ainda é maior, tendo em vista a intervenção e trabalho de diferentes sujeitos (autores e editores) atuando para a confecção da referida obra, o que evidencia frequentes alterações sofridas pelos títulos e subtítulos, e, em vários outros aspectos.

Do conjunto de obra de Joaquim Maria de Lacerda e de seus colaboradores, o livro de Geografia mais publicado, apontando um total de aproximadamente de 20 edições foi o *Pequena Geografia da Infancia: composta para o uso das escolas primárias*. Neste caso, observamos que em nenhuma das edições houve alterações no título, mas o livro sofreu alterações em sua materialidade, como as informações complementares de apresentação da obra, do editor e de autoria, como se observa nas informações catalográficas e materiais que se apresentam em algumas das edições da obra: 4ª ed. *melhorada com seis cartas coloridas, das cinco partes do mundo, sendo a ultima um lindo mapa do Brasil*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880. 97 p.; 9ª ed. *corrigida e actualizada por Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro*. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1898. 97.p.; [s/ed.] *corrigida e actualizada por João Ribeiro*. Rio de Janeiro. Francisco Alves & Cia, 1910. 116 p.

Apontamos acima os aspectos da materialidade, da editoração e da autoria, mas também, no que se refere aos conteúdos e metodologias, por vários motivos, é possível que essa obra tenha passado por modificações, pois além de considerar a participação dos editores nesse processo, ainda evidenciamos as reformas pedagógicas, as inovações nas orientações do ensino, e ainda, a própria dinâmica da Geografia diante das transformações no tempo e no espaço. A priori, a inadequação destas últimas demandas impede que uma obra didática tenha garantia de aceitação no mercado. No trato dos conteúdos geográficos, Silva (2012), afirma que, nesse contexto, a desatualização dos

livros didáticos de Geografia dava-se devido as grandes alterações nas estatísticas e nas divisões regionais.

No que compreende aos elementos de autoria, considerando, em especial, os quatro colaboradores responsáveis pela escrita e revisões da obra, acreditamos que eles imprimem aspectos particulares às diferentes edições, dado os aspectos de sua formação, dos lugares onde atuavam e do contextos de cada período.

Joaquim Maria de Lacerda, filho de um religioso e militar capitão de mar e guerra, nasceu no Rio de Janeiro, em 1838, e faleceu em Paris em 1886. Formou-se em direito e foi membro da Arcádia de Roma e de várias associações literárias da Europa e dedicou-se aos assuntos da educação, principalmente, nos últimos anos da sua vida, publicando várias obras nesse sentido, inclusive, dedicadas à infância, contemplando as áreas de Geografia geral (e cartografia), História, Matemática (aritmética) e Livros de Leitura em geral (BLAKE, 1970).

Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro(filho), sobrinho e afilhado do cônego Dr. Joaquim Caetano F. Pinheiro (1825 -1876)⁹⁶, nasceu em 1855, na cidade de Campos/RJ. Foi professor de Português e Francês em Niterói, exerceu o cargo de diretor na Secretaria dos Negócios Exteriores. Além de educador, foi poeta, jornalista do periódico *O fluminense*, além de ter se dedicado a tarefa de revisar e ampliar textos para livros didáticos. Dentre este último trabalho, destacam-se as obras de Joaquim Maria de Lacerda e do seu tio – o cônego Joaquim Caetano⁹⁷. Os dados bibliográficos das produções do cônego mostram uma fidelidade deste com a editora B. L. Garnier. A correspondência entre a Garnier e o cônego demonstra certa familiaridade, quando este autor pede apoio financeiro a Garnier para bancar uma viagem de seu sobrinho (provavelmente Luiz Leopoldo) à Europa (BITTENCOURT, 2008).

⁹⁶ O cônego Joaquim Caetano escreveu várias obras de História, Geografia e Gramática, além uma extensa bibliografia de escritos religiosos, dentre outros trabalhos. Alguns de seus trabalhos foram escrito com o pseudônimo Estácio de Sá e Menezes, a exemplo da *Lições elementares de Geographia segundo o methodo Gaultier*, todas publicadas pela Garnier. Sobre esta obra levantamos seis edições, todas publicadas pela Garnier, sendo que a partir da 3ª edição esta obra teve a participação de Luiz Leopoldo como revisor ampliador.

⁹⁷ Este por sua vez, foi um grande literato, deixando uma riqueza bibliográfica composta por várias obras de História, Geografia e Gramática, além de livros de caráter religioso, dentre outros . Alguns de seus trabalhos foram escrito com o pseudônimo Estácio de Sá e Menezes, a exemplo da obra *Lições elementares de Geographia segundo o methodo Gaultier*. Sobre esta obra, levantamos seis edições, todas publicadas pela Garnier, sendo que a partir da 3ª edição, contou com a participação de Luiz Leopoldo como revisor ampliador. Estas informações catalográficas tiveram como base o levantamento da bibliografia didática de Geografia (1814 – 1930) apresentada por Silva (2012).

No que confere as obras didáticas de Geografia escritas por Joaquim Maria de Lacerda e revisadas por Luiz Leopoldo, também identificamos que eram publicadas pela Garnier. Já aquelas revisadas por João Ribeiro foram publicadas pelo editor Francisco Alves, inclusive pode ser identificada uma relação de amizade e cumplicidade entre ambos, conforme mostra um depoimento de João Ribeiro:

O que Alves estimava em mim era a minha vontade de trabalhar... Contribui com muito mais do que uma “gota d’água” para sua caudalosa fortuna. Das 150 edições dos meus livros didáticos correram e correm ainda muito perto de um milhão de exemplares. Mas [...] tudo isto foi obra do editor... Em mãos de outros ou nas minhas, gramáticas e compêndios nada valeria e disso fiquei certo por algumas experimentações decisivas. Era o editor com seu serviço admirável de propaganda... Ele pagava o trabalho e em melhores condições que outros quaisquer... Era dedicado, pronto, fiel, exato e liberal (*apud* HALLEWELL, 2005, p. 286)⁹⁸

Ainda sobre a atuação desses dois sujeitos na sobrevivência da obra de Joaquim Maria de Lacerda, observamos que, enquanto Luiz Leopoldo foi responsável pela reedição de vários títulos deste autor, João Ribeiro atuou apenas na obra *Pequena Geografia da Infancia: composta para o uso das escolas primárias*. Um fato curioso é que as nove primeiras edições deste título foram publicadas pela Garnier, sendo as três primeiras de autoria única de Joaquim Maria de Lacerda e as seguintes revisadas por seu sobrinho. A partir da edição de 1908, esta obra passou a ser publicada fielmente pela Francisco Alves, tendo como revisor João Ribeiro⁹⁹. Ao que parece a aproximação de Luiz Leopoldo com a obra de Joaquim Maria de Lacerda foi estabelecida por influência do seu tio (o cônego Joaquim Caetano), estes contemporâneos, comprovincianos e com influências religiosas, produziram e divulgaram a História sagrada através dos seus livros didáticos (BITTENCOURT, 2008).

Já João Ribeiro é oriundo de outro contexto sócio espacial, nasceu em Laranjeiras/SE, em 1860. Filho de uma família sem recurso e órfão de pai muito cedo, mudou-se para o Rio de Janeiro com o objetivo de continuar seus estudos, onde diplomou-se bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais. Foi literato, jornalista, filólogo e historiador, mas se destacou pelo exercício do magistério em escolas particulares, públicas e catedrático do Ginásio Nacional (Colégio Pedro II) como professor de

⁹⁸ João Ribeiro, “uma Recomendação Pessoal”, no jornal *O Imparcial*, 2 de julho de 1917.

⁹⁹ Informações catalogadas a partir de Silva (2012). Aqui cabe salientar que, apesar do grande número de reedições levantadas por esta autora, talvez não esteja listadas todas as publicações existentes da obra, e ainda, alguns dados como o número das edições, não aparecem, dentre outras informações que levantam dúvida.

História (SILVA, 2008). Dada a sua grande experiência com o ensino escreveu várias obras de História, trazendo contribuições inovadoras para o ensino dessa disciplina, tal como constatou Bittencourt e Gasparello, segundo Reis (2012).

O terceiro que atuou nas obras de Lacerda foi Pe. José Severiano de Rezende (1871 – 1931), natural de Minas Gerais, um importante literato, padre, jornalista e cronista, inclusive, tendo publicado textos de caráter geográfico (LIMA JUNIOR, 2002). A participação deste sujeito na obra de Joaquim Maria de Lacerda foi pequena, revisando e publicando apenas uma edição da obra *Curso Methodico de Geographia physica, política, e astronomia: composto para o uso das escolas brasileiras* – edição melhorada pelo padre. Assim como aconteceu para os outros revisores da obra de Lacerda, não levantamos nenhuma outra produção didática de autoria principal desses para o ensino de Geografia. O Pe. José Severiano nunca atuou como professor dessa disciplina, aspecto este, questionado por Lima Junior (2002) ao se dedicar a sua biografia.

Em síntese, podemos observar que a obra de Lacerda alcançou um longo período de circulação, sendo trazida a público por diferentes sujeitos que deram vida aos seus escritos até a década de 1930.

Dentre as obras deixadas por Lacerda, além dos títulos destinados ao ensino primário e secundário, também publicou, em 1883, o Atlas universal de Geografia para uso das escolas e instrução do povo, compreendendo 32 mapas, primorosamente gravados e coloridos de todos os países do mundo. Este recebeu mais duas edições com um novo título Atlas Universal da Infancia, revisado por Luiz Leopoldo.

Ainda no que concerne às produções geográficas de caráter cartográfico sob a forma de Atlas, no período em estudo, vários outros livros didáticos foram publicados conforme pode ser observado no Apêndice 3. Entre essas obras destacam-se, de forma significativa, as publicações de autores como Francisco Inácio Marcondes Homem de Melo¹⁰⁰ (1837 - 1918) e J. Monteiro e Olavo Freire (1869 - 1889).

Nesse aspecto, um trabalho representativo do fim do século XIX, foi o atlas organizado por Barão Homem de Melo, Claudio Lomelino e Carvalho¹⁰¹ e Francisco

¹⁰⁰ Ao se destacar como professor, estadista e parlamentar, recebeu do governo imperial o nobre título de barão Homem de Melo.

¹⁰¹ Não encontramos nenhuma informação sobre este autor.

Antônio Pimenta Bueno (1836 – 1888)¹⁰², editado por Paulo Robin, já citado antes neste trabalho. Esta obra foi publicada em 1882, no Rio de Janeiro, intitulada *Atlas do Império do Brasil: destinado á Instrucção Publica no Imperio com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II* e dedicado a Sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II¹⁰³.

O Barão Homem de Melo é considerado um dos expoentes da Geografia, conforme retrata a revista do IHGB, publicada em 1942 em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, intitulada *Vultos da Geografia do Brasil*. A sua formação seguiu a trajetória dos seus contemporâneos: formou-se em direito, mas rumou para a política e para o magistério. Foi condecorado por ser um dos precursores do estatuto de uma Geografia nacional, figura marcante para as reformas na metodologia do ensino desta disciplina e, por caracterizar-se como um cientista explorador e um cartógrafo¹⁰⁴, já que trabalhou para tornar o território nacional conhecido (BRASIL, 1942).

A presença da cartografia no século XIX revela a preocupação em orientar a interpretação do espaço geográfico, em especial, os traçados geográficos, históricos e administrativos do Brasil¹⁰⁵.

Nas últimas décadas do século XIX e início do XX, as representações cartográficas ganham destaque, dentre outros motivos, devido às novas orientações pedagógicas que defendem o estudo da cartografia a partir do método intuitivo, de modo

¹⁰² Francisco Antônio Pimenta Bueno nasceu em Cuiabá em 1836 e faleceu no Rio de Janeiro em 1888. Formou-se em ciências jurídicas e matemática. Foi sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, um estadista e major do corpo de estado maior de primeira classe, recebendo diversos títulos como: oficial da Ordem da Rosa, cavaleiro da Ordem de Avis e da Ordem do Cruzeiro, dentre outros títulos notáveis. Desenvolveu diversos trabalhos de caráter geográfico e histórico, sobre relatórios e demais publicações referentes às províncias de São Paulo, Ceará e Mato Grosso, a exemplo: História da província do Matto Grosso e uma Carta desta mesma província, organizada em 1880 (BLAKE, 1970).

¹⁰³ Este atlas é a segunda grande obra cartográfica durante o império. Em 1868, já havia sido publicado um Atlas com o mesmo título, organizado pelo então senador do Império Candido Mendes (1818 - 1881), impresso pela tipographia do Instituto Philomathico. A oficina do Instituto Philomathico foi fundada por Candido Mendes, especialmente para imprimir seu Atlas, funcionava a todo vapor. Além desta, a oficina tipográfica de Kögel & Shwestka, por exemplo, também localizada no Rio de Janeiro, se dizia especialista em impressão de mapas (CAVENAGHI, 2010).

¹⁰⁴ Além de ter colaborado com o *Atlas do Imperio do Brasil*, publicado em 1882 e reeditado em 1889, também publicou outras obras deste gênero, como mostrado no quadro 2. E ainda o *Atlas do Brazil*, de autoria do Barão Homem de Melo e do Dr. Francisco Homem de Melo, publicado em 1909, pelos editores F. Brigueit & Cia.

¹⁰⁵ Acerca da produção cartográfica no Brasil Império, Cavenaghi (2010), ainda lembra que antes dos trabalhos dos editores referenciados, o Arquivo Militar e a Imprensa Régia, prepararam e imprimiram mapas cartográficos desde a primeira década dos oitocentos.

a aproximar os alunos dos conceitos mais abstratos, sobretudo, por meio de exercícios práticos. Concomitantemente, as técnicas de impressão ganham novos elementos, permitindo a inserção mais constante de mapas e cartas nos livros didáticos do período, inclusive, com imagens coloridas e com contorno mais delineado.

Olavo Freire, um dos expoentes desse tipo de publicação, nasceu no Rio de Janeiro, foi professor da escola Normal e da Casa S. José. Ganhou visibilidade pelo exercício do magistério e pela sua atuação no ensino de Geografia, sobretudo, por ser um grande difusor de novos elementos metodológicos a partir das concepções do ensino intuitivo. Além dos trabalhos cartográficos, Olavo Freire, também escreveu livros para outras áreas, contemplando os temas de aritmética, do desenho e da caligrafia¹⁰⁶.

Ao que podemos perceber o trabalho desse autor professor ganhou notoriedade no período. Não dispomos de informações sistemáticas que indicam a dinâmica da circulação da sua obra pelo território nacional, mas nosso levantamento mostrou que seu vínculo editorial foi com a Livraria Francisco Alves. Esta, por sua vez, não investia em trabalhos “pequenos”, além ter a capacidade de estabelecer vários vínculos com o objetivo de divulgar o seu produto, inclusive, em periódicos oficiais, como no caso da *Revista Pedagógica*, editada regularmente por essa casa comercial. Por outro lado, Olavo Freire, ainda, tendo estabelecido laços de amizade com o diretor deste periódico – Menezes Vieira¹⁰⁷, e por ser o conservador deste periódico, usufruía de vantagens na divulgação do seu material, tendo em vista que uma das funções dessa revista era “publicar o catálogo dos materiais e livros aprovados para o uso das escolas públicas primárias que, em princípio, eram renovados no início de cada ano” (BITTENCUORT, 2008, p. 87).

No contexto de São Paulo sua obra também foi divulgada por meio de impressos pedagógicos, como mostra o fragmento de texto de uma resenha publicada na revista *A Escola Pública*¹⁰⁸:

¹⁰⁶ Essas obras estão catalogadas no banco de dados da Fundação da Biblioteca Nacional (Brasil) e da Biblioteca Nacional de Maestro (Argentina).

¹⁰⁷ Olavo Freire nasceu em uma família humilde, órfão de pai muito cedo, matriculou-se no Colégio Meneses Vieira, dirigido pelo Educador José Meneses Vieira, de quem recebeu valiosa proteção, que além de ampará-lo na orfandade, influuiu de modo decisivo na sua formação intelectual e moral (REVISTA BRASILEIRA DE GEOGRAFIA, 1941, p. 715)

¹⁰⁸ Esta revista circulou entre 1893 – 1897, editada por iniciativa de um grupo de professores, sofre várias interrupções e em alguns momentos conta com o apoio do Estado (CATANI, 1996).

Da livraria Civilização, dos srs. Carlos & Silva, recebemos um exemplar do pequeno livro recentemente publicado por essa casa editorial ‘As crianças e os animais [...]’.

Dos conhecidos livreiros Alves & Cia estabelecidos com casa filial nesta capital *recebemos uma coleção de sete cadernos de desenho para o curso elementar, organizados pelo inteligente e incansável Olavo Freire* (A *Escola Pública*, 1896, p. 62-64, *apud* BITTENCOURT, 2008, p. 88 - grifo nosso).

Em referência a circulação da obra de Olavo Freire em outras províncias, identificamos que a sua obra foi relacionada na lista de materiais solicitados pelos professores ao Diretório Geral da Instrução do Pará¹⁰⁹, contudo não sabemos se os pedidos foram atendidos. O levantamento feito por Gomes (2006) acerca dos livros oficialmente adotados nas escolas primárias amazonenses (1852 – 1910), aponta três títulos deste autor, os quais foram adotadas nas escolas entre 1898 e 1909, dentre eles, consta um livro de Geografia: o livro *Mapas do Brasil e das cinco partes do mundo*, adotada oficialmente em 1905.

Em linhas gerais, podemos dizer que os autores analisados neste tópico tiveram grande atuação nos fins do século XIX, se estendendo até, aproximadamente, os primeiros anos da década de 1910, com exceção do Joaquim Maria de Lacerda, que teve seus livros editados até a década de 1930, e ainda, o caso do Carlos Novaes, que também teve seus livros publicados até 1931.

A partir do nosso catálogo, identificamos que, no contexto de transição entre as décadas de 1910 e 1920 entram em cena novos nomes que tiveram suas primeiras publicações nesse período, daí termos incluído em nosso levantamento, mas que ganharam mais expressividade nas décadas posteriores, como por exemplo, Mario da Veiga Cabral (1894 - 1973), que continuou publicando livros até a década de 1960, Manoel Said Ali Ida (1861 – 1953) e Carlos Miguel Delgado de Carvalho (1884 -1980).

No entanto, ainda cabe ressaltar que, nesse contexto, enquanto alguns se destacaram pela vasta produção didática, outros ganharam notoriedade, não necessariamente como escritor de livros didáticos, mas, em princípio por trazer para o ensino de Geografia novas discussões teórica, metodológicas e epistemológicas oriundas do meio científico e acadêmico. Nesse aspecto, ganham centralidade os nomes de Said Ali Ida e Delgado de Carvalho.

¹⁰⁹ Busca feita por Coelho (2008) em documentos avulsos do Arquivo Público do Estado do Pará. Requisição de artigos escolares (1923 -1926)

O primeiro atuou como um professor de Geografia e foi um estudioso da ciência geográfica, mas foi lembrado, sobretudo, a partir de seus estudos linguísticos. Este autor trouxe, no contexto da primeira década do século XX, importantes elementos de caráter teórico e de método para a Geografia escolar a partir da publicação do seu livro didático *Compêndio de Geografia elementar*, em 1905. Este, ainda insere, pela primeira vez, em um livro didático de Geografia, elementos inovadores sobre a regionalização do espaço brasileiro, associando os traçados federativos dos estados à outros critérios de atividade econômica, dentre outros elementos, inserindo a região na literatura didática, o que o autor chamou de “zona geográfica” (SILVA, 2012). O segundo, além de incorporar novos elementos à proposta de regionalização apresentada pelo primeiro, também apresentou uma série de discussões teóricas metodológicas para o ensino dessa disciplina, tendo recebido atenção dos pesquisadores da história da Geografia escolar e da didática da Geografia.

Nesse contexto, ainda lembramos que, novos elementos constitutivos do estatuto da disciplina Geografia se delineiam a partir do movimento de implementação de uma Geografia acadêmica, associada às novas demandas metodológicas no seio do movimento da escola nova, apontando um novo perfil de autores especialista na área e, em tal tarefa, a partir dos estudos acadêmicos dos superiores de formação de professores de Geografia.

Ponderando as informações levantadas acerca da formação e atuação dos autores analisados entre as últimas décadas do século XIX e primeira década do século XX, seja pelas informações que compõe as capas e/ou partes dos livros que manuseamos, seja ainda por outras fontes e bibliografias consultadas, pudemos observar uma diversidade de sujeitos quanto à formação e atuação sócio profissional, com centralidade para aqueles que estabeleciam uma relação direta com a escola, como o ensino dessa disciplina e/ou com produção do conhecimento dessa disciplina em outros âmbitos institucionais governamentais, intelectuais e culturais.

Nessa perspectiva, nosso levantamento nos direciona a pensar a escola, e consecutivamente, a Geografia escolar, a partir dos diferentes setores da sociedade e dos diferentes sujeitos que a construíram a partir de uma identidade social, estabelecendo uma “rede de compromissos, das expectativas e dos laços de reciprocidade que a vida em sociedade lhes impõe” (CERUTTI, 1998 *apud* GASPARELLO & VILLELA, 2009, p. 42). Apesar de muitas vezes, fazerem parte do mesmo círculo social e intelectual,

esses sujeitos ainda guardam traços particulares resultantes de sua formação e/ou do lugar de origem, faz-se necessário pensá-lo a partir de uma perspectiva relacional, ou seja:

Uma perspectiva, portanto, na qual o processo social que se efetiva está no centro da análise, na medida em que se preocupa em definir a experiência e o interesse dos atores no interior dos vínculos sociais, já “o percurso dos indivíduos no interior de diferentes meios – a família, o trabalho, a vida social – desenha seu horizonte social” (CERUTTI, 1998 *apud* GASPARELLO & VILLELA, 2009, p. 42).

No que compreende a formação específica dos autores, apesar da ausência de um curso de formação de nível superior na área, mesmo assim, havia uma preocupação, por parte dos autores, em afirmar que detinham conhecimento na área, tal como pudemos observar nas capas das obras. Neste aspecto, Maia afirma:

A autoidentificação, por parte dos autores, que adjetivavam determinada disciplina, demonstra uma preocupação com o campo ou área a que se vinculavam. Assim, embora não houvesse a formação acadêmica na área de Geografia, existiam professores para ensinar essa matéria e tinham clareza do significado da disciplina (MAIA, 2014, p 85).

Como exemplo, pudemos observar, dentre outros casos, as seguintes autoidentificações, as quais, Maia (2012) também fez referência, trazemos as enunciações: Candido Mendes de Almeida, na introdução do seu *Atlas do Império*: “Cultivamos em outra época a Geographia, ocupando por espaço de 14 annos uma cadeira desta disciplina no Lycêo de nossa província natal, a do Maranhão [...]” (1868, s/p); Thomaz do Bom-Fim Espindola que afirmou em 1871, na folha rosto de seu manual escolar: “*Geographia Alagoana ou descripção physica, politica e historica da província das Alagoas*” ser lente catedrático de Geografia, história e cronologia do Liceu de Maceió.

As referências feitas ao autor, enquanto professor de Geografia (e em vários casos de História), inclusive, indicando a respectiva instituição, era muito comum na época, sobretudo, nas capas dos livros, a exemplo da imagem do livro do Prof. Alfredo Moreira Pinto (Figura 23). Ainda, observamos que, mesmo quando esta informação não aparece estampada na capa, é referenciada com frequência nos textos que compreendem as primeiras folhas do livro, a exemplo, dos pareceres da opinião da imprensa sobre a obra. Pudemos observar um caso deste na segunda edição livro *Lições Chorographia do Brasil*, de Horacio Scrosoppi, publicada em 1911 (Figura 23).

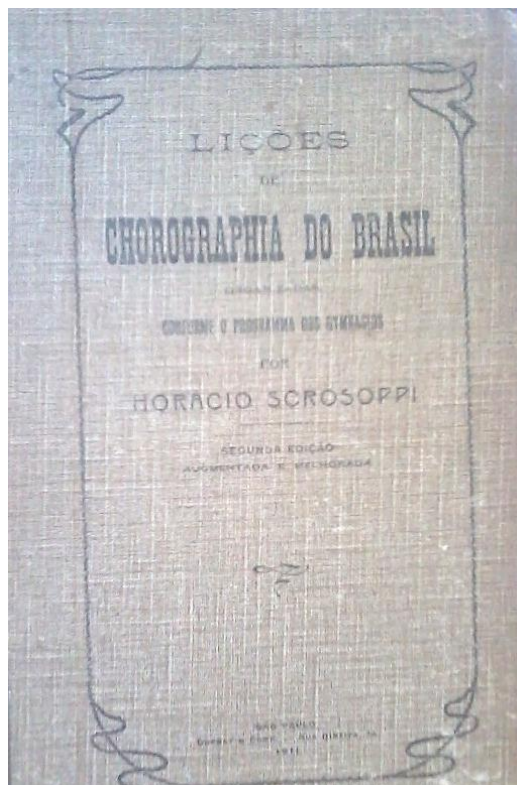


Figura 23: Capa do livro *Lições de Geographia do Brasil*, por Horácio Scrosoppi. Acervo: Profa. Maria Adailza. Organização: Angelo (2014)

Apesar da capa do livro não trazer informação sobre a sua atuação no exercício do magistério, nos pareceres da imprensa, que compreendem o livro, o autor é anunciado constantemente como professor.

Considerando o contexto espacial e temporal retratado nesta pesquisa, e ampliando para todo o período imperial, as ideias sobre a unidade do território e a construção da uma identidade nacional, são preocupações primeiras entre os políticos, estadistas, intelectuais e educadores. A nossa análise sobre os autores de livros didáticos produzidos no lugar central destas discussões, ou seja, no Rio de Janeiro, evidenciou uma multiplicidade de sujeitos pertencentes a diferentes âmbitos sociais e culturais, com diferentes formações e atuações, inclusive, nos cargos políticos de renome no governo imperial.

Neste aspecto, apesar de entender o livro didático como um material lucrativo e atrelado à lei do mercado, ao nos remetermos aos autores (e também aos professores-autores) de livro didático dessa disciplina, incluindo também o ensino de História e Leitura, acreditamos que os interesses que estimularam os múltiplos sujeitos para o

ofício de escrever livros didáticos ultrapassavam as questões de ordem econômicas, de forma que eles visavam também buscar representar uma sociedade segundo uma época e um local (CHOPPIN, 2004) e determinados interesses dos diversos grupos sociais.

Nesse sentido, e considerando o contexto aqui retratado, Bittencourt traz a seguinte reflexão acerca da circulação dos livros didáticos:

A circulação dos livros escolares superava todas as demais obras de caráter erudito, possuindo um status diferenciado e, até certo ponto, privilegiado, considerando-se que a sociedade se iniciava no mundo da leitura. Esse poder de penetração explica, em parte, por que autores eruditos, em número significativo, utilizaram a literatura escolar para divulgar o trabalho deles (BITTENCOURT, 2008, p. 83).

A partir dos livros didáticos, esses sujeitos também visavam divulgar seus ideais políticos, pedagógicos e científicos por meio de palavras, as quais não são unicamente um reflexo do lugar, mas constituindo-se em instrumentos que produzem e que transformam a realidade (GASPARELLO & VILLELA, 2009, p. 42).

As ideias educacionais, e consecutivamente, a produção dos livros didáticos no Brasil durante o período oitocentista e as primeiras décadas da República pautavam-se no ideário iluminista europeu e visava formar um corpo docente capaz de conduzir o ensino e o esclarecimento dos conhecimentos pertencentes às disciplinas, tal como defendeu Condorcet. As ideias do filósofo francês ganhou destaque no meio intelectual brasileiro, dada a necessidade de constituição de um corpo docente leigo, assemelhando-se a realidade francesa (BITTENCOURT, 2008).

Os debates acerca do nacionalismo patriótico, ou seja, a preocupação em difundir conhecimentos acerca da conquista do Brasil, da língua nacional, dos heróis e do território, levou o Estado a incentivar uma produção local capaz de auxiliar a formação do “sentimento nacionalista” sem deixar, entretanto, que futuras gerações de letrados perdessem o sentimento de pertencer ao mundo civilizado ocidental (BITTENCOURT, 2008, p. 32).

A partir desse contexto histórico e educacional discutimos nos tópicos anteriores alguns elementos que direcionaram a produção e a circulação dos livros didáticos produzidos no período, evidenciando os sujeitos envolvidos nesse processo, destacando os autores. No entanto, nosso olhar esteve voltado para os livros destinados às escolas em geral, com direcionamentos para serem adotadas em todo o território nacional, sejam elas as cosmografias, as geografias ou mesmo os atlas. Ainda, consideramos as

produções de diferentes níveis e gênero didático, e consecutivamente, tratamos de um conjunto de autores, e com isso, nos arriscamos a trazer uma discussão abrangente. Tal direcionamento originou-se a partir do grande número de obras didáticas publicadas no período e a emergência de vários sujeitos atuando na escrita, editoração e divulgação desse material.

O conjunto de obras e autores discutido até o momento evidencia uma centralidade da produção e de sujeitos atuando no Rio de Janeiro, ou seja, no centro das principais instalações governamentais, científicas e culturais, a exemplo, do Colégio Pedro II, da SBG, do IHGB e de outras instituições científicas e culturais de referência, instaladas no município da corte, criadas estrategicamente, antes de qualquer outro motivo, com o objetivo de construir uma memória e uma identidade nacional.

No entanto, acreditamos que para entendermos a constituição da Geografia escolar, dos materiais didáticos voltados para esta disciplina e dos sujeitos que produziram e imprimiram a história dessa disciplina, faz-se necessário lançarmos um olhar para além do centro e dessas instituições de referências. Nesse sentido, consideramos pertinente, em nosso levantamento, ampliarmos nosso recorte espacial para além da região central, evidenciando a contribuição da Geografia produzida e ensinada nas diferentes províncias/estados, tal como propõe Albuquerque (2012) e Maia (2014).

Conforme já mencionamos antes, no nosso catálogo encontra-se um grande número de livros didáticos regionais, produzidos no contexto das diferentes províncias/estados. Nesse sentido, essa produção constitui particularidades específicas no que compreende uma série de elementos, para além da seleção dos conteúdos dado o recorte espacial de cada província/estado, apontando especificidades também na dinâmica da produção, dos editores, dos autores, dentre outros aspectos. No entanto, também ressaltamos que em outros aspectos mais gerais, ressaltamos a existência de pontos comuns entre as produções regionais e as demais produções, a exemplo, das relações estabelecidas entre a produção didática e o poder instituído e a afirmação do ideal nacionalista de conhecimento e pertencimento ao território.

Mesmo não sendo possível, para o momento, aprofundarmos sobre os elementos acima evidenciados, mas considerando o grande número de obras publicadas no período por nós catalogados, no tópico seguinte discutiremos alguns elementos históricos e educacionais acerca do contexto e do papel das províncias no processo de escolarização

da nação brasileira, visando traçar um mapeamento das produções didáticas de Geografia de caráter regional e compreender o papel de seus autores nesse contexto.

4.3 - Livros didáticos de Geografia das/para as províncias/estados: elementos históricos e educacionais para a uma espacialização do fenômeno

No que confere ao conjunto de obras de Geografia regional, catalogamos um total de 52 títulos escritos por 43 autores diferentes, compreendendo um total de 133 edições publicadas¹¹⁰.

Nesta pesquisa, a classificação das obras didáticas de Geografia regional, leva em consideração alguns elementos que direcionam tais publicações, especificamente, para o contexto das província/estado. Destacamos, em primeiro lugar, as obras que compõem o apêndice 5 deste trabalho, as quais tratam especialmente dos estudos geográficos e/ou corográficos e históricos de uma determinada província/estado, mesmo quando acompanhados dos assuntos de Geografia Geral e do Brasil, apontando tal direcionamento explicitamente no próprio título, como os exemplos: a) *Geographia da Provincia do Rio Grande do Sul*; b) *Pequena chorographia da província do Pará*; c) *Geographia do Estado de Minas Geraes - Seguida de Noções de História do mesmo estado*; d) *Elementos de Geographia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco*.

Em segundo lugar, incluímos em nossa classificação como obras de Geografia regional os livros que, por vez, deixam pistas quanto à destinação do local da obra a partir de outros elementos textuais presentes na capa e/ou em outras partes do livro, como por exemplo: a) *Geographia Ementar: (adoptado nas aulas publicas do Estado do Rio Grande do Sul)*; b) *Pontos de Geographia (de acordo a última Reforma de Ensino em Minas e o Novo Programama Official)*; c) *Elementos de Geographia e Cosmographia – (oferecidos à mocidade alagoana – (apêndice 6)*. Nestes casos, fica subentendido que se trata dos diferentes aspectos da Geografia considerando outros contextos espaciais, para além do local ao qual se destinou a obra.

¹¹⁰ Esse quantitativo de edições levantadas refere-se aos livros publicados dentro e fora do recorte enfocado nesta pesquisa. Também está incluso neste número as reedições que não conseguimos localizar, mas com publicação subentendidas, dado o levantamento a partir da 2ª edição, e também, a partir intervalo entre as reedições localizadas.

E, por último, faz parte desse conjunto de obras regionais, aquelas publicações que, apesar de não está direcionada para uma determinada província/estado explicitam em seus títulos a especificidade no trato dos conteúdos geográficos referentes às diferentes regiões do Brasil como um todo, a exemplo de algumas publicações que surgiram nesse contexto de exploração e valorização da geografia das diferentes regiões no Brasil, como a *Geographia das Provincias do Brazil*, (1883), *Estados da República: para o estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normaes*, (1911) (Apêndice 7).

Outro elemento que também consideramos importante para classificar uma obra como regional, está associado aos locais de publicações das mesmas, e somando a isto, o fato de o autor da obra ser natural da região (ou província/estado). No entanto, não utilizamos este critério como direcionador para nossa classificação, por identificarmos que estes últimos casos, contemplam, de forma geral, os tipos de publicações antes apresentadas.

Ponderando o recorte temporal enfocado nesta pesquisa, falar sobre os livros didáticos de Geografia destinados ao ensino dessa disciplina nas diferentes províncias/estados, também implica em uma questão acerca de recorte espacial. Como já explicitamos antes, nesse caso estamos nos referindo àquelas publicações que trazem prioritariamente, ou especificamente, a apresentação e/ou descrição dos elementos geográficos, corográficos (e por vezes históricos) das/para as províncias/estados, considerando os limites administrativos, tal como era tratado os recortes regionais do Brasil na época.

Considerando os diversos domínios da noção de região Gomes (2009) ressalta que o entendimento desta enquanto divisão administrativa tem sido bastante comum. Daí essas obras serem classificadas como publicações regionais. No entanto, aqui cabe ressaltar que, na verdade, essa forma de dividir o território não compreende os elementos constitutivos e delineadores do método regional, tal como compreende as discussões no âmbito da ciência geográfica, inclusive, considerando os debates existentes no Brasil acerca do conceito de região na época¹¹¹.

O conceito de Região para a geografia especifica-se “pelo fato desta procurar na distribuição espacial dos fenômenos a caracterização de unidades regionais” (GOMES,

¹¹¹ Sobre as discussões em torno das propostas de divisão regional para o Brasil no contexto da segunda metade do século XIX e primeira metade do século XX ver GUIMARÃES, Fábio de Macedo Soares. *Divisão Regional do Brasil*. In. Revista Brasileira de Geografia / Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ano 1. n. 1 (1939, jan./mar.). Rio de Janeiro: IGBE, 1939.

2009, p. 59). O debate sobre o conceito de região é múltiplo e complexo, envolvendo diferentes elementos que se apresentam no espaço, sejam eles naturais, históricos, socioeconômicos, políticos e culturais. Não é nosso propósito aqui trazer uma discussão aprofundada sobre o conceito de região, mas cabe, ainda, a partir da reflexão proposta por Gomes (2009), pensar a região a partir de um conceito que funda uma reflexão política de base territorial, de modo a colocar em jogo comunidades de interesse identificadas a certa área, evidenciando traços essenciais do “fundamento político, de controle e gestão do território” (GOMES, 2009, p. 73). E, finalmente, ela é sempre uma discussão entre os limites da autonomia face a um poder central.

Tal pensamento nos remonta ao contexto construção do Estado nação brasileiro durante o século XIX, evidenciando as discussões a respeito da construção da unidade territorial e do papel das províncias frente a este projeto nacionalista¹¹².

Diante dessas discussões, corroboramos com o pensamento de Dolhnikoff, (2003), pois entendemos que as províncias construíam seus âmbitos de articulação local, mas com representação no poder central, sobretudo, em se tratando dos grupos liberais.

Trazendo esta discussão para o contexto educacional, mas especificamente para o ensino de Geografia, evidenciamos a dinâmica em torno da produção de seus livros didáticos no espaço das províncias e os sujeitos responsáveis por promover essa dinâmica e, por constituírem uma Geografia voltada para a exploração do local, mas situando-o no contexto nacional, difundido um nacionalismo patriótico nos fins do século XIX e início do século XX.

¹¹² Em linhas gerais, a literatura acerca dessa temática tem defendido duas teses que se opõem. De um lado, ficou consagrada a clássica defesa de que a sustentação da construção do Estado nação e da unidade do território brasileiro só foi possível a partir de imposições e controle do governo central frente às elites regionais (CARVALHO, 1981 *apud* DOLHNIKOFF, 2003). Ou ainda, a partir de uma elite dirigente senhorial (os saquaremas) em torno da corte (MATTOS, 1987 *apud* DOLHNIKOFF, 2003), ambos defensores de um projeto nacionalista, em contraposição às elites regionais, compostas por conservadores e defensores de projetos localistas sem articulação com o governo central. Por outro lado, a tese acerca da construção de um pacto imperial entre os dois lados, defende a ideia de uma negociação entre o poder central e os representantes das diferentes regiões, que também se constituíam como elite política (DOLHNIKOFF, 2003). Nesta perspectiva, os desejos de autonomia das elites regionais não se constituíam com uma suposta miopia localista, mas estava acoplado a um projeto político que acomodava as reivindicações regionais em um arranjo nacional, constituindo-se uma organização institucional com representação de várias partes do território em um todo, preservando a autonomia de cada uma delas, sob a direção do governo central, de modo que as elites regionais também foram responsáveis pela condução de um novo Estado nacional, a partir da instauração de um pacto federalista (DOLHNIKOFF, 2003 – grifos nosso).

No entanto, voltaremos um pouco mais no tempo buscando delinear, de forma breve, os passos dados pelo ensino de Geografia no contexto nas primeiras décadas do Império, a partir da escola primária.

Nas primeiras décadas do Império a instrução nas províncias era regulamentada pelo governo central, passando a receber atenção, nesse contexto, o grau de ensino referente às Escolas de Primeiras Letras. No que concerne, aos conteúdos que devem ser ensinados nesse nível de ensino, a Lei 15 de outubro de 1827, regulamenta que:

Os Professores ensinarão a ler, escrever as quatro operações de arithmetica, pratica de quebrados, decimaes e proporções, as nações mais geraes de geometria pratica, a grammatica da lingua nacional, e os principios de moral chritã e da doutrina da religião catholica e apostolica romana, proporcionandos á comprehensão dos meninos; preferindo para as leituras a Cosntituição do Imperio e a Historia do Brazil (BRASIL, 1827, artigo 6º).

A partir da citação acima, podemos observar que, além de uma preocupação com aprender a ler, escrever, contar e rezar, também havia uma preocupação com o estudo do território a partir das aulas de leitura. E, embora o ensino de Geografia e História não se fizesse presente nesta lei (não explicitamente), isto não implica que a Geografia não fosse ensinada nessas escolas. De acordo com Vlach (2004), mesmo que de forma indireta, os conteúdos de caráter geográfico “ocorria por meio da história do Brasil e da língua, cujos textos enfatizavam a descrição do território, sua dimensão, suas belezas naturais” (VLACH, 2004, p. 189). Neste sentido, Issler (1973) ainda defende que, desde a colônia havia recomendações para o ensino de conteúdos com enquadramento na História e na Geografia.

A partir da década de 1810 a Geografia enquanto disciplina já se fazia presente nas aulas preparatórias para os exames na carreira militar (SILVA, 2012), tendo em vista a cobrança dos conteúdos de caráter geográfico para o ingresso nesses cursos. Por conseguinte, a partir da década de 1920 há o surgimento de vários decretos mandando criar cadeiras isoladas de Geografia em diferentes províncias: na província da Paraíba, a lei 7 de junho de 1831, manda criar a cadeira de Geografia (ALBUQUERQUE, 2012); no ano anterior já tinha sido o caso da Província de Pernambuco com a criação desta cadeira em sete de setembro de 1930 no mesmo ano, em 11 de novembro foi do Maranhão; no Piauí, ocorreu 23 de julho de 1833 (ALMEIDA, 1989 *apud* SILVA, 2012). Contudo, não podemos generalizar essa iniciativa a todas as províncias, dada às diferentes realidades socioeconômicas e culturais, que caracterizam as diferentes regiões

do território nacional, seja pelos poucos recursos, seja pela qualificação de profissionais. Um exemplo, nesse sentido, é citado por Santos (2004) quando da tentativa de implantação da primeira cadeira de Geografia, em Sergipe, em 1825, mas que não teve sucesso, dada as adversidades enfrentada pela província.

Com a criação do Ato Adicional em 12 de agosto de 1834¹¹³, a administração de vários setores da administração pública, dentre eles a educação, ficaram a cargo dos governos locais, dando a estes a autonomia de legislar e a responsabilidade de viabilizar os serviços públicos. Neste novo regime, a escolarização primária e secundária em todo território nacional ficou a cargo dos governos locais, enquanto o governo imperial cuidava de todos os níveis de ensino no município da corte e das escolas superiores de medicina e direito existentes no país.

Tal estabelecimento legislativo fortaleceu a ideia de que, a tentativa de um sistema único de educação projetado no período anterior, teria se fragmentado de vez, dada às múltiplas legislações criadas pelas diferentes províncias, sem nenhuma articulação entre si e com o governo central (CASTANHA, 2006). Este entendimento ainda reforça a ideia de que havia um descaso pela escolarização nas diferentes partes do território, começando a se afirmar um retrocesso no processo de escolarização brasileira, se estendendo de forma destacada durante todo Império, sendo atribuído a este a ideia de atraso em detrimento dos progressos da República.

No entanto, de qualquer forma, a ideia antes apresentada precisa ser relativizada, tendo em vista que a historiografia recente sobre a história da educação no período oitocentista tem apresentado um panorama diferente, inclusive no âmbito das províncias. Ou seja, “Exorcizando marcos cronológicos rígidos e lineares, os historiadores têm produzido um novo olhar sobre os oitocentos, caracterizando-o como um período fértil de debates, iniciativas e práticas educativas” (GONDRA & SCHULER, 2008, p. 19). Iniciativas estas, que ganham mais contorno a partir das décadas 1870 e 1880, implicando, inclusive, em políticas de produção didática de caráter local.

Nosso levantamento acerca das obras didáticas de Geografia regional publicadas no período em foco apresentou uma espacialização contemplando quase todas as

¹¹³ Uma emenda constitucional aprovada em 12 de agosto de 1834, visando diminuir os conflitos no período regencial e dá autonomia e representatividade aos governos locais a partir da criação das assembleias provinciais.

províncias/estados, com exceção do Piauí, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, Mato Grosso e Paraíba¹¹⁴, conforme mostra o mapa a seguir (Figura 24). Os locais que se destacaram foram: o Rio Grande do Sul, Paraná, seguidas de São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Minas Gerais, Pernambuco e Pará.

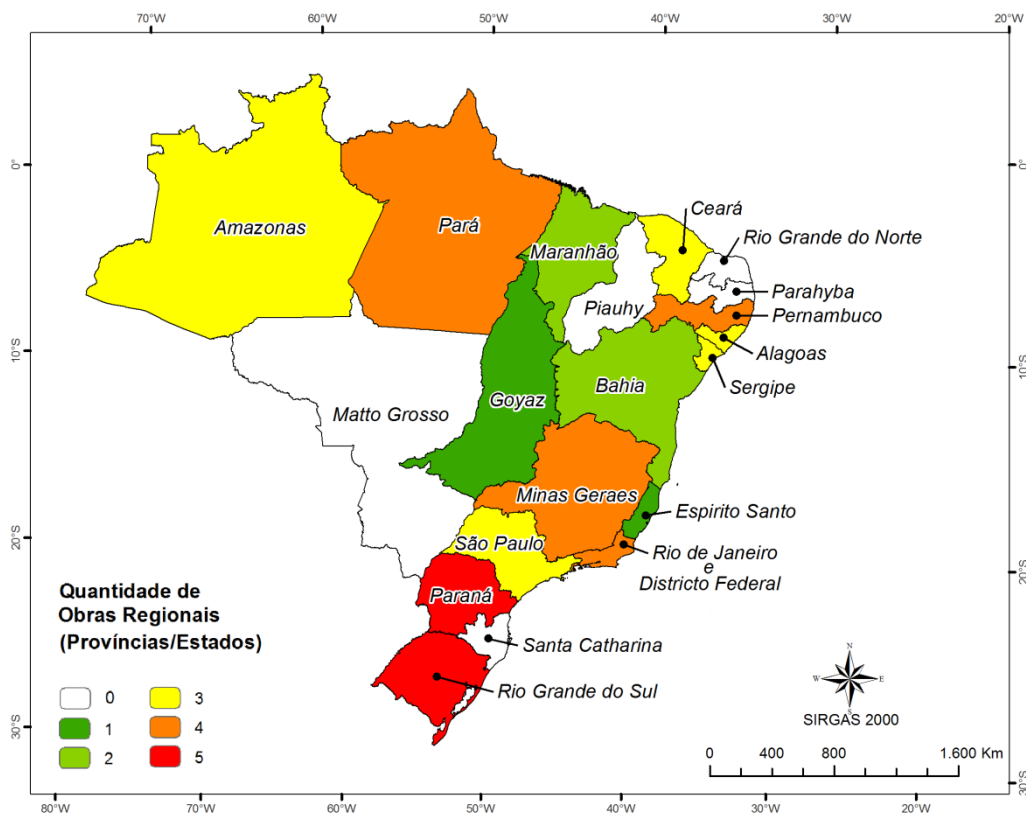


Figura 24: Espacialização da produção didática de Geografia de regional. Elaboração: Stevens (2014). Organização: Angelo (2014).

Do total de 52 obras levantadas e representadas no mapa (Figura 24), a maioria foi publicada e impressa nos respectivos locais para os quais se destinavam. Apenas 12 títulos não apresentaram este aspecto. Nestes casos, as publicações foram feitas no Rio de Janeiro e, seus autores, mesmo sendo natural das respectivas províncias, haviam ido morar naquela cidade, com o objetivo de continuar seus estudos e estabelecendo vínculos social e profissional, a exemplo, do Carlos Novaes¹¹⁵ e do Laudelino de

¹¹⁴ Sobre este estado encontramos apenas uma referência feita por José Batista de Mello em seu livro *Evolução do Ensino na Paraíba*, 1996, 3ª edição. Neste o autor faz-se referência a um livro *Corografia da Paraíba*, escrito por Beaupaire Rohan, mas não encontramos informação sobre a data de publicação e se tal livro era destinado ao ensino dessa disciplina.

¹¹⁵ Um autor paraense que fixou residência no Rio de Janeiro e atuou como lente de *Corographia do Brasil* no curso anexo a Faculdade de Direito no Rio de Janeiro.

Oliveira Freire¹¹⁶. Neste número também está incluso o caso das obras de Alfredo Moreira Pinto (autor já analisado neste trabalho), que se destinavam ao conjunto das províncias como um todo. Ainda encontramos um caso de uma obra compendiada por Raimundo Agostinho Nery¹¹⁷, destinada à província do Amazonas e que foi publicada em Paris, pela Typ. Guillard, Aillaud e Cia.

Ao fazermos um recorte direcionado para a Geografia regional, por outro lado, foi possível ampliarmos nosso olhar para o contexto espacial nacional. Procedimento que nos permitiu conferir que, para além da área central da província fluminense e das renomadas casas editoriais instaladas no município da corte, existiu uma considerável produção didática regional de livros didáticos de Geografia nas diferentes províncias/estado, dada a ampliação de novas cadeiras no ensino elementar, além do aumento de uma proliferação daquelas que já existiam (VEIGA, 2007). Nesse sentido, considerando os diferentes níveis/destinos das obras, observamos que para as obras regionais, o aumento do número de publicações destinadas ao ensino primário foi bem maior que aquelas destinadas ao ensino secundário, durante o recorte da pesquisa. No entanto, também ainda é muito alto o número de títulos que não conseguimos identificar o nível de ensino ao qual se destinavam (Figura 25).

¹¹⁶ Laudelino de Oliveira Freire (1873 - ?), nasceu em Lagarto/Sergipe. Iniciou seus estudos preparatórios no Liceu Laranjeirense (Laranjeiras/Sergipe), concluindo-os na Escola Militar do Rio de Janeiro. Diplomou-se em ciências sociais (1895) e ciências jurídicas (1902) na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro. Foi um advogado notável no Rio de Janeiro e atuou como professor catedrático do Colégio Militar. Foi eleito deputado da Assembleia Legislativa do seu Estado natal. Foi jornalista, contribuindo com vários periódicos de circulação no Rio de Janeiro e em Sergipe. Intelectual e escritor, deixou importantes obras de várias áreas, dentre elas História e Geografia (GUARANÁ, 1925). – Sobre o autor e sua obra *Quadro Chorographico de Sergipe*, ver Santos (2004).

¹¹⁷ Agostinho Nery (1862 - ?) foi aluno da escola militar e agrimensor pela Escola Polytechnica do Rio de Janeiro. Foi professor na Capital Amazonense (BLAKE, 1970).

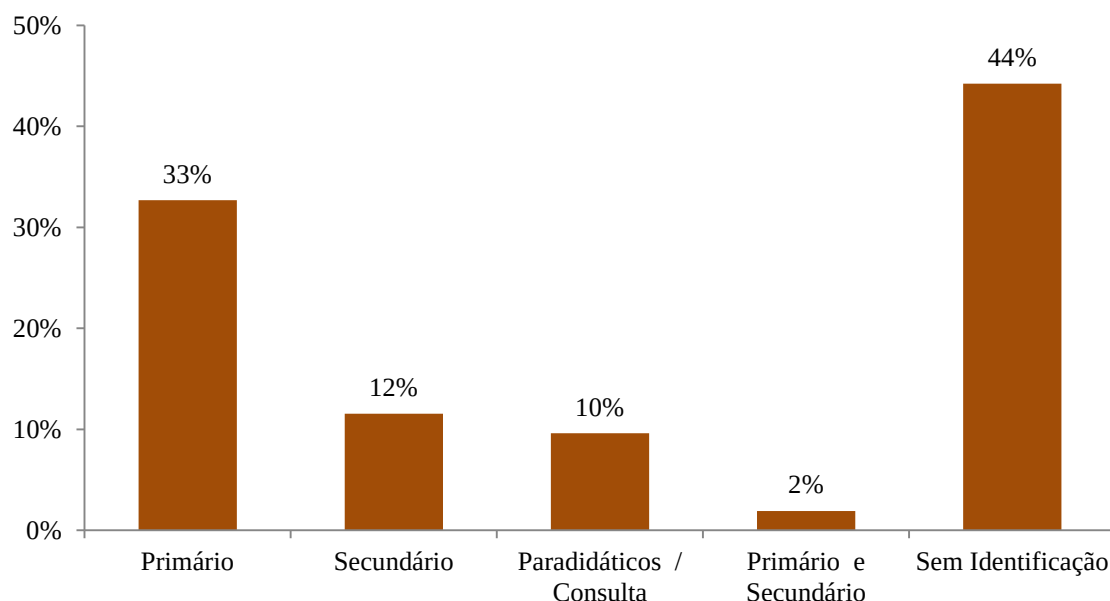


Figura 25: Distribuição dos livros por gêneros e níveis destinados (Obras Regionais). Organização: Angelo (2014).

O contexto que antecede a República amplia os debates nacionalistas, se efetivando no terreno da escolarização em todo o território nacional, mesmo que de forma assimétrica. A escolarização no contexto das províncias proporcionou o ensino de primeiras letras, de instrumentos musicais, de diversos ofícios, além da fundação de colônias agrícolas e orfanológicas destinadas aos filhos de escravos e crianças pobres, no intuito de prepará-los pra o trabalho e para a “inserção útil na sociedade” (GONDRA & SCHULER, 2008; VEIGA, 2007).

A produção de livros didáticos locais dava-se ao estabelecimento de pequenas impressoras e tipografias instaladas fora da sede governamental, as quais, além de investirem na publicação de periódico, também produziam, ocasionalmente, livros didáticos, desempenhando assim, importante papel no processo de escolarização, principalmente no que concerne ao ensino elementar, a partir de publicações didáticas de caráter regional (BITTENCOURT, 2008).

Ao analisar as editoras instaladas em algumas províncias, Bittencourt (2008) ressalta que a maioria se configurava como pequenas tipografias com pouca infraestrutura e poucos funcionários, além destes editores terem uma relação de dependência com o governo local provincial no que se refere à questão das disputas político-partidárias. Ainda no que compreende a relação entre os diferentes sujeitos

envolvidos na produção didática no contexto das províncias, Bittencourt (2008) ressalta que:

A produção de obras didáticas nas províncias era realizada sob as mesmas condições de instabilidade política e mais do que outras obras impressas necessitavam do aval do poder educacional para sobreviver, pois dependia da aprovação das autoridades educacionais para a circulação e adoção nas escolas. Autores e editores de obras didáticas tiveram de se submeter às imposições governamentais, tendo, ainda o agravante de ser o governo o principal consumidor dessa literatura (BITTENCOURT, 2008, p. 76).

Nesse sentido, podemos perceber que, assim como ocorreu no município da corte a forte ligação entre os editores e o governo também se reproduzia no contexto das províncias.

Ainda acerca da editoração dessas obras identificamos que, se por um lado o número de títulos publicado foi fértil, contemplando quase todo o território nacional, por outro lado, a dinâmica da reedição dos livros regionais não ocorreu de forma regular nas diferentes províncias. Das 133 reedições publicadas referentes aos 52 títulos levantados, 12 deles passaram por mais de três edições, se destacando as produções concentradas no Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais, seguidas das províncias de Pernambuco e Ceará.

No entanto, tal constatação não se configura como um resultado fechado, tendo em vista, as dificuldades em fazermos um levantamento sistemático dessas publicações, dada a dificuldades de acesso à essas fontes. Acreditamos que este número ainda possa ser maior, sobretudo, em se tratando de obras publicadas no contexto das províncias que gozavam de melhores condições econômicas e/ou que conservou uma cultura na arte dos impressos. Dentre as províncias que tiveram importante papel na produção didática, destacam-se: Pará, Maranhão, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco, Bahia e Ceará (BITTENCOURT, 2008). Ainda de acordo com esta autora, a região norte do país (com destaque para as cidades de Belém e Manaus), foi a que mais se especializou em produções de livros didáticos de Geografia, enquanto as demais províncias estavam mais voltadas para as produções de Gramática e Aritmética. Essa particularidade da região está associada ao fato de, no período, a Amazônia ter começado a ser objeto de interesse econômico nacional e internacional, evidenciando a necessidade de aprofundar os estudos de seu espaço, considerando que se iniciava a exploração da borracha e a navegação do Amazonas (BITTENCOURT, 2008).

Em algumas províncias, as publicações didáticas de Geografia regionais ocorreram mesmo antes do contexto histórico focado nesta pesquisa, a exemplo, da Bahia, conforme apresenta Silva (2012):

A Bahia foi a primeira das províncias a apresentar uma preocupação com o ensino de sua territorialidade, como atestam as primeiras obras publicadas para esse fim. A primeira delas foi uma reprodução da Corografia de Ayres de Casal, da qual se recortou por inteiro um de seus capítulos, sobre a Bahia, publicado como volume independente para o ensino em estabelecimentos da província, em 1826 (SILVA, 2012, p. 206).

Ainda de acordo com esta autora, outra obra de caráter regional destinada à província da Bahia, e também inspirada na obra de Ayres de Casal, foi *a Coroghapia, ou abreviada história geográfica do Império do Brasil: coordenada, acrescentada, e dedicada á casa do collegio dos órfãos de S. Jaaquim desta cidade (para o uso de seos aulomnos, a fim de adquirirem conhecimento geográficos preliminares d'América em Geral, e seo descobrimento, e com particular indiduação do Brasil, especialmente da província e Cidade de S. Salvador Bahia de Todos os Santos, publicada por Antônio dos Santos, publicada por Domingos José Antonio Rebello, em 1829* (SILVA, 2012).

Ainda, neste aspecto, cabe destacar outra publicação de caráter regional: a primeira edição do livro *Compêndio elementar de Geographia geral e especial do Brasil*, por Thomaz Pompeo de Souza Brasil (o Pai) que em seu primeiro título, publicado em 1851, trazia um aspecto regional, intitulado: *Elementos de Geographia – offerecido á mocidade cearense*. Posteriormente, esta obra foi reeditada três vezes, passando por transformações no seu conteúdo e metodologia, sendo, inclusive, adotada no Colégio Pedro II (SOUZA NETO, 2013).

Além dos exemplos supracitados observamos mais quatro títulos com edições publicadas na década de 1860, as quais são: *Compêndio de Geographia da Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul*, por Eudoro Brasileiro Berlinck, com primeira edição em 1863 e segunda edição em 1868; *Geographia alagoana ou descrição physica, politica e histórica da Província das Alagoas* com primeira edição em 1860 e *Elementos de Geographia e Cosmographia oferecidos a mocidade alagoana*, ambas por Thomaz do Bomfim Espinola e *Noções de Geographia e de História do Brasil (para o uso das escolas da instrucção primaria da província do Pará - correta e augmentada)*, por Joaquim Pedro Corrêa Freitas, sem informação de número de edição.

As fontes esparsas, mostram que a publicação de livros didáticos de Geografia regional das províncias estão atreladas às leis que regulamentam o ensino da Geografia local. Com relação ao ensino na província do Amazonas, Corrêa (2006) cita a Lei nº 302 de 13 de maio de 1874 que aprova o Regulamento nº 28 de 31 de dezembro de 1873, que reforma a instrução pública da Província do Amazonas e prescreve que a segunda parte do programa de ensino da instrução primária a ser lecionada nas escolas do sexo masculino de 3ª e 2ª entrância prescrevia o ensino da *Geographia e historia do Brasil e geographia da província* (Regulamento nº 28 de 31 de dezembro de 1873 *apud* Corrêa 2006). Este autor ainda reforça que:

A exigência quanto ao ensino da geografia local confrontava-se com a escassez de livros que versassem sobre os novos saberes e com a inadequação dos existentes. Tais dificuldades podem ter influenciado na escolha dos livros de geografia do autor paraense Joaquim Pedro Corrêa de Freitas (Dr. Freitas) e, posteriormente, na emergência de professores locais empenhados na produção de obras que atendessem a essa demanda curricular (CORRÊA, 2006, p. 132).

Quanto ao ensino da Geografia local da província de Pernambuco, a publicação do livro *Elementos de Geographia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco*, por Manoel Pereira de Moraes Pinheiro, em 1875 (Figura 26) traz em seu título a mesma enunciação que regulamenta a lei 1: 143, art. 33, inciso 7º, de 8 junho de 1874, aprovada seis meses antes da publicação do referido livro (ALBUQUERQUE, 2008)

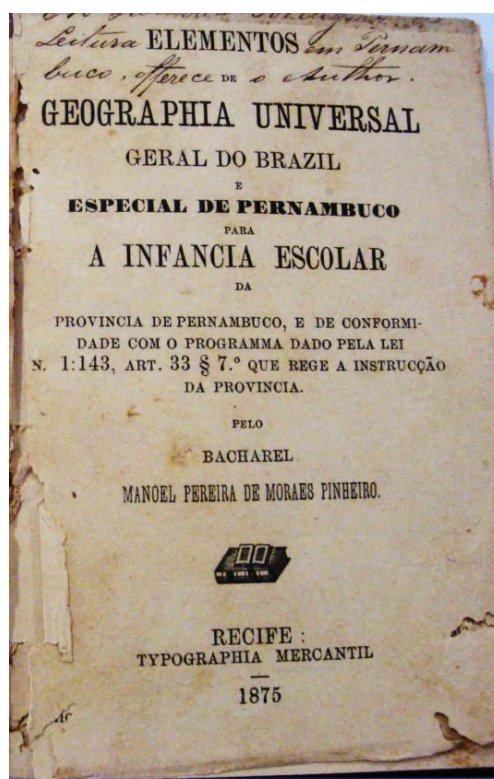


Figura 26: Folha de rosto do livro *Elementos de Geographia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco para a infância escolar da Provincia de Pernambuco*, do prof. Manoel Pereira de Moraes Pinheiro, Recife-PE, 1875. Acervo: GPL, Recife-PE. Organização: Angelo (2014).

No contexto de Minas Gerais Maia (2014) faz referência ao regulamento 62, da Lei de 1871, aprovada em 1872, que define os conteúdos que devem ser ministrados nas escolas primárias desta província, definindo em seu artigo 6º: *Elementos da historia e Geografia do Brasil, principalmente da província de Minas*". E, no capítulo quarto, do regulamento 62 de 1872, referente à escola Normal, o art. 115 determina que seja ensinado no 2º ano: *noções gerais de Geografia e Historia, Geografia e historia do Brasil, principalmente de Minas*. Em 1879, o Regulamento 84, também aponta para o estudo dos *elementos de Geografia, história do Brasil, principalmente de Minas*.

A relação entre as leis apresentadas e a elaboração de livros didáticos de Geografia nas províncias apresenta uma indicação do ensino de Geografia (e História) nacional e especial das províncias, direcionamento este que orienta a produção didática de Geografia regional, no período em estudo. Isto se expressa no conjunto de assuntos tratados nos livros, ganhando notoriedade os títulos que tratam da Geografia e História em detrimento da corografia e cosmografia, conforme mostra o gráfico (Figura 27), com os títulos das obras catalogadas.

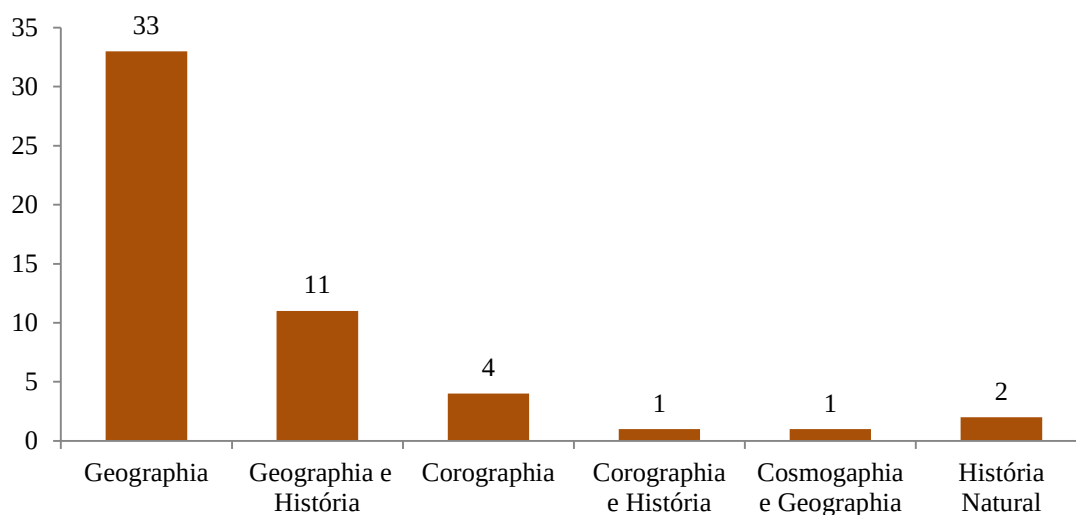


Figura 27: Distribuição das obras segundo assuntos apresentados nos títulos e subtítulos. Organização: Angelo (2014).

Associado ao conjunto de assunto, os direcionamentos legais também orientam quanto ao recorte espacial abordado nos livros didáticos de Geografia regional, conforme informações apresentadas nos títulos e/ou nas capas (Figura 28).

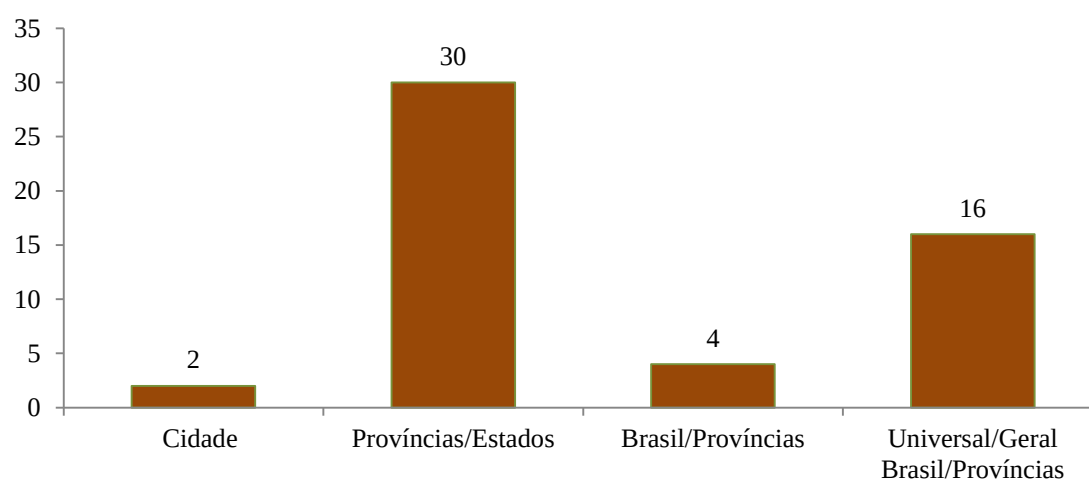


Figura 28: Distribuição das obras segundo recorte espacial abordado. Organização: Angelo (2014).

Conforme podemos observar no gráfico (Figura 28), as obras que fazem referência apenas ao conteúdo das províncias/estados se sobressaem em relação às demais. No entanto, cabem ressaltarmos que, para estes casos, algumas obras também tratam dos elementos gerais da Geografia, geralmente intitulados *primeiras noções*,

conteúdos preliminares... E, às vezes, ainda tratam brevemente da Geografia do Brasil de forma breve, para depois abordar Geografia local com maiores detalhes.

De acordo com (SILVA, 2008), uma província que não acompanhou essa tendência e que se destacou pela tradição do estudo do seu território em específico, foi o caso do Rio Grande do Sul. Segundo a autora, a Geografia a produção didática destinada ao Rio Grande do Sul não se configurou como parte da Corografia ou Geografia brasileira, mas dedicando obras específicas dessa província/estado. Nesse sentido, ao analisar os livros didáticos de Geografia e História do Rio Grande do Sul entre (1896 – 1902), Almeida (2007) ressalta que a exploração do conhecimento da Geografia e da História Regional do Rio Grande do Sul, também influenciou a publicação de livros de leitura regional, a exemplo, do livro *O Rio Grande do Sul para as Escolas*¹¹⁸ que foi adotado pelas escolas do estado a mando do Governo para servir de livro de leituras nas aulas.

A partir dos elementos apresentados, no que concerne à produção didática de Geografia, podemos observar, de forma panorâmica, que o ensino de Geografia das diferentes províncias/estados se desenvolvia de acordo com o contexto local de cada região.

Buscando ampliar nossas discussões acerca dos livros didáticos de Geografia regional no contexto das províncias/estado, no tópico seguinte versaremos sobre os autores desses livros, levando em consideração o lugar social que eles assumiam e o contexto provincial e nacional.

4.4 – Autores de Livros didáticos de Geografia no contexto provincial/estadual: âmbitos de referências e lugar social dos sujeitos

Conforme pudemos observar em vários momentos da escrita deste trabalho, a partir das décadas de 1870 e 1880 os debates em torno das ideias liberais e republicanos passaram a ganhar força em vários setores da sociedade, implicando em uma ampliação no setor da escolarização por diferentes partes do território nacional. Nesse contexto, o projeto de construção de uma identidade nacional e de exploração do território eleva a disciplina Geografia a um lugar de destaque, inclusive, valorizando os estudos regionais

¹¹⁸ Obra de autoria de José Pinto da Fonseca Guimarães, com duas edições (1ª ed. 1896 e 2ª ed. 1899). Editada por Carlos Pinto & Comp. Sucessores. Livraria Americana; Porto Alegre - Pelotas – Rio Grande (ALMEIDA, 2007).

(locais) implicando em uma significativa produção de livros didáticos de Geografia regional no contexto das diferentes províncias/estados. Mas diante desta demanda local, quais sujeitos estariam aptos a contribuir tal tarefa?

Observamos que, em alguns casos, as obras destinadas as escolas em geral, elaboradas pelos grupos de professores e intelectuais que atuavam no centro da corte, no Rio de Janeiro, foram adotadas no contexto de algumas províncias, contudo, o que foi evidenciado de forma bastante expressiva foram as publicações locais e escritas por autores das respectivas províncias/estado. Neste aspecto, em alguns livros didáticos que manuseamos, era evidenciado algum tipo de laço do autor com a respectiva província, sobretudo, quando se trata de um sujeito que nasceu naquela província/estado. Este enfoque pode ser verificado nos textos introdutórios dos livros, e ainda, diretamente nas capas e folhas dos livros (Figura 29 e Figura 30).

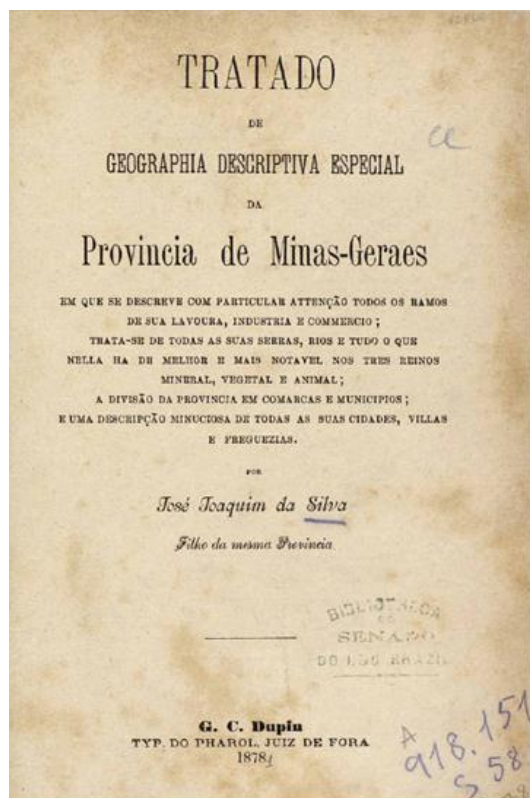


Figura 29: Folha de rosto do livro Tratado de Geographia descriptiva Especial da Provincia de Minas-Geraes, por José Joaquim da Silva, em 1878.

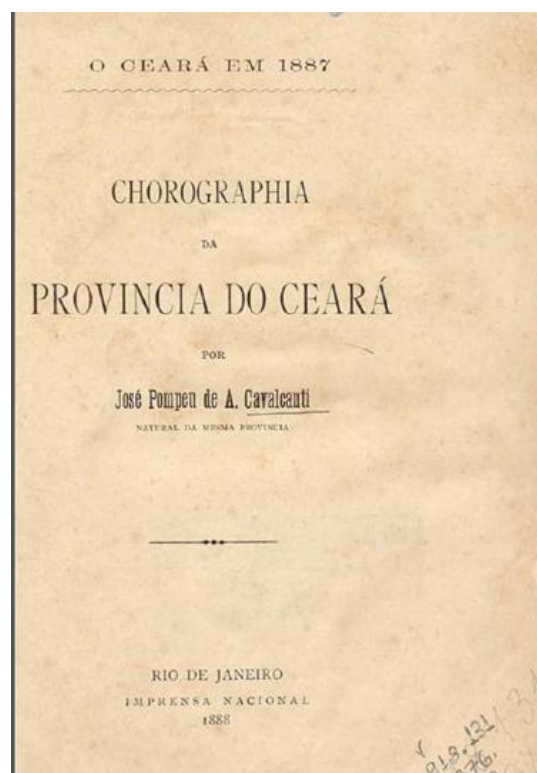


Figura 30: Folha de rosto do livro Chorographia da Província do Ceará, por José Pompeu de A. Cavalcanti, em 1888.

Acervo: Biblioteca Digital do Senado Federal. Organização: Angelo (2014).

Para o levantamento das informações sobre os autores de livros didáticos de Geografia regional foi necessário recorreremos a diferentes fontes na tentativa de fazer

esse mapeamento sobre o lugar social desses sujeitos, mas, em alguns casos, não conseguimos informações sobre parte dos autores, em outros casos só foi possível informações pontuais, o que revela a participação de sujeitos com menos *status* social na realização desta tarefa. Neste aspecto, Bittencourt (2008) aponta que os inspetores de instrução das províncias eram menos exigentes no quesito das credenciais do autor. Por outro lado, as fontes também apontaram que grande parte desses sujeitos exercia atividade de renome no âmbito político, seja de representação partidária, seja de representatividade no governo, a exemplo, de cargos de deputados e senadores. As atividades liberais como advogados, médicos, engenheiros, jornalistas e ensaístas também fazia parte do cotidiano de vários desses sujeitos.

Contudo o que se expressou com mais destaque foram as atividades desenvolvidas no âmbito educacional, sobretudo, autores envolvidos com o exercício do magistério, atuando como professores de Geografia nos Liceus e nas Escolas Normais, e também, professores em geral, sem indicação do nível, além de diretores de escolas. Ainda referente às funções atreladas ao setor da escolarização, identificamos que grande parte dos autores também exercia cargos representativos, a exemplo de diretor, secretário e inspetores de instrução pública.

Além dos âmbitos de atuação supracitados, outros espaços fizeram parte da vivência e do cotidiano desses sujeitos, a exemplo, das instituições científicas e culturais, com destaque para o IHGB e os demais institutos locais, academias literárias, e também, as Sociedades de Geografia.

Como podemos perceber, o contexto histórico e espacial aqui representado revela a existência de uma multiplicidade de sujeitos com formação e atuação diversas, os quais estavam envolvidos com a produção de uma Geografia exploratória do território, seja para o contexto escolar, seja para fins técnicos ou científicos.

No que concerne especificamente à produção didática desses autores, ao que pudemos compreender, essas obras eram elaboradas com o objetivo de atender a um público local, contudo, em alguns casos, observamos que a produção de alguns autores tinha uma circulação para além do seu contexto de elaboração e produção. Neste sentido, temos o exemplo do baiano Jeronimo Sodré Pereira, com seu livro *Compendio de Geographia elementar especialmente do Brasil*, com apenas duas edições (1ª 1876 e 2ª 1884), ambas publicadas na Bahia. Apesar de o título desta obra não trazer uma indicação de uma de Geografia regional, outros elementos revelam um aspecto regional

dessa para a província da Bahia, como a identificação do autor na capa e folha de rosto do livro, evidenciando sua relação profissional com esta província *Lente cathedratice de Physiologia na Faculdade de Medicina da Bahia e Historia do Lycêu da mesma província* (Figura 31).

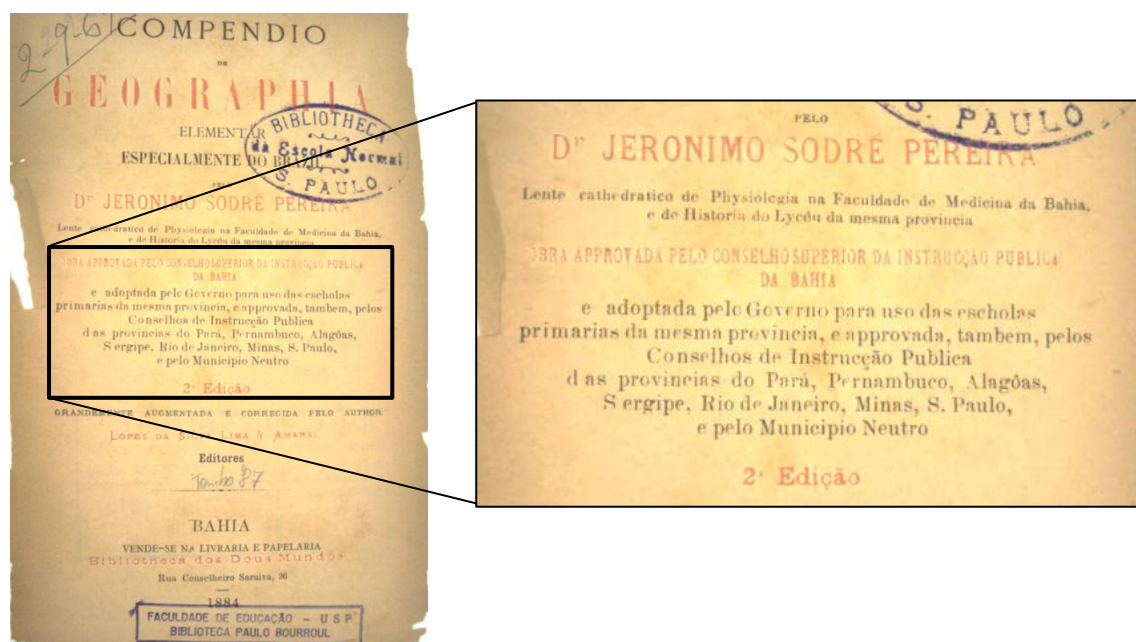


Figura 31: Folha de rosto do *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brazil*, por Jeronimo Sodré Pereira. Acervo: Biblioteca Paulo Bourroul, FEUSP. Organização: Angelo (2014).

Outra pista que direciona esta obra para a referida província é o destaque na capa com a informação de aprovação da mesma pelo Conselho Superior da Instrução Pública da Bahia. Outro aspecto a ser considerado, e apontado por Angelo (2011), refere-se ao fato de o autor trazer uma maior descrição geográfica referente à Bahia, em detrimento das demais províncias abordadas.

Um pequeno texto introdutório do autor que compreende o prólogo da primeira edição, também confirma o direcionamento inicial desta obra para as escolas da província da Bahia, denunciando, inclusive, que tal obra foi um projeto do então diretor Geral da Instrução Pública, e não, uma vontade própria do autor:

Começamos, porém, nosso trabalho animado, e solicitado pelo Directôr Geral da Instrucção Publica de nossa província, o Sr. Dr. José Eduardo Freire de Carvalho, que, não obstante as dificuldades, quis inaugurar no ensino primario o estudo da Geographia elementar; a ele pois se deve todo louvor, se a obra corresponder a confiança que em

mim depositou, pois declaro francamente, que á empresa não me abalançaria de vontade própria (PEREIRA, 1875)¹¹⁹.

Pudemos confirmar a adoção dessa obra nas escolas públicas da Bahia a partir do relatório Geral de Instrução Pública da Bahia, em 29 de fevereiro de 1876. Neste, o então Diretor Geral da Instrução Pública, José Eduardo Freire de Carvalho anunciou que o Governo da Bahia adquiriu cinco mil exemplares desse compêndio, após este ter sido julgado apropriado para o ensino das escolas primárias (CARVALHO, 1876)¹²⁰.

Se por um lado a obra de Jerônimo Sodré evidencia elementos de uma produção regional, por outro, também podemos observar, de imediato, que este autor teve sua obra aprovada pelos Conselhos de Instrução Pública de outras províncias, inclusive no Município Neutro, conforme informações presentes na capa, na qual há confirmação de sua circulação em outras províncias¹²¹. O curioso é que, apesar da grande aceitação desta obra nas diferentes regiões, não se trata aqui de um autor que se dedicou à produção de outras obras didáticas.

Jerônimo Sodré Pereira, nasceu em 6 de junho de 1840, em Santo Amaro/Ba, formou-se pela Faculdade de Medicina desta província em 1861 e apesar de ter publicado importantes teses científicas, conforme aponta as referências citadas por Blake (1970), não há referência a nenhuma outra obra voltada para a educação, e nem mesmo para a área de Geografia, além da obra já referenciada. Também não há referência de que Jerônimo Sodré Pereira atuou como professor de Geografia, estando mais voltado para a História e para a área de Saúde, com especialidade em fisiologia. Contudo o Parecer do Conselho Superior da Instrução Pública da Bahia, composto pelo Dr. Francisco Rodrigues da Silva (relator) e por Aureliano Henrique Tosta, ao analisar a obra adverte:

Sem tomar ao pé da lêttra a palavra *geografia* dá-lhe o Sr. Dr. Sodré mais extensão do que a etymologia, compenetrado, como está, de que descrever um facto sem subir ás causas que o determinaram, e descer

¹¹⁹ Parecer disponível na 2ª edição desta obra publicada em 1884.

¹²⁰ Documentos anexos ao relatório com que o excellentissimo sr. presidente da provincia, dr. Luiz Antonio da Silva Nunes, abriu a Assembléia Legislativa Provincial da Bahia no dia 1º de maio de 1876. Bahia, Typ. do Correio da Bahia, 1876 (CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES: Provincial Presidential Reports -1830-1930). Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazi>. Acesso em junho de 2014.

¹²¹ De acordo com Santos (2004), em 1886, a única obra didática distribuída para os alunos pobres em Sergipe, depois de autorizada pelo Conselho Superior de Instrução Pública, foi o Compêndio de Geografia de Jerônimo Sodré, tendo sido comprado um total de 1.000 exemplares. Em 4 de abril de 1881 o Sr. Satyro de Oliveira Dias, presidente da província do Amazonas autorizou a compra de 400 ditos do Compêndio de Geografia do Sr. Jeronymo Sodré Pereira (DIAS, 1881).

até seus resultados, não é, não foi, nem será jamais sciencia séria e de largos intuitos.

Bem certo desta verdade, mostra-se sempre o author na altura de sua missão, quando á imitação de grandes geógrafos, com que vive familiarizado, de Balbi, Humboldt, e Charles Ritter – compara e interpreta os factos que descreve, subordinando-os ás causas geraes que o regem [...] (SILVA, 1876).

Além de exercer a função de médico e professor¹²², Jerônimo Sodré Pereira também foi um político famoso, chegando a ocupar o cargo de deputado pela província da Bahia, entre os anos de 1878-1881 e Presidente da província de Sergipe em 1889 (SANTANA, 2009). Contudo sua atuação enquanto autor de livros didático de Geografia, se assim se pode dizer, não traz evidências, mas aponta para um projeto alheio à sua vida.

Outro exemplo de autor que achamos pertinente apresentar para que possamos entender melhor o conjunto de autores que escreveram obras de Geografia regional no período em foco, trata-se do paraense Carlos Augusto Valente de Novaes (? – 1915). Diferente do autor antes apresentado, este autor dedicou-se à docência e escreveu vários livros didáticos de Geografia, conforme podemos observar em um anúncio de obras do autor na 10ª edição de seu livro *Geographia Secundária* (Figura 32). Este autor iniciou sua carreira docente em Belém, sendo professor “lente por concurso” do antigo “Gymnasio Paes de Carvalho”. Posteriormente, transferiu-se para a Capital Federal - Rio de Janeiro, onde atuou como lente de Corographia do Brasil, no curso anexo à Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro e professor livre de Geografia e Corographia da Escola Normal do Distrito Federal. Tais informações sobre o seu envolvimento com o magistério e com as instituições geográficas são constantemente apresentadas nas capas dos seus livros (Figura 33).

¹²² Apesar de na capa do seu livro haver informação que Jerônimo Sodré Pereira foi professor no Liceu da Bahia, nenhuma das fontes consultadas fizeram essa referência. No que compreende ao ensino, só encontramos referência a sua atuação enquanto professor de Fisiologia na Faculdade de Medicina.

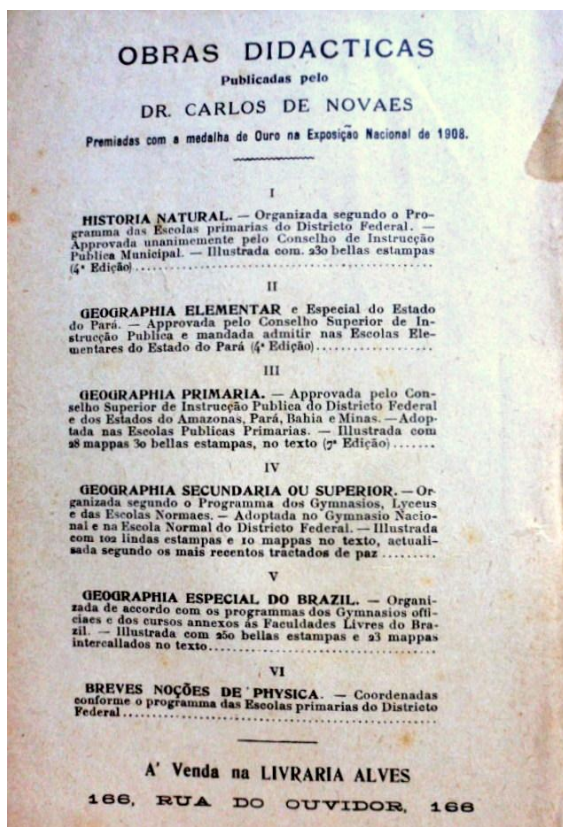


Figura 32: Livro *Geographia Secundaria* por Carlos Novaes: Anúncio de obras do autor.

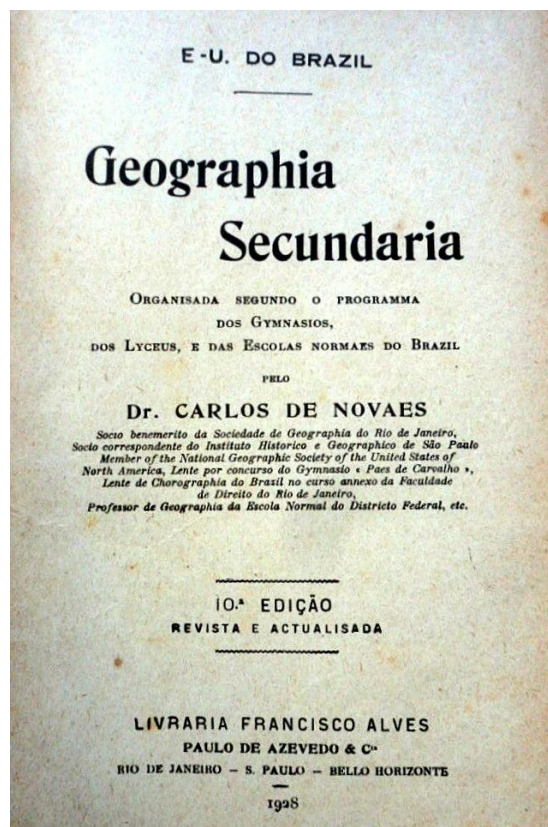


Figura 33: Livro *Geographia Secundaria* por Carlos Novaes: folha de rosto trazendo informações sobre a atuação docente do autor.

Acervo: Autora: Organização: Angelo (2014).

Conforme já mencionamos, este autor escreveu livros para os diferentes níveis de ensino, inclusive acompanhando as especificidades curriculares de cada um deles. Levantamos um total de 07 títulos escritos por este autor, os quais foram reeditados 37 vezes, com um período de circulação entre 1895 – 1931, conforme mostrado no Quadro 2, apresentado no tópico 4.2¹²³. Como podemos perceber as publicações deste autor só aparecem no contexto da República, a partir da década de 1890, e trazem a sigla E.U Brasil (Estados Unidos do Brasil).

No que concerne ao ensino secundário, segundo as informações disponíveis na capa de seus livros intitulados *Geographia Secundaria* e *Geographia Especial ou Chorographia do Brasil*, estes livros estão organizados segundo o programa dos Ginásios oficiais dos cursos anexos às faculdades livres do Brasil e também das Escolas Normais da União. Apenas referente a esse nível, já podemos perceber três espaços

¹²³ Esta informação não pode ser entendida como um dado fechado, tendo em vista a possibilidade da existência de edições anteriores ou posteriores que não conseguimos levantar.

específicos em que circulam os livros desse autor, inclusive denunciando a grande aceitação dado o número de reedições desses livros.

Em referência ao ensino primário este autor escreveu duas obras: a primeira delas foi *Geographia primaria*, a qual foi reeditada doze vezes. Em quase todas as edições catalogadas desta obra não foi possível termos informação precisa da data de publicação, e também, nas edições que manuseamos encontramos tal informação, até mesmo a 12ª edição catalogada no site LIVRES não traz a data completa, informando apenas 190[?].

No catálogo da Francisco Alves, na referência a esta obra, é indicada a data de 1895 (*apud* Corrêa, 2006), mas não informa de qual edição se trata. Contudo, sabemos que, de qualquer forma, a data anunciada no Catálogo da Francisco Alves não se trata da primeira edição, sobretudo, porque, nas edições que manuseamos identificamos uma nota do Secretário da Instrução Pública do Estado do Pará anunciando aprovação da mesma e o parecer de aprovação pelo Conselho de Educação deste mesmo estado, provavelmente referente à primeira edição, ambos datados de 1892.

As evidências acerca das informações editoriais desta obra, e também, o fato do autor, antes de ter sido professor no Ginásio Paraense e de só depois ter se destacado no contexto do Rio de Janeiro, traz indícios de que esta obra, em princípio foi escrita no contexto local e que depois foi reeditada e publicada pela editora Francisco Alves, pois o parecer datado de 1892, publicado pela Secretaria de Instrução Pública do Pará menciona o autor como ainda sendo professor do Liceu paraense, conforme expressa o enunciado inicial deste documento “sobre a obra intitulada “geografia primaria” composta para o uso das escolas primarias, pelo Dr. Carlos Noves, lente de Geographia e cosmografia do Lyceu paraense” (COELHO; ALBUQUERQUE; PENA, 1892; *In*. NOVAES, [s/d]).

Conforme contextualiza Coelho (2003), durante o período entre as décadas de 1890 e 1920, houve um expressivo aumento das produções de livros escolares no Pará, devido ao estímulo do governo local que fomentou tais produções, destacando, neste caso, editoras e livrarias locais, a exemplo da Livraria Clássica, do Instituto Lauro Sodré, (escola profissionalizante do estado do Pará), dentre outras tipografias. Nesse sentido, esta autora também afirma haver uma preferência do governo local pela escolha de livros didáticos de autores paraenses.

No entanto, não temos como afirmar que a primeira edição do livro *Geographia Primaria* tenha sido publicada por alguma tipografia de Belém, mas sem dúvida, este professor levou para o contexto central do Rio de Janeiro sua experiência local e, ao que parece, um trabalho que teve origem também no contexto regional, e que depois, adquiriu um aspecto nacional, a partir das relações estabelecidas no Rio de Janeiro, em especial, com a editora Francisco Alves. Neste período Carlos Novaes passou a publicar outros trabalhos e ganhar destaque como autor de livro didático, inclusive, tendo todas as suas obras, premiadas com medalhas de ouro na Exposição Nacional de 1908, informação que aparece nas primeiras folhas dos seus livros. Com tamanha visibilidade, as obras de Carlos Novaes foram adotadas não só no Pará, como em várias regiões do país, graças ao fato de terem sido editadas pela Livraria Francisco Alves, do Rio de Janeiro, para onde o autor se transferiu e passou a viver (Moreira, 1989, *apud.* Corrêa, 2006).

Quanto à adoção da obra deste autor no estado do Pará, Coelho (2003) identificou, a partir do ofício 11 de julho de 1893, uma autorização para Alexandre Vaz Tavares, Diretor Geral da Instrução, comprar em grande escala livros didáticos para as “classes dos paupérrimos”. Dentre essa relação de livros estava o livro *Geografia Primaria* de Carlos Novaes. Nesse sentido, a autora salienta que mesmo com os abatimentos dado o grande volume de livros comprados, aqueles escritos por autores paraenses foram justamente os mais caros, dentre eles o de Carlos Novaes.

Apesar do estabelecimento da cultura de impressão local, circulavam também nas escolas paraenses livros impressos em outros locais, a exemplo dos livros deste autor e também, outros que foram impressos em casas estrangeiras (COELHO, 2008).

De modo a confirmar os debates nacionalistas difundidos no período, o parecer referente esta obra anuncia que:

Ao contrário dos compendios de *Geographia* admittidos em nossas escolas, mas appropriados para paizes europeus do que para um paiz americano, como o nosso, a “*Geographia primaria*” do autor paraense, sem omitir o que mais iporta estudar-se das outras partes do mundo, consigna largos desenvolvimentos á America, especialmente á do sul. Dos paizes da America do Sul, o Brazil é o mais importante não só pela vastidão do seu território, como por sua posição geographica e vantajosas condições economicas. Considerando-o, pois, sob estes pontos de vista, o auctor consagra ao Brazil um dos capitulos mais interessantes da sua obra (COELHO; ALBUQUERQUE; PENA, 1892; *In.* NOVAES, [s/d]).

A preocupação em destacar uma geografia mais próxima da realidade dos alunos, ainda pode ser identificada quando no parecer há: “E’ principio admittido por todos os povos que ninguem deve saber melhor a terra alheia do que o seu proprio paiz” (COELHO; ALBUQUERQUE; PENA, 1892; *In. NOVAES*, [s/d]).

Ao analisarmos o capítulo que trata da geografia dos estados brasileiros, identificamos que, assim como o *Compêndio de Geographia elementar: especialmente do Brazil* escrito pelo Sr. Jerônimo Sodré Pereira, a obra *Geographia Primaria* também se aprofunda na descrição de alguns estados em detrimentos dos outros (ANGELO, 2011). Nesse caso, observamos que o autor se estende mais aos conteúdos referentes aos estados do Pará e do Amazonas. Ou seja, a Geografia do Pará é descrita em quatro páginas e a do Amazonas em três páginas. Já para os demais estados, esses conteúdos se resumem a meia página, no máximo duas.

No contexto amazonense também foi confirmado a adoção desta obra nas escolas primárias deste estado entre os anos de 1897 a 1910¹²⁴ (CORRÊA, 2006). A relação dos dois estados supracitados e o projeto de elaboração da obra é também denunciado no parecer antes referenciado. Sobre a região Amazônica a valorização desta é justificada não somente pelo fato dela ser “a mais vasta e rica porção da confederação brasileira, mas por ser icontestavelmente a parte que mais nos interessa (COELHO; ALBUQUERQUE; PENA, 1892; *In. NOVAES*, [s/d]).”

No que se refere ao Estado do Pará, o referido parecer ainda enfatiza:

E’ por isso que o Estado do Pará, na “Geographia Primaria” occupa o logar de honra; e nem outro devia ser o intuito do autor, destinando a sua obra para uso das nossas escolas primarias. Estudando todos os detalhes especificados na parte relativa ao Estado do Pará, a grandeza do seu territorio, a faxil communição que offerecem os seus innumeros e caudalosos rios, os seus productos naturaes, tnatas fontes de riqueza que fazem do nosso commercio um dos mais prosperos do mundo: a mocidade paraense terá se duvida mais amor a sua terra natal e sentirar nobre incentivo para futuro commuettimento (COELHO; ALBUQUERQUE; PENA, 1892; *In. NOVAES*, [s/d]).”

Além da obra *Geographia primária*, com primeira edição em 1892, identificamos que em 1898, este autor ainda escreveu outra obra, publicada pela editora Francisco Alves, identificando a especificidade desta para o estado do Pará, inclusive,

¹²⁴ Para os anos de 1908 e 1909, não há informação. Também cabe informar que o título da obra não aparece completo nos documentos e, em alguns casos aparece como *geographia elementar* (Corrêa, 2006)

trazendo esta informação no subtítulo: *Geographia Elementar e Especial do Estado do Pará*, Livraria Francisco Alves, premiado com medalha de ouro em 1908.

Além de atuar como professor de Geografia e escrever livros didáticos para esta disciplina, segundo Issler (1973), Carlos Novaes, por mais de vinte anos produziu também materiais para outras disciplinas como História Natural, Física e Química, todos editados pela livraria Francisco Alves.

Para além do contexto escolar este autor também esteve ligado às instituições científicas e culturais da época, sendo sócio benemérito da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, sócio correspondente do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, *member of the National Geographic Society of the United State of North America*.

Conforme pudemos observar, a trajetória profissional de Carlos Novaes esteve sempre vinculada ao exercício do magistério e a escrita de textos didáticos, tendo como âmbito de referência importantes instituições científicas e culturais de Geografia.

Em linhas gerais, as evidências acerca do perfil sócio profissional dos autores analisados apontam para um grupo de autores-professores, bastante heterogêneo, compreendido por sujeitos atuando em diferentes espaços. Em princípio, a partir das características evidenciadas, pensamos em estabelecer alguns grupos específicos e, associarmos cada autor a um respectivo grupo, contudo, uma questão ficou bem evidente para a época: a maioria dos autores pesquisados era composta por sujeitos “eccléticos”, pois tinham mais de uma formação e atuavam em diferentes atividades e setores da sociedade, desenvolvendo assim, uma rede de intelectuais, políticos e educadores que identificam esse grupo multifacetado, apesar das particularidades de cada sujeito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados e discussões apresentados neste trabalho se originaram de alguns questionamentos acerca do estatuto da disciplina escolar Geografia, os quais nortearam a pesquisa. Nossas indagações partem do pressuposto de que os elementos que compreendem a educação geográfica, no contexto atual, resultam de um construto histórico permeado por um conjunto de elementos geográfico e educacional de cunho social, político, material e cultural que direcionam a trajetória dessa disciplina ao longo do tempo.

Os recortes e delineamentos metodológicos estabelecidos para esta pesquisa – o contexto entre as décadas de 1870 e 1910, os livros didáticos de Geografia e os sujeitos elaboradores desses livros – apontaram importantes elementos acerca da centralidade reservada ao ensino de Geografia no período aqui retratado. Dentre os enfoques observados, destacaram-se os projetos voltados para a difusão do nacionalismo patriótico, voltado para a exploração e descrição dos elementos históricos e geográficos formadores do território nacional, associados às preocupações voltadas para as inovações pedagógicas de cunho metodológicas, com base nas discussões pautadas no método intuitivo, em detrimento de um ensino livresco, tal como propõe o projeto de reforma do ensino primário elaborado pela Comissão de Instrução Pública, em 1882.

Diante dessas novas demandas, os autores de livros didáticos de Geografia do período, passaram a incorporar nesses livros novos elementos representativos daquele contexto. Contudo, tais inovações não acontecem de forma completa nos livros do período, de modo que, fica evidente a permanência de elementos representativos de uma Geografia clássica de caráter mnemônica e alheia à realidade brasileira, coexistindo com aspectos inovadores, a exemplo da disposição dos conteúdos pelo método expositivo, a valorização de uma geografia especial do Brasil e a inserção de elementos iconográficos por meio de imagens, de figuras cartográficas etc.

A dinâmica da produção de livros didáticos de Geografia nesse contexto também denuncia o lugar de destaque dessa disciplina no contexto escolar e nos programas de ensino da época, evidenciando um grande número de livros publicados no período.

Corroborando com a literatura acerca da temática, as informações catalográficas das obras levantadas, apontou uma concentração dessas publicações no município da corte, além de denunciar uma forte interação entre as empresas privadas, as instituições

governamentais e outros sujeitos sociais, tais como os autores e editores, no processo de elaboração, produção, divulgação e comercialização dos livros didáticos de Geografia. Nesse circuito, por um lado, os trâmites editoriais são de fundamental importância no processo de divulgação e comercialização, e por outro, é correspondido pelo Estado, principal comprador desse produto. Ainda no que confere ao conjunto de editores atuantes nesse mercado, apesar da iminência de pequenas editoras e tipografias, especialmente nas províncias/estados, evidenciou-se a grande atuação de renomadas casas editoriais instaladas no Rio de Janeiro – a B. L. Garnier, a Laemmert & Cia e a Francisco Alves, com destaque para esta última.

Considerando as obras catalogadas e a classificação dessas, no que compreendem aos gêneros, níveis de ensino e aspectos gerais de abordagem geográfica e de destinação da obra, observamos uma grande diversidade de títulos e gêneros, com um significativo espaço para as obras de cartografia.

O levantamento das obras didáticas apontou dois grandes cenários de análise. O primeiro compreendeu as obras didáticas destinadas às escolas em geral, não apresentando uma particularidade no que compreende a abordagem da geografia e a destinação de uma determinada províncias/estado para adoção dos livros. Neste caso, pudemos observar uma centralidade da produção no município da corte, destacando-se as produções destinadas ao ensino secundário.

Quanto aos autores desses livros, identificamos uma multiplicidade de sujeitos, com diferentes formações e atuações, naturais do Rio de Janeiro, mas também oriundos de diferentes províncias/estados.

A partir de uma intersecção feita entre os autores que escreveram para os diferentes gêneros e níveis de ensino foram destacados importantes nomes representativos da geografia do período, apontando para os autores que mais se destacaram na produção didática no período, todos vinculados às grandes editoras instaladas no Município Neutro. Analisando esses autores em seu conjunto, identificamos a atuação de literatos, jornalistas, políticos, sócios de instituições científicas e culturais, a exemplo, do IHGB, das Sociedades de Geografia, das academias literárias e, sobretudo, aqueles que atuaram como professores de Geografia (e História). Alguns se destacaram mais pela prevalência na escrita de livros didáticos de Geografia como é o caso de Joaquim Maria de Lacerda, que teve sua obra reeditada até a década de 1930, e Alfredo Moreira Pinto, por ter escrito vários títulos e por ter

recebido vários prêmios nas exposições pedagógicas. Outros autores, ainda, são anunciados, em primeiro lugar, pelo exercício do magistério e por desenvolver uma atividade intelectual mais variada contemplando os diferentes gêneros e temáticas, como foi o caso do Prof. Raul Villa-Lobos, que publicou importantes obras abordando, dentre outras temáticas, o ensino das ciências naturais a partir do método do ensino intuitivo.

O outro cenário observado resultou do levantamento das publicações de livros didáticos de Geografia regional. Neste caso, apesar de fontes esparsas denunciarem que os livros produzidos no eixo central do Rio de Janeiro circularam no contexto das províncias/estados, por outro lado, foi demonstrada a participação das províncias/estados na produção da Geografia que era ensinada nas diferentes regiões, a partir do fomento de produções locais e escritas por autores naturais do lugar. E, ainda pudemos constatar que, dependendo das relações, interesses e articulações dos sujeitos/instituições - autores, editores e instituições governamentais – de determinadas regiões, há um movimento contrário oriundo das províncias/estados para o centro, conformes pudemos observar no caso da obra do baiano Jerônimo Sodré Pereira e do paraense Carlos Novaes.

No contexto das províncias, ao contrário das obras publicadas no centro, constatamos que as obras destinadas ao ensino primário, foram bem mais expressivas em número do que aquelas destinadas ao ensino secundário. Enquanto este nível teve uma representatividade de 12% das publicações, aquele apresentou 33%.

Em referência à análise do conjunto de autores representativos do contexto regional, assim como no contexto central, em geral, esses apresentavam diferentes formação e atuação, tendo uma grande representatividade o setor educacional, a exemplo de diferentes funções exercidas na Secretaria de Instrução Pública, além dos professores e daqueles que eram diretores e donos de escolas.

Também tiveram bastante significância, no conjunto desses autores, sujeitos com posição social de destaque, a exemplo, de homens com representatividade política no governo, advogados, médicos, engenheiros, militares e pesquisadores, constituindo uma rede de intelectuais entre as diferentes regiões e o centro a partir dos diferentes institutos científicos e culturais, como os IHG e os Gabinetes de Leituras de diferentes províncias/estados, ou ainda, por representações políticas.

Diante do exposto, consideramos que os diversos lugares vivenciados pelos autores de livros didáticos de Geografia, constituem os seus âmbitos de referência, orientando sua atuação enquanto construtores dessa disciplina, direcionando seus posicionamentos, acerca das concepções, da seleção dos conteúdos e metodologia que constituíram historicamente o estatuto dessa disciplina. Assim, esses autores, enquanto sujeitos constituintes da disciplina, se apropriaram de diferentes conhecimentos oriundos desses diversos lugares, descontextualizando-os e recontextualizando-os para o contexto escolar a partir do livro didático.

Para finalizar, ainda salientamos, que o contexto histórico aqui retratado e os elementos por nós abordados ainda merecem outras pesquisas complementares, visando aprofundar a discussão aqui apresentada. Ademais, além da etapa de elaboração e de comercialização do livro didático, lembramos que na outra ponta, ou seja, no contexto social e espacial de apropriação deste produto cultural (seja o professor, seja o aluno ou demais sujeitos) o livro passa a incorporar outros elementos representativos, devido as suas múltiplas faces, além de compreender os elementos históricos, pedagógicos e culturais dos diferentes contextos espaciais e sujeitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Maria Adailza Martins de. Livros didáticos regionais: uma contribuição para a história da disciplina escolar geografia. Anais - I Encontro Norte e Nordeste de História da Educação - V Encontro Cearense de historiadores da educação (Guaramiranga). Fortaleza - CE: UFC Edições, 2006.

_____. A luta de professores de História e Geografia frente aos Estudos Sociais e o papel da disciplina na formação de alunos que ingressam no curso de Pedagogia da UFPB – Campus I. *In. Anais do IV Seminário de Educação e Movimentos Sociais – democracia no Brasil: desafios e perspectivas*. João Pessoa: UFPB, 2006a.

_____. A autoria de livros didáticos de Geografia em Pernambuco no século XIX: uma relação entre a legislação e a elaboração. *In. Revista Terra Livre*. Ano 24, v. 2, n. 31. 2008, 163-171 pp.

_____. Autores e livros didáticos de Geografia publicados no Nordeste Brasileiro - Século XIX. *In. Anais - V Congresso Brasileiro de História da Educação - O Ensino e a Pesquisa em História da Educação*. Aracaju – SE: 2008a.

_____. A Geografia do Brasil nos Livros Didáticos Europeus do século XIX: o caso de Lições de Geographia do Abbade Gaultier. *In. CARDOSO, Carlos de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (org). A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade*. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, 173-189 pp.

_____. Século de prática de ensino de Geografia: permanências e mudanças. *In. REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antônio Carlos e KAERCHRR, André Nestor (Org). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio*. Porto Alegre: Penso, 2011. 33 – 55 pp.

_____. Um debate acerca da origem da Geografia escolar no Brasil. *In. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico - I Encontro Nacional de Geografia* Rio de Janeiro: 2012.

ALMEIDA, Maximiliano Mazewski Monteiro. Mandando adoptar: livros didáticos de História e Geografia do Rio Grande do Sul para as escolas elementares (1896 - 1902). (mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre – RS: 2007.

ANGELO, Maria Deusia Lima. A Geografia Escolar Brasileira e os autores de livros didáticos: uma análise de obras publicadas no final do século XIX. Monografia (graduação). João Pessoa: UFPB, 2011b. 97p.

ANGELO, M. D. L., ALBUQUERQUE, M. A. M., SOUSA, J. G. A Província/Estado da Parayba nos livros didáticos de geografia do ensino primário brasileiro (final do século XIX – início do século XX) *In. IV Encontro Norte e Nordeste de História da Educação*. Aracajú/SE, 2012.

BAKHTIN, Mikhail Mjkhailovitch. Estética da criação verbal. Tradução por PEREIRA, Maria Emsantina Galvão G. e Revisão por APPENZELLERL, Marina. 2ª ed. São Paulo: 1997.

BARRETO, Aparecida de Lourdes Paes; KULESZA, Wojciech Andrzej. O higienismo no espaço escolar: o lugar do livro didático. *Anais do Simpósio Internacional do Livro Didático – Educação e História* São Paulo: FE/USP, de 5 a 8 de nov. de 2007. P.137-149.

BARTHES, Roland. (1968). A morte do autor. *In. O Rumor da língua*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos. *In. ABREU, Márcia (org). Leitura, história e história da leitura*. Campinas-SP: Mercado das Letras, 1999, pp 529-575.

BERNSTEIN, B. A estruturação do discurso pedagógico: classe, códigos e controle. Petrópolis: Vozes, 1996a.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. Livro didático e conhecimento histórico: uma história do saber escolar. (tese de doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. São Paulo, SP, 1993.

_____. Disciplinas Escolares: história e pesquisa. *In. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de; RANZI, Serlei Maria Fischer. (orgs.). História das Disciplinas Escolares no Brasil: contribuições para o debate*. EDUSE/CDAPH. Bragança Paulista, SP, 2003, p. 9-38.

_____. Autores e editores de compêndios e livros de leitura (1810 – 1910). *In. Educação e pesquisa*, v. 30, nº 3. São Paulo, set/dez 2004a, p. 475 – 491.

_____. Ensino de História: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

_____. Livro didático e saber escolar (1810 – 1910). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.

_____. Produção didática de história: trajetórias de pesquisas. *Revista de História*, São Paulo, n. 164, p. 487-516, jan./jun. 2011.

BOLIGIAN, Levon. A cartografia nos livros didáticos e Programas oficiais no período de 1824 a 2002: Contribuições para a história da geografia Escolar no Brasil. Tese (doutorado em Geografia). Universidade Estadual Paulista: Rio Claro, 2010. 221 p.

BOTO, Carlota. A escola primária como tema do debate político às vésperas da República. *Revista Brasileira de História*. V.19, nº. 38, São Paulo, 1999.

CALLAI, Helena Copetti. Educação Geográfica: ensinar e aprender geografia. *In. MUNHOZ, Gislaine e CASTELLAR, Sônia Vanella (Org.). Conhecimentos escolares e caminhos metodológicos*. São Paulo: Xamã, 2012. 173 – 87 pp.

CAMPOS, Rui Ribeiro de. 1997. A Geografia escolar brasileira, dentro e fora da sala de aula: uma ciência em construção. Campinas, SP. (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Campinas.

CANTANI, Denice Barbara. A imprensa periódica educacional: as revistas de ensino e o estudo do campo educacional. *In. Revista Educação e Filosofia*, 10(20), p. 115 – 130, jul/dez, 1996.

CAPEL, Horácio. *Filosofia y ciência en la Geografia contemporânea*. Barcelona: Barcanova, 1988. 509 p.

CARDOSO, Luciente Pereira Carris. O projeto Pedagógico da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro: o Curso Superior Livre de Geografia (1926-1927). *In. Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, 2009, n.36, p.246-256.

CARVALHO, Naiemer Ribeiro de Carvalho. *Geographia do Brasil: A construção da nação nos livros didáticos de Geografia da Primeira República*. (mestrado em geografia). Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2012.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. *In. Revista Brasileira da História da Educação* nº 11 jan./jun. 2006.

CAVENAGHI, AIRTON JOSÉ. O Atlas do Império do Brasil e as representações existentes no livro: “história da vida privada no Brasil: império: a Corte e a modernidade nacional” *In. Ver. História, historiadores e historiografia - projeto História* nº 41. p. 383-403. Dez/2010.

CHARTIER, Roger. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas na Europa entre os séculos XIV e XVIII*. Tradução de Mary del Priore. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994.

_____. O que é o autor? Revisão de uma genealogia/tradução: Luzmara Curcino; Carlos Eduardo de Oliveira Bezerra. São Carlos, EduFSCar, 2012.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. *In. Revista Teoria e Educação*. nº 2, Porto Alegre: RS, 1990, 177-229 pp.

_____. As humanidades no ensino. *In. Revista Educação e Pesquisa*. v. 25, n.2 São Paulo, 1999.

CHEVALLARD, Y. *La Trasposición didáctica: del saber sábio al saber enseñado*. Buenos Aires: Aique. 1991.

CHOPPIN, Ala. *In. O historiador e o livro escolar*. História da Educação, Pelotas – RS, v.6, n.11, abril 2002, pp. 5-24.

_____. História dos livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte. *Educação e Pesquisa*, v.30, n.3, set/dez 2004, p. 549-566.

_____. O manual escolar: uma falsa evidência histórica. *In. Revista História da Educação*, em 2009.

COELHO, Maricilde Oliveira. Uma história dos livros escolares no Pará (1890-1910). *In. 14ª COLE – Congresso de Leitura do Brasil; II COHILILE – Congresso da História do Livro e da Leitura no Brasil*. Campinas, 22 a 25 de julho de 2003.

_____. A escola primária no Estado do Pará (1920-1940). Tese (Doutorado em Educação) Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

COLESANTI, Marlene Teresinha de Muno. O ensino de Geografia através do livro didático no período de 1890 a 1971. Dissertação (mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1984.

CORRÊA, Rosa Lúcia Teixeira e VALDEMARIN, Vera Tereza. O livro escolar como fonte de pesquisa em História da Educação. *In*. Cultura escolar: História, práticas e representações. São Paulo: Caderno Cedes, ano XIX, n. 52, nov. 2000.

CORRÊA, Carlos Humberto Alves. Circuito do livro escolar: elementos para a compreensão de seu funcionamento no contexto educacional amazonense (1852-1910). Tese (Doutorado em Educação) Universidade Estadual de Campinas – SP: 2006.

DIONISIO, Ângela Paiva; MUNAKATA, Kazumi; RAZZINI, Márcia de Paula. O livro didático e a formação de professores. *In*. Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores. Unicamp: São Paulo, 2002.

DOLHNIKOFF, Miriam. Elites regionais e a construção do estado nacional. JANESÓ, István (org.). São Paulo. Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

ESCOLAR, Marcelo. Crítica do discurso geográfico, 1996.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de, VIDAL, Diana Gonçalves. A cultura escolar como categoria de análise e como campo de investigação na história da educação. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.30, n.1, p. 139-159, jan./abr. 2004.

FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. SALES, Zeli Efigênia Santos de. Escolarização da infância brasileira: A construção do Bacharel Bernardo Pereira de Vasconcelos. *In*. Políticos, literários, professores, intelectuais: o debate público sobre educação em Minas Gerais. Luciano Mendes Farias Filho, Marcilaine Soares Inácio (org.). Belo Horizonte: Mazza Edição, 2009.

FERNANDES, Antônia Terra de Calazans. Livros didáticos em dimensões materiais e simbólicas. *In*. : Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 30, p.531-545, 2004.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. O Brasil contado às Crianças: Viriato Corrêa e a Literatura Escolar para o Ensino de História (1934-1961). Tese (doutorado em educação). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo: 2009.

_____. Estudos Sociais no contexto da história brasileira nas primeiras décadas do século XX. *In*. XIX Encontro Regional de História - Poder, violência e exclusão, 2008, São Paulo. Anais do XIX Encontro Regional de História da ANPUH - Seção São Paulo. São Paulo: DH/ FFLCH/ USP, 2008.

FOUCAULT, M. O que é um autor? *In*. Ditos e Escritos. Estética: literatura e pintura, música e cinema. Organização de Manoel Barros da Motta. Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FERRAZ, Claudio Benito Oliveira. O discurso geográfico: a obra de Delgado de Carvalho no contexto da Geografia brasileira – 1913. São Paulo - SP, 1995.

FREITAG, Barbara; MOTA, Valéria Rodrigues; COSTA, Wandely Ferreira. O Estado da Arte do Livro Didático no Brasil. Brasília: INEP, 1987.

GABAGLIA, Fernando Raja. Práticas de Geographia: para o uso do Collegio Pedro II e no ensino secundário e Normal, 2ª edição. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

GALVÃO, Ana Maria de Oliveira; BATISTA, Antônio Augusto Gomes. O estudo dos manuais escolares e a pesquisa em História. *In. Livros escolares de leitura no Brasil: elementos para uma história*. Campinas: São Paulo, 2009.

GASPARELLO, Arlete Medeiros. Construtores de Identidades: a pedagogia da nação dos livros didáticos da escola secundária brasileira. São Paulo: Iglu, 2004.

_____. Homens de letras no magistério: Joaquim Manuel de Macedo e a construção de uma História escolar. *In. Revista de História*. São Paulo: 2011, jan./jun, p. 463-485.

GASPARELLO, Arlete Medeiros; VILLELA, Heloisa de Oliveira Santos. Intelectuais e professores: identidades sociais em formação no século XIX brasileiro. *In. Revista Brasileira de História da Educação*, nº 21, p. 39-60, set./dez. , 2009.

GATTI Jr, Décio. A escrita brasileira recente no âmbito de uma história das disciplinas escolares (1990-2008). *In. Currículo sem fronteiras*, v.9, n.1, Jan/Jun. 2009, 42-71 pp.

GOMES, Paulo Cesar da Costa Gomes. O conceito de região e sua discussão. *In. Geografia: conceitos e temas*. Iná Elias de Castro, Paulo Cesar da Costa Gomes, Roberto Lobato Corrêa (orgs.). 12ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

GONÇALVES, Amanda Regina. A Geografia escolar como campo de investigação: história da disciplina e cultura escolar. *In. Revista bibliográfica de Geografia y Ciências Sociais*. Barcelona, 2011. Vol. XVI, nº 905.

GONDRA, José Gonçalves; SCHUELER, Alessandra. Educação, poder e sociedade no império brasileiro. São Paulo: Cortez, 2008.

GOODSON, Ivor F. Tornando-se uma matéria acadêmica: padrões de explicação e evolução. *In. Teoria e Educação*. Porto Alegre: 1990. nº 2, 230-254 pp.

_____. Currículo: teoria e história. Tradução de Attílio Brunetta; revisão da tradução: Hamilton Francischetti; Apresentação de Tomaz Tadeu da Silva. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

GOUVEIA, Maria Cristina de; SCHUELER, Alessandra Frota Marinêz de. Condições de Instrução da infância: entre a universalização e a desigualdade. *In. Escola Primária na Primeira República (1889 – 1930): subsídios para uma história comparada*. 2012

HALLEWELL, L. O livro no Brasil (sua história). São Paulo: T. A Queirós/EDUSP, 2005.

ISSLER, Bernardo. A geografia e os estudos sociais. Tese (doutorado em Geografia). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Presidente Prudente. Presidente Prudente/SP: 1973.

KOSELLECK, Reinhart. Futuro Passado: constribuições à semântica dos tempos históricos. Tradução original do alemão Wilma Patrícia Maas, Carlos Almeida Pereira; revisão da tradução César BenjamIn. Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

KULESZA, Wojciech Andrzej. Manuais pedagógicos e formação docente no Brasil (1880-1940). *In. VII Congresso Lusobraleiro de História da Educação*. Cultura Escolar

Migrações e Cidadania. Porto: Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação, Julho, 2008.

_____. A escola de Aprendizizes Artífices. *In.* CARDOSO, Carlos de Amorim; KULESZA, Wojciech Andrzej (org). A Escola e a Igreja nas Ruas da Cidade. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2010, pp 173-189.

LIMA JÚNIOR, Renato Rodrigues de. O refratário e abnegado José Severino de Rezende. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2012.

LOPES, A. Conhecimento escolar em química: processo de mediação didática em ciência. Química Nova, v. 20, nº 5, p. 563-568.

LORENZ, Karl Michael. A biblioteca do ensino intuitivo e o ensino de ciências na escola primária brasileira: 1880 – 1900. *In.* Revista Educação em Questão, Natal, v. 28, n. 14, p. 7-23, jan/jun. 2007.

_____. Ciência, Educação e Livros Didáticos do Século XIX. Os compêndios das ciências naturais do Colégio de Pedro II. Uberlândia: EDUFU, 2010.

MACHADO, Monica Sampaio. A construção da Geografia Universitária no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Apicuri, 2009. 232 p.

MAGALHÃES, Justino Pereira de. Um apontamento para a história do manual escolar entre a produção e a representação. Actas do I Encontro Internacional sobre manuais escolares: estatuto, funções, história. Braga: Universidade do Minho, 1999, pp. 279-301.

MAIA, Eduardo José Pereira. A Geografia escolar na Província de Minas Gerais no período de 1854 a 1889. Tese de Doutorado, Belo Horizonte – MG, 2014.

MARANDINO, Martha. Transposição ou recontextualização? Sobre a produção de saberes na educação em museus de ciências. *In.* Revista Brasileira de Educação – ANPED, nº 26, 2004.

MÁSCULO, José Cássio. A coleção Sérgio Buarque de Holanda: livros didáticos e ensino de História. Tese (doutorado em Educação). Pontifícia Universidade Católica: São Paulo: 2008.

MOREIRA, A. F. B. CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. *In.* MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica. 2007. p. 17 – 29. *In.* <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Ensfund/indag3.pdf>. Acesso: 01/mar/2012.

MOREIRA, Kênia Hilda. Uma leitura dos livros didáticos: considerações sobre a escrita, leitor, e autoria. *In.* Linguagem. São Paulo: v. 1, p. 1- 12, 2009.

_____. Livros didáticos de História no Brasil do século XIX: questões sobre autores e editores. *In.* Educação e Fronteiras. Dourados – MS, v.3, n. 5, p31 -44, jan./jun. 2010.

_____. Livros didáticos como fonte de pesquisa: um mapeamento da produção acadêmica em história da educação. *In. Educação e Pesquisa*. V.2, n.4, Dourados/MS, 2012, p.129 -142.

MUNAKATA, Kazumi. Investigação acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias a mentalidade. *In. Memória Del VI Cong. Iberoamericano de Historia de la Educación Latino-americana* (CD-ROM). San Luis Potosí: El Colegio de San Luis, 2003.

_____. Produzindo livros didáticos e paradidáticos. Tese (Doutorado em História e Filosofia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 1997.

_____. Livro didático: alguns temas de pesquisa. *In. Revista Brasileira de História da Educação/SBHE*. Campinas: São Paulo, 2012.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do; SANTOS, Vera Maria dos. Geografia geral para portugueses: A biblioteca do povo e das escolas. *In. Revista da Faced*, nº 10, 2006.

OLIVEIRA, Cátia Regina Guidio Alves de; SOUZA, Rosa Fátima de. As faces do livro de leitura. *In. Cultura escolar: História, práticas e representações*. São Paulo: Caderno Cedes, ano XIX, n. 52, nov. 2000.

OLIVEIRA, Mizaél Fernandes de. A institucionalização da geografia escolar e sua espacialidade nos oitocentos (1843-1889) na província capixaba. Dissertação (mestrado em educação). Universidade Federal do Espírito Santo: 2011.

PEREIRA, Diamantino Alves Correia. Origens e consolidação didática na geografia escolar brasileira. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo: São Paulo, 1989.

PESSANHA, Eurize Caldas; DANIEL, Maria Emília Borges e MENEGAZZO, Maria Adélia. Da história das disciplinas escolares à história da cultura escolar: uma trajetória de pesquisa. *In. Revista Brasileira de Educação*. Nº 27, dezembro, 2004, pp. 57 – 69.

PINHEIRO, Antônio Carlos. O ensino de Geografia no Brasil: catálogo de dissertações e teses (1967 -2003). Goiânia: Ed. Vieira, 2005.

REIS, Gustavo Geraldo dos. Ensino de História e livros didáticos no LEMAD – Utilização do livro didático como documento histórico para a investigação dos autores. Relatório de Iniciação Científica. FFLCH – USP. São Paulo: 2012.

ROCHA, Genylton Odilon Rego da. A trajetória da disciplina geografia no currículo escolar brasileiro (1839 – 1942). Dissertação de Mestrado junto a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC. São Paulo, 1996. 291 p.

ROCHA, Heloísa Helena Pimenta; SOMOZA, Miguel. Manuais escolares: múltiplas facetas de um objeto cultural. (Dossiê) *In. Proposições*, 2012, v. 23, n. 3, 2012.

SANTOS, Lucíola L. de C. P. História das disciplinas escolares: perspectivas de análise. *In. Teoria e Educação*. Porto Alegre-RS, 1990, nº 2, pp. 21-29.

SANTOS, Vera Maria dos. A Geografia e seus livros didáticos sobre Sergipe: do século XIX ao século XX. Dissertação (mestrado em educação) Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão: 2004.

SANTOS, Fátima Aparecida dos. A escola Nova e as prescrições destinadas ao ensino da disciplina de Geografia da Escola Primária em São Paulo no início do século XX. Dissertação (mestrado em educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2005.

SÁ-SILVA, Jackson Ronie; ALMEIDA, Cristóvão Domingos de; GUINDANI, Joel Felipe. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. *In*. Revista Brasileira de História & Ciências Sociais. Ano I – n. I, 2009.

SILVA, Alexandra Lima da. Ensino e mercado editorial de livros didáticos de História do Brasil. Dissertação (mestrado em História). Universidade Federal Fluminense. Niteroi, RJ, 2008.

SILVA, Jane Medeiros. A bibliografia didática de geografia: história e pensamento do ensino geográfico no Brasil (1814 – 1930...). Tese (doutorado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, MG, 2012.

SILVA, Jane Medeiros. Do ensino implícito ao ensino explícito da geografia: a gênese da disciplina geográfica no Brasil. *In*. III Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico - I Encontro Nacional de Geografia Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012a.

SOUZA NETO, Manoel Fernandes. O Compendio Elementar de Geographia Geral e Especial do Brasil. 3ª ed. *In*. Revista da Rede Brasileira de História da Geografia e Geografia Histórica, 2013.

ROCHA, Marlos Bessa Mendes da. *In*. História da educação: ensino e pesquisa. MORAIS, Christianni Cardoso, PORTES; Écio Antônio; ARRUDA, Maria Aparecida - (Org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

TAMBARA, Elomar. Problemas Teórico-Metodológicos de História da Educação. *In*. História e História da Educação: o debate Teórico Metodológico Atual. Campinas – SP: Autores Associados: HISTEDBR, 2006.

_____. Livros de Leitura nas aulas de primeiras letras no Rio Grande do Sul no século XIX. *In*. Revista Educação em Questão. Natal, v. 31, n. 17, p. 73-103, jan./abr. 2008.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. A relação Casa e Estado na educação oitocentista. *In*. A Casa e seus mestres. A educação no Brasil de Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VEIGA, Cynthia Greive. História da Educação. São Paulo: Ática, 2007.

VERÍSSIMO, José. A educação Nacional. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1985.

VLACH, Vânia Rubia Farias. A propósito do Ensino de Geografia: em questão o nacionalismo patriótico. Dissertação (mestrado em Geografia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

_____. O ensino de Geografia no Brasil: uma perspectiva historiográfica. *In*. VESENTINI, José William (Org.). O ensino de Geografia no século XXI. Campinas - SP: Papyrus, 2004, 187-218 pp.

FONTES

Livros didáticos

ALI IDA, Manuel Said Compendio de Geographia elementar [s/ed.]. Rio de Janeiro: Laemmert & C. Editores, 1905. 161 p.

BRASIL, Thomaz Pompêo de Souza. Elementos de Geographia. Offerecidos à mocidade cearense. 1ª ed. Fortaleza: Typographia de Paiva e Companhia, 1851. 284 p.

_____. Compendio elementar de geographia geral e especial do Brasil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Typographia Universal de Laemmert, 1869. 556 p.

CARVALHO, Claudio Lomellino; MELO, Francisco Inacio Marcondes Homem de. Atlas do Império do Brasil. [s/ed.]. Rio de Janeiro: Paulo Robin e Cia., 1882.

CARVALHO, Carlos M. Delgado de. Geographia do Brasil. Tomo I. Geografia Geral. Rio de Janeiro: Impressões Artísticas/ Empresa Foto-Mecânica do Brasil, 1913.

COUTINHO, Tancredo Leite do Amaral. Geographia elementar, adoptada às escolas publicas primarias. 8ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1904. 213 p.

F.T.D. Novo manual de Geographia: para uso das escolas primárias. Curso elementar. 1ª ed. São Paulo: F.T.D., 1907. 48 p.

GAULTIER, Abbade. Lições de Geographia. 2ª ed. Paris: Em casa de Vª J. – P. Aillaud, Guillard E Cª, 1855.

_____. Lições de Geographia. 3ª ed. Paris: Em casa de Vª J. – P. Aillaud, Guillard E Cª, 1878.

LACERDA, Joaquim Maria de. Pequena Geographia da infância: composta para uso das escolas primárias. 2ª ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1880. 96 p.

_____. Pequena Geographia da infância: composta para uso das escolas primárias. [s/ed.]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1913. 116 p.

_____. Curso methodico de Geographia physica, politica, histórica, commercial e astronomica: composto para uso das escolas brasileiras. Melhorada pelo Pe. José Severiano de Rezende. [s/ed.]. Rio de Janeiro. Livraria Francisco Alves, 1908. 532 p.

LOBO, José Theodoro de Souza. Geographia elementar. 11ª ed. Porto Alegre: Globo, 1924. 244 p.

LOPES, Luiza Candida de Oliveira. Lições de Geographia particular do Brazil: acompanhada de um lindo mapa do Império do Brazil. 1ª ed. Rio de Janeiro: J. G. de Azevedo – Editor, 1877.

MARIN, André Perez Y. Novo Atlas universal. Paris/França: Guillard, Aillaud & Cia., 1884.

MARTINS, Amélia de Resende. Geographia elementar: com gravura e oito mapas coloridos. 1ª ed. São Paulo - Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia., 1919.

_____. Novo atlas de Geographia (curso médio). [s/ed.]. Rio de Janeiro – Paris: Francisco Alves – Typ. Aillaud, [s/d].

_____. Novo atlas de Geographia (curso superior [s/ed.]. Rio de Janeiro – Paris: Francisco Alves – Typ. Aillaud), [s/d].

NOVAES, Carlos Augusto Valente de. Geographia Primária (composta para uso das Escolas Primárias). 9ª ed. Rio de Janeiro – Paris; Francisco Alves - Typ. Guillard, Allaud e Cia.

_____. Geographia primária: composto para uso das Escolas Primárias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1892. 164 p.

_____. Geographia especial ou corographia do Brazil. 5ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves – Paulo de Azevedo & Cia., 1923. 328 p.

_____. Geographia Secundaria ou Superior (organizada segundo o Programa dos Gymnasios, Lyceus e das Escolas Normaes). [s/ed.]. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 190[?].

PARANÁ, Sebastião. Estados da República: para o estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normaes. 1ª ed. Curitiba: Buzetti Mori & Filhos, 1911. 487 p.

PEREIRA, Jeronimo Sodré. Compendio de Geographia elementar: especialmente do Brazil. 2ª ed. Bahia: Lopes da Silva Lima & Amaral; Typ. Dous Mundos. 1884. 420 p.

PEREIRA, José Saturnino da Costa. Compendio de Geographia elementar, para uso das escolas brasileiras. 1ª ed. Rio de Janeiro: Typ. de R. Ogier, 1836.

PINHEIRO, Manoel Pereira de Moraes. Elementos de Geographia universal, geral do Brazil e especial de Pernambuco. 1ª ed. Recife: Typographia Mercantil, 1875. 173 p.

PINTO, Alfredo Moreira. Noções de Geographia Geral (para uso da infância). [s/ed.]. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1885.

_____. Chorographia do Brasil: para uso dos gymnasios e escolas normaes. 5ª ed. Rio de Janeiro: Alves & C., 1895.

_____. Apontamentos para o dicionário geographico do Brazil. Vol. I; Vol. II; Vol. III; Vol. IV; Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzjeger & Filhos, 1887 e 1888.

_____. Geographia das Provincias do Brazil. 1ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Nicolau Alves; Alves & Cia, 1883. 254 p.

SANTOS, Francisco Agenor de Noronha; SILVA, Olavo Freire da (colaborador – com os mapas). Chorographia do Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro). [s/ed.]. Rio de Janeiro: Benjamin de Aguilá, 1907. 414 p.

SCROSOPPI, Horacio. Curso superior de Geographia geral (organizado conforme o programa dos gymnasios). 3ª ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves & Cia., 1910.

_____. Lições de chorographia do Brasil (organizadas conforme o programma dos gymnasios). 2ª ed. São Paulo: Casa Duprat, 1911. 450 p.

_____. Lições de chorographia do Brasil (organizadas conforme o programma dos gymnasios). 3ª ed. São Paulo: Duprat & Cia., 1917. 456 p.

SOUSA, Guilherme. Coleção Bibliotheca do Povo e das Escolas. Geographia Geral. 6ª ed. Rio de Janeiro, 1901.

VASCONCELOS, Ezequiel Benigno de. Pontos de Geographia do Brazil (segundo o novo programa para os exames geraes de preparatórios – prova escripta). 1ª ed. Rio de Janeiro, 1884.

VILLA-LOBOS, Raul. Chorographia do Brasil: resumo didactico. 5ª ed. Corr. e aumentada. Rio de Janeiro: Livraria Laemmert & C. Editores, 1901. 234 p.

Obras de referências

BARBOSA, Ruy; ESPINOLA, Thomaz do Bomfim; VIANA; Ulisses Machado. Reforma do ensino primario e varias instituições complementares da instrucção publica: parecer e projecto da Commissão de Instrucção Publica em 1882. Ruy Barbosa (relator). Typographia Nacional. Rio de Janeiro, 1883.

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970.

_____. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1883. v. 1.

_____. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1893. v. 2.

_____. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1895. v. 3.

_____. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1898. v. 4.

_____. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1899. v. 5.

_____. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1900. v. 6.

_____. Diccionario bibliográphico brasileiro. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1902. v. 7.

CARVALHO, Carlos Miguel Delgado de. Methodologia do ensino geográfico. Introdução aos estudos de geografia moderna. Petrópolis: Typ. das Vozes de Petrópolis, 1925.

GUARANÁ, Manoel Armino Cordeiro. Dicionário Bio-Bibliográfico Sergipano. Rio de Janeiro: Governo do Estado de Sergipe: Pongetti, 1925.

SANTANA, Antônio Samarone de. Dicionário biográfico de médicos de Sergipe: séculos XIX e XX. / Antônio Samarone de Santana, Lúcio Antônio Prado Dias,

Petrônio Andrade Gomes. – Aracaju: Academia Sergipana de Medicina, 2009. VILLALOBOS, Raul. A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil. 2ª ed. Laemmert & C. Editores. Rio de Janeiro, 1890.

Outras fontes (revistas, periódicos e jornais)

Jornal O Paíz, sexta-feira, 16 de dezembro de 1887. Disponível em http://memoria.bn.br/DocReader/Hotpage/HotpageBN.aspx?bib=178691_01&pagfis=4809&pesq=&url=http://memoria.bn.br/docreader

Manifesto Republicano, publicado em 03 de dezembro de 1870, no Rio de Janeiro.

BRASIL, Instituto Histórico e Geográfico do. Vultos da Geografia do Brasil (Coletânea das Ilustrações publicadas na “Revista Brasileira de Geografia”. Edição Especial - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro & Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio de Janeiro, 1942.

Revista Brasileira, 1896. (Segundo Anno – Tomo Sexto) Rio de Janeiro. Sociedade – Revista Brasileira Disponível na Biblioteca Nacional digital - Hemeroteca digital brasileira.

Legislação (decretos e Leis)

BRASIL, Lei de 15 de Outubro de 1827. Manda crear escolas de primeiras letras em todas as cidades, villas e logares mais populosos do Imperio. Página 71 Vol. 1 pt. I - (Publicação Original). In. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 20 de junho de 2014.

_____. Decreto nº 9.397, de 7 de Março de 1885. Estabelece regras para a adopção das obras concernentes ao ensino primario e dá outras providencias. Página 329 Vol. 1- (Publicação Original). In. Coleção de Leis do Império do Brasil. Disponível em <http://www2.camara.leg.br/>. Acesso em 20 de junho de 2014.

_____. Decreto-Lei nº 1.006 de 30 de Dezembro de 1938. Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático. Disponível em <http://www2.camara.gov.br/>. Acesso em julho de 2014.

ACERVOS/ARQUIVOS (CONSULTADOS)

BRASIL, Biblioteca Nacional. Catálogo de exposição de história do Brasil. (coleção temas brasileiros). Tomo III. Vol 10. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1981.

CENTER FOR RESEARCH LIBRARIES. Provincial Presidential Reports (1830-1930). Disponível em: <<http://www.crl.edu/pt-br/brazil>>.

Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Disponível em <http://www.ihgb.org.br/>. Acesso em junho de 2014.

Instituto Histórico e Geográfico da Paraíba. Disponível em-
http://ihgp.net/catalogo_3o.htm.

Fundação da Biblioteca Nacional - Hemeroteca digital brasileira. Disponível em
<http://hemerotecadigital.bn.br/>.

Biblioteca Nacional de Maestro - Argentina. Disponível em
<http://www.bnm.me.gov.ar/>.

Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em <http://www.bnportugal.pt/>.

Sociedade Brasileira de Geografia. Disponível em
<http://www.socbrasileiradegeografia.com.br/>.

Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras). Disponível em
<http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/4>.

APÊNDICES

Apêndice 1: Obras didáticas destinadas às escolas primárias (1870 – 1910)

Autor(es)	Título da obra (subtítulo/outras informações)*	Ano; edição; local (editoração – impressão); publicador (editor – impressor)**	Localização das obras (catálogo/referência)
ARANHA, Pedro Venceslau de Brito	Compendio de corographia do Brasil para uso das escolas de instrução primaria.	1872; [s/ed.]; Lisboa: Rolland & Semiond.	Levantamento Maia (2014)
MARQUEZ, Pilipe Pinto	Compendio de Geographia para uso das escolas da instrução primaria (seguido de brevíssimas noções de cosmografia, physica e história natural)	1874; [s/ed.]; Pará; Livraria Clássica; 1876; [s/ed.]; Pará; Livraria Clássica.	Levantamento Silva (2012)
ZALUAR, Augusto Emílio	Noções elementares de Gegraphia, compiladas para uso das escolas primarias (escripto de acordo com os pontos de Geographia, que são hoje preparatório para a matrícula do primeiro anno do Collégio de Pedro II)	1878 ¹²⁵ ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Typographia de Pinheiro & Companhia 1880; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica de N. Alves.	Levantamento Maia (2014) Levantamento Silva (2012)
LOPES, João Batista Pires de Castro	Geographia Patria infantil (escripta em verso para uso das classes primárias)	188?; [s/ed.]; [s/l]; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Noções elementares de corografia do Brasil , para uso das escolas primárias.	1881; [s/ed]; Rio de Janeiro; Cruz Coutinho.	Levantamento Maia (2014)
BURGAIN, Luis Antonio; BURGAIN, José Julio Augusto	Novas lições de geographia elementar : sem decorar por meio de exercicios	1858; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Laemmert. 1865; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Laemmert. 1870; 3ª ed.; Rio de Janeiro; E. & H. Laemmert. 1882; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. Universal de H. Laemmert & C.	Catálogo Biblioteca Nacional de Portugal: 6ª edição Demais edições: Levantamento Silva (2012)
PINHEIRO, Joaquim Caetano Fernandes [pseudônimo: Estacio de Sá e Menezes]	Lições elementares de Geographia segundo o methodo Gaultier	1860; 1ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1869; 2ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1875; 3ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul): 4ª ed.; Demais edições: Levantamento Silva

¹²⁵ A edição de 1878 traz o seguinte título: *Noções elementares de geographia compiladas para uso das escolas primarias*, publicada pela Typographia de Pinheiro & Companhia.

JUNIOR, Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro (revisor)		1885 ; 4ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Editor: B.L. Garnier. 1902 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; B. L. Garnier	(2012)
SILVA, Vasco de Araujo e	Noções de Geographia: para o uso de escolas da instrução primária	1870 ; 1ª ed.; Porto Alegre; [s/p].	Levantamento Maia (2014)
SILVA, Vasco de Araújo e	Noções de Geografia geral	1885 ; [s/ed.]; Porto Alegre; Rodolfo José Machado.	Levantamento Maia (2014)
BURGAIN, José Julio Augusto	Geographia pátria elementar	1885 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier.	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Noções de Geographia Geral (para uso da infância)	1885 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Francisco Alves.	IHG- CE
ENÉIAS, João de Simas	Epitome de Geographia do Brazil (destinado ao ensino primario)	1888 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
VILLA-LOBOS, Raul	Compendio Elementar de Chorographia do Brasil (adaptado ao uso das escolas de instrução primária da republica) ¹²⁶	1886 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Typographia Mont'Alverne. 1890 ; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. Mont'Alverne. 1896 ; 3ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p]. 1906 ; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Laemmert & C.- Editores.	VILLA-LOBOS (1890) ¹²⁷ – 2ª ed. LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul): 5ª ed. Demais edições: Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Rudimentos de Chorographia do Brasil (para uso das escolas primarias)	1881 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro/Paris; Alves & C.; Guillard, Aillaud & Cia. 1891 ; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica de Alves. 1895 ; 3ª ed.; Rio de Janeiro/RJ – Paris/França; Alves & C – Guillard, Aillaud & Cia.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul): 3ª ed.; Demais edições: Levantamento Silva (2012)
NOVAES, Carlos Augusto Valente de – [Dr. Carlos Novaes]	Geographia Primária (composta para uso das Escolas Primárias)	1895 ; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. [s/d] ; 4ª ed.; Rio de Janeiro/RJ – Paris;	Acervo Pessoal Professora Maria Adailza: 4ª ed.; Acervo pessoal da autora: 9ª ed ¹²⁸ ;

¹²⁶ Conforme catálogo de Silva (2012), a partir da 5ª edição o título passa a ser *Chorographia do Brasil (resumo didactico)*, sendo publicado pela Laemmert & C. Editores.

¹²⁷ Anuncio de obras do mesmo autor na livraria Laemmerte & Cia – Editores. In. VILLA-LOBOS, Raul. A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmerte & Cia – Editores, 1890, 2ª ed.

		Francisco Alves - Typ. Guillard, Allaud e Cia; 1900 ; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. [s/d]; 9ª ed.; Rio de Janeiro/RJ – Paris; Francisco Alves - Typ. Guillard, Allaud e Cia; 1907 ; 12ª ed.; Rio de Janeiro/RJ – Paris; Francisco Alves – Typ. Guillard, Allaud e Cia.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): 12ª ed.; Obras do mesmo autor à venda na livraria Francisco Alves ¹²⁹ ; 8ª ed. Demais edições: Levantamento Silva (2012)
F.T.D	Novo Manual de Geographia (para uso das escolas primárias – curso elementar)	1907 ; [s/ed.]; São Paulo/SP; FTD.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
LACERDA, Joaquim Maria de	Pequena Geographia da infância : composta para uso das escolas primárias	1880 ; 2ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1884 ; 3ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1887 ; 4ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1890 ; 5ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1895 ; 6ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1898 ; 9ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier 1908 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia 1910 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia 1913 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ – Paris/França; Francisco Alves – Aillaud & Cia; 1914 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves 1915 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1917 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): edições de 1913 e 1928; Demais edições: Levantamento Silva (2012)

¹²⁸ Nesta edição consta uma nota da Secretaria da Instrução Pública do Estado do Pará e um Parecer de aprovação da obra pelo Conselho de Educação deste mesmo estado, datados em 1892, provavelmente direcionado à primeira edição.

¹²⁹ Anuncio apresentado nas folhas iniciais dos livros *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.); *Geographia Secundária* (10ª ed. 1928, 547p.); *Geographia Primária* (9ª ed. s/d; 164p.), do mesmo autor.

		1918; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1924; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves 1928; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ – Paris/França; Francisco Alves – Aillaud & Cia; 1930; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves 1932; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves 1934; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves	
THIRÉ, Arthur	Geographia elementar (compendiada para uso das escolas primarias)	1901; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves 19??; 7ª ed.; [s/l]; Editores N. Falcão e Cia. [s/d]; 9ª ed. ; [s/l]; [s/p]. 1909; 10ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves 1913; 11ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Lisboa/Portugal; Francisco Alves; Typ. Aillaud, Alves & Cia 1925; 17ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves	IHG – SE: 7ª ed. LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): 11ª ed. BNM-PT: 9ª ed. Demais edições: Levantamento Silva (2012)
FILHO, M. Albuquerque	Geographia Elementar (para as escolas primarias)	1914 ; [s/ed.]; Recife; Imprensa Industrial.	Levantamento Silva (2012)
F. T. D.	Curso Elementar de Geographia (para as escolas primarias)	1914 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves	Levantamento Silva (2012)
REIS, O. de Souza	Manual de Geographia elementar e noções rudimentares de physiographia	1918 ; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Ed. do autor	Levantamento Silva (2012)

Organização: Angelo (2014).

Apêndice 2 – Obras didáticas destinadas às escolas secundárias/superior (1870 – 1910)

Autor(es)	Título da obra (subtítulo/outras informações)*	Ano; edição; local (editoração – impressão); publicador (editor – impressor)**	Localização das obras (catálogo/referência)
ABREU, Pedro José de	Elementos de Geographia moderna para uso dos alunos do Imperial Collegio Pedro II. (Adoptado pelo conselho diretor da instrução publica para uso dos allumnos do Collegio Pedro II).	1863; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. de Pinheiro. 1867; 2ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p]. 1870; 3ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p]. ¹³⁰ 1871; 4ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p]. 1875; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Typographia do Apostolo. 1882; 7ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p]. 1885; 8ª ed.; [s/l]; [s/p].	IHG – CE: 8ª edição; Demais edições: Levantamento Silva (2012)
GAULTIER, Abbade	Lições de Geographia	1838; 1ª ed. Paris; Livraria Portugues de J. P. Ailliud. [s/d]; 2ª ed.; Paris/Lisboa; Casa de Va. J. P. Aillaud, Monlon & Cia. 1867; [s/ed.]; Paris; J. P. Aillaud, Monlon & Cia. 1872; [s/ed.]; Paris; Guillard, Aillaud & Cia. 1878; [s/ed.]; Paris; Guillard, Aillaud & Cia.	Levantamento Silva (2012)
MARTINS, Henrique Augusto Eduardo [Henrique Martins]	Geographia Elementar: ornada com gravura: obra aprovada pelo conselho da instrução publica da corte e mandada admitir pelo ministério da guerra, na escola militar.	187?; [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
LACERDA, Joaquim Maria de	Elementos de Geographia, physica, política, e astronomica (com estampas coloridas para as classes inferiores de instrução secundária)	1870; 1ª ed.; Rio de Janeiro; H. Laemmert. 1880; 2ª ed.; Paris; Pillet et Dumoulin. 1884; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. do Commercio. 1887; 4ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier. 1895; 5ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier.	Levantamento Maia (2014); 1ª ed. Demais edições: Levantamento Silva (2012); 2ª ed.; 4ª ed.; 5ª ed.; Catálogo Geral da Biblioteca Nacional de Portugal: 3ª ed. Livros à venda à venda na Livraria

¹³⁰ As edições de número 5 e 7 foram publicadas pela typographia do Apóstolo Silva (2012). Já a edição de número 8, catalogada no IGH-CE, informa que a obra foi publicada pelos Editores Soares & Niemeyer.

		[s/d]; 6ª ed.; [s/l]. [s/p].	Garnier ¹³¹ : 6ª ed.
VASCONCELOS, Ezequiel Benigno de	Pontos de Geographia do Brazil (segundo o novo programa para os exames geraes de preparatórios – prova escripta).	1884 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
MAURY, Tenente (autor principal); AGUIAR, L. A. da Costa (autor secundário – Tradutor)	Geographia Physica : para uso da juventude de todas as classes da Sociedade. Escrito em língua inglesa pelo tenente Maury e traduzido.	1873 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; B.L. Garnier.	LIVRES: Biblioteca Mario de Andrade (Obras Raras) – SP Levantamento Maia (2014)
MACEDO, Joaquim Manoel de	Noções de Corographia do Brazil (dois volumes)	1873 ; [s/ed]; Rio de Janeiro; Typ. Franco-Americana. 1873 ; [s/ed]; Rio de Janeiro; [s/p]. (tomo I e tomo II) 1873 ; [s/ed]; [s/l]. [s/p]. (tradução inglesa por H. L. Sage Leipzig: F. A. Brocklaus) 1873 ; [s/ed]; [s/l]. [s/p]. (tradução francesa por J. F. Halbout. Leipzig: F. A. Brocklaus) 1873 ; [s/ed]; [s/l]. [s/p]. (Uebersetzt von M. P. Alves Nogueira und Wilhelm Theodoro v. Schiefler. Leipzig: F. A. Brocklaus)	LIVRES: Biblioteca Colégio Pedro II-NUDOM Demais edições: levantamento Silva (2012) - 1ª ed. 1873; outras 5 edições com este título publicada no mesmo ano.
MACEDO, Joaquim Manoel de	Lições de corographia do Brazil (para uso dos alunos do Imperial Collegio de Pedro II)	1877 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; B. L. Garnier.	LIVRES: Biblioteca Colégio Pedro II-NUDOM
FRAZÃO, Manoel José Pereira	Noções de Geographia do Brazil (para uso da mocidade brasileira)	1883 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Typ. Esperança de J. d’Aguiar & Cia.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
CARVALHO, Joaquim José de	Breves noções de Geographia e corographia do Brazil . (formulados de acordo com o novo programa de exames geraes preparatórios).	1883 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro.	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)

¹³¹ Anúncio apresentado na contracapa do Livro *Pequena Geographia da Infancia*, pelo mesmo autor. [s/d]; tip. Garnier.

LAPPARENT, A. de	Resumo de Geologia	189? ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Garnier.	LIVRES: Biblioteca Colégio Pedro II-NUDOM LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático)
VILLA-LOBOS, Raul	Noções de Astronomia, ou rudimentos d'esta sciencia (ao alcance de todos e indispensáveis aos candidatos desta disciplina aos exames geraes e preparatórios no Collegio Militar, no Gymnasio Nacional, nas escolas de Marinha, Militar e Normnal da Capital Federal) ¹³² .	1890 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Laemmerte & C. Editores.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Macedo Soares):
VILLA-LOBOS, Raul	Noções de Cosmographia, ou rudimentos d'esta sciencia (ao alcance de todos e indispensáveis aos candidatos desta disciplina aos exames geraes e preparatórios no collegio Militar, no Gymnasio Nacional, nas escolas de Marinha, Militar e normnal da Capital Federal) ¹³³	1890[?] ; 1ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Laemmerte & C. Editores. 1894 ; 2ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Laemmerte & C. Editores.	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Elementos de Cosmographia	1894 ; 3ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Clássica de Alves & C.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul) Acervo da Professora Maria Adailza: livro fotocopiado.
PINTO, Alfredo Moreira	Chorographia do Brasil : para uso dos gymnasios e escolas normaes (5ª edição ilustrada com 23 cartas)	1892 ; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica Francisco Alves & Cia. 1895 ; 5ª ed.; Rio de Janeiro, RJ/Alves & C. 1900 ; 6ª ed.; Rio de	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul): 5ª ed. Demais edições: levantamento Silva

¹³² Livro a venda Laemmerte & Cia – Editores. Anúncio de obras do mesmo autor in. VILLA-LOBOS, Raul. A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmerte & Cia – Editores, 1890, 2ª ed., publicado pela mesma editora; e contracapa do Livro Chorographia do Brasil:resumo didactico, 5ª ed., 1906

¹³³ Livro a venda Laemmerte & Cia – Editores. Anúncio de obras do mesmo autor in. VILLA-LOBOS, Raul. A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil. Rio de Janeiro: Laemmerte & Cia – Editores, 1890, 2ª ed., publicado pela mesma editora; e contracapa do Livro Chorographia do Brasil:resumo didactico, 5ª ed., 1906

		Janeiro; Francisco Alves. 1909 ; 10 ^a ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves.	(2012)
SAAVEDRA, João Clemente de Carvalho	Elementos de geographia , adaptados ao novo programa do curso dos lyceu.	1896 ; [s/ed.]; Porto: Typ. da Empreza litteraria e Typographica.	Levantamento Maia (2014)
LACERDA, Joaquim Maria de	Curso Methodico de Geographia physica, politica, historica comercial e astronomia. Vol.1.	1884 ; 3 ^a ed.; Rio de Janeiro/RJ; Imp. Du Commerce; 1887 ; 4 ^a ed.; Rio de Janeiro; H. Laemmert & Cia. 1892 ; 5 ^a ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier. 1895 ; 6 ^a ed.; Rio de Janeiro; Garnier. 1898 ; 7 ^a ed.; Rio de Janeiro/RJ; B.L. Garnier; 1901 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; B. L. Garnier. 1902 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; B. L. Garnier. 1908 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1910 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1911 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1912 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Francisco Alves. 1914 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1915 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Francisco Alves. 1918 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul): 3 ^a ed.; Anúncio na contracapa livro Pequeno Geographia da Infancia pelo mesmo autor: 7 ^a ed. LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): 1912 e 1915; Demais edições: levantamento Silva (2012)
ALI IDA, Manuel Said	Compendio de Geographia elementar	1905 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Laemmert & C. Editores.	LIVRES Biblioteca Colégio Pedro II-NUDOM Acervo da autora.
MARTINS, Henrique Augusto Eduardo [Henrique Martins]	Corographia do Brasil: pontos de escriptos de Geographia	1883 ; 1 ^a ed.; Porto Alegre; Editor Rodolpho José Machado.	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)

MARTINS, Henrique Augusto Eduardo [Henrique Martins]	Elementos de chorographia do Brazil - (Adoptados em todo o Estado do Rio Grande do Sul, no gymnasio nacional, collegio militar e outros estabelecimentos de instrucção)	1896; 5ª ed.; Porto Alegre; Livraria Rodolpho José Machado. 1906; 7ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Azevedo. 1910; 8ª ed.; Rio de Janeiro/ Paris; Francisco Alves; Aillaud, Alves & Cia.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático) Demais edições: levantamento Silva (2012): 5ª ed. e 8ª ed.
PINTO, Alfredo Moreira	Geographia Geral: curso superior	1906; 6ª ed.; Rio de Janeiro; livraria Clássica Francisco Alves.	Levantamento Silva (2012)
NOVAES, Carlos Augusto Valente de [Dr. Carlos Novaes]	Geographia Secundaria ou Superior (organizada segundo o Programa dos Gymnasios, Lyceus e das Escolas Normaes.	190?; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Francisco Alves.	Anuncio de obras do mesmo autor a venda na Livraria Francisco Alves ¹³⁴
BITTTECOURT, Feliciano Pinheiro	Compendio de Geographia Geral; de acordo com o programma do Gymnasio Nacional e da Escola Normal.	1907; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria da viúva Azevedo e Cia.	Levantamento Silva (2012)
SCROSOPPI, Horacio	Lições de chorographia do Brasil (organizadas conforme o programma dos gymnasios)	1908; 1ª ed.; São Paulo; Casa Duprat. 1911; 2ª ed.; São Paulo; Casa Duprat 1917; 3ª ed.; São Paulo; Casa Duprat. 1921; 4ª ed.; São Paulo; Casa Duprat. 1927; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	LIVRES - Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): 1ª ed. e 5ª ed. LIVRES - Biblioteca Colégio Pedro II-NUDOM: 3ª ed. 1917. LEMAD; IHG-SE; Acervo pessoal da professora Maria Adailza: 2ª ed. Levantamento Silva (2012): 4ª ed.
SCROSOPPI, Horacio	Curso Elementar de Geographia Geral	1905; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia. [s/d]; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia. 1912; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves & Cia. 1922; 8ª ed.; Rio de	Anúncio de obras do mesmo autor ¹³⁵ : 4ª ed. Demais edições: levantamento Silva (2012): 1ª ed.; 5ª ed.; 8ª ed. e 9ª ed.

¹³⁴ Disponível nas folhas iniciais dos livros *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.); *Geographia Secundária* (10ª ed. 1928, 547p.); *Geographia Primária* (9ª ed. s/d; 164p.), do mesmo autor.

¹³⁵ Disponível na contra-capla do livro *Lições de chorographia do Brasil*, 2ª ed., 1911.

		Janeiro; Paulo Azevedo. 1924; 9ª ed.; São Paulo; Livraria Francisco Alves.	
SCROSOPPI, Horacio	Curso superior de Geographia geral (organizado conforme o programa dos gymnasios)	[s/d.]; 2ª ed.; [s/l.]; [s/p.] 1910 ; 3ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Francisco Alves & Cia. 1915 ; 5ª ed.; Rio de Janeiro/Paris; Francisco Alves & Cia; Aillaud. 1918 ; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1927; 10ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	PORBASE – Base Nacional de Dados Bibliográficos de Portugal: 3ª ed. Anúncio de obras do mesmo autor ¹³⁶ : 2ª ed. (1º e 2º anno gymnasial); Demais edições: levantamento Silva (2012): 5ª ed.; 6ª ed.; 10ª ed.
BITTENCOURT, Feliciano Pinheiro	Compendio de Corographia do Brasil	1909 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1910 ; 2ª ed. Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1911 ; 3ª ed.; [s/l.]; Francisco Alves; Aillaud, Alves & Cia. 1914 ; 4ª ed.; Rio de Janeiro/Paris; Francisco Alves; Aillaud, Alves & Cia. 1916 ; 5ª ed.; Rio de Janeiro/Paris; Francisco Alves; Aillaud, Alves & Cia. 1918 ; 6ª ed.; Rio de Janeiro/Paris; Francisco Alves. 1919 ; 7ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1925; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	LIVRES - Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): 3ª ed.; Demais edições: levantamento Silva (2012); 1ª ed.; 2ª ed.; 3ª ed.; 4ª ed.; 5ª ed.; 6ª ed.; 7ª ed.; 1925.
CHAPUT, Fere Ignace [F.I.C.] GABAGLIA Eugenio Raja (revisor e adaptador)	Elementos de Cosmographia: revisto e adaptados as escolas de instrução secundaria do Brazil	191? ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; B. L. Garnier.	Levantamento Silva (2012)
POMBO Lindolpho	O Brazil nas escolas – Leituras progressivas	1912 ; 4ª ed.; São Paulo/SP; Livraria “Magalhães” Editora.	LIVRES - Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático)
CARVALHO, Delgado de	Geographia do Brasil	1913 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Impressões Artísticas/Empresa Foto-Mecânica do Brasil. 1923; 2ª ed.; (tomo I); Rio de Janeiro; Graphico-	Levantamento Silva (2012)

¹³⁶ Disponível na contra-capla do livro *Lições de chorographia do Brasil*, 2ª ed., 1911.

		Editora. 1927; 3ª ed. (tomo I e Vol. II); Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1928; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1930; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	
NOVAES, Carlos Augusto Valente de [Dr. Carlos Novaes]	Geographia especial ou Chorographia do Brasil (organizada de conformidade com os programamas dos Gymnasios officiaes, dos cursos anexos ás faculdades livres do Brazil e das escolias normaes da união).	1912; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves & Cia. 1923; 5ª ed.; Rio de Janeiro – Paris; Livraria Francisco Alves e Paulo de Azevedo & Cia – Typ Aillaud. 1925; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	Acervo da autora: 5ª ed.; Demais edições: levantamento Silva (2012)
NOVAES, Carlos Augusto Valente de [Dr. Carlos Novaes]	Geographia Secundária: organizada segundo o programa dos Gymnasios, dos Lyceus, e das Escolas Normaes do Brazil.	1908; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves & Cia. 1910; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves; 1923; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Liv. Francisco Alves. 1928; 10ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1929; 11ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1931; 13ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves.	Acervo pessoal da autora: 10ª ed. (revista e actualizada); Demais edições: levantamento Silva (2012)
F. T. D.	Geographia: curso medio compreendendo: 1º Chorographia do Brazil; 2º Chorographia universal	1914; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	Levantamento Silva (2012)
CABRAL, Mario da Veiga	Compendio de chorographia do Brasil	1916; 1ª ed.; [s/l]; [s/p]. 1917; 2ª ed.; [s/l]; [s/p]. 1918; 3ª ed.; [s/l]; [s/p]. 1919; 4ª ed.; [s/l]; [s/p]. [s/d.]; 5ª ed.; [s/l]; [s/p]. [s/d.]; 10ª ed.; [s/l]; [s/p]. [s/d.]; 20ª ed.; [s/l]; [s/p].	LIVRES - Biblioteca Colégio Pedro II-NUDOM: 5ª ed.; LIVRES - Biblioteca FEUSP (Biblioteca Macedo Soares): 10ª ed.; LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): 20ª ed.; Acervo da Professora Maria Adailza: 28ª

			ed. ¹³⁷ Obs.: Na edição 28 há referência de todas as demais edições com data de publicação.
LISBOA, Coelho; BRASIL, Etienne	Cosmographia (de conformidade com o programa dos exames gymnasiais).	1919 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Leite Ribeiro & Maurillon.	Levantamento Silva (2012)

Organização: Angelo (2014).

Apêndice 3: Obras paradidáticas / livros de consulta utilizadas para consulta dos professores e dos alunos (atlas e dicionários geográficos)

Autor(es)	Título da obra (subtítulo/outras informações)*	Ano; edição; local (editoração – impressão); publicador (editor – impressor)**	Localização das obras (catálogo/referência)
LISBOA, José E. da Silva	O Atlas elementar de Geographia	1877 ; [s/ed.]; Recife; Typographia do Jornal do Recife.	GPL
Por uma sociedade de homens de sciencia. CARVALHO, Augusto de (diretor)	Dicionário de Geographia Universal: composto segundo os trabalhos geográficos mais modernos dos melhores autores portugueses, brasileiros, francezes, ingleses e estatísticas dos diferentes paizes, compreendendo todos os esclarecimentos e informações ao commercio, ás artes e industrias fabris e consideravelmente desenvolvido na parte que diz respeito a Portugal, Provincias e Brazil.	1878; (vol. I); Lisboa/Portugal; Editor David Corazzi 1881; (vol. II); Lisboa/Portugal; Editor David Corazzi 1883; (vol. III); Lisboa/Portugal; Editor David Corazzi 1887; (vol. IV); Lisboa/Portugal; Editor David Corazzi.	Anúncio de livros a venda na livraria Francisco Alves ¹³⁸ IHG - PB
CARVALHO, Claudio Lomellino;	Atlas do Império do Brasil ¹³⁹	1882 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Paulo Robin	LIVRES - Biblioteca FEUSP

¹³⁷ Nas primeiras folhas desta publicação há referência de 28 edições publicadas, sendo a 1ª ed. em 1916 e a 28ª em 1947.

¹³⁸ Disponível na contra-capla do livro *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.)

MELO, Francisco Inacio Marcondes Homem de [Barão Homem de Mello]; BUENO, Francisco Antônio Pimenta (colaborador); ROBIN, Paulo (editor).	(Dedicado a Sua Magestade o Imperador Senhor D. Pedro II. Destinado á Instrucção Publica no Imperio com especialidade á dos alumnos do Imperial Collegio de Pedro II)	e Cia.	(Biblioteca Paulo Bourroul);
[SOUSA, ¹⁴⁰ Guilherme de] Coleção: Biblioteca do Povo e das Escolas	Geographia Geral: descrição das raças, religiões, governos e estados do globo (coleção biblioteca do povo e das escolas) – Paradidático secundário.	1881; 2ª ed; Lisboa/Portugal; David Corazzi ¹⁴¹ . 1901; 6ª ed.; [s/l.]; [s/p.];	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul) IHG – CE: 6ª ed.
Não Identificado Coleção: Biblioteca do Povo e das Escolas	A terra e os mares: divagações científicas (coleção biblioteca do povo e das escolas) – Paradidático secundário	1882; [s/ed.]; Lisboa/Portugal; David Corazzi.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
Não Identificado Coleção: Biblioteca do Povo e das Escolas	Chographia do Brazil (coleção biblioteca do povo e das escolas)-	1882; [s/l.]; David Corazzi.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
Não Identificado Coleção: Biblioteca do Povo e das Escolas	Meteorologia (coleção biblioteca do povo e das escolas) - Paradidático secundário.	1882; [s/ed.]; Lisboa/PT; David Corazzi.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Macedo Soares e Biblioteca Paulo Bourroul)
Não Identificado Coleção: Biblioteca do Povo e das Escolas	Mineralogia (coleção biblioteca do povo e das escolas) - Paradidático secundário.	1882; [s/ed.]; Lisboa/PT; David Corazzi.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
MARIN, André Perez Y.	Novo Atlas universal	1884; [s/ed.]; Paris/França; Guillard, Aillaud & Cia.	LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)

¹³⁹ Em 1868 foi publicado um atlas organizado pelo Senador Candido Mendes de Almeida, com este mesmo título destinado a instrução pública do Império como especialidade para os alunos do Colégio Pedro II, disponível no acervo digital de obras raras do Senado Federal.

¹⁴⁰ No catálogo de Maia (2014) o autor é apontado como sendo David Corazzi. Já no catálogo da LIVRES, a informação da autoria aparece como *Biblioteca do Povo e das Escolas*, título referente à coleção uma coleção de livros (da qual faz parte esta obra) publicados pelo editor David Corazzi. Porém, identificamos na capa da sexta edição, catalogada no IHG – CE que esta obra foi escrita por Guilherme de Sousa, informação também é trazida por Nascimento & Santos (2006), em seu artigo intitulado *Geografia Geral para portugueses e brasileiros: a biblioteca do povo e das escolas*.

¹⁴¹ David Corazzi é um editor e livreiro português que instalou uma firma no Rio de Janeiro no final da década de 1870. Suas publicações da coleção *Biblioteca do Povo e das escolas* eram direcionadas ao público português e Brasileiro (SANTOS & CARVALHO, 2006; BITTENCOURT, 2008).

COURURIER, Monsenhor C.	Geographia-Atlas (contendo... ver silva, p. 70)	1893; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica de Alves e Cia.	Levantamento Silva (2012)
VILLA-LOBOS, Raul	Diccionario Geographico-Postal do Brasil	190?; [s/ed.]; [s/l.]; [s/p.].	Catálogo da Livraria Laemmerte & Cia – Editores ¹⁴²
GAMA, Domicio da	Atlas universal de geographia physica e política.	1898; [s/ed.]; Paris - Rio de Janeiro; Garnier.	Levantamento Maia (2014)
LACERDA, Joaquim Maria de; PINHEIRO, Luis Leopoldo Fernandes	Novo Atlas Universal da infancia ¹⁴³	1901; 3ª ed.; Rio de Janeiro/RJ - Paris/França; H. Garnier – Typ. Garnier Irmãos.	-Anúncio de livros a venda na Livraria Garnier ¹⁴⁴ - Catálogo Fundação Biblioteca Nacional; - Catálogo Geral da Biblioteca Nacional de Portugal;
SILVA, Olavo Freire da; MAY, Alfredo Oscar de Azevedo	Atlas de Geographia universal e especialmente do Brasil (curso médio e superior – para as Escolas Normaes e Gymnasios)	1901; [s/ed.]; Rio de Janeiro, RJ; Francisco Alves.	LIVRES - Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
SILVA, Olavo Freire da	Exercícios cartográficos (seis cadernos)	1903; [s/ed.]; [s/l.]; Francisco. Alves, 1928; 10ª ed.; [s/l.]; Francisco Alves e Paulo de Azevedo e Cia.	Biblioteca Nacional de Maestros Anúncio de livros a venda da mesma editora ¹⁴⁵ .
SILVA, Olavo Freire da	Pequeno atlas de histórica universal: curso elementar para o ensino do primeiro grau	1910; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Classica de Francisco Alves	Biblioteca Nacional de Maestros
F.T.D	Geographia – Atlas – livro II	1910; [s/ed.]; São Paulo; [s/p]. 1923; [s/ed.]; [s/l.]; [s/p.]	GPL: edição do ano. 1910 (livro II);

¹⁴² Anúncio de obras do mesmo autor in. VILLA-LOBOS, Raul. *A República brasileira em 1890 ou Ensaio chorographico-histórico do Brasil*. Rio de Janeiro: Laemmerte & Cia – Editores, 1890, 2ª ed.

¹⁴³ Esta obra possivelmente teve como 1ª ed. o título *Atlas universal de Geografia para uso das escolas e instrução do povo, compreendendo 32 mapas, primorosamente gravados e coloridos de todos os países do mundo*, publicado em 1883 – títulos referenciados por Blake, (1970); Maia, (2014). Possível 2ª ed. com o título *Novo Atlas universal da infancia*, publicada em 1901 em coautoria com Luiz Leopoldo Fernandes Pinheiro – obra referenciada por Blake, (1970).

¹⁴⁴ Disponível na contra-capla do livro *Pequena Geographia da infancia: composta para uso das escolas primárias*, do mesmo autor.

¹⁴⁵ Disponível na contra-capla do livro *Geographia Secundária* (10ª ed., 1928), de Carlos Novaes, publicado pela mesma editora.

			Levantamento Silva (2012); Boligian (2010): edição de 1923.
MONTEIRO, J.; OLIVEIRA, F. de; SILVA, Olavo Freire da (revisor)	Novo atlas de Geographia (curso elementar) – todos os mapas coloridos	1912 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ – Paris; Francisco Alves – Typ. Aillaud	Catálogo Biblioteca Nacional de Maestro: edição de 1912; Anúncio de livros a venda na livreria Francisco Alves ¹⁴⁶
MELO, Francisco Inacio Marcondes Homem de [Barão Homem de Mello]	Geographia – atlas do Brasil e das cinco partes do mundo	1912 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; F. Brigueet. 1923; 2ª ed.; [s/l.]; [s/p.];	Levantamento Silva (2012) LIVRES: Biblioteca FEUSP – (Biblioteca Paulo Bourroul); 2ª ed.
MONTEIRO, J.; OLIVEIRA, F. de; SILVA, Olavo Freire da (revisor)	Novo atlas de Geographia (curso médio)	[s/d]; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ – Paris; Francisco Alves – Typ. Aillaud	Anúncio de livros a venda na livreria Francisco Alves ¹⁴⁷
MONTEIRO, J.; OLIVEIRA, F. de; SILVA, Olavo Freire da (revisor)	Novo atlas de Geographia (curso superior)	[s/d]; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ – Paris; Francisco Alves – Typ. Aillaud	Anúncio de livros a venda na livreria Francisco Alves ¹⁴⁸
Antônio	Cartografia	19?? ; [s/ed.]; São Paulo/SP; Gráfica Palmeiras	LIVRES: Biblioteca FEUSP – (Biblioteca do Livro Didático)
MUNHOZ, M. Iracema FOSTER, Anita	Cartografia: 2º caderno: mapas – Brasil (vol. 2)	19?? ; [s/ed.]; São Paulo/SP; Typ. Paulista.	LIVRES: Biblioteca FEUSP – (Biblioteca do Livro Didático)
F.T. D.	Geographia – Atlas: curso superior (programa do primeiro anno do Gymnasio Nacional)	1913 ; 1ª ed.; São Paulo; F.T.D 1924; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Paulo de Azevedo;	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Apontamentos para o dicionário geographico do Brazil	1887 ; vol. I; Rio de Janeiro/RJ; Typ. de G. Leuzjager & Filhos; 1888 ; Vol. II; Rio de Janeiro/RJ; Typ. de G. Leuzjager & Filhos; 1888 ; Vol. III; Rio de Janeiro/RJ; Typ. de G. Leuzjager & Filhos;	LIVRES: Biblioteca FEUSP – (Biblioteca Paulo Bourroul): edições de 1894 e 1896 Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras

¹⁴⁶ Anunciada na contracapa do livro *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.), publicado pela mesma editora.

¹⁴⁷ Anunciada na contracapa do livro *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.), editado pela Francisco Alves.

¹⁴⁸ Anunciada na contracapa do livro *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.), editado pela Francisco Alves.

		1888; Vol. IV; Rio de Janeiro/RJ; Typ. de G. Leuzjager & Filhos; 1894; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Imprensa Nacional. 1896; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Imprensa Nacional.	raras): 1887, vol. I; 1888, vol. II; 1888, vol. III; 1888, vol. IV; 1888, vol. V.
PINTO, Alfredo Moreira	Dicionário Geográfico do Brasil	1901; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	Referência Bittencourt (2008)

Organização: Angelo (2014).

Apêndice 4: Obras didáticas com níveis/destino não identificados:

Autor(es)	Título da obra (subtítulo/outras informações)*	Ano; edição; local (editoração – impressão); publicador (editor – impressor)**	Localização das obras (catálogo/referência)
FREESE, João Henrique	Compendio de Geographia e História: seguido de um epitome sobre os globos e seus círculos, e de um trabalho chronológico dos principaes acontecimentos da história do Brasil desde o seu descobrimento até a coroação de S. M. I. o Sr. D. Pedro II	1842; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. de J. E. S. Cabral. 1868; 3ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p]. 1871; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria de Agostinho de Freitas Guimarães & Cia.	Levantamento Silva (2012)
Não identificado	Breves Noções de Geographia Universal: mui acrescentada na parte respectiva ao Imperio do Brasil, para uso da mocidade estudiosa.	1845; 2ª ed.; Rio de Janeiro; E. & H. Laemmert. 1873; 3ª ed.; Rio de Janeiro; E. & H. Laemmert.	Levantamento Silva (2012)
LOBO, José de Theodoro de Souza	Geographia elementar	1884; [s/ed.]; [s/l]; [s/p].	Levantamento Maia (2014)
FREITAS, Joaquim Pedro Correa [Dr. Joaquim Freitas]	Noções de Geografia e história do Brasil	[s/d]; 7ª ed.; Pará; Tip. Comercial L. da Costa Junior.	Levantamento Bittencourt (2008)
RAMOS, Gustavo Adolpho	Compendio de Geographia	187?; 1ª ed.; [s/l]; [s/p]	Levantamento Silva (2012)

BITTENCOURT, José Correia de Mello	Elementos de Geographia physica: contendo a descripção espacial de cada paiz e organizados segundo o actual programa de exames geraes da instrucção publica.	1877? ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p]. 1880 ; 2ª ed. Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
SANTOS Presalino Lery	Curso elementar de Geographia moderna	1877? ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
LACERDA, Joaquim Maria de	Tratado Elementar de Geographia physica, politica, e astronômica: composto para o uso das escolas brasileiras	1870 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garnier.	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
GOES, Antonio Francisco de Assis	Epítome da geographia e historia do Imperio do Brasil	1872 ; [s/ed.]; Petrópolis; Typ. Do mercantil de B. Pereira Sodré	Levantamento Maia (2014)
LEITE, Dr. Tobias Rabello	Lições de Geographia do Brasil	1873 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
LIMA, Arcelino de Queiroz	Compendio Elementar de Geographia Geral e especial do Brazil	1873 ; 1ª ed.; Ceará; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
LOPES, Luiza Candida de Oliveira ¹⁴⁹	Lições de Geographia particular do Brazil: acompanhada de um lindo mapa do Império do Brazil	1877 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; J. G. de Azevedo – Editor.	Levantamento Maia (2014)
[Por um professor de Geografia]	Ponto de Geographia seuundo o programa para os exames geraes em 1877	1877; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. J. G. de Azevedo.	Levantamento Silva (2012)
FARIA, Colimério Leite de	Compendio de Geographia do Brasil (compilações) ¹⁵⁰	1879 ; [s/ed.]; [s/l]; Mimeo.	Levantamento Silva (2012)
[Por um professor]	Elementos de Geographia Physica.	1880 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Typ. de Pinheiro e	Levantamento Silva (2012)

¹⁴⁹ No caso da autoria da referida obra, Maia (2014) adverte para os equívocos que aparecem em alguns catálogos e que foram sendo repetidos por vários pesquisadores. No catálogo de Sacramento Blake (1899), o nome da autora é indicado como D. Luiza Carolina de Araujo Lopes. O problema da autoria desta obra ainda apresenta um erro quanto ao gênero. Esse manual foi registrado nos *Annaes da Bibliotheca Nacional do Rio de Janeiro 1881-1882* e no *Catálogo da exposição de história do Brasil*, organizado por Ramiz Galvão, em 1881, como de autoria de Luiz Cândido de Oliveira Lopes (MAIA, 2014).

¹⁵⁰ Com base em Blacke, Silva (2012), aponta que esta obra não chegou a ser editada, sendo apenas utilizada no exercício da docência do seu autor, como apostilhas, porém a autora ressalta o caráter de relevância e notoriedade deste livro por este ter sido referenciado no dicionário bibliográfico brasileiro de Sacramento Blacke.

	(compilado segundo os melhores autores)	Cia.	
GEIKIE, Archibald; Carlos, Jansen (tradutor e adaptador)	Geographia Physica (coleção biblioteca do ensino intuitivo – 1ª série de sciencias natuaraes)	1880; 1ª ed. Rio de Janeiro; Laemmert & Cia. 1882; 2ª ed. Rio de Janeiro - São Paulo; Laemmert & Cia.	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
BRAZIL Thomaz Pompeu de Souza (filho)	Lições de Geographia Geral	188?; 1ª ed.; [s/l]; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
CHAPUT, Frere Ignace (F. I. C.); GABAGLIA, Eugenio de Barros Raja (tradutor e adaptador)	Terra ilustrada – Geographia universal: physica, ethnographica, política, economica das cinco partes do mundo	188?; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Garnier 1902; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Garnier 1904; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Garnier 1920; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Garnier	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Noções de Geographia Astronomica	1873; [s/ed.]; Rio de Janeiro: Serafim Jose Alves 188?; 2ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p.]	Levantamento Silva (2012): 2ª ed.
PINTO, Alfredo Moreira	Elementos de geographia moderna,	1874; 2ª ed. Rio de Janeiro; Typ. de Serafim Jose Alves – editor	Levantamento Maia (2014)
CANEZZA, L. H.	Lições de Geografia e Cosmografia: redigidas segundo o último programa de instrução pública para exames desta matéria.	1875; [s/ed.]; Rio de Janeiro: Serafim José Alves.	Levantamento Maia (2014)
LEAL, Domingos Theophilo de Carvalho	Compendio de Noções de Geographia	188?; 1ª ed.; Manaus, [s/p].	Levantamento Silva (2012)
OLIVEIRA, C. L. de	Geographia	188?; Bahia; Typ. de Afonso Ramos e Cia.	Levantamento Silva (2012)
MARTINS, Henrique Augusto Eduardo [Henrique Martins]	Elemento de Cosmographia, organizados, etc.	1881; 1ª ed.; Porto Alegre; [s/p]; 1882; 2ª ed.; Porto Alegre; [s/p]; 1897; 3ª ed.; Porto Alegre; [s/p];	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Noções de Geographia Universal	1881; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
PINTO, Alfredo Moreira	Noções elementares de Geografia do Brasil	1881; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Serafim José Alves.	Levantamento Maia (2014)
D'SÁ, Lemos	Elementos de Geographia	1882[?]; [s/ed.]; [s/l]; [s/p]	Levantamento Silva (2012)
SILVA, Viriato Augusto da	Chorographia do Brasil	1882; 1ª ed.; Lisboa; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia

			(2014)
FILHO, Joaquim J. Carvalho	Breves lições de Geographia e corographia do Brasil	1883; Rio de Janeiro; Typ. Esperança de J. d'Aguiar & Cia.	Levantamento Silva (2012)
AHRONS, Guilherme	Principios de geographia matemática	1883; [s/ed.]; Porto Alegre: Gundlach.	Levantamento Maia (2014)
WAPPAEUS, J. E.	Geografia física do Brasil	1884; [s/ed.]; Rio de Janeiro: Leuzinger	Levantamento Maia (2014)
MELO, Francisco Inacio Marcondes Homem de [Barão Homem de Mello]; GAMA, Luís Felipe de Saldanha da; BUENO, Francisco Antônio Pimenta; DERBY, Orville Adalbert.	A Geografia física do Brasil	1884; [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Maia (2014)
LACERDA, Joaquim Maria de	Compêndio de história sagrada, seguido de uma pequena Geografia sagrada. (obra ordenada por 115 estampas e um mapa da palestina).	1884; [s/ed.]; Rio de Janeiro: B. L. Garnier.	Levantamento Maia (2014)
MARTINS, Joaquim Pedro Oliveira	Taboas de chronologia e geographia histórica.	1884; [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Maia (2014)
SANTOS, Afonso José dos	Elementos de Cosmographia	1884; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Paris; Garnier.	Levantamento Silva (2012)
AFONSO, João Pedro Moreira	Elementos de Chorographia do Brazil (compilados de acordo com o ultimo programa para os exames geraes).	1887; 1ª ed.; Maranhão; [s/p]	Levantamento Silva (2012)
LACERDA, Joaquim Maria de; PINHEIRO, Luiz Leopoldo Fernandes (revisor, augmentador e adaptador).	Resumo de Chorographia do Brazil (revisto, augmentado e adaptado ao novo programa de exames garaes)	1887; 1ª ed.; Rio de Janeiro; B. L. Garneir	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Curso de Geographia Geral	1887; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica	Levantamento Silva (2012)

		de Alves e Cia; 1893 ; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica de Alves e Cia; 1906 ; 6ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica de Alves e Cia.	
NOGUEIRA, Manoel Tomaz Alves	Compendio de Geographia e chorographia do Brazil (acompanhado de 3 mapas e de um índice alfabético).	1889 ; 1ª ed.; [s/l]; Leipzig: F. A. Brockhaus.	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
SELLIN, Alfred W.	Geographia geral do Brasil	1889 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro: Livraria Classica de Alves & C.	Levantamento Maia (2014)
MAYA, Elesbão Alves	Elementos de Geographia do Brazil	189? ; 1ª ed. [s/l];[s/p].	Levantamento Silva (2012)
PINTO, Alfredo Moreira	Pontos de Geographia; organizados, etc.	189? [s/ed.]; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
MELO, Carlos	Elementos de Geographia Geral	1893 ; 1ª ed.; [s/l]; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
ODILON, Odorico Octavio	Elementos de Geographia moderna	1895 ; 3ª ed.; Bahia; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
RAMOS, Antonio Manuel de	Compendio de Geographia	1895 ; 1ª ed.; Porto; Livraria Portuense de Lopes 1889 ; 2ª ed.; Porto; Livraria Portuense de Lopes.	GPL: 2ª ed.; Levantamento Silva (2012) e Maia (2014): 1ª ed.
SALLABERRY, Carlos Jorge	Lições de Geographia geral: geografia especial.	1897 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Jacinto Ribeiro dos Santos. 1898 ; 2ª parte; Rio de Janeiro; Livraria Cruz Coutinho.	Levantamento Silva (2012) e Maia.
MAGALHAES, Basilio de	Lições de Geographia Geral	1898 ; 1ª ed.; São Paulo; Typ. Aurora.	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
RECLUS, Elisee	Estados Unidos do Brazil: Geographia, ethnographia, estatística. ¹⁵¹	1899 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro: Paris: H. Garnier Livreiro Editor.	Levantamento Maia (2014) Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras)
ARAÚJO, Elysio de	Geographia elementar	1901 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves;	Levantamento Silva (2012)

¹⁵¹ Apesar de este livro não apresentar indicação para uso escolar, assim como fez Maia (2012) incluímos este livro no levantamento, considerando as informações trazidas por GOMES (2012), quando este aponta que este manual foi adotado em uma em Fortaleza, em 1911, na escola *Moderna Moderna do Ceará*, criada e mantida pelo grupo *libertário e Estudos Sociais do Ceará*.

		1910; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves; 1924; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves; 1928; 7ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves.	
SAVIO, Themistocles	Curso Elementar de Geographia	1908; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Orosco Impressores. 1909; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Heitor Ribeiro e Cia; 1914; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	Levantamento Silva (2012)
LEME, Ezequiel de Moraes	Curso de Geographia Geral	1913; [s/ed.]; Pirassununga/SP; Typ. Minerva.	Levantamento Silva (2012)
SCROSOPPI, Horacio	Geographia Geral	1915; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves.	Levantamento Silva (2012)

Organização: Angelo (2014).

Apendice 5: Livros didáticos regionais: cosmografia, corografia, atlas, geografia e história das províncias/estados

Autor(es)	Título da obra (subtítulo/outras informações)*	Ano; edição; local (editoração – impressão); publicador (editor – impressor)**	Localização das obras (catálogo/referência)
BERLINCK, Eudoro Brasileiro	Compêndio de Geographia da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul	1863; 1ª ed.; Porto Alegre; Typ. Deuthche-Zeitung; 1868; 2ª ed.; Porto Alegre; Typ. O Rio Grande; 1872; 3ª ed.; Porto Alegre; J. Alves editor; 1877; 4ª ed.; Porto Alegre; Typ. Peserverança; 1881; 5ª ed.; Porto Alegre; J. Alves Editor.	Levantamento Silva (2012)
MARQUES, Cezar Augusto	Diccionario historico-geographico da província do Maranhão	1870; [s/ed.]; Maranhão: Typ. do Frias.	Levantamento Maia (2014)
Sá, Luiz de França Almeida e	Compendio de Geographia da Província do Paraná: adaptado ao ensino da	1871; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Eduardo & Henrique Laemmert Impressor; Typ.	LIVRES Biblioteca FEUSP – Biblioteca Macedo Soares

	mocidade e acompanhado de cento e trinta notas instructivas	Universal de E. & H. Laemmert.	
ESPINDOLA, Thomaz do Bomfim	Geographia alagoana ou descrição physica, politica e histórica da Província das Alagoas (Muito augmentada e cuidadosamente correcta) ¹⁵²	1860; 1ª ed.; Maceió; [s/p.] 1871; 2ª ed.; Maceió/AL; Typ. Liberal	IHG-PB e Google livros: 2ª ed. Levantamento Silva (2012): 1ª ed.
PINHEIRO, Manoel Pereira de Moraes	Elementos de Geographia universal – Geral do Brazil e especial de Pernambuco	1875; [1ª ed.]; Recife/PE; Typ. Mercantil 1878; 2ª ed.; Recife; [s/p.]	GPL Levantamento Silva (2012): 2ª ed.
MARQUES, Cezar Augusto	Diccionario historico, geographico e estatístico da provincia do Espírito Santo.	1878; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Typ. Nacional.	Catálogo PLANOR Fundação Biblioteca Nacional: (Biblioteca Rodolfo Garcia - Academia Brasileira de Letras)
NERY, Raimundo Agostinho (o sujeito que compendiou a obra)	Noções Geraes de Geographia universal, contendo particularmente a Geographia do Império do Brazil e da província do Amazonas (acompanhada de 17 figuras no texto)	1884; 1ª ed.; Paris; Guillard, Aitauud et Cia.	LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático) Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
SILVA, José Joaquim da	Tratado de Geographia descriptiva Especial da Provincia de Minas-Geraes	1878; ? ed.; Juiz de Fora; G. C. Dupin Typ. Do Pharol.	Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras) –arquivo em pdf.
ALBUQUERQUE, Salvador Henrique de	Compendio de Geographia Universal, especial do Brazil e da província de Pernambuco (aprovado pelo conselho diretor da província de Pernambuco – melhorada e muito augmentada)	1880; 2ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Eduardo & Henrique Laemmert; Typ. Universal de E. & H. Laemmert.	LIVRES - Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul e Biblioteca Biblioteca Macedo Soares)
SILVA, Hilario Ribeiro de Andrade e [Hilario Ribeiro]	Geographia da Provincia do Rio Grande do Sul (adaptadas às classes elementares - adornada com mappas coloridos)	1880; [s/ed.]; Pelotas; Editores Carlos Pinto & Comp. 1881; 2ª ed; Pelotas/RS; Typ. da Livraria	Catálogo PLANOR-Fundação Biblioteca Nacional: (Biblioteca Central da Universidade de Caxias do Sul): 2ª

¹⁵² A primeira edição desta obra, publicada em 1860 recebeu outro título: *Esboço geográfico e histórico da província*, conforme faz referência o próprio autor em um texto inicial *Ao leitor* apresentado na segunda edição, publicada em 1871.

	2ª ed. adornada com oito mappas coloridos e acompanhada de noções sobre a America do Sul e a do Norte.	Americana	ed. Biblioteca Brasileira Guita e José Mindlin ¹⁵³
CUNHA, Raymundo Cyriaco Alves da	Pequena chorographia da província do Pará	1887; [s/ed.]; Typ. do Diario de Belem.	Levantamento Maia (2014) e Silva (2012)
SOBREIRA, João Gonçalves Dias	Geographia especial do Ceará (aprovado pelo conselho superior da instrução pública para servir de compêndio nas escolas primárias e secundárias da província)	1887; 1ª ed.; Fortaleza; Typographia Economica. ¹⁵⁴ 1888; 2ª ed.; Ceará; [s/p]. ¹⁵⁵ 1894; 3ª ed.; Fortaleza; Typographia Economica. ¹⁵⁶ 1902; 4ª ed.; Fortaleza; Typographia Economica. ¹⁵⁷	IHG-CE: 4ª ed.; Levantamento (Maia, 2014): 2ª ed.; Referenciadas no Dicionário Bio-bibliográfico Cearense-Barão de Studart (1847): 1ª ed.; 2ª ed.; 3ª ed. e 4ª ed.
BASTOS, Lindolpho de Siqueira	Noções elementares de Geographia Geral e do Brazil: Especialmente da Província do Paraná (compilada para o uso das escolas daquela província)	1888; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
PARANÁ, Sebastião	Esboço geográfico do Paraná	1889; [s/ed.]; Rio de Janeiro.	Levantamento Maia (2014)
PARANÁ, Sebastião	Corografia do Paraná	1899; [s/ed.]; Curitiba: Tip. Da Livraria Econômica de Aníbal, Rocha & Cia.	Levantamento Maia (2014)
CARVALHO, Goeth Galvão de	Lições elementares de Geographia: especialmente do Amazonas	189?; [s/ed.]; [s/l]; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
CARVALHO, Goeth Galvão de	Geographia do Amazonas	189?; [s/ed.]; [s/l];[s/p].	Levantamento Silva (2012)
ESPÍRITO SANTO, Eleutherio Roberto Tavares do	Noções geográficas e historicas do estado de Pernambuco. (compendio adotado pelo conselho literário, para as	1891; 6ª ed.; Recife; Typ. d'A Província.	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)

¹⁵³ Livro completo disponível em meio digital no site da biblioteca <http://www.brasiliana.usp.br/bbd/handle/1918/01609200#page/4/mode/1up>

¹⁵⁴ As edições de 1887,1884 e 1902 desta obra e outros trabalhos do autor sobre a Geografia do Ceará são referenciadas no dicionário *Diccionario Bio-bibliográfico Cearense-Barão de Studart (1847)*.

¹⁵⁵ No dicionário *Diccionario Bio-bibliográfico Cearense-Barão de Studart (1847)*, consta informação que na segunda edição o autor adicionou um pequeno mapa do Ceará.

¹⁵⁶ As edições de 1887,1884 e 1902 desta obra e outros trabalhos do autor sobre a Geografia do Ceará são referenciadas no dicionário *Diccionario Bio-bibliográfico Cearense-Barão de Studart (1847)*.

¹⁵⁷ As edições de 1887,1884 e 1902 desta obra e outros trabalhos do autor sobre a Geografia do Ceará são referenciadas no dicionário *Diccionario Bio-bibliográfico Cearense-Barão de Studart (1847)*.

	escolas primarias do mesmo Estado).		
REIS, Antonio Alexandre Borges dos	Chorographia e historia do Brasil: especialmente do Estado da Bahia	1892; 1ª ed.; Bahia; Wilcke, Picard Reis e Cia. 1898; 2ª ed.; Bahia; Wilcke, Picard Reis e Cia. 1911; 3ª ed.; Bahia; Typ. Reis e Cia.	Levantamento Silva (2012)
Raymundo Cyriaco Alves da Cunha	Geographia especial do Pará Publicado (aprovado para uso das escolas primárias)	1894; 1ª ed.; Pará; Typ. e Encadernação da V. Travessa; 1898; 2ª ed.; Pará; Typ. e Encadernação da V. Travessa;	Levantamento Silva (2012): 2ª ed. Levantamento Maia (2014): 1ª ed.
CAVALCANT, Jose Pompeu de A.	Chorographia da província do Ceará: o Ceará em 1887	1888; ? ed.; Rio de Janeiro/RJ; Imprensa Nacional	LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca Macedo Soares) Biblioteca digital do Senado Federal (seção de obras raras)
NOVAES, Carlos Augusto Valente de – [Dr. Carlos Novaes]	Geographia elementar e especial do estado do Pará	190?; ? ed.; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Francisco Alves.	Anuncio de obras do mesmo autor a venda na livraria Francisco Alves ¹⁵⁸ Obra referenciada por Coelho (2008)
MASSOW, Hilario Rodrigues; CLEMENTE, José (autoria secundária)	Estado do Rio Janeiro: composto sobre os últimos mapas existentes (de acordo com as estatísticas e demarcações oficiais)	1892; [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Laemmert e C. Editores.	LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
BRAZIL, Thomaz Pompeu de Souza (Filho)	Lições de Geographia do Ceará	1894; 1ª ed.; Fortaleza; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
ARAÚJO, Francisco Lentz	Geographia do Estado de Minas Geraes: seguida de noções de história do mesmo Estado	1895 (Vol. 1); [s/ed.]; Rio de Janeiro/RJ; Typ. Montenegro 1907; 2ª ed. Rio de Janeiro; Editores Paes e Cia.	LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul) Levantamento Silva (2012): 2ª ed.
LISBOA, Luiz Carlos da Silva	Chorographia do Estado de Sergipe	1897; [s/ed.]; Aracajú; Imprensa oficial	Gabinte de leitura de Maruim referencia da em Santos (2004) Levantamento Silva (2012)

¹⁵⁸ Catálogo nas folhas iniciais dos livros *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.); *Geographia Secundária* (10ª ed. 1928, 547p.); *Geographia Primária* (9ª ed. s/d; 164p.), do mesmo autor.

REIS, Antônio Alexandre Borges do	Chorographia e história do Brasil especialmente do estado de São Paulo	1898; [s/ed.]; Bahia, Wilcke, Picard & Co.	Referenciada em Bittencourt (2008)
MARTINS, Henrique Augusto Eduardo [Henrique Martins]	Geographia do Estado do Rio Grande do Sul	1898; 1ª ed.; Porto Alegre/RS; Livraria e oficinas a vapor Franco e Irmão. 1909; 4ª ed.; Porto Alegre/RS; Livraria do Globo. 1910; 5ª ed.; Porto Alegre; Livraria o Globo;	Demais edições em IHGR – SE Levantamento Silva (2012): 5ª ed.
FREIRE, Laudelino de Oliveira	Quadro Chorographico de Sergipe	1898; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Paris; H. Garnier; 1902; 2ª ed.; Rio de Janeiro; H. Garnier	Biblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe – (Santos 2004)
C. B. Vieira	Mapas do Estado de S. Paulo: curso preliminar	19??; 1ª ed. São Paulo/SP; Typ. Paulista; 19??; 2ª ed. São Paulo/SP; Typ. Paulista	LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)
FERREIRA, Justo Jansen	Fragmentos de Chorografia do Maranhão	1901; [s/ed.]; Maranhão; Typ. A. P. Ramos d' Almeida & Cia.	LIVRES Biblioteca FEUSP – (Biblioteca Macedo Soares)
SANTOS, Francisco Agenor de Noronha; SILVA, Olavo Freire da (colaborador – com os mapas)	Chorographia do Distrito Federal (Cidade do Rio de Janeiro)	1907; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Benjamin de Aguilã.	Levantamento Silva (Silva, 2012) Biblioteca Nacional de Maestro
LIMA, Affonso Guerreiro [A. G. Lima]	Noções de Geographia do Rio Grande do Sul (parte 1) ¹⁵⁹	1911; 1ª ed.; Porto Alegre; Officinas Graphicas da Escola. 1917; 3ª ed.; Rio Grande do Sul; Barcelos, Betaso e Cia (Livraria do Globo) 1929; [s/ed.]; Porto Alegre; Livraria Globo. 1931; [s/ed.]; Porto Alegre; Livraria Globo. 1935; 7ª ed.; Porto Alegre; Livraria Globo. 1939; 8ª ed.; Porto	Acervo Pessoal: 3ª ed.; ¹⁶⁰ Demais edições em levantamento Silva (2012): 1ª ed.; 1929; 1931; 7ª ed. 1935, 8ª ed. 1939.

¹⁵⁹ Na primeira edição publicada em 1911 e catalogada por Silva (2012), o título é diferentes: *Noções de Geographia do Rio Grande do Sul, Brasil e globo terrestre*; Porto Alegre; Officinas Geographicas da Escola de Engenharia.

¹⁶⁰ Na capa do livro informa que esta publicação como a segunda edição, porém na folha de rosto e no texto introdutório do autor na página seguinte há informação que esta obra é a terceira edição. Neste caso, catalogamos optamos por catalogar esta publicação como 3ª ed.

		Alegre; Livraria Globo.	
PONTES, G. Malagueta; PINTO, Henrique	A Pequena Chorographia do município de Caruarú: para uso das escolas municipaes (folheto) ¹⁶¹	1915; [s/ed.]; Freitas e Azevedo (typografia movida a vapor); Caruarú/PE.	IHG – PB
MONTALVÃO, Elias do Rosário	Meu Sergipe: ensino de Historia e Chorographia de Sergipe	1916; [s/ed.]; Aracajú Typographia Commercial.	Bioblioteca Central da Universidade Federal de Sergipe
JUBÉ, Alcides Celso Ramos	Ensaio de Chorographia de Goyaz	1919; [s/ed.]; Capital de Goyaz; [s/p]	IHGP ?

Organização: Angelo (2014).

Apêndice 6: Livros didáticos de Geografia para as províncias/estados

Autor(es)	Título da obra (subtítulo/outras informações)*	Ano; edição; local (editoração – impressão); publicador (editor – impressor)**	Localização das obras (catálogo/referência)
ESPINDOLA, Thomaz do Bomfim	Elementos de Geographia e Cosmographia oferecidos a mocidade alagoana	1860; 1ª ed.; [s/l.]; [s/p.] 1874; [s/ed.]; [s/l.]; [s/p.] 1885; 3ª ed.; [s/l.] [s/p.]	Obra referenciada por Herculano (2011)
FREITAS, Joaquim Pedro Corrêa	Noções de Geographia e de História do Brasil (para o uso das escolas da instrução primaria da província do Pará - correta e augmentada)	1863; 8ªed.; Pará; [s/p]. 1879; [s/ed.]; Pará; [s/p].	Levantamento Silva (2012)
CARVALHO, Joaquim José de	Noções Elementares de Geographia (para uso dos alunos do curso primário do colégio Amorim Carvalho e das escolas do corpo militar de polícia da corte)	1885; 1ª ed.; Rio de Janeiro; [s/p].	Levantamento Silva (2012) e Maia.
AZURARA, João José Pereira de	Pequena Geographia do Brasil: methodo intuitivo para uso dos alunos do cursos primário do Externato Azurara Santos	1884; 1ª ed.; Santos/SP; Typ. do Diario dos Santos	Levantamento Silva (2012) e Maia (2014)
DIEGUES, Manoel Balthazar Pereira Junior	Geografia e Cosmografia ¹⁶²	1890; [s/ed.]; Maceió: Typ. D'A Ordem.	Levantamento Maia (2014) Referenciada por Herculano (2011)
NOVAES, Carlos	História Natural (organizada segundo o	190? [?]; 4ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Livraria	Obras do mesmo autor a venda na

¹⁶¹ Edição autorizada pelo Snr. Major José Martins de Araújo (honorado prefeito do município)

¹⁶² De acordo com Herculano 2011, o autor diz no prefácio desta obra que ela é destinada aos alunos do Curso da Escola Normal de Alagoas.

Augusto Valente de [Dr. Carlos Novaes]	Programma das Escolas Primárias do Distrito Federal)	Francisco Alves.	Livraria Francisco Alves ¹⁶³
NOVAES, Carlos Augusto Valente de [Dr. Carlos Novaes]	Breve Noções de História Natural (organizada segundo o Programma das Escolas Primárias do Distrito Federal)	[s/d]; [s/ed.]; [s/l]; [s/p].	Obras a venda na livraria Francisco Alves ¹⁶⁴
COUTINHO, Tancredo Leite do Amaral [Tancredo do Amaral]	Geographia Elementar (adaptada às escolas publicas primarias)	1892; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1893; 2ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1895; 4ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1896; 5ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1904; 8ª ed.; Rio de Janeiro/RJ – Paris/França; Francisco Alves – Typ. Aillaud & Cia. 1907; 10ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves. 1909; 11ª ed.; Rio de Janeiro; Francisco Alves. 1914; 13ª ed.; Rio de Janeiro/RJ – Paris/França; Francisco Alves; Typ. Aillaud & Cia. 1916; 14ª ed.; Rio de Janeiro/RJ – Paris/França; Francisco Alves; Typ. Aillaud & Cia.	LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul): 8ª ed.; LIVRES: Biblioteca FEUSP (Biblioteca do Livro Didático): 14ª ed.; Demais edições: Levantamento Silva (2012) - demais edições: 1ª ed. 1892; 2ª ed. 1893; 4ª ed.; 5ª ed. 1896; 10ª ed. 1907; 11ª ed. 1909.
PEREIRA, Jeronimo Sodré	Compendio de Geographia elementar: especialmente do Brazil - aprovada pelo conselho	1884; 2ª ed.; Bahia; Lopes da Silva Lima & Amaral; Typ. Dous Mundos. ¹⁶⁵	LIVRES: - Biblioteca FEUSP (Biblioteca Paulo Bourroul)

¹⁶³ Anúncio apresentado nas folhas iniciais dos livros *Geographia Especial ou Chorographia do Brazil* (5ª ed., 1923. 330p.); *Geographia Secundária* (10ª ed. 1928, 547p.); *Geographia Primária* (9ª ed. s/d; 164p.), do mesmo autor.

¹⁶⁴ Anúncio apresentado na contra-capa do livro *Geographia Secundária* (10ª ed., 1928, 547) editado pela editora Francisco Alves e Paulo de Azeveo e Cia.

¹⁶⁵ Edição grandemente argumentada e corrida pelo autor.

	superior e instrução pública da Bahia e adoptada pelo Governo para uso das escolas primarias da mesma província...	1875 ; 1ª ed.; [s/l]; [s/p].	1ª ed. <i>in</i> . prólogo da 2ª ed.
LOBO, José Theodoro de Souza	Geographia Elementar : (adoptado nas aulas publicas do Estado do Rio Grande do Sul).	1917 ; 1ª ed.; [s/l]; [s/p]. 1924; 11ª ed.; Porto Alegre; Selbach e & Cia (Sucessores de Selbach & Mayer – Typ. do Castro. 1927; 12ª ed.; Porto Alegre; Livraria do Globo. 1933; 14ª ed.; Porto Alegre; Livraria do Globo. 1941; 17ª ed.; Porto Alegre; Globo.	Acervo da autora: 11ª ed.; Nota ao leitor in Lobo (1924): 1ª ed. Demais edições em levantamento Silva (2012)
MARTINS, Amélia de Resende	Geographia elementar : com gravura e oito mapas coloridos. Edição de 1926 (aprovida e adaptada pela instrução publica do distrito federal).	1919 ; 1ª ed.; São Paulo; Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves & Cia. 1926; 11º milheiro; Rio de Janeiro; Livraria Francisco Alves & Cia.	Levantamento Silva (2012)
GÓES, Carlos	Pontos de Geographia para o Estado de Minas (2º 3º e 4º ano primário) ¹⁶⁶	1917 ; 1ª ed. Belo Horizonte; Imprensa Official de Minas; 1924; 2ª ed.; Belo Horizonte; Imprensa Official de Minas; 1942; 8ª ed.; Belo Horizonte; Imprensa Official de Minas;	Levantamento Silva (2012)L
GÓES, Carlos	Pontos de Geographia (de acordo a última Reforma de Ensino em Minas e o Novo Programama Official	1918 ; 1ª ed. Belho Horizonte; Imprensa Official de Minas;	Levantamento Silva (2012)

Organização: Angelo (2014).

Apêndice 7: Livros didáticos destinados especificamente a todas às províncias/estados

Autor(es)	Título da obra (subtítulo/outras informações)*	Ano; edição; local (editoração – impressão); publicador (editor – impressor)**	Localização das obras (catálogo/referência)
PINTO, Alfredo Moreira	Geographia das Províncias do Brazil	1883 ; 1ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria	LIVRES Biblioteca FEUSP (Biblioteca

¹⁶⁶ No levantamento de Silva (2012) a segunda e a oitava edição não traz no título a informação “para Minas”.

		Nicolau Alves; Alves & Cia 1885 ; 2ª ed.; Rio de Janeiro/RJ; Livraria Nicolau Alves. 1889 ; 3ª ed.; Rio de Janeiro; Livraria Clássica de Alves & Cia. 190? ; 4ª ed.;[s/l]; [s/p].	Paulo Bourroul e LIVRES - Biblioteca Mario de Andrade – (Obras Raras – SP): 2ª ed. Demais edições em levantamento Silva (2012)
PARANÁ, Sebastião	Esboço geográfico das províncias do Brasil	1887 ; [s/ed.]; Rio de Janeiro; Pinheiro & Cia.	Levantamento Maia (2014)
PARANÁ, Sebastião	Estados da República: para o estudo nos Gymnasios e nas Escolas Normaes.	1911 ; 1ª ed.; Curitiba; Buzetti Mori & Filhos; 1913 ; 2ª ed.; Curitiba; Leopoldino Rocha.	Levantamento Silva (2012)

Organização: Angelo (2014).

* Em alguns títulos não conseguimos identificar alguns elementos catalográficos da publicação, pois em alguns livros não estão bem conservados, de modo que falta a capa e/ou a folha de rosto. Também alguns catálogos não trazem todas as informações.

** Obras com edição não identificada: [s/ed.]; Obras sem local de publicação: [s/l]; Obras sem identificação do editor/publicador: [s/p]; Obras sem data identificada: [s/d].

- A584l Angelo, Maria Deusia Lima.
Livros didáticos de geografia e seus autores: uma análise contextualizada das décadas de 1870 a 1910, no Brasil / Maria Deusia Lima Angelo.- João Pessoa, 2014.
234f. : il.
Orientadora: Maria Adailza Martins de Albuquerque
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCEN
1. Geografia - ensino. 2. Educação geográfica.
3. Geografia escolar. 4. Geografia - livros didáticos - autores.
5. Geografia regional.

UFPB/BC

CDU: 91:37(043)